

SÃO LUIZ DO PARAITINGA:
A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS
E OS DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS



RENATA R. ALLUCCI

CAPA:

Bordado de Bete Narézio retratando a casa de sua avó,
a caminho de Lagoinha, com o mar de morros ao fundo.
São Luiz do Paraitinga, 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS
E DE TECNOLOGIAS**

RENATA RENDELUCCI ALLUCCI

**SÃO LUIZ DO PARAITINGA:
A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS
E OS DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS**

**CAMPINAS
2020**

Autoriza-se a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

363.690981 Allucci, Renata Rendelucci
A442s

São Luiz do Paraitinga: a construção de imaginários e os desígnios pós-tombamentos / Renata Rendelucci Allucci. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.

338 f.: il.

Orientador: Maria Cristina da Silva Schicchi.

Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Patrimônio histórico - Brasil. 2. Urbanização. 3. São Luiz do Paraitinga (SP). I. Schicchi, Maria Cristina da Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 363.690981

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001

RENATA RENDELUCCI ALLUCCI

**SÃO LUIZ DO PARAITINGA: A CONSTRUÇÃO DE
IMAGINÁRIOS E OS DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS**

Tese apresentada como exigência para obtenção do Título de Doutor em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Área de concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

RENATA RENDELUCCI ALLUCCI

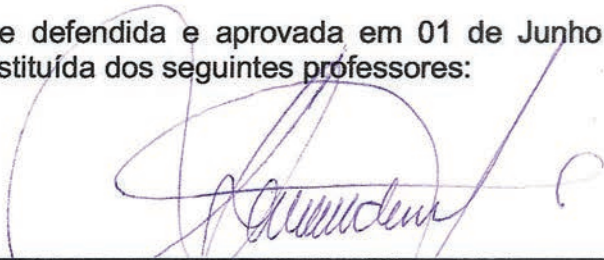
**SÃO LUIZ DO PARAITINGA: A CONSTRUÇÃO DE
IMAGINÁRIOS E OS DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS**

Tese apresentada como exigência para obtenção do Título de Doutor em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Área de concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

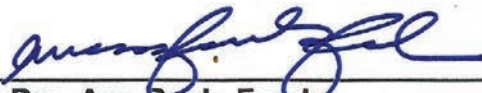
Tese defendida e aprovada em 01 de Junho de 2020 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



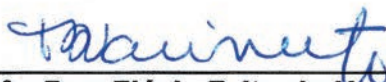
Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi
Orientadora da Tese e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Renata Baesso Pereira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Ana Paula Farah
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento
Universidade de São Paulo

Fernando Atique aqui

Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

*As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso,
mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas.
De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas,
mas a resposta que dá às nossas perguntas.*

Italo Calvino , As Cidades Invisíveis

Desde que conheci São Luiz do Paraitinga, fiz a ela várias perguntas. Ela respondeu devagar, sem pressa, mostrando e ocultando suas peculiaridades, em um jogo de revelar e instigar, de exigir que eu a entendesse não apenas sob o meu olhar, mas que abrisse a mente e o coração para ver além. Nesse percurso, durante a escrita da tese, muitos outros olhares se juntaram ao meu e foram, sem dúvida, meus suportes para o que aqui se apresenta. Por isso, sou grata

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Cristina Schicchi, que ultrapassou em todas as medidas o que seria seu ofício, me oferecendo oportunidades, conversas, questionamentos e aprendizagens que me fizeram crescer em muitos sentidos. Grata por participar de orientações pautadas pela ética e pela seriedade, mas com muita disponibilidade e abertura;

Aos professores do Posurb-arq, pela troca em sala de aula, durante as disciplinas, e fora delas, quando me ofereceram gentilmente momentos de reflexão e conversas;

Ao grupo de pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Territorial., por proporcionar uma abertura instigante e segura para minha pesquisa, e por me deixar participar das suas;

Ao NAU, que me acolheu, pela seriedade do trabalho que desenvolvem, sem perder a graça da amizade;

À banca de qualificação, Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento e Profa. Dra. Renata Baesso Pereira, por permitirem a evolução do meu texto, com as certas observações que fizeram;

À secretária do programa, Ana Paula V. Freitas, pelas incontáveis assistências que me prestou;

À equipe do Iphan São Paulo, pelo auxílio com documentos e fotografias; ao Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro que, remotamente, forneceu a documentação complementar e ao setor iconográfico do Arquivo do Estado de São Paulo, pelos mapas e fotografias, fundamentais para a compreensão da cidade;

À Profa. Dra. Marly Rodrigues, pelas conversas francas e decisivas e pelo essencial material de pesquisa;

Às Profa. Dra. Ivone Salgado e Profa. Dra. Maria Fernanda Derntl, pelos diálogos que me permitiram avançar e que me deram confiança em momentos cruciais;

Ao Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho, pela colaboração e incentivo;

Aos professores da Universidad de Oriente, cuja acolhida generosa permitiu que eu conhecesse Santiago de Cuba não apenas pelos livros ou pelos patrimônios, mas também por meio de seu povo acolhedor. Profa. Dra. Milene Soto-Suárez, que conduziu meus estudos durante a estadia em Cuba, Profa. Dra. Maria Teresa Muñoz Castillo e Profa. Dra. Flora Morcate e suas respectivas famílias, que deram mais cor a esse intercâmbio. Sou grata também a Anderson Proença, Sara Valdés Legrá e Varinia Rosendo e família; aos pesquisadores e professores santiagueiros que me atenderam e aos que responderam ao questionário;

Aos amigos Degiovani e Maria Alice, pelas fotografias e pelo apoio;

Aos luizenses João Rafael Cursino Dos Santos, Netto Campos, Amanda Cursino e Leandro Barbosa;

À Ana Sílvia Carvalho Ferreira e equipe, pelos dados sobre o bairro do Alto do Cruzeiro;

À Adriana Rendelucci, por dividir comigo o amor aos livros e não medir esforços para me ajudar a obtê-los;

Ao Filipe Magalhães, pelas lindas imagens que me ofereceu;

À CAPES, pelo financiamento que permitiu esta pesquisa e o intercâmbio.

Na sessão coração

Gleide e Gilberto: o fio da vida, a trama, o começo, o semear. A vocês, agradeço com minha alma.

Herbert, com quem traço os caminhos, a mão que me leva, companheiro no amor e nas aventuras. Partilha de vida.

Bruno e Fernanda, inspiração, alegria, coragem. O amor que transcende.

Minhas famílias, a que escolhi e a que me acolheu; meus irmãos e amigos, alento e aconchego.

Gisele, companheira de vida e de trabalho, estímulo e afeto. Priscila, sensibilidade e sentimento.

Léo, a dose certa de humor e inteligência, disponibilidade carinhosa.

Vera e Adriana, amizade e ternura que fortalecem.

Suzana Salles, curandeira querida, que abriu essa cidade para mim.

Tomás, renovação da vida e do amor, para quem eu desejo um futuro mais gentil, em que o conhecimento seja para todos, com generosidade, com solidariedade e – sempre – esperança.

Aos entrevistados, que mostraram que uma tese pode, e deve, sair do âmbito acadêmico. Muitos confiaram em que eu pudesse traduzir todo um modo de vida, uma luta, uma batalha invisível que está além das poligonais, além das instituições e, até, além de minha própria pesquisa. Ficaria muito feliz se ela fosse veículo de alguma mudança, ou, pelo menos, se estimulasse o debate em torno do que foi aqui levantado.

RESUMO

As histórias sobre a fundação e a urbanização da cidade paulista de São Luiz do Paraitinga, que se relacionam com a administração do Morgado de Mateus na Capitania de São Paulo, representam o início da utilização de um imaginário fundacional como base para a atribuição de seu valor patrimonial. Esse imaginário fundacional, estabelecido por estudos acadêmicos e pesquisas sobre a cidade, vem servindo de alicerce e justificativa para os sucessivos processos de tombamento pelos órgãos de preservação estadual e federal, somando-se a ele, posteriormente, outros imaginários urbanos. Não obstante sua localização no Vale do Paraíba, a influência da cultura do café sobre o desenvolvimento urbano da cidade foi relativa, pois não promoveu a mesma riqueza que em outras cidades da região. A dificuldade de acesso, entre outros motivos, contribuiu para inibir o desenvolvimento econômico de São Luiz do Paraitinga que, para se promover, encontrou opções na valorização do patrimônio cultural e na vocação para o turismo. Uma inesperada enchente, ocorrida em 2010, destruiu parte de seu patrimônio arquitetônico, e a situação trouxe à tona reflexões sobre a utilização das tradições e das memórias como suportes para reconstruir física e moralmente a cidade, no intuito de manter as identidades conquistadas. Também foi o momento em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com a finalidade de salvaguardar as edificações e reconstruir aquelas que se perderam com a enchente, utilizou o instrumento do tombamento, formalizando sua inscrição como Conjunto Histórico e Paisagístico. Este percurso singular da história da cidade permite que se discuta a efetividade desse tombamento frente aos contrastes socioculturais e econômicos existentes entre o Centro Histórico e outros bairros da cidade, pois o instrumento não atuou sobre a preservação da paisagem como um todo, no sentido de uma gestão integrada da cidade, o que contribuiu para a segregação dos espaços.

Palavras-chave: São Luiz do Paraitinga; Conjunto Histórico e Paisagístico; tombamento; gestão urbana; história urbana.

ABSTRACT

The stories about the foundation and urbanization of São Luiz do Paraitinga, a city in the state of São Paulo, which relate to the administration of Morgado de Mateus in the Captaincy of São Paulo, represent the beginning of the use of a foundational imaginary as the basis for attributing its heritage value. That foundational imaginary, established by academic studies and research on the city, has been serving as bases and justification for the successive processes aimed to declare it a historical heritage by the state and federal preservation agencies, adding to it, later, other urban imaginary. Despite its location in the Paraíba Valley, the influence of coffee culture on the urban development of the city was relative, as it did not promote the same wealth as in other cities in the region. The difficult access, among other reasons, contributed to inhibit the economic development of São Luiz do Paraitinga which, to promote itself, found options in the valorisation of the cultural heritage and in the vocation for tourism. An unexpected flood in 2010 destroyed part of its architectural heritage, and the situation brought up reflections on the use of traditions and memories as supports to rebuild the city physically and morally, in order to maintain the identities conquered. It was also the moment when the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), to safeguard buildings and rebuild those that were lost due to the flood, used the heritage declaration, formalizing its registration as a Historic and Landscape Heritage. This unique path in the history of the city allows us to discuss the effectiveness of this declaration in the face of the socio-cultural and economic contrasts between the Historic Center and other neighborhoods in the city, as the instrument did not act on the preservation of the landscape as a whole, in the sense of an integrated city management, which contributes to the segregation of spaces.

Keywords: São Luiz do Paraitinga; Historic and Landscape Heritage; Heritage Declaration; Urban Management; Urban History.

RESUMEN

Las historias sobre la fundación y la urbanización de la ciudad de São Luiz do Paraitinga en el estado de San Pablo, que se relacionan con la administración de Morgado de Mateus en la Capitanía de San Pablo, representan el comienzo del uso de un imaginario fundacional como base para atribuirle su valor patrimonial. Ese imaginario fundacional, establecido por estudios académicos e investigaciones sobre la ciudad, ha sido usado como base y justificación para los sucesivos procesos para que fuera considerada patrimonio histórico por los órganos de preservación estatales y federales, añadiéndole, posteriormente, otros imaginarios urbanos. No obstante su ubicación en el Valle del Paraíba, la influencia de la cultura cafetera en el desarrollo urbano de la ciudad fue relativa, ya que no promovió la misma riqueza que en otras ciudades de la región. La dificultad de acceso, entre otras razones, contribuyó a inhibir el desarrollo económico de São Luiz do Paraitinga, que, para promocionarse, encontró opciones en la valorización del patrimonio cultural y en la vocación turística. Una inundación inesperada en 2010 destruyó parte de su patrimonio arquitectónico, y la situación provocó reflexiones sobre el uso de tradiciones y memorias como soportes para reconstruir física y moralmente la ciudad, a fin de mantener las identidades conquistadas. También fue el momento en que el Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), para salvaguardar los edificios y reconstruir los que se perdieron debido a la inundación, utilizó la declaración de patrimonio histórico, formalizando su inscripción como Conjunto Histórico y Paisajístico. Este camino único en la historia de la ciudad nos permite discutir la efectividad de esa declaración frente a los contrastes socioculturales y económicos entre el Centro Histórico y otros vecindarios de la ciudad, ya que el instrumento no actuó sobre la preservación del paisaje en su conjunto, en el sentido de un gestión integrada de la ciudad, lo que contribuyó para la segregación de los espacios.

Palabras-clave: São Luiz do Paraitinga; Conjunto Histórico y Paisajístico; declaración de patrimonio; gestión urbana; historia urbana.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação dos entrevistados.

Quadro 2: Visão geral do projeto de estudo de caso.

Quadro 3: Economia e expansão urbana em São Luiz do Paraitinga, de 1773 a 1890.

Quadro 4: Resumo de bens tombados do Vale do Paraíba paulista.

Quadro 5: Levantamento dos bens tombados do Vale do Paraíba paulista.

Quadro 6: Documentos relacionados ao turismo e patrimônio.

Quadro 7: Documentos relacionados ao turismo e patrimônio.

Quadro 8: Cidades do Vale do Paraíba paulista e seus enquadramentos como destinos turísticos.

Quadro 9: Levantamento preliminar de referências culturais, realizado entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011.

Quadro 10: Levantamento final das referências culturais, apresentado em maio de 2011.

Quadro 11: Lista dos patrimônios municipais tombados, São Luiz do Paraitinga.

Quadro 12: Lista das Casas do Patrimônio em território brasileiro.

Quadro 13: Tabela realizada pela autora com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de São Luiz do Paraitinga, referentes a março de 2020.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Figura 2: Carta corográfica da Capitania de São Paulo, 1766.

Figura 3: 01. Palácio 10 de Julho do Barão de Itapeva, Pindamonhangaba/SP; 02. Solar Aguiar Valim, Bananal/SP; 03. Palacete do Conde Moreira Lima, Lorena/SP.

Figura 4: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – Divisão Sub-regional.

Figura 5: Mapa do município de São Luiz do Paraitinga mostrando a divisão por bairros.

Figura 6: Pontos de interesse em São Luiz do Paraitinga citados na tese. Intervenção gráfica em mapa do Condephaat.

Figura 7: Letreiro na entrada da cidade.

Figura 8: Gráfico resultante do questionário aplicado em Santiago de Cuba, sobre “3 lugares que representam a cidade”, 2018. Imagem do Castillo de San Pedro de la Roca.

Figura 9: Resumo da resposta à pergunta “3 lugares que representam a cidade”, do questionário aplicado em Santiago de Cuba, 2018. Imagem do Parque Céspedes, com a Catedral à direita e a Antiga Prefeitura à esquerda.

Figura 10: Centro histórico de Santiago de Cuba após a passagem do furacão Sandy em 2012.

Figura 11: Parque Céspedes, no centro histórico de Santiago de Cuba, após a passagem do furacão Sandy em 2012.

Figura 12: Gráfico resultante do questionário aplicado em Santiago de Cuba, sobre “3 palavras que representam a cidade”, 2018. Imagem de outdoor na Plaza de la Revolución.

Figura 13: Gráfico resultante do questionário aplicado em Santiago de Cuba, “sente orgulho da cidade?”, 2018. Imagem de mapa da cidade em prédio da Avenida Garzón.

Figura 14: Dona Cinira ocupando seu lugar na janela do casarão onde viveu, na Rua Cel. Domingues de Castro, São Luiz do Paraitinga.

Figura 15: Busto de D. Pedro II na Praça Oswaldo Cruz, localizado ao lado da Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga, colocado em 2016.

Figura 16: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “orgulho de São Luiz do Paraitinga”, 2019.

Figura 17: Boneco representando Amácio Mazzaropi, localizado na Rua Cel. Domingues de Castro, São Luiz do Paraitinga.

Figura 18: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “3 personalidades que representam a cidade”, 2019.

Figura 19: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “3 palavras que definem a cidade”, 2019.

Figura 20: Vista aérea da enchente em São Luiz do Paraitinga, janeiro de 2010.

Figura 21: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “qual foi o acontecimento histórico mais importante da cidade”, 2019.

Figura 22: Bordado realizado pela moradora Cristina Maria Rodrigues de Toledo, dentro do projeto Retrato bordado da cultura de São Luiz do Paraitinga, em 2018. De acordo com a descrição da bordadeira, o trabalho representa o mar de morros, o rio Paraitinga, o Alto do Cruzeiro, a Capela das Mercês e o casario do Largo do Rosário, os elementos da cultura popular luizense: os bonecões, a dança de fita.

Figura 23: Alinhamento dos casarões da Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga, c. 1935.

Figura 24: Vista aérea de Vila Real de Santo António, Portugal, com o Rio Guadiana ao fundo.

Figura 25: Praça Marquês de Pombal em Vila Real de Santo António, Portugal.

Figura 26: Casa natal de Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga.

Figura 27: Casa natal de Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga. Já se notam alterações na edificação, desde seu tombamento pelo Iphan em 1956.

Figura 28: Busto em homenagem a Oswaldo Cruz localizado em praça homônima, São Luiz do Paraitinga.

Figura 29: Estado atual da Casa de Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga, que agora abriga o Museu e a Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba.

Figura 30: Sobrado número 3 da Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga.

Figura 31: Capela das Mercês, São Luiz do Paraitinga.

Figura 32: São Luiz do Paraitinga.

Figura 33: Mapa de São Luiz do Paraitinga, indicando as áreas do Centro Histórico tombadas pelo Condephaat, em 1982. Em amarelo, área de Proteção Grau 1; em laranja, área de Proteção Grau 2.

Figura 34: Mapa de São Luiz do Paraitinga, indicando as áreas do Centro Histórico tombadas pelo Condephaat, em 1982. Em amarelo, área de Proteção Grau 1; em laranja, área de Proteção Grau 2. Em preto, a demarcação do perímetro de tombamento realizado pelo Iphan, em 2010.

Figura 35: Apresentação da Nova Congada do Alto do Cruzeiro na Festa do Divino Espírito Santo, Centro Histórico, São Luiz do Paraitinga.

Figura 36: Igreja Matriz de São Luís de Tolosa, antes da enchente, São Luiz do Paraitinga.

Figura 37: Ruínas da Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga.

Figura 38: Tapumes ao redor da Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga, pintados pelos alunos de escolas municipais.

Figura 39: Desenho apresentado no anteprojeto para a instalação de cobertura metálica para a Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga.

Figura 40: Cobertura metálica marcando a volumetria da Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga.

Figura 41: Igreja Matriz de São Luís de Tolosa, depois da enchente, São Luiz do Paraitinga.

Figura 42: Procissão na Festa do Divino Espírito Santo de 2010, São Luiz do Paraitinga. Em 2010, os moradores, além dos pedidos habituais de saúde, trabalho e fartura de alimentos, pediam para rever sua cidade reconstruída e, em especial, suas igrejas.

Figura 43: Grupo Escolar, nas esquinas da Rua Cônego Costa Bueno (porta de acesso) com a Rua Monsenhor Ignácio Gioia.

Figura 44: Reprodução do projeto para a nova Biblioteca Municipal Nelson Ferreira Pinto.

Figura 45: Painéis localizados no saguão da entrada da Biblioteca Municipal Nelson Ferreira Pinto, mostrando o antigo prédio do Grupo Escolar que ruiu com a enchente. Houve uma grande rejeição por parte dos luizenses à aparência da nova edificação, principalmente em relação à porta principal.

Figura 46: A nova Biblioteca Municipal Nelson Ferreira Pinto. Foi colocado um banner provisório reproduzindo a antiga porta principal do edifício, quando este era o Grupo Escolar. Detalhe do banner com desenho que retrata a edifício destruído e sua porta principal.

Figura 47: Vazio deixado por casa que ruiu na enchente, na Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga.

Figura 48: Casa particular não restaurada, localizada na esquina chamada Quatro Cantos, São Luiz do Paraitinga.

Figura 49: Placa de entrada do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga.

Figura 50: Implantação do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga.

Figura 51: Intervenção em mapa mostrando a área em que se localiza o Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga.

Figura 52: Imagem do folheto da ABPC apresentando as casas térreas do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga.

Figura 53: Vista dos fundos dos sobrados do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga.

Figura 54: Escada de acesso aos sobrados do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga, onde fica visível a ausência de contenção do solo na implantação das casas.

- Figura 55: Casas térreas do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga, modificadas por seus moradores, com a construção de muros frontais e laterais, telhado para abrigo de carros, pinturas diferenciadas e revestimentos no piso.
- Figura 56: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “3 lugares que representam a cidade”, 2019.
- Figura 57: Vista aérea da Praça Oswaldo Cruz, com a Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga.
- Figura 58: Interior do Mercado Municipal, São Luiz do Paraitinga.
- Figura 59: Mapa de São Luiz do Paraitinga. Em vermelho, o perímetro de preservação visual; em amarelo, o perímetro de tombamento federal.
- Figura 60: Vista geral de São Luiz do Paraitinga, a partir do Mirante da Torre, enfatizando o mar de morros.
- Figura 61: Arte no muro que separa o Centro Histórico do bairro do Alto do Cruzeiro. Um dos painéis retrata Aziz Ab’Saber.
- Figura 62: Placa localizada no Mirante da Torre, São Luiz do Paraitinga.
- Figura 63: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, “com que cor você identifica a cidade?”, 2019.
- Figura 64: Estudo do planejamento do bairro do Alto do Cruzeiro, 1884. Ao centro do mapa, a Rua do Cruzeiro, que liga o Centro Histórico ao Cruzeiro, localizado no Pátio do Cruzeiro (atual Praça Benedito Godoy). Documento encontrado nos arquivos da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga.
- Figura 65: Vista da cidade de São Luiz do Paraitinga.
- Figura 66: Vista aérea da cidade de São Luiz do Paraitinga, com destaque para o bairro do Alto do Cruzeiro.
- Figura 67: Bordado realizado pela moradora Ana Paula Salgado, dentro do projeto Retrato bordado da cultura de São Luiz do Paraitinga, em 2018. De acordo com a descrição da bordadeira, o trabalho representa o Alto do Cruzeiro, “bairro de pessoas bastante carentes”.
- Figura 68: Rua do Cruzeiro, que liga o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga ao bairro do Alto do Cruzeiro. Abaixo, o muro que separa os bairros. Acima, ao fundo, o Cruzeiro, localizado na Praça Benedito Godoy.
- Figura 69: Casas abaixo do nível da rua, localizadas na subida para o mirante da torre (Rua Dr. Luiz de Aguiar), bairro do Alto do Cruzeiro, São Luiz do Paraitinga.

LISTA DE SIGLAS

ABPC – Associação Brasileira de Cimento Portland

AMABAC – Associação de Moradores e Amigos do Alto do Cruzeiro

AMI São Luiz – Associação dos Amigos para a Reconstrução e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

AVADAN – Avaliação de Danos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CEF – Caixa Econômica Federal

CEIVAP – Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

CEMZOC – Centro de Estudo Multidisciplinar de Manejo Integrado de Zonas Costeiras

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CODIVAP – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

DID – Departamento de Identificação e Documentação

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing

FNpM – Fundação Nacional Pró-Memória

GEI – Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituto Elpídio dos Santos

INPE – Instituto de Pesquisas Espaciais

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAVALE – Macrozoneamento do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo

MES – Ministério da Educação e Saúde

OEA – Organização dos Estados Americanos

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCH – Programa Cidades Históricas

PLIMEC – Plano de Integração do Menor à Comunidade

PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PPSNPVRSA – Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António

PR – Partido da República

RMVPLN – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

SH – Seção de História

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil

SISEMSP – Sistema Estadual de Museus de São Paulo

TFG – Trabalho Final de Graduação

UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNITAU – Universidade de Taubaté

UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
PERCURSO METODOLÓGICO	30
Protocolo de pesquisa	35
PARTE 1 HISTÓRIA, TEMPO E ESPAÇO	39
Capítulo 1 Vale do Paraíba e São Luiz do Paraitinga	41
1.1 Vale do Paraíba: formação do território, contextos econômicos e planos regionais. . . .	41
1.2 São Luiz do Paraitinga: tempo e espaço.	48
1.3 Os tombamentos no Vale do Paraíba	58
PARTE 2 A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS	63
Capítulo 2 Imagem, imaginário	65
2.1 Imagens, imaginário e imaginários urbanos.	64
2.2 Imaginário fundacional.	69
2.3 Imaginários materializados nas cidades: de São Luiz do Paraitinga a Santiago de Cuba	71
Capítulo 3 Patrimônio, turismo e imaginário	83
3.1 Turismo e patrimônio cultural, primeiras aproximações	84
3.2 Estância Turística: um marco para a cidade e para os luizenses	88
3.3 Turismo e imaginário em São Luiz do Paraitinga	94
Capítulo 4 Paraitinga, as águas claras, a enchente, mitos e lendas	107
4.1 O Rio Paraitinga e suas enchentes	107
4.2 Enchente de 2010: o início de um novo imaginário fundacional	110

PARTE 3 OS IMAGINÁRIOS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO:	
IMPLICAÇÕES EM SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA	115
Capítulo 5 Imaginários urbanos e patrimônio	117
5.1 A construção de um imaginário para as cidades históricas brasileiras.....	119
5.2 O patrimônio paulista e a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat).....	127
Capítulo 6 Luís Saia, construtor de imaginários	131
6.1 Luís Saia no Iphan de São Paulo e no Condephaat: o imaginário bandeirante.....	131
6.2 A continuidade dos estudos: a consolidação do imaginário fundacional.....	139
Capítulo 7 Os tombamentos de São Luiz do Paraitinga	153
7.1 A relevância da casa de Oswaldo Cruz para o Iphan e para o Condephaat e a primeira tentativa de tombamento do Centro Histórico.....	154
7.2 O tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga pelo Condephaat, 1982: a Cidade Histórica.....	161
7.3 A emergência do tombamento de São Luiz do Paraitinga pelo Iphan, 2010/2012: Conjunto Histórico e Paisagístico.....	169
7.4 Patrimônio: valor e participação popular.....	174
PARTE 4 DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS	183
Capítulo 8 O pós-tombamento	185
8.1 O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).....	186
8.2 Os tombamentos municipais.....	193
8.3 As Casas do Patrimônio e a Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba.....	198
Capítulo 9 Contradições na reconstrução:	
a Igreja Matriz e a Biblioteca	207
9.1 A Igreja Matriz.....	210
9.2 O antigo Grupo Escolar, atual Biblioteca Municipal.....	222

Capítulo 10 A reconstrução de casas particulares e o Conjunto Habitacional Casinha Branca	233
10.1 Casas particulares e os vazios na cidade	234
10.2 Casinha Branca, um novo modo de vida	240
Capítulo 11 Gestão de uma cidade tombada: Centro Histórico e Morro do Cruzeiro – contrastes e aproximações	253
11.1 O Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga	255
11.2 O mar de morros: o imaginário urbano construído por Aziz Ab’Saber	259
11.3 O imaginário urbano sobre bairros	269
11.4 Bairro do Alto do Cruzeiro: formação, Plano Diretor Participativo e tombamento	276
CONCLUSÕES	291
REFERÊNCIAS	295
ANEXOS	
Anexo I – Questionário São Luiz do Paraitinga	311
Anexo II – Questionário Santiago de Cuba	325
Anexo III – Questionário Turistas	336
Anexo IV – Estrutura das Entrevistas	338

INTRODUÇÃO

Em seu livro *A alegoria do patrimônio*, escrito no início dos anos 1990, Choay (2006, p. 12) convidava a uma reflexão:

o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.

Nesta direção, interessa a esta pesquisa questionar as concepções de patrimônio ao longo do tempo – não a respeito das técnicas de preservação e conservação, tema que move muitos estudiosos e técnicos –, mas, sobretudo, os significados que esse patrimônio adquiriu para a sociedade na qual está inserido e, ainda, como se dá sua gestão.

O estudo e as decisões a respeito do patrimônio, até há algum tempo restritos a arquitetos e historiadores, foram passando para as mãos de um corpo técnico multidisciplinar e são, contemporaneamente, temas mobilizadores da sociedade. Porém, mesmo com as mudanças na conceituação de patrimônio e na conduta dos órgãos de preservação especializados, ainda se está distante de conseguir uma participação efetiva de governos e da sociedade civil para uma atuação completa no ciclo de patrimonialização. Esse ciclo começa com a atribuição de valor a um bem cultural e este, até a Constituição de 1988, era conferido pelo poder público e reconhecido apenas por meio do tombamento que tinha, assim, “papel instituinte do valor cultural” (MENESES, 2012, p. 33). Na Constituição de 1988, o tratamento dado ao patrimônio expressa sua concepção como uma construção da sociedade e que envolve, entre outros, disputas simbólicas e materiais e os conceitos e procedimentos utilizados pelos órgãos competentes em cada período histórico (RODRIGUES, 2019¹).

Para trabalhar estas questões iniciais, elegeu-se como objeto deste estudo a cidade paulista de São Luiz do Paraitinga. A cidade, que já recebeu títulos como *Imperial Cidade* e *Cidade das Mil Festas*, tem no patrimônio cultural – material e imaterial – seus trunfos de distinção perante outras cidades, fazendo das celebrações artísticas e religiosas, através da realização de inúmeras festas, um meio de expressar suas identidades e memórias. Seu carnaval, feito nas ruas, com a criatividade popular e execução exclusiva de marchinhas autóctones, foi objeto de estudo desta pesquisadora em seu Mestrado em História, com a dissertação *Carnaval*

¹ Anotações da exposição da profa. Marly Rodrigues no curso *Salvaguarda do patrimônio imaterial: origens, dilemas e perspectivas*, realizado entre maio e junho de 2019, na Casa Mário de Andrade, em São Paulo.

de São Luiz do Paraitinga: conflito entre isolamento e abertura da cidade (ALLUCCI, 2015).

A identificação dos luizenses com o modo de vida caipira também revela uma configuração histórica que se faz valer como recurso e atrativo. E, agregado a essas manifestações, encontra-se seu patrimônio arquitetônico, conjugado ao traçado urbano que se deixa entrever em alguns espaços públicos da cidade.

A hipótese que norteou a pesquisa é que o entrelaçamento das histórias sobre a fundação e a urbanização de São Luiz do Paraitinga representam o início da utilização de um imaginário fundacional como base para a atribuição de seu valor patrimonial. Esse imaginário fundacional, estabelecido por estudos acadêmicos e pesquisas sobre São Luiz do Paraitinga, vem servindo de alicerce e justificativa para os sucessivos processos de tombamento desta cidade pelos órgãos de preservação estadual e federal, somando-se a ele, posteriormente, outros imaginários urbanos.

Este imaginário fundacional está vinculado à fundação do povoado, atribuída a D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, quando este governou a Capitania de São Paulo (1765-1775). Quando utilizado nos processos de tombamento da cidade, serve como argumento de sua distinção: em primeiro lugar, conferindo seu valor patrimonial pela forma urbana da cidade, que apresentaria simetria e regularidade; em segundo, pelas alegações de que o ideário iluminista do Morgado teria conduzido essa fundação.

Quando se debruçam sobre a urbanização do período, muitos estudos comprovam que a situação fundacional de São Luiz do Paraitinga não foi exclusiva; ela esteve atrelada a princípios urbanísticos portugueses há muito praticados na colônia, como esclarece Renata Malcher de Araujo (1998, p. 36), em sua pesquisa sobre cidades da Amazônia:

no século XVIII vemos, inclusive, uma fórmula ser incorporada às cartas régias determinando a fundação das cidades, que repete os preceitos da escola já existente. As normas que se arvoram na lei são, na verdade, as mesmas que vinham gerindo o processo desde há muito. Determinam a criação da praça e a instalação dos edifícios principais, a abertura das ruas largas e direitas, em linha recta, e a definição de um modelo único de fachada para que sempre se “consERVE a mesma formosura das terras”.

Avançando neste imaginário fundacional, os documentos patrimoniais declaram que a cidade, além de um urbanismo ilustrado, seria, também, uma “cidade iluminista”, ao que serão apresentados argumentos para questionar esta definição.

A cidade teve seu Centro Histórico tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1982, e nos processos já constavam, ainda que de forma menos evidente, as alusões às marcas que essa fundação

teria deixado. Alguns anos depois, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) abriria um processo para tombamento desse Centro Histórico mas, pouco antes do envio para aprovação, em 2010, uma grande enchente² destruiu parte de seu patrimônio edificado. Com esse acontecimento inesperado, o Iphan tomou outros rumos na condução do tombamento e este, finalizado em 2012, inscreveu a cidade no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como *Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luiz do Paraitinga*.

Por essa razão, a enchente de 2010 – como dispositivo provocador de ações voltadas à reconstrução da cidade – foi adotada como marco temporal inicial para a análise deste trabalho. A reorganização exigida pelos danos sofridos pela inundação teve consequências sociais e políticas, explicitadas por meio das decisões sobre a reconstrução dos edifícios, não apenas no Centro Histórico, mas também na criação de novos bairros e na vida cotidiana. Este poderia, portanto, ter sido o momento para a escolha de uma futura forma de preservação com visão mais abrangente da cidade, mas, pelo que se apura no processo emergencial, a solicitação do tombamento – realizada antes mesmo da conclusão dos estudos sobre a situação pós-enchente – foi uma aposta do Iphan, pois não havia, ainda, condições de saber como a cidade ficaria em termos do patrimônio edificado. Mas foi, principalmente, uma estratégia para barrar a demolição e/ou as reformas que alguns moradores estavam iniciando por estarem se “aproveitando da situação”, como o Instituto alega na documentação.

Tendo em conta esse fato, a pesquisa parte do questionamento sobre a efetividade do tombamento deste conjunto urbano pelo Iphan – como objeto de estudo – o que permitiu estendê-lo, de forma mais geral, aos critérios de definição e gestão da categoria de *Conjunto* usada para enquadrar outros contextos urbanos semelhantes. O tratamento diferenciado entre o Centro Histórico e os outros espaços da cidade de São Luiz do Paraitinga suscita a reflexão sobre sua declaração como *Conjunto Histórico e Paisagístico* e sobre as consequentes determinações impostas por essa condição.

A reiteração e concentração dos investimentos e intervenções no perímetro histórico, em

² Nesta tese, a enchente é considerada um *desastre*. Tomou-se por base “a teoria dos desastres, construída desde uma abordagem sociológica, que enfatiza as considerações sobre a organização social complexa e o comportamento coletivo. Isto é, entende-se que ‘a dimensão social converte-se na pré-condição para que a dimensão natural se torne destrutiva’ [...] Na América Latina, os órgãos nacionais de proteção e defesa civil [...] costumam referir-se aos danos e prejuízos coletivos e de grande monta, associados a intensas precipitações pluviométricas, secas, erupções vulcânicas, terremotos e afins, como *desastres naturais*. Na coletânea intitulada *Los desastres no son naturales*, produzida pela Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina - La Red, enfatiza-se que, quando os planejadores de Estado dizem que os desastres são naturais, buscam evitar um questionamento mais amplo sobre o processo sócio histórico no bojo do qual se desenrola a dinâmica socioespacial. É nesse processo que estão os elementos explicativos de danos e prejuízos a certas comunidades e não a outras (embora expostas a eventos similares), como também as forças que atuam na construção de um repertório discursivo que acusa certas populações de despreparadas, sem consciência, sem percepção de seu mundo (VALENCIO, 2014, p. 3632-3633).

detrimento das demais áreas do município, podem ser entendidas como resultado da utilização de elementos que valorizam esta área e, entre eles, o esforço por legitimar o imaginário fundacional, ao qual se atrelaram os demais componentes habitualmente reconhecidos pelos órgãos de preservação do patrimônio.

Desta forma, desse *conjunto* participam apenas as áreas delimitadas em 2010 pela poligonal de tombamento, que quase nada acrescentou aos limites determinados no tombamento anterior do Condephaat, em 1982.

Não é de hoje que São Luiz do Paraitinga apresenta territórios contrastantes em termos de investimentos e valorizações. Diversos e recorrentes procedimentos provocaram esta diferença, gerando contradições para o desenvolvimento da cidade e, entre eles, pode se destacar a atuação dos órgãos de preservação que, ao estabelecer diretrizes e graus de proteção para a salvaguarda do patrimônio e estabelecer um perímetro de tombamento da área urbana, reforçaram esta divisão, apoiados nos estudos que tem como principal argumento o imaginário fundacional e a permanência da conformação urbanística da cidade.

A relevância dada ao Centro Histórico faz com que haja ali uma concentração das atividades culturais, turísticas e econômicas, ao mesmo tempo em que provoca a segregação de outras áreas da cidade. Como exemplo mais flagrante dessas diferenças, pode-se apontar o bairro do Alto do Cruzeiro, estabelecido em área contígua ao centro, o Morro do Cruzeiro, localizado atrás da Igreja Matriz. O Morro é parte da história da cidade desde seu princípio, e configura-se em objeto da paisagem que dá suporte ao tombamento do *Conjunto Histórico e Paisagístico*.

Considerando tais aspectos, teve-se como objetivo compreender a construção dos imaginários urbanos em São Luiz do Paraitinga e os desígnios dessa cidade após seu tombamento, incluindo a gestão de seu patrimônio.

Os imaginários urbanos foram a base para a leitura da cidade de São Luiz do Paraitinga e para entender, especificamente, como os órgãos de patrimônio, associados aos governos de todas as instâncias e a população local, definiram sua preservação e efetivaram seus tombamentos, além de entender os desígnios no pós-tombamento. A importância dessa escolha de abordagem para entendimento das decisões fica evidente quando, conforme aponta Vera (2019, ebook)

la perspectiva de los imaginarios habilita un proceso investigativo del mundo urbano sostenido en el rastreo de las asociaciones de sentidos, materializaciones, representaciones y prácticas, y una posterior interpretación de lo que esas asociaciones ponen en relación. El principal objetivo de esta presentación, entonces, es contribuir a pensar sobre las distintas dimensiones y los puentes, asociaciones o deslizamientos que se

pueden establecer entre ellas para propiciar un abordaje multidimensional de la ciudad a partir de los imaginarios urbanos³.

Como aprofundamento, nos objetivos específicos buscou-se compreender os procedimentos utilizados pelo Condephaat e, em maior medida, pelo Iphan, para preservação dos patrimônios culturais; como este último vem acompanhando as teorias internacionais de preservação como referências para a atuação em território nacional; conhecer as relações que se estabeleceram durante o encaminhamento e a efetivação da restauração de São Luiz do Paraitinga entre os órgãos oficiais – tanto da área de preservação quanto governamentais – e a comunidade luizense.

A pesquisa pretendeu conhecer como ocorreu a participação da comunidade no andamento das obras; qual o acolhimento da população sobre o resultado final e que memórias foram acionadas com as reconstruções do patrimônio edificado. Entender como, e por quem, são eleitos e legitimados os elementos constitutivos do patrimônio de São Luiz do Paraitinga.

Para isso, dois instrumentos foram essenciais: uma pesquisa qualitativa, em formato de entrevistas, e dois questionários, um aplicado a moradores e outro a turistas, que auxiliaram no cumprimento desses objetivos.

E, ainda, refletiu sobre a possibilidade de uma abordagem da preservação do conjunto que contemplasse os espaços dentro e fora do perímetro de tombamento, apesar da diferença de recursos econômicos, sociais e culturais que eles recebem; se, ao se compreender a cidade como a totalidade de suas partes, com sua heterogeneidade e multiplicidade, seria possível construir políticas de preservação que não valorizassem apenas alguns aspectos em detrimento de outros, em um planejamento de base participativa.

Para realizar o debate proposto, na **Parte 1**, o **Capítulo 1** buscou entender a formação do Vale do Paraíba como território, apresentando seus diversos contextos econômicos e os planos regionais desenvolvidos ao longo do tempo. Apresenta a história de São Luiz do Paraitinga e os marcos espaço-temporais conformadores da cidade. São Luiz do Paraitinga teve e tem um papel no Vale do Paraíba em que sua condição marginal ao desenvolvimento regional contribuiu para a preservação não intencional de seu patrimônio edificado e de sua configuração urbana, tornando-os seus principais recursos. É a única cidade no Vale a ter um tombamento de

³“a perspectiva dos imaginários possibilita um processo de pesquisa do mundo urbano sustentado no rastreamento das associações de sentidos, materializações, representações e práticas, e uma posterior interpretação do que essas associações colocam em relação. O principal objetivo desta apresentação, portanto, é contribuir para o pensamento sobre as diferentes dimensões e as pontes, associações ou deslizamentos que podem ser estabelecidos entre elas para promover uma abordagem multidimensional da cidade com base nos imaginários urbanos”.

conjunto, o que demonstra que não houve, por parte dos órgãos de preservação, um olhar para a preservação do território, mas sim para as edificações e, no máximo, para os centros históricos. Os principais autores que contribuíram para essa reflexão foram Petrone (1959), Muller (1969), Telles (2006), Campos (2011), Monteiro (2012) e Tirapeli (2014).

Na **Parte 2**, no **Capítulo 2**, apresentam-se os conceitos de imaginários, imaginários urbanos e imaginários fundacionais. Criando uma linhagem de ideias, partiu-se de Castoriadis (1982) e Durand (1996, 1997), teóricos dos imaginários sociais para chegar-se em Silva (2011, 2014) e García Canclini (2008, 2010, 2012), expoentes do tema imaginários urbanos e outros autores correlacionados em diversas áreas do conhecimento, entre os quais destacam-se Carrión (2010), Lindón (2006, 2012), Hiernaux (2002), Lacarrieu (2007) e Vera (2019), que utilizaram os imaginários urbanos para construir um olhar sobre as cidades. Como contribuição para a discussão da materialização dos imaginários nas cidades, traça-se um paralelo entre a cidade de São Luiz do Paraitinga e a de Santiago de Cuba, esta última escolhida como caso de referência, estudada através de pesquisa doutorado-sanduíche realizado durante três meses em 2018.

No **Capítulo 3**, procurou-se entender como o turismo, a partir de cartas internacionais, entrelaçado com o patrimônio cultural, fez sua entrada no Brasil. Estes aportes foram sentidos nas políticas patrimoniais nacionais e tiveram relevância em São Luiz do Paraitinga, inicialmente com sua designação como Estância Turística e, em seguida, com políticas econômicas voltadas a essa finalidade, para as quais os imaginários locais e a mídia contribuíram em grande medida, ao promoverem a diferenciação e divulgação da cidade. Autores como Leal (2008, 2014), Costa (2009), Enríquez Acosta (2013) contribuíram para a argumentação. A partir deste capítulo, inseriram-se excertos das entrevistas realizadas. No **Capítulo 4**, a enchente de 2010 foi analisada não só a partir dos efeitos físicos do desastre, mas também como gênese de um novo imaginário fundacional para a cidade que, a partir dela, viveu momentos de ruptura e reconstrução. Destaca-se, ainda, a relevância da presença do rio na cidade, em seus aspectos materiais e simbólicos.

Na **Parte 3**, composta por 3 capítulos, apresenta-se, no **Capítulo 5**, um breve histórico da criação do Iphan, com destaque para a contribuição de agentes e movimentos que levaram à criação de um imaginário para as cidades históricas brasileiras. Foram consultados Wisnik (2007), Pinheiro (2017), Bomeny (2012), Chuva (2009), Motta (1987), Fonseca (2017), Marins (2008, 2019), Nascimento (2010, 2015, 2018), entre outros autores. Também foi importante a compreensão do papel do Condephaat em relação à preservação em nível estadual, ao longo do tempo. Para este assunto, auxiliaram os estudos de Rodrigues (2000), Wolff (2019) e Neves e Zagato (2019). O **Capítulo 6** apresenta o arquiteto Luís Saia e sua atuação no Iphan e no Condephaat. Seus estudos sobre São Luiz do Paraitinga foram fundamentais para a valorização

patrimonial dessa cidade, baseada no imaginário fundacional como o principal atributo. Fez-se uma discussão pontual da historiografia sobre a fundação de cidades coloniais e, em especial, dos argumentos utilizados para reforçar a construção desse imaginário fundacional com o objetivo de garantir uma excepcionalidade para São Luiz do Paraitinga e, com isso, garantir seu tombamento federal. A respeito de Luís Saia, foram utilizados os trabalhos de Rolim (2006), Lowande (2010) e Ferreira (2015); sobre o Morgado de Mateus, Torrão Filho (2005, 2007), Bellotto (1979) e Derntl (2012, 2013); sobre cidades coloniais brasileiras e portuguesas, Reis Filho (1968), Rossa (2002, 2009, 2015), Bueno (2009), Dias (2004), Araujo (1998), Correia (1997), Teixeira (1999, 2012), França (1987), Flexor (1988), Delson (1979).

O **Capítulo 7** trata dos tombamentos de São Luiz do Paraitinga, inicialmente de edifícios isolados, posteriormente como Centro Histórico, pelo Condephaat, em 1982 e, após a enchente, como Conjunto Histórico e Paisagístico pelo Iphan, em 2010. Foram revisados processos de tombamento dos dois órgãos. O exame destes documentos permitiu constatar a reiteração dos mesmos argumentos em diferentes momentos em que se teve oportunidade de pensar a preservação da cidade. Discute-se, a partir de uma indagação de Meneses (2012) sobre quem deveria atribuir valor ao patrimônio e por quê. No caso de São Luiz do Paraitinga, entrevistas auxiliaram a verificar que, a despeito de um discurso que defende a participação popular, as decisões são tomadas, de fato, pelos técnicos capacitados pelas instituições voltadas ao patrimônio.

Na **Parte 4**, iniciam-se as investigações sobre os desígnios após o tombamento federal em São Luiz do Paraitinga. Para isso, no **Capítulo 8** analisam-se ações como a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), os tombamentos municipais, realizados a partir de iniciativas de vereadores e da população local, ampliando o foco, no município, para patrimônios em bairros e na área rural, e a criação de uma sede da Casa do Patrimônio na cidade. O **Capítulo 9** apresenta o processo de duas reconstruções, a Igreja Matriz e o Grupo Escolar, agora Biblioteca Municipal, e revela os embates e conflitos durante os procedimentos e as reações perante os resultados, com os debates sobre autenticidade e falso histórico entre técnicos e sociedade.

No **Capítulo 10**, apresentam-se problemáticas contemporâneas de uma cidade patrimonializada, como a reconstrução de casas particulares e a construção de um novo conjunto habitacional destinado aos que perderam suas casas ou aos que moravam em casas em áreas de risco. Essas duas questões são relevantes pois, passados 10 anos da enchente, não estão totalmente solucionadas. O **Capítulo 11** traz à luz o bairro do Alto do Cruzeiro, cuja ocupação refletiu, desde o seu início, a desigualdade social em relação ao Centro Histórico da cidade. Mas, para além dos problemas de infraestrutura do bairro, ficam claros os estigmas sociais e culturais

que seus moradores carregam, além do desconhecimento sobre o fato do bairro estar inserido no perímetro tombado da área urbana. Também se mostra a construção de um imaginário urbano relacionado à geografia da cidade, o “mar de morros”, acionado pelo geógrafo luizense Aziz Nacib ab’Saber e sustentado, até os dias de hoje, pela população luizense.

PERCURSO METODOLÓGICO

Apresenta-se aqui o percurso metodológico condutor da pesquisa e as principais fontes utilizadas.

O estudo das cidades permite – e até exige – a discussão em vários campos do conhecimento, entre os quais o urbanismo, a arquitetura, a sociologia, a geografia, a história, a economia, a antropologia, podendo-se dizer que “a solidez da pesquisa de tais estudos permitiu que se constituísse um enquadramento adequado para compreender a transformação urbana ocorrida no país a partir da segunda metade do século XIX” (PESAVENTO, 2007b, p. 13).

Assim, como início da pesquisa, o material bibliográfico e a revisão crítica da literatura abrangeram as diversas disciplinas mencionadas.

São Luiz do Paraitinga motivou, principalmente após a enchente, vários estudos e pesquisas, desenvolvidos em artigos, dissertações e teses sobre a cidade. Esse material foi consultado, em grande medida, e consta da bibliografia.

A participação da imprensa, por meio da publicação de periódicos, também foi relevante para a compreensão da imagem divulgada dessa cidade, principalmente com finalidade turística; mas, em especial no episódio da enchente, a mídia deu suporte aos discursos patrimoniais. Por isso, foram analisadas matérias de jornais como *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *O Globo*, além de jornais do Vale do Paraíba e do jornal local, o *Jornal da Reconstrução*. Este último, criado logo após a enchente, circulou em edições quinzenais com tiragem de 2.000 exemplares, a partir de março de 2010 até o número 18, de março de 2011, quando sua produção foi interrompida. Nas pautas, assuntos como as novas casas populares, conselhos para a reconstrução, notícias sobre as situações física e econômica da cidade, o andamento das obras, relatos de audiências públicas, entre outros. Todas as edições estão disponíveis para *download*⁴ no site da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga.

Documentários e imagens televisivas completaram a exposição dos acontecimentos,

⁴Disponíveis em: [https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/post/parceiros-da-reconstrucao\\$12433](https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/post/parceiros-da-reconstrucao$12433).

ajudando a propagar o caso de São Luiz do Paraitinga para além de sua região mais imediata. Foram consultados documentários disponíveis em plataformas online sobre a enchente e o documentário *Memória Luizense: a passagem do tempo em São Luiz do Paraitinga*.

Em relação aos tombamentos nas esferas estadual e federal, a análise recaiu sobre os processos referentes à São Luiz do Paraitinga, entendidos à luz de teorias e conceitos vigentes em seus momentos históricos; pesquisou-se, também, as leis referentes a tombamentos municipais da cidade. Tais documentos encontram-se nos arquivos do Condephaat e dos departamentos textual e iconográfico do Iphan São Paulo, assim como no Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, nos quais se obtiveram materiais digitalizados e outros em meio físico. Processos de tombamento de outras cidades, como Icó, Aracati e Iguape foram obtidos do Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, em material digitalizado e foram usados para consultas comparativas. Deste material, destacam-se o *Dossiê São Luiz do Paraitinga* e o Relatório do Inventário de Nacional de Referências Culturais (INRC) da cidade, cedidos pelo Iphan/SP em formato digital.

A documentação municipal está disponibilizada no site da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga⁵. Foram pesquisados a legislação que trata dos tombamentos municipais do patrimônio luizense; o Plano Diretor de São Luiz do Paraitinga; programas e projetos de distintos setores da administração de São Luiz do Paraitinga (habitação, turismo, planejamento, cultura).

De grande importância para os objetivos desta tese, foram realizadas entrevistas, que tiveram por finalidade complementar as informações encontradas nos processos institucionais e trazer novas perspectivas para eles. Permeadas pelos imaginários fundacional e urbano, as declarações obtidas trouxeram nova compreensão para os eventos de 2010; as considerações dos entrevistados, fruto de reflexões feitas nesse período de 10 anos, trouxeram novos pontos de vista para as ações e decisões dos primeiros momentos. Afinal, apesar da ampla divulgação em torno do sucesso da reconstrução de São Luiz do Paraitinga, a cidade ainda apresenta terrenos vazios onde haviam casas que ruíram, casas com reformas provisórias e moradores inadaptados às suas novas condições de vizinhança. Ribeiro (2008, p. 141) considera a entrevista como

a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

⁵ <https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/>

O tipo de entrevista escolhido foi o de *entrevista por pautas*, que apresenta certo grau de estruturação, guiada pela relação entre pontos de interesse explorados pelo entrevistador (BRITTO JR., FERES JR., 2011). Elas foram realizadas por meio de perguntas abertas, abordando temas que permitiram revelar a visão do entrevistado sobre o episódio da enchente e suas consequências nas questões urbanas e patrimoniais.

Foram realizadas 27 entrevistas, com duração média de uma hora, em uma conversa conduzida pessoalmente pela pesquisadora, gravada em áudio.

	Nome	Cargo/função
2018	Luiz Fernando de Almeida	ex-presidente nacional do Iphan (2006 a 2012)
2019	André Bazzanella	dirigente da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba / Iphan
	Ana Lúcia Bilard Sicherle	Prefeita de São Luiz do Paraitinga (2009/2012 e 2017/2020)
	Maiara Ângelo Moreira da Silva Santos	garçonete / moradora
	Renata Aparecida do Carmo	garçonete / moradora
	Benedito Filadélfio de Campos Netto	Diretor de Cultura de SLP (2009/2012 e 2017/2020)
	Júlia Pereira dos Santos	ex-servidora da Prefeitura de SLP (em 2010) / arquiteta
	Maria Tereza dos Santos	garçonete / moradora
	João Rafael Coelho Cursino dos Santos	morador / historiador
	Amanda Cursino dos Santos	moradora / artista
	Nilde Cristina Pola Batista	Secretária de Educação de SLP (2009/2012 e 2017/2019)
	Lúcia Moradei	aposentada / moradora
	Flávia Americano	bibliotecária / moradora
	Antonio Carlos Daniel Frade	escriturário do cartório de São Luiz do Paraitinga / morador
	Juliana Queiroz Silvestre	tabeliã do cartório de São Luiz do Paraitinga / moradora
	Adelaide de Araújo Leite	proprietária de pousada / moradora
	Anna Beatriz Ayrosa Galvão	ex-superintendente do Iphan-SP, arquiteta e professora
	Ronaldo Ruiz	superintendente do Iphan-SP (2019)
Marly Rodrigues	historiadora / responsável pelo INRC de São Luiz do Paraitinga	
Natalia dos Santos Moradei	ex-servidora de São Luiz do Paraitinga (em 2010), arquiteta	
Cristiane Bittencourt	ex-secretária planejamento SLP	
Maryclea Carmona Maues Neves	analista Iphan-SP	
2020	Márcia Aparecida Santos Morais	comerciante/moradora
	Tarcísio Alves dos Santos	morador
	José Dorival Alves	morador
	Antonio Roberto da Silva	pedreiro/comerciante
	Marcelo Santos Toledo	funcionário público estadual/ ex-vereador

Quadro 1 – Relação dos entrevistados. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Posteriormente, fez-se a transcrição das entrevistas. Para o tratamento e a análise do material coletado nas entrevistas, considerada pesquisa qualitativa, foi utilizada a análise de conteúdo, técnica que tem por objetivo a descrição do conteúdo manifesto na comunicação. Foram selecionadas as ideias mais presentes nas entrevistas e parte delas aparece reproduzida textualmente no corpo da tese. As entrevistas se mostraram muito importantes no decorrer da pesquisa, pois transformaram-se em um contraponto à documentação dos órgãos de preservação. Alguns entrevistados, profissionais ligados à área do patrimônio e outros ligados à administração municipal de São Luiz do Paraitinga, tiveram participação direta nos procedimentos e foram responsáveis pela produção de parte da documentação dos tombamentos.

Além disso, metodologicamente, as entrevistas – assim como os questionários – constituem meios importantes para ter acesso aos imaginários urbanos, uma vez que, por meio delas

se busca identificar los nuevos urbanismos creados por los ciudadanos desde la interacción cotidiana y profundas afectividades con la ciudad. En la reflexión sobre imaginarios urbanos, se busca conocer la subjetiva y comprender los múltiples contextos que configuran y resignifican a la urbe como noción desde los relatos de sus habitantes, la memoria histórica colectiva sobre sus espacios o lugares; los cuales son calificados por los habitantes de acuerdo a una serie de cualidades simbólicas surgidas a partir de la experiencia cotidiana del ciudadano en su interacción en la ciudad⁶ (DÍAZ ARENAS, MONTOYA MEJÍA, 2018, p. 190-191).

Foi possível, então, construir uma visão do cidadão/morador sobre São Luiz do Paraitinga, e também daqueles que atuaram em seus processos ligados aos patrimônios material e imaterial da cidade. No Anexo 4, apresenta-se um resumo dos instrumentos de coleta de dados por meio de entrevistas, aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas.

Outro instrumento de coleta utilizado foi o questionário sobre imaginários urbanos, aplicado a 156 moradores/cidadãos de São Luiz do Paraitinga, que trazia perguntas de múltipla escolha, associadas a perguntas abertas. Alguns resultados estão no corpo da tese; no Anexo I encontra-se a totalidade das respostas.

Na trajetória desta tese, esta pesquisadora teve oportunidade de participar do Programa

⁶“procura-se identificar os novos urbanismos criados pelos cidadãos a partir da interação diária e das profundas afetividades com a cidade. Na reflexão sobre imaginários urbanos, busca-se conhecer o subjetivo e entender os múltiplos contextos que configuram e resignificam a cidade como noção a partir dos relatos de seus habitantes, da memória histórica coletiva sobre seus espaços ou lugares; que são qualificados pelos habitantes de acordo com uma série de qualidades simbólicas que emergem da experiência cotidiana do cidadão em sua interação na cidade”.

de Doutorado Sanduiche no Exterior MES-CUBA PROJETOS - Edital nº 046/2013, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), junto à Universidad de Oriente, em Santiago de Cuba, na Facultad de Construcciones / Departamento de Arquitectura y Urbanismo, sob co-orientação da Profa. Dra. Milene Soto Suárez.

Durante este período, nos meses de agosto a outubro de 2018, foram realizados trabalhos de campo que consistiram em conhecer os patrimônios da cidade de Santiago de Cuba e entender como é realizada a gestão, por meio da Oficina del Conservador de la Ciudad de Santiago de Cuba, instituição cultural criada em 1996, com o objetivo de gerir a salvaguarda integral do patrimônio santiagueiro.

Neste sentido, apesar das diferenças acentuadas nos contextos sociais, políticos e econômicos, o paralelo da cidade cubana com a paulista se justificou pela similaridade de aspectos e problemas encontrados em ambas as cidades, tais como a exploração turística de fatos relevantes da história e dos atributos fundacionais, a presença de atividades rememorativas e de festas e festivais, além dos desastres que ambas sofreram, com consequências para seus patrimônios.

Durante o intercâmbio, uma das atividades desenvolvidas foi a aplicação do questionário sobre imaginários urbanos a 144 moradores/cidadãos de Santiago de Cuba. As perguntas tiveram como objetivo conhecer como esses moradores vêem o patrimônio de sua cidade e seguem as mesmas perguntas do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga. Os resultados estão apresentados no Anexo 2. O questionário contou com a colaboração de especialistas de La Maqueta de la Ciudad e da Profa. Dra. Ofelia Pérez Montero, diretora do Centro de Estudio Multidisciplinario de Manejo Integrado de Zonas Costeras (CEMZOC) da Universidad de Oriente para discussão de aspectos metodológicos.

Outro questionário, voltado a turistas, foi aplicado a um grupo 50 pessoas, estudantes universitários e professores da graduação em Cinema e Audiovisual da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em São Paulo que viajaram a São Luiz do Paraitinga para participar de festas na cidade e usá-las como material de experimentação do fazer das disciplinas. Foram 41 respondentes. Os resultados são apresentados no Anexo 3.

Trabalhou-se, ainda, com fontes visuais e iconográficas, pesquisadas em acervos particulares, nos acervos do Iphan e do Condephaat, além do acervo constituído pela autora nos últimos anos (2007-2020).

Como a investigação proposta requereu a combinação de métodos, o *estudo de caso* demonstrou ser bastante adequado, por ter a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências e acomodar diversas perspectivas (YIN, 2015). A escolha do caso de São Luiz

do Paraitinga como estratégia para a abordagem das questões auxiliou a elucidá-las, visto que é plural e dinâmico; atendeu à perspectiva contemporânea pela qual a investigação foi norteada e, também, para reavaliar as condutas dos tombamentos em vários níveis, em especial, após o desastre ocorrido, com perda substancial do patrimônio construído – situação também emblemática ocorrida em várias outras cidades históricas como Goiás Velho e Mariana – o que corroborou para a escolha do método pois, de acordo com Yin (2015), “outro fundamento lógico para um caso único é aquele em que o caso representa um caso raro ou extremo”.

Por fim, a abordagem por meio de estudo de caso foi essencial para entendimento do objeto, que vai além da cidade de São Luiz do Paraitinga, na medida em que o questionamento é, por um lado, sobre a forma como se constroem e reiteram-se imaginários urbanos para os tombamentos, tornando quase irrefutável a legitimidade dos argumentos e, por outro, resultando na desconsideração da própria cidade em sua integridade ou das mudanças no valor atribuído ao patrimônio ao longo do tempo.

Optou-se por apresentar as citações em seus idiomas originais ou no idioma original da versão consultada. As traduções, apresentadas em notas de rodapé, foram feitas pela autora da tese.

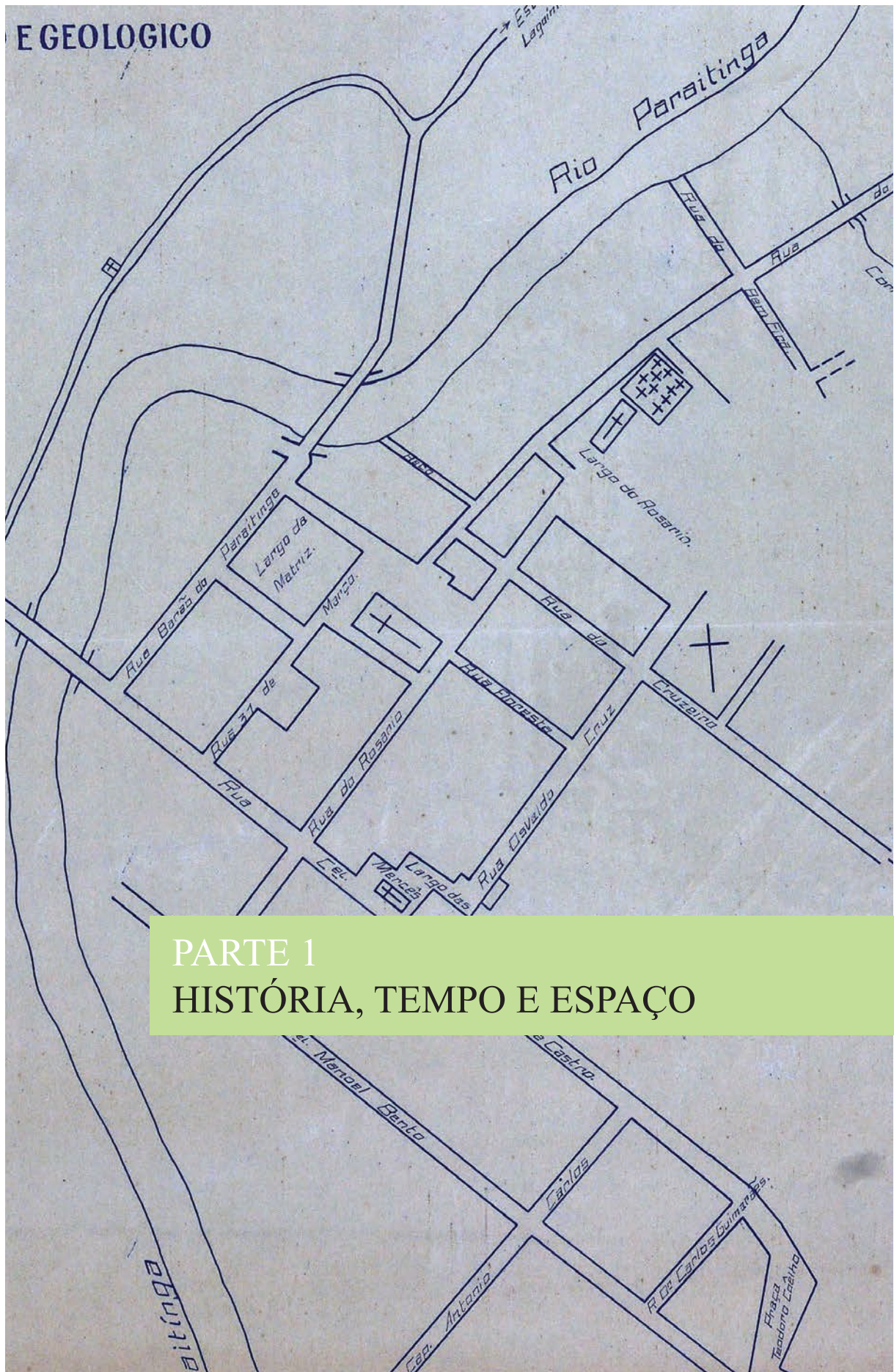
Protocolo de pesquisa

O protocolo de pesquisa foi desenvolvido com a finalidade de organizar as atividades de coleta, de interpretação das informações e de organização dos resultados. Desta maneira, foi planejado para proporcionar a visão geral do projeto, os procedimentos, as questões pertinentes, no intuito de aprofundar as ideias básicas do projeto quanto aos aspectos teóricos e práticos de sua operacionalidade.

Tema	Os imaginários urbanos como base para atribuição do valor do patrimônio de São Luiz do Paraitinga.
Título	São Luiz do Paraitinga: a construção de imaginários e os desígnios pós-tombamentos.
Pressupostos	<p>As histórias sobre a fundação e a urbanização de São Luiz do Paraitinga representam o início da utilização de um imaginário fundacional. Esse imaginário fundacional foi e continua sendo estabelecido por estudos acadêmicos e pesquisas sobre a cidade.</p> <p>Os imaginários urbanos da cidade de São Luiz do Paraitinga somaram-se ao imaginário fundacional para a construção de seu valor patrimonial.</p> <p>Não obstante a localização da cidade no Vale do Paraíba, a influência da cultura do café sobre o desenvolvimento urbano da cidade foi relativa, pois não promoveu a mesma riqueza que em outras cidades da região.</p> <p>A dificuldade de acesso, entre outros motivos, contribuiu para inibir o desenvolvimento econômico de São Luiz do Paraitinga que, para se promover, encontrou opções na valorização do patrimônio cultural e na vocação para o turismo.</p> <p>A enchente ocorrida em 2010, que destruiu parte de seu patrimônio arquitetônico, trouxe à tona reflexões sobre a utilização da tradição e da memória como suportes para reconstruir física e moralmente a cidade, no intuito de manter a identidade conquistada.</p> <p>O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no interesse de salvaguardar as edificações e auxiliar na reconstrução de algumas que se perderam com a enchente, utilizou o instrumento do tombamento para formalizar essa condição na cidade, com sua inscrição como Conjunto Histórico e Paisagístico.</p> <p>A relevância dada ao Centro Histórico faz com que haja ali uma concentração das atividades culturais, turísticas e econômicas, ao mesmo tempo em que provoca a segregação de outras áreas da cidade.</p>
Objetivo	Compreender a construção dos imaginários urbanos em São Luiz do Paraitinga e os desígnios dessa cidade após seus tombamentos, incluindo a gestão de seu patrimônio.
Objetivos específicos	<p>Compreender os procedimentos utilizados pelo Iphan para preservação dos patrimônios culturais; como o órgão vem acompanhando as teorias internacionais de preservação como referências para a atuação em território nacional.</p> <p>Conhecer as relações que se estabeleceram durante o encaminhamento e a efetivação da restauração de São Luiz do Paraitinga entre os órgãos oficiais – tanto da área de preservação quanto governamentais – e a comunidade luizense.</p> <p>Conhecer como ocorreu a participação da comunidade no andamento das obras; qual o acolhimento da população sobre o resultado final, e que memórias foram acionadas com as reconstruções do patrimônio edificado.</p>

	<p>Entender como, e por quem, são eleitos e legitimados os elementos constitutivos do patrimônio de São Luiz do Paraitinga.</p> <p>Compreender se é possível haver uma abordagem integrada de preservação, que contemple os espaços dentro e fora do perímetro de tombamento, apesar da diferença de recursos econômicos, sociais e culturais que eles recebem.</p>
Problema de pesquisa	Qual a eficácia dos tombamentos municipais, estaduais e federais para a preservação de um patrimônio?
Hipóteses	O entrelaçamento das histórias sobre a fundação e a urbanização de São Luiz do Paraitinga representam o início da utilização de um imaginário fundacional como base para a atribuição de seu valor patrimonial. Esse imaginário fundacional, estabelecido por estudos acadêmicos e pesquisas sobre São Luiz do Paraitinga, vem servindo de alicerce e justificativa para os sucessivos processos de tombamento desta cidade pelos órgãos de preservação estadual e federal, somando-se a ele, posteriormente, outros imaginários urbanos.
Tese	Coloca-se em questão a efetividade dos tombamentos dos conjuntos urbanos realizados pelo Iphan, tomando por referência o caso contemporâneo de São Luiz do Paraitinga. O tratamento diferenciado entre o Centro Histórico e os outros espaços dessa cidade suscita a reflexão sobre sua declaração como <i>Conjunto Histórico e Paisagístico</i> e sobre as conseqüentes determinações impostas por essa condição.

Quadro 2 – Visão geral do projeto de estudo de caso.
 Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Yin (2015).



Capítulo 1.

Vale do Paraíba e São Luiz do Paraitinga

Ao sintetizar algumas de suas ideias, a geógrafa Doreen Massey (2013, p. 15) afirma que

importa o modo como pensamos o espaço; o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros.

Foi no espaço do que viria a se tornar a cidade de São Luiz do Paraitinga que começou sua trajetória rumo à patrimonialização; foi, a partir desse espaço, que arquitetos, historiadores e urbanistas criaram os argumentos para valorizar a cidade e permitiram seus tombamentos, a partir de uma “cosmologia estruturante”; nesse espaço, também, seus moradores defenderam sua visão de mundo e lutaram por ela, influenciados pelo olhar externo e influenciando decisões sobre seu patrimônio.

Foi a maneira com que pensaram o espaço luizense que fez com que ele se tornasse o lugar de uma cultura dita caipira, repleta de musicalidade e de festas, onde o Carnaval e o Divino dividem as mesmas ruas, os mesmos trajetos, as mesmas casas, apenas transvestidos de acordo com a ocasião.

Esse espaço, com a onipresença do Rio Paraitinga, sofreu danos com a grande enchente de 2010 e, como parte de sua recuperação, viu a cidade ser alçada a *Conjunto Histórico e Paisagístico* e, a partir daí, conheceu os desígnios que o título lhe trouxe.

1.1 Vale do Paraíba: formação do território, contextos econômicos e planos regionais

O Vale do Paraíba, em sua porção paulista, localiza-se na parte leste do estado de São Paulo. O rio que dá nome à região, o Paraíba do Sul, é formado pela junção dos rios Paraitinga e Paraibuna. Seu curso percorre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e, na

formação de uma calha entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, determina o chamado Vale do Paraíba (TELLES, 2006).

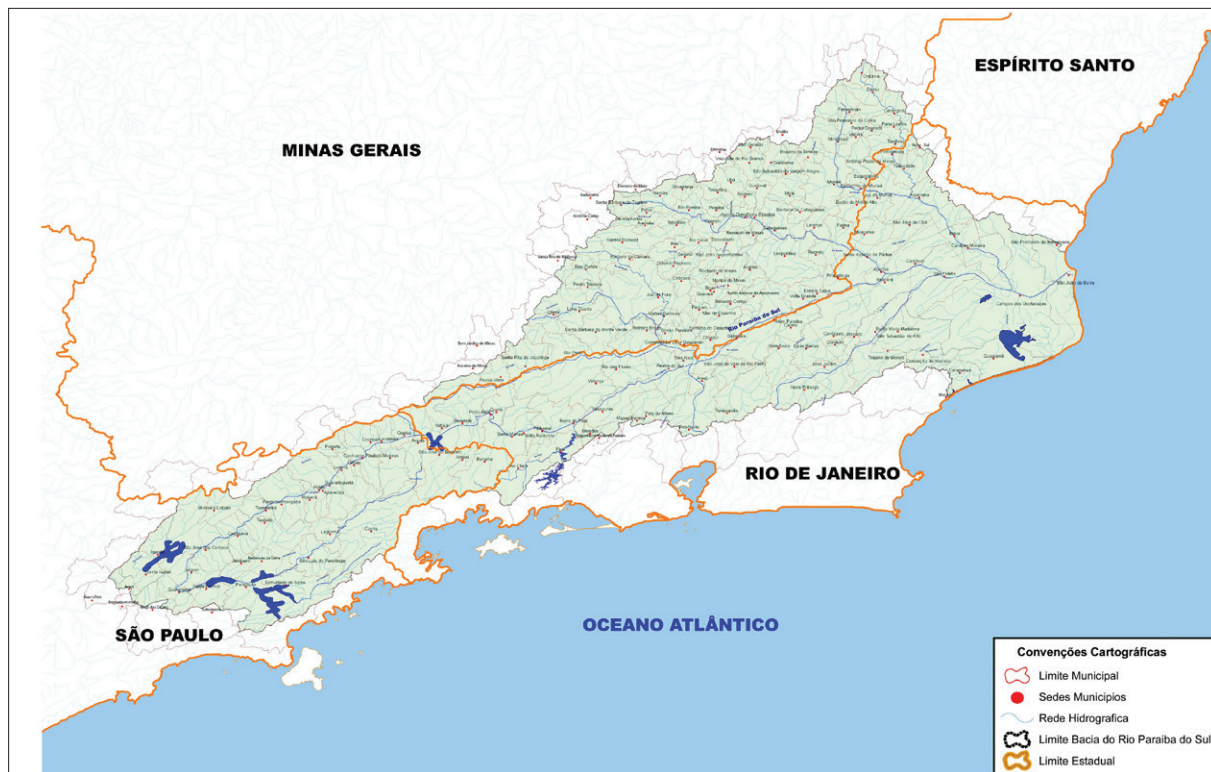


Figura 1: Bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Fonte: Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap).

O processo de urbanização do Vale do Paraíba paulista tem início na primeira metade do século XVII. Essa área se constitui em uma das mais antigas ocupações da Capitania de São Paulo, seguida pelo litoral e o planalto. Em 1628, foi concedida a Jacques Félix e seus filhos a primeira sesmaria da região, entre as atuais cidades de Pindamonhangaba e Taubaté, os quais, porém, dela não tomaram posse imediatamente. Apenas em 1645, seu neto homônimo, Jacques Félix, fez surgir o primeiro núcleo urbano, a vila de São Francisco das Chagas de Taubaté (MULLER, 1969).

Os caminhos no Vale do Paraíba serviram, primeiramente, em meados do século XVII, como rota dos bandeirantes em busca do gentio para ser escravizado e, depois, para transporte de ouro e pedras, vindos de Minas Gerais. Com isso, fundaram-se na região arraiais e vilas ao longo do século XVII e no XVIII (TELLES, 2006). Entre as primeiras vilas, além de Taubaté, estão Guaratinguetá (Santo Antônio de Guaratinguetá - 1651) e Jacareí (Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba - 1653), como se constata na Figura 2.



Figura 2: Carta corográfica da Capitania de São Paulo, 1766.
 Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp).

A descoberta do ouro abriu uma nova etapa na ocupação e urbanização do Vale. Como expõe Nice Muller (1969, p. 19)

a situação geográfica da região, dando-lhe contiguidade em relação às áreas de mineração, de que é separada pela Serra da Mantiqueira, que não constitui barreira intransponível, fez com que o Vale do Paraíba se transformasse na principal área de abastecimento das Minas Gerais, por ela passando ou dela saindo os mais variados produtos.

Ao final do século XVII, de acordo com Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009, p. 268), Taubaté era “o ponto oficial de manipulação e encaminhamento do metal ao reino”. A autora afirma ainda que “tudo quanto se dirigisse às Minas passava por Taubaté, inclusive [...] gêneros alimentícios, roupas, animais e escravos, destinados ao longínquo sertão das Gerais”. Isso fez da rota do Vale do Paraíba “a mais importante em fins do século XVII e nas três primeiras décadas do século XVIII”.

Com o esgotamento das jazidas de ouro das Minas Gerais, entre o final do século

XVIII e início do XIX, alguns mineradores se transferiram para o Vale do Paraíba, onde, por suas condições financeiras, puderam adquirir terras. Em sua maioria, começaram a organizar fazendas de café, com a montagem de estrutura para o cultivo e compra de escravos. Constituíram poderosos clãs rurais, sendo conhecidos como Barões do Café (TELLES, 2006, p. 43).

A região também ficou conhecida pela suntuosa arquitetura das fazendas e casas domésticas construídas nas vilas e cidades como, por exemplo, o Palácio 10 de Julho do Barão de Itapeva, em Pindamonhangaba, o Solar Aguiar Valim, em Bananal e o Palacete do Conde de Moreira Lima, em Lorena, construídas nos locais mais significativos, geralmente na praça principal de cada cidade (Figura 3).



Figura 3: 01. Palácio 10 de Julho do Barão de Itapeva, Pindamonhangaba/SP; 02. Solar Aguiar Valim, Bananal/SP; 03. Palacete do Conde Moreira Lima, Lorena/SP.

Fonte: Acervo da pesquisa.

O auge da produção cafeeira no Vale do Paraíba foi por volta da primeira metade do século XIX. Em 1836, a região foi responsável por 86,50% da produção do café no estado de

São Paulo e em 1854, por 77,46% (RICCI, 2006, p. 24). Porém, fatores como a libertação dos escravos, em 1888, responsáveis pela produção do café; a Proclamação da República, em 1889, e o denominado encilhamento, em 1890, que atingiu os setores econômicos de produção do país, fez com que os fazendeiros, que já estavam, na sua maioria, com dívidas resultantes de sequências de empréstimos, ficassem totalmente à mercê dos bancos e dos agiotas. Além disso, as técnicas rudimentares usadas em seu plantio, as terras acidentadas da região e a opção pela monocultura resultaram na erosão e no esgotamento do solo, até que, “em 1918, uma grande geada afetou profundamente toda a cafeicultura paulista” (PETRONE, 1959, p. 255).

Essa situação atingiu a maior parte das cidades do Vale do Paraíba que, com as circunstâncias, tomaram novos rumos

se, por um lado, o domínio político da elite cafeeira dificultava a implementação de política que visasse ao processo de industrialização, por outro lado, a própria renda gerada pela dinâmica econômica regional foi capaz de promover o crescimento das atividades urbanas nos setores secundários e terciários durante o ciclo do café. No Vale do Paraíba paulista, a indústria veio em decorrência das dificuldades do setor agrícola (VIEIRA, 2009, p. 98).

Um dos aliados dessa transformação foi a construção de estradas de ferro, relacionadas ao processo de modernização do Império, iniciado a partir da segunda metade do século XIX, atrelado ao desenvolvimento da economia e aos necessários investimentos na infraestrutura e na urbanização do Brasil. No Vale, na década de 1860, construiu-se a Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil.

A industrialização no Vale do Paraíba desenvolveu-se em três fases: de 1881 a 1914, com a presença de pequenos estabelecimentos como fábricas de produtos têxteis, alimentares e cerâmicas; de 1914 a 1943, com os estabelecimentos de transformação de produtos pecuários, minerais não metálicos, têxtil, entre outros; e após a Segunda Guerra, com a inauguração da rodovia Presidente Dutra e um enorme desenvolvimento trazido pelas modernas indústrias de metalurgia e mecânica (VIEIRA, 2009, p. 99).

Como resume Percival Tirapeli (2014, p. 14),

o Vale é um campo experimental das transformações econômicas – períodos do ouro, do café, da pecuária e da indústria – e sociais, com os regimes de trabalho escravo do negro africano, e livre dos imigrantes, e a passagem das técnicas construtivas artesanais para a mão de obra especializada de construtores, mestres e arquitetos.

Na década de 1970, começaram a ser implementados consórcios municipais, definidos por Vieira (2009, p. 105) como “ferramentas de gestão regional, fruto das parcerias entre

municípios, mas esse mantém sua autonomia no processo de gestão pública”. Em 1971, foi fundado o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap), cujo objetivo foi “propiciar o crescimento mais harmonioso entre os municípios da região”. Para isso, foi feito um estudo dividido em cinco setores: ecológico, urbanístico, socioeconômico, sociocultural e institucional. Ainda de acordo com Vieira (2009, p. 105-106), “previa-se que o Vale do Paraíba, por estar no maior corredor industrial do país, cortado pela Rodovia Dutra e o rio Paraíba, tornar-se-ia uma megalópole”.

O segundo trabalho de caráter regional foi o Plano Regional do Macro-Eixo Paulista, publicado em 1978. Neste momento, a área de abrangência do plano já era composta por 39 municípios situados entre a Grande São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro, estendendo-se da Serra da Mantiqueira ao litoral, dividida em cinco sub-regiões. Dentre suas diretrizes, destacam-se: a coordenação de investimentos e a regulamentação do uso do solo; a contenção do crescimento metropolitano aliada à descentralização produtiva para centros de médio porte; planejamento e disciplina sobre a urbanização da orla marítima, conciliando turismo, lazer e preservação ambiental. (SÃO PAULO, 1978, p. 2).

Em 1992, um novo relatório técnico, o Macrozoneamento do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo (Mavale), foi produzido pelo convênio entre o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Codivap. Neste trabalho aparece, além dos levantamentos tradicionais, o uso de tecnologias do sensoriamento remoto, novo recurso metodológico disponível para o planejamento regional. Os mapeamentos tinham como objetivo avaliar a expansão urbana e identificar áreas de conflito de usos e com potencial risco ambiental, e, com isso, embasar ou propor soluções para os problemas encontrados (GOMES, RESCHILIAN, UEHARA, 2018, p. 161).

Outros planos e diagnósticos foram realizados para a região e a ação mais recente foi a criação, em 2012, da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) como unidade regional do território do Estado de São Paulo. A RMVPLN tem por objetivo promover o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida; a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região; a utilização racional do território, dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, dos bens culturais materiais e imateriais; a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região; e a redução das desigualdades regionais (LEI COMPLEMENTAR Nº 1.166, 2012).

A RMVPLN, seguindo configurações anteriores, é integrada por 39 municípios, dividida em cinco sub-regiões (Figura 4).

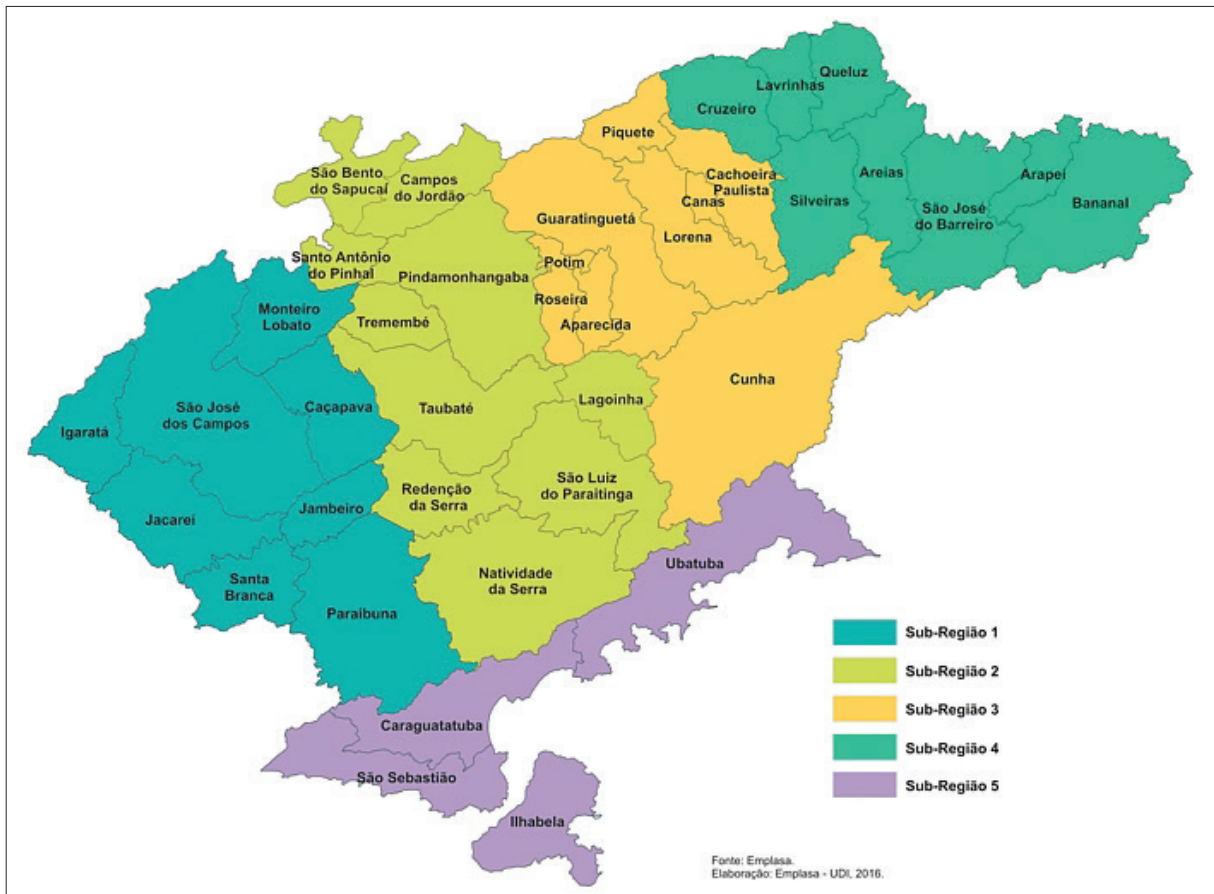


Figura 4: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – Divisão Sub-regional. Fonte: Emplasa, 2016.

A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), instituição pública criada em 1974, vinculada à Secretaria Estadual da Casa Civil, era responsável pelo planejamento regional e metropolitano do Estado de São Paulo⁷. Era ela quem dava apoio técnico às regiões metropolitanas de estado de São Paulo e, entre elas, a do Vale do Paraíba e Litoral Norte. De acordo com definição no site da Emplasa,

a RMVPLN está situada entre as duas Regiões Metropolitanas mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se nacionalmente por intensa e diversificada atividade econômica. A produção industrial é altamente desenvolvida, predominando os setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico nos municípios localizados no eixo da Rodovia Presidente Dutra. Destacam-se também as atividades portuárias e petroleiras no Litoral Norte e o turismo na

⁷ A Lei nº 17.056/2019 autorizou a extinção da Emplasa, bem como a Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 21/08/2019, deliberou pela sua Liquidação, tendo a empresa paralisando todas as suas atividades sociais, suspendendo, a partir do dia 05/10/2019 a prestação de serviços e o atendimento ao público. Informações disponíveis em: <https://emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>. Acesso em nov/2019.

Serra da Mantiqueira, Litoral e cidades históricas. A região caracteriza-se, ainda, por abrigar importantes patrimônios ambientais de relevância nacional, como as Serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar, e pelas fazendas de valor histórico e arquitetônico.

Muitos municípios da RMVPLN têm sua economia voltada às atividades turísticas de veraneio, culturais ou ecológicas e aos serviços a elas relacionadas; são diversas as denominadas “estâncias turísticas” da região, climáticas, balneárias ou históricas e cidades ligadas ao turismo religioso ou aos seus atributos de natureza.

Neste sentido, os tombamentos dos patrimônios culturais conferem maior peso às cidades e possibilitam seu reconhecimento como destinos turísticos.

1.2 São Luiz do Paraitinga: tempo e espaço

A cidade “é um processo material e simbólico de espaços e tempos que são continuamente imaginados, narrados, negociados e projetados pelas pessoas que os habitam”

Alessia de Biase, 2012.

São Luiz do Paraitinga está localizada no Vale do Paraíba, na região Sudeste do Estado de São Paulo, na Serra do Mar, no meio do caminho entre Taubaté e Ubatuba e a 182 km da capital. Sua população, em 2019, foi estimada em 10.687 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com aproximadamente seis mil pessoas vivendo na área urbana. É banhada pelo Rio Paraitinga e é local da nascente do Rio Paraibuna; ambos se encontram e formam o Rio Paraíba do Sul, que corta os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O município faz fronteira com Taubaté, Lagoinha, Cunha, Ubatuba, Natividade da Serra e Redenção da Serra. Sua área territorial é de 617,315 km quadrados, dividida em 6 bairros na área urbana, 36 bairros na área rural e um distrito, Catuçaba (Figura 5).

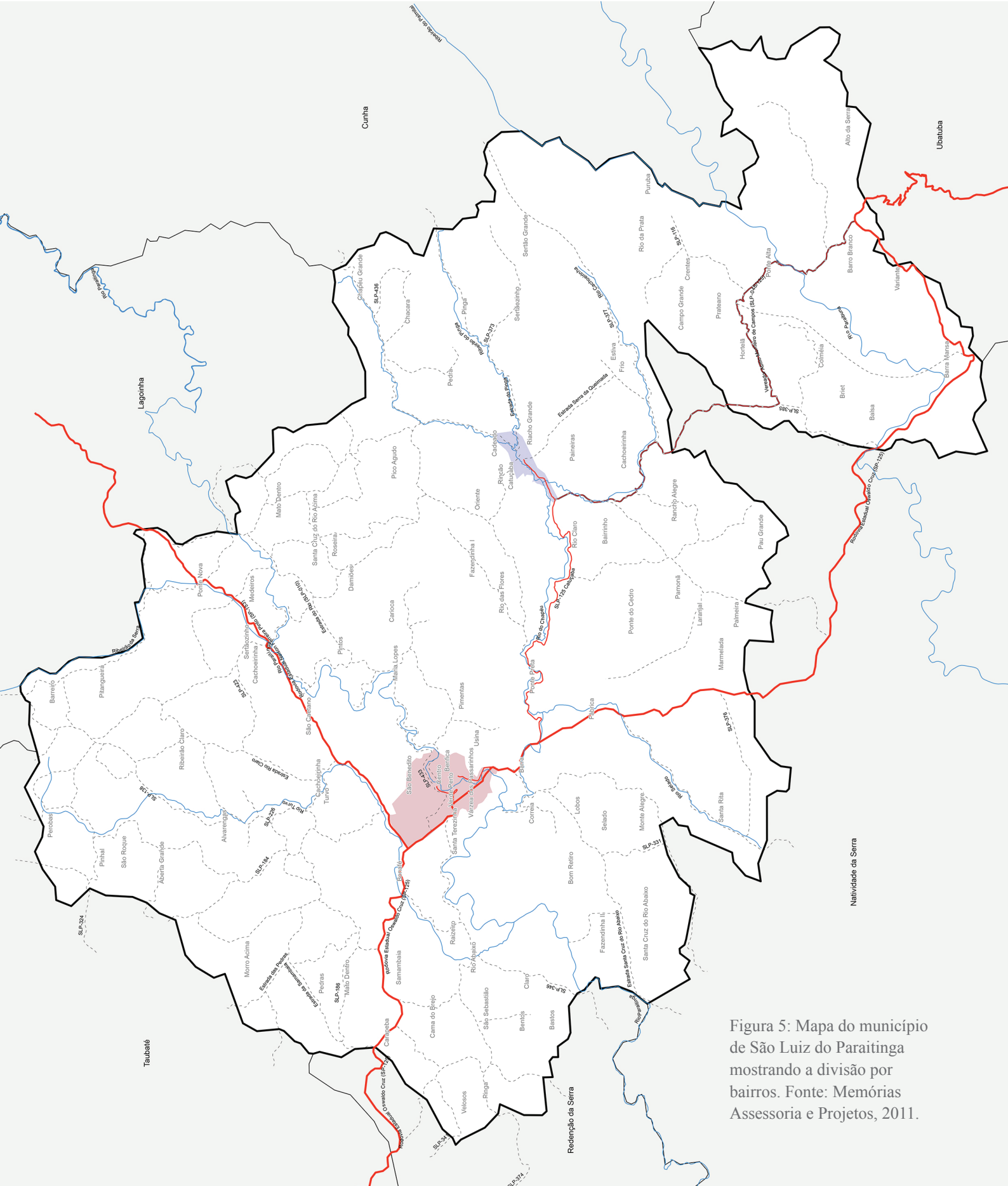


Figura 5: Mapa do município de São Luiz do Paraitinga mostrando a divisão por bairros. Fonte: Memórias Assessoria e Projetos, 2011.

De acordo com Azevedo Marques (apud PETRONE, 1959, p. 249), “as primeiras sesmarias concedidas nesta paragem foram a 5 de março de 1688 ao capitão Mateus Vieira da Cunha e a João Sobrinho de Moraes, que ao capitão-mor de Taubaté Filipe Carneiro de Alcaçouva e Sousa requereram, alegando que a queriam ir povoar”. Porém, as sesmarias foram abandonadas e a ocupação das terras foi feita por posseiros que, espalhados pela região, praticavam uma pequena agricultura itinerante de feijão, milho e arroz, prioritariamente para subsistência (PETRONE, 1959).

Em uma síntese de sua história, Judas Tadeu de Campos (2011) conta que São Luiz do Paraitinga era, no século XVII, local de passagem de bandeirantes e tropas que se dirigiam a Ubatuba pela Trilha dos Tamoios, vindos das Minas Gerais, trazendo o ouro que seria enviado para a Europa, e que faziam das margens do Rio Paraitinga seu lugar de descanso.

Com a descoberta e exploração do ouro nas Minas Gerais, ao final do século XVII e início do XVIII “a região de São Luiz do Paraitinga foi sulcada por um caminho, cujo traçado se torna possível reconstituir grosseiramente, que de Taubaté, no Vale do Paraíba, levava a Ubatuba, no litoral” (PETRONE, 1959, p. 13). O escasso povoamento teria se dado, então, em decorrência do transporte do ouro.

Em seus estudos sobre o povoamento e a formação da paisagem de São Luiz do Paraitinga, Allan Monteiro (2012, p. 125) fez uma leitura distinta de pesquisadores anteriores sobre a documentação. Para ele,

a ideia de associar a fundação de povoações serra acima à profusão de vias de comunicação e acesso com o litoral, intencionando facilitar o escoamento do ouro das Minas, esbarra nesse argumento oposto: a partir do momento em que o povoamento existente permitia uma estrutura militar e administrativa capaz de exercer controle sobre os caminhos e seu fluxo é que estes poderiam ser abertos, se a necessidade e benefícios assim justificassem. Isso talvez não sirva a qualquer experiência do mesmo período, mas foi o que valeu nesse momento específico da história do Alto Paraíba, tornando-se mais um argumento ao entendimento de que a povoação de São Luiz do Paraitinga não esteve tão vinculada ao incremento do trânsito entre as vilas de Taubaté e Ubatuba, tal como a historiografia sobre a região procura acreditar. Ainda que a povoação tivesse sido criada a algumas léguas de distância do caminho que antigamente ligava Taubaté a Ubatuba, não parece que essa ocupação tenha sido motivada exclusivamente pela existência dessa rota.

Em sua análise, São Luiz do Paraitinga surge em decorrência da saturação de ocupação nas partes baixas do Vale do Paraíba,

no momento em que um dos beneficiados com sesmarias na região, o português Manoel Antonio de Carvalho, aproveitando-se da política de povoamento do Morgado de Mateus e tendo em vista esse contexto de avanço da ocupação ao longo do rio Paraitinga e das estradas existentes, se prontificou a criar e dirigir uma povoação (MONTEIRO, 2012, p. 120).

Monteiro (2012, p. 117, grifo no original) completa, ainda, dizendo que “o local dessa povoação foi *escolhido* por Manoel Antonio de Carvalho (e demais povoadores que o acompanhavam) após oito dias abrindo picadas ao longo do rio”.

Esse olhar renovado para as fontes documentais, que permitiram a Monteiro recriar a formação desse território, também permitem compreender que, embora fartamente comprovada a vinculação da fundação de São Luiz do Paraitinga ao Morgado de Mateus – o que esse autor também afirma – as condicionantes são um pouco diferentes das que colocam o Morgado como mandante intelectual da fundação; ela seria, então, fruto da concordância de dois movimentos paralelos, a iniciativa de Carvalho e a necessidade do Morgado de povoar a Capitania.

Haveria alguns pontos a seguir na escolha dos locais, de acordo com instruções do governo: de preferência, que apresentassem abundância de águas, com rios próprios para navegação e pesca; terras amplas e férteis, que sustentassem o crescimento das futuras vilas, sendo as informações enviadas pelos capitães-mores e julgadas pelo Morgado em seu gabinete em São Paulo (DERNTL, 2012), o que certamente Carvalho levou em consideração.

As posteriores diretrizes de um ordenamento urbano, de arruação e de utilização das normas de uma escola portuguesa de urbanismo, estavam de acordo com a época em que essa cidade foi fundada e com os critérios para fundação de vilas e cidades no Brasil que seguiram princípios pombalinos e, portanto, nesse sentido, a fundação de São Luiz do Paraitinga foi igual à de tantas outras povoações e vilas realizadas nesse período.

Em 8 de maio de 1769, a povoação foi fundada oficialmente, recebendo o nome de São Luís e Santo Antônio do Paraitinga, sob o governo do Sargento Manuel Antonio de Carvalho. Foi instituída como vila em 31 de março de 1773 e sua elevação à categoria de cidade, já como São Luiz do Paraitinga, deu-se em 1857.

Apresenta-se aqui um breve esquema dos contextos econômicos e as correspondentes fases de expansão urbana de São Luiz do Paraitinga, de 1773 a 1890.

Fase	Economia	Expansão urbana
1773 - 1800	Pequenas plantações de fumo e algodão; produção de toucinho, que tinham que ser levados ao porto de Paraty. Em 1798, muitos moradores reclamam que plantariam cana, algodão, milho e feijão em excesso se obtivessem alguma isenção fiscal no porto de Ubatuba e o trajeto para ali fosse melhorado.	Configuração da malha urbana: praça central (atual Praça Osvaldo Cruz); Rua Barão de Paraitinga; Rua Cel. Domingues de Castro, com a ponte de acesso à vila e vindo de Taubaté; local de assentamento da Igreja Matriz e da Igreja de N. S. do Rosário; Capela de N. S. das Mercês.
1800 - 1840	A economia local começa a ganhar consistência com a expansão do mercado interno da região Sudeste, resultado da transferência da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. Investimento crescente por parte de vários fazendeiros e sitiantes na produção de mantimentos (cereais e porcos), cultivo do fumo e em engenhos de aguardente, e consequente aumento de mão de obra, pela aquisição de mais trabalhadores escravos.	Construção de uma segunda igreja Matriz; entre 1800 e 1830, abertura de ruas, perímetros ajustados da praça central e de largos.
1840 - 1890	Fase de maior riqueza da economia luizense, apoiada pela conjugação das plantações de milho-feijão-café. O plantio de café, entre 1830/1840, provocou um salto na economia luizense, que expandiu a sua produção, com a exportação de milho, feijão, toucinho, até tecidos rústicos, além da plantação de algodão entre 1870-1880.	São Luiz do Paraitinga é elevada a cidade em 1857; entre 1850 e 1870 foram construídos sobrados e casas térreas de porte; em 1872, a cidade tinha 355 casas no perímetro urbano; entre 1850 e 1880, foram realizadas obras de melhoramentos: calçadas, guias, sarjetas e pavimentação de ruas, obras de contenção e drenagens; alargamento do rio; iluminação e abastecimento de água; a partir de 1890, a expansão urbana resultou na edificação de prédios públicos fora da área mais antiga.

Quadro 3 – Economia e expansão urbana em São Luiz do Paraitinga, de 1773 a 1890.

Fonte: : Elaborado pela autora, baseado no Dossiê São Luiz do Paraitinga, 2010.

São Luiz do Paraitinga apresenta algumas particularidades em relação ao Vale do Paraíba. Um dos imaginários recorrentes atribuídos à cidade, exatamente por sua localização e pela história econômica do Vale, é a riqueza que ela teria usufruído na época da economia cafeeira. Embora tenha participado dessa economia, o papel predominante de São Luiz do Paraitinga foi o

de entreposto para o escoamento da produção cafeeira, não obtendo, portanto, o mesmo sucesso financeiro que outras cidades valeparaibanas. João Rafael Coelho Cursino dos Santos (2015, p. 68) entende esse imaginário como uma “invenção do poderio cafeeiro luizense”, e explica que

é inegável a importância exercida pela produção cafeeira sobre a história da cidade naquela época. Em qualquer apresentação sobre São Luiz do Paraitinga, é como um passo imprescindível discorrer sobre a riqueza deixada pelo café e a sua importância na construção identitária do luizense. Torna-se, entretanto, muito interessante perceber os limites dessa riqueza e a restrição dos números da produção cafeeira autóctone da localidade. Porém, entender o quanto essa construção histórica tem sido importante na formação da mentalidade atual de valorização da cultura do luizense é bem mais profícuo que apresentar uma tese de reescrita de sua história econômica em termos de revisionismo.

No relato da conselheira Jurema Machado, na Ata da 66ª reunião do Conselho do Iphan (2010a), essa situação fica bastante caracterizada:

São Luiz do Paraitinga não é uma “cidade do café”. O cultivo do café impactou o município mais pelo afluxo de tropas cargueiras em direção ao porto de Ubatuba, situação que gerou aumento da demanda de mantimentos e riqueza para seus agricultores, resultando, nas décadas de 1840-1860, na construção de novos edifícios, como o grande conjunto de sobrados na praça central. Esses sobrados não têm, no entanto, o apuro de materiais e riqueza ornamental daqueles das “cidades do café” do Vale do Paraíba paulista ou fluminense [...] A retração econômica que perdurou por quase um século – 1890-1980 – foi decisiva para que o sítio original se conservasse quase inalterado, situação reforçada ainda pelo fato de que poucas construções introduzidas até meados do século XX não comprometeram a ambiência da cidade (IPHAN, 2010a, p. 77).

Esta ambiência conservada, segundo a relatora, foi um dos argumentos utilizados pelo Iphan para justificar o tombamento da cidade, mesmo com os danos e avarias sofridos com a enchente. A cidade não tem construções do mesmo porte que suas vizinhas; sua arquitetura, mais modesta, apresenta edificações vernaculares, com algumas exceções como as que se localizam na praça principal, construídas no auge da produção cafeeira e que, mesmo assim, não apresentam a suntuosidade de similares em outras cidades; contudo, é a única cidade do Vale do Paraíba a ter recebido um título nacional por seu patrimônio.

São Luiz do Paraitinga não foi beneficiada com uma ligação férrea, diferentemente do que aconteceu com outras cidades do Vale, e a ausência da estrada de ferro também foi fator de distanciamento dessa cidade com outros polos. Isso causou um certo isolamento que, por outro

lado, garantiu a manutenção de seu patrimônio sem modificações substanciais e contribuiu, ainda, para a preservação de um modo de vida que, hoje, é entendido como um valor para atrativos turísticos.

A dificuldade de acesso à cidade, sua localização em encosta de serras e as possibilidades de enchentes, aliadas às precárias infraestruturas urbanas e à falta de investimentos, tanto públicos quanto privados, acrescidas da ausência de ligação com outros núcleos urbanos por meio da ferrovia, concorreram para a diminuição de seu dinamismo urbano. Isto fez com que São Luiz do Paraitinga ficasse à margem do crescimento econômico, urbano e social que se verificou no eixo do Vale do Paraíba (ALLUCCI, SCHICCHI, 2019, p. 10).

Estes episódios fizeram com que as outras cidades fossem mais rapidamente assimiladas pelo desenvolvimento regional e sofressem mudanças mais profundas em sua paisagem, enquanto em São Luiz do Paraitinga, ao contrário, a condição marginal ao contexto econômico da região contribuiu para a preservação indireta de seu patrimônio edificado e de sua configuração urbana.

Como substituição à produção cafeeira, a migração de mineiros ao município fez crescer, a partir dos anos 1940, a criação de gado leiteiro, que teve seu auge entre 1950 e 1960, com a instalação, na cidade, de empresas como a Vigor. Essa economia prevaleceu até o final da década de 1980 (ALLUCCI, 2015).

Na análise de Juliana Farinaci (2012), o declínio da pecuária leiteira, desde os anos de 1990, tem levado ao abandono de terras no município; o aumento das exigências de padrão de qualidade por parte das indústrias de laticínios dificultou o trabalho dos que não tem possibilidade de investir. Além disso, a baixa oferta de empregos no meio rural leva ao êxodo de jovens e à redução das atividades que são mantidas pelos proprietários e ao aumento de pessoas sem vínculo anterior com o município, que compram terras como forma de investimento ou para lazer.

Ao final dos anos de 1960, São Luiz do Paraitinga foi inserida na produção de eucalipto para a produção da pasta de celulose, quando a Cia. Suzano de Papel e Celulose comprou suas primeiras áreas no Vale do Paraíba para esse cultivo; em São Luiz do Paraitinga no ano de 1968, e em Salesópolis, por volta de 1970 (CASTRO, 2019). A escolha recaiu sobre a disponibilidade de terras de boa qualidade, preço atraente, mão-de-obra barata e disponível e financiamento por parte do governo. Para Gerson Freitas Jr. (2011), o cultivo de eucalipto no Brasil, mais especificamente no Vale do Paraíba, foi resultado de um longo processo histórico de investimentos técnicos, científicos, financeiros e legais.

De acordo com Marcelo Toledo (2012, p. 7) “o eucalipto chegou a Paraitinga logo no início dos anos 1970, auge do regime ditatorial, através da generosa política de incentivos

fiscais do governo militar”. Para esse autor, “a porta de entrada foi a aquisição de uma grande fazenda de produção agropastoril pela empresa Cia. Suzano, junto ao Sr. Joaquim Ribeiro de Almeida (Zinho Mineiro)”. Outra empresa que planta e explora o eucalipto no município é a Votorantim Celulose e Papel.

A partir dos anos 1980, a economia da cidade voltou seus esforços para o turismo, principalmente com a divulgação das práticas de manifestações culturais e religiosas, realizadas em bases populares e identificadas com o modo de vida caipira, observadas nas festas, em especial o Carnaval e a Festa do Divino. O tombamento do Centro Histórico pelo Condephaat, em 1982, tornou seu patrimônio edificado mais um recurso para a atividade turística.

Desde 2002, a cidade é uma das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, pelo destaque de suas tradições culturais, patrimônios históricos, paisagens, entre outros atributos. Como alvo de interesse turístico, atualmente a cidade se ressentida das consequências do fluxo de visitantes, criando impasses sobre as vantagens e desvantagens dessa titulação, com destaque para o questionamento sobre os rumos da cultura popular local e possibilidade da transformação de seus objetivos essenciais e das mudanças dos seus significados e das práticas de sua produção (ALLUCCI, SCHICCHI, 2016, p. 4).

A enchente de 2010, cuja cobertura midiática abrangeu todo o país, os interesses governamentais, os apelos dos moradores, as intervenções dos órgãos de patrimônio e a reconstrução da cidade fizeram com que São Luiz do Paraitinga iniciasse uma nova etapa de sua história, quando foram acionados imagens, memórias e imaginários para a restauração ou reconstrução dos bens. A destruição e reconstrução de algumas edificações deixou clara a força do imaginário para suas reconstituições físicas e, mais, mostraram como as imagens consolidadas dessas edificações, em especial da Igreja Matriz e do Grupo Escolar, foram prioritárias no momento de escolha sobre técnicas a serem adotadas e no comportamento dos luizenses frente aos resultados.

Trabalhando em conjunto com parte da população para a reconstrução, os órgãos de preservação aderiram a esse discurso de imagens e imaginários, e grande parte dele está refletido na atuação do Condephaat e do Iphan na cidade. Mas a utilização dos imaginários pelos órgãos é anterior à enchente: ambos ancoraram os processos de tombamento no imaginário fundacional, construído exemplarmente para possibilitar a atribuição de valor patrimonial a São Luiz do Paraitinga.



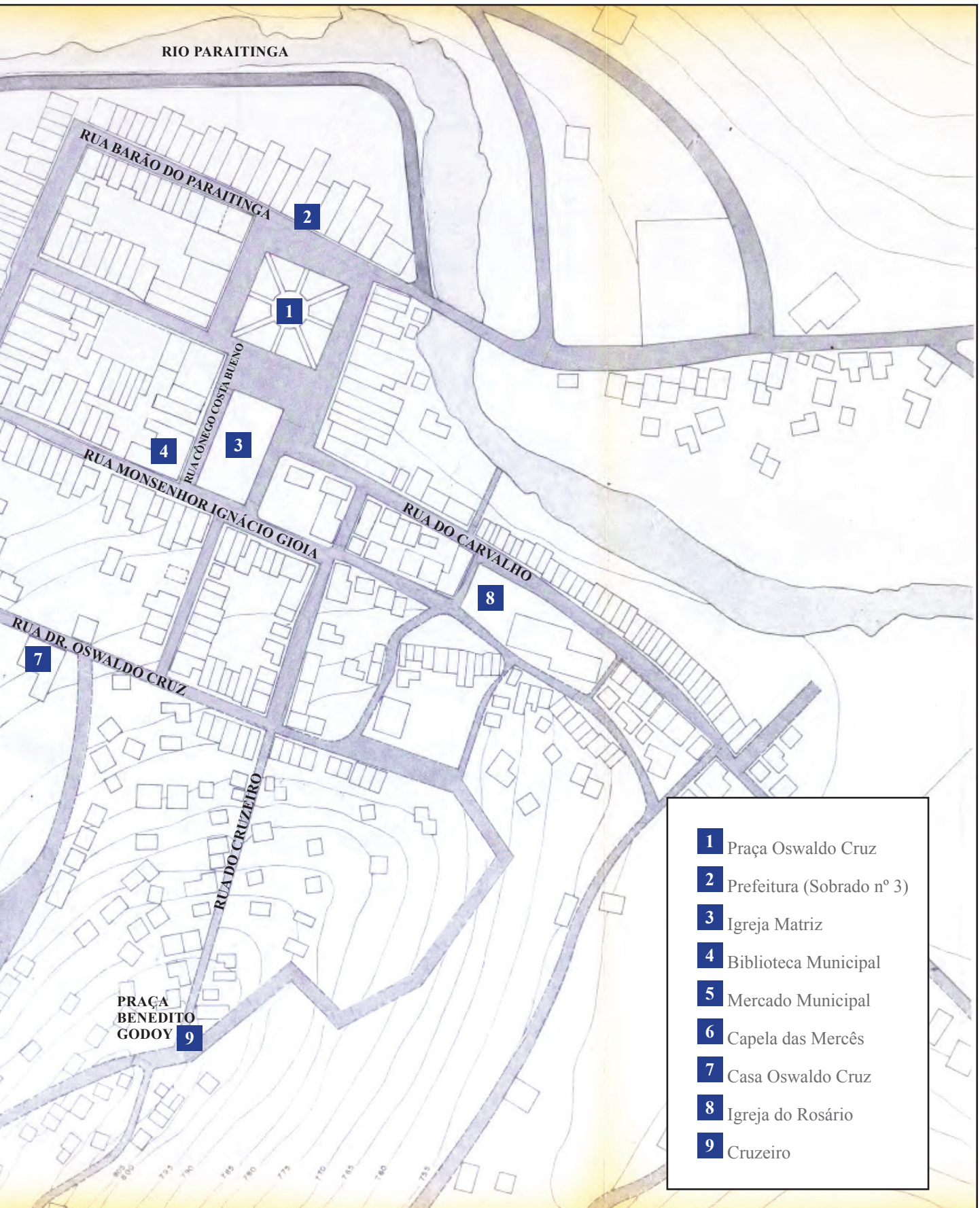


Figura 6: Pontos de interesse em São Luiz do Paraitinga citados na tese. Intervenção gráfica em mapa do Condephaat. Fonte: Arquivo Condephaat, 1982.

1.3 Os tombamentos no Vale do Paraíba

As cidades do Vale do Paraíba paulista, apesar de apresentarem notória relação com a paisagem e terem importância histórica nas economias do ouro e do café, tiveram apenas tombamentos estaduais que incidiram sobre edificações isoladas; exceção feita aos tombamentos das cidades de Bananal e São Sebastião, cujos Centros Históricos foram tombados pelo Condephaat. Os tombamentos federais realizados pelo Iphan, em menor número, foram voltados principalmente à proteção de alguns solares urbanos e sedes de fazendas. O histórico de tombamentos realizados pelo Iphan mostra que o órgão priorizou monumentos que considerava de expressão nacional; assim, no estado de São Paulo, escolheu reconhecer as casas bandeiristas do século XVII feitas de taipa e, com isso, as fazendas do período do café foram pouco preservadas (TIRAPELI, 2014, p. 15-16).

Os tombamentos no Vale do Paraíba, considerando apenas as edificações, não foram capazes de formatar um território integrado que espelhasse a relevância do patrimônio cultural da região. Os órgãos de preservação estadual e nacional não levaram em conta a possibilidade da formação de uma rede de cidades históricas no Vale do Paraíba, cujo início se dá pelos caminhos – rios, terras, ferrovia e estradas de rodagem – e de seus respectivos contextos econômicos, ouro, açúcar, café e indústrias. Núcleos de povoamento foram sendo estabelecidos, originados por sesmarias, capelas e patrimônios religiosos, no que viria a se tornar a região do Vale do Paraíba, com elementos comuns que podem ser encontrados nos princípios formadores dessas cidades e em suas arquiteturas vernaculares, unidas por uma paisagem cultural que costura esses lugares e pela formação histórica do território.

É pertinente a crítica que faz Tirapeli (2014, p. 16) ao dizer que

a arquitetura do Vale ficou no vazio do olhar menos inteligente, de horizontes curtos, da política e de uma firmamento quase intransigente entre obras barrocas e modernistas, porém a tempo de ser revisitada, como ocorreu em 2010 com o conjunto urbanístico de São Luiz do Paraitinga (Iphan), com os edifícios escolares ecléticos, assim como as igrejas reformadas (Condephaat) e sedes de fazendas anteriormente tombados por ambos órgãos oficiais.

Como afirma o autor, por não estarem ligados aos movimentos arquitetônicos preferenciais das políticas preservacionistas utilizadas no período de consolidação dos órgãos de patrimônio no Brasil, os exemplares no Vale só começaram a ser reconhecidos a partir dos anos de 1970, com a maioria dos tombamentos sendo efetuados na década de 1980, época

em que, como define Fernando Atique (2017, p. 226) “os bens culturais foram ampliados e inseridos em uma perspectiva antropológica e definidos a partir de uma participação social que se efetivava”.

Também nos anos 2000, a instituição do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), a valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário, a Chancela da Paisagem Cultural, a reorganização da Secretaria de Cultura estadual; a Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo foram expressivos para o entendimento do patrimônio cultural.

Estes movimentos se refletiram nos tombamentos no Vale do Paraíba paulista, como se depreende dos Quadros 4 e 5.

Número de tombamentos no Vale do Paraíba paulista (39 municípios)									
década	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	
Iphan	1	4	4	2	–	–	1	1	
Condephaat	–	–	–	14	33	10	3	21	

Quadro 4 – Resumo de bens tombados do Vale do Paraíba paulista.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em informações do Iphan e do Condephaat, 2019.

Tombamentos no Vale do Paraíba paulista (39 municípios)

Cidade	Condephaat	Ano	Iphan	Ano
Aparecida	Basílica N. Sra. Aparecida	1982		
	E.E. Chagas Pereira	2011		
	Imagem N. Sra. Aparecida	2014		
Areias	Casa de Câmara e Cadeia	1982		
	Casa do Capitão-Mor e Casa vizinha	1982		
	Sobrado na Rua Nove de Julho, nº 136 (antiga Rua das Mercês, 6)	1982		
	Sobrado na Rua Quinze de Novembro (antiga João Pessoa, 8)	1982		
	Sobrado Vallim	1972		
Bananal	Estação Ferroviária	1974		
	Sede da Fazenda Resgate	1982	Fazenda Resgate: casa	1969
	Centro Histórico	1991		
Caçapava	Coleção de Veículos e Acessórios do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas	1982		
	E.E. Ruy Barbosa	2011		
Cachoeira Paulista	Estação Ferroviária	1982		
	E.E. Dr. Evangelista Rodrigues	2011		

Cidade	Condephaat	Ano	Iphan	Ano
Caraguatatuba	Serra do Mar e de Paranapiacaba	1986		
	Ilhas, Ilhotas e Lajes	1994		
Cruzeiro	Solar do Major Novaes	1971		
	Rotunda	1989		
	E.E. Dr. Arnolfo Azevedo	2011		
	Complexo da Estação Ferroviária	2015	Complexo da Estação Ferroviária (Patrimônio Cultural Ferroviário)	2007
Cunha	Serra do Mar e de Paranapiacaba	1986		
	EMEF Dr. Casemiro Rocha	2011		
Guaratinguetá	Casa do Conselheiro Rodrigues Alves	1970	Casa de Rodrigues Alves	1969
	Casa Térrea à Rua Frei Galvão	1979		
	Estação Ferroviária	1982		
	E.E. Conselheiro Rodrigues Alves	1989		
	Igreja de Santa Rita	1990		
	Diretoria de Ensino Cel Prof. Alfredo de Barros Santos	2011		
	E.E. Dr. Flaminio Lessa	2011		
	Antigo Teatro Carlos Gomes, atual Prefeitura Municipal de Guaratinguetá	2014		
	Catedral de Santo Antônio, altares e respectivas imagens	2016		
Ilhabela	Sede da Fazenda Engenho D'Água	1979	Fazenda do Engenho D'Água: casa	1951
	Serra do Mar e de Paranapiacaba	1986		
	Cadeia e Fórum	2001		
Jacareí	Solar Gomes Leitão	1979		
	Capela de Nossa Senhora dos Remédios	1987		
	Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena	1991		
Lorena	Sobrado do Conde Moreira Lima	1975		
	Solar dos Azevedos	1993		
	E.E. Conde Moreira Lima	2011		
Natividade da Serra	Serra do Mar e de Paranapiacaba	1986		
	Sede da Fazenda Ponte Alta	1987		
Paraibuna	Serra do Mar e de Paranapiacaba	1986		
	Sede da Fazenda Conceição	1987	Fazenda da Conceição: casa	1974
	Palacete Palmeira	1974		
	Palácio 10 de Julho	1974		
Pindamonhangaba	Casa de Câmara e Cadeia (atual Palacete Tiradentes)	1981		
	Igreja de São José da Vila Real	1983		
	E.E. Dr. Alfredo Pujol	2011		

Cidade	Condephaat	Ano	Iphan	Ano
Piquete	Estação Ferroviária	2014		
Queluz	EMEF Cap. José Carlos de Oliveira Garcez	2011		
Redenção da Serra	Igreja Matriz	1982		
	Antiga Sede da Prefeitura	1982		
			Fazenda Ponte Alta: casa	1976
Santa Branca	Casa do Ajudante Braga	1973		
	EMEF Barão Santa Branca	2011		
São Bento do Sapucaí	EMEF Cel. Ribeiro da Luz	2011		
	Igreja Matriz	2015		
São José do Barreiro	Cemitério dos Escravos	1990		
	Sede da Fazenda Pau D'alho	1982	Fazenda do Pau D'Alho: casa	1968
São José dos Campos	Igreja de São Benedito	1981		
	Sanatório Vicentina Aranha	2001		
	E.E. Sant'Anna do Parnaíba	2011		
	Residência de Olívio Gomes e parque ajardinado	2013		
	Capela Nossa Senhora das Mercês	1981		
	Casa de Oswaldo Cruz	1975	Casa natal de Oswaldo Cruz	1956
São Luiz do Paraitinga	Sobrado na Praça Oswaldo Cruz (atual Prefeitura)	1981		
	Centro Histórico	1982		
	Serra do Mar e de Paranapiacaba	1986		
				Conjunto Histórico e Paisagístico
São Sebastião	Centro Histórico	1971		
	Sede da Fazenda Santana	1972		
	Serra do Mar e de Paranapiacaba	1986		
	Ilhas, Ilhotas e Lajes	1994		
	Casa Com Teto Pintado ou Casa Esperança	1975	Casa de sobrado, com teto pintado, à Avenida Dr. Altino Arantes, 32	1955
	Convento Franciscano de Nossa Sra. Do Amparo	1972		
Silveiras	Sobrado do Capitão Silveira	1982		
Taubaté	Capela de Nossa Senhora do Pilar	1982	Capela de Nossa Senhora do Pilar	1944
	Casa de Oliveira Costa	1979		
	Chácara do Visconde	1982	Chácara do Visconde, ou casa de Monteiro Lobato	1962
	Convento de Santa Clara	1987		
	Sede da Fazenda Pasto Grande	1993		
	E.E. Dr. Lopes Chaves	2011		

Cidade	Condephaat	Ano	Iphan	Ano
Ubatuba	Serra do Mar e de Paranapiacaba	1986		
	Edifício Paço da Nóbrega	1987		
	Ruínas do Engenho da Lagoinha	1987		
	Unidades Habitacionais de Picinguaba	1990		
	Ilhas, Ilhotas e Lajes	1994		
	Residência Irmãos Gomes	2006		
	Sobrado Do Porto	1975	Sobradão do Porto	1959

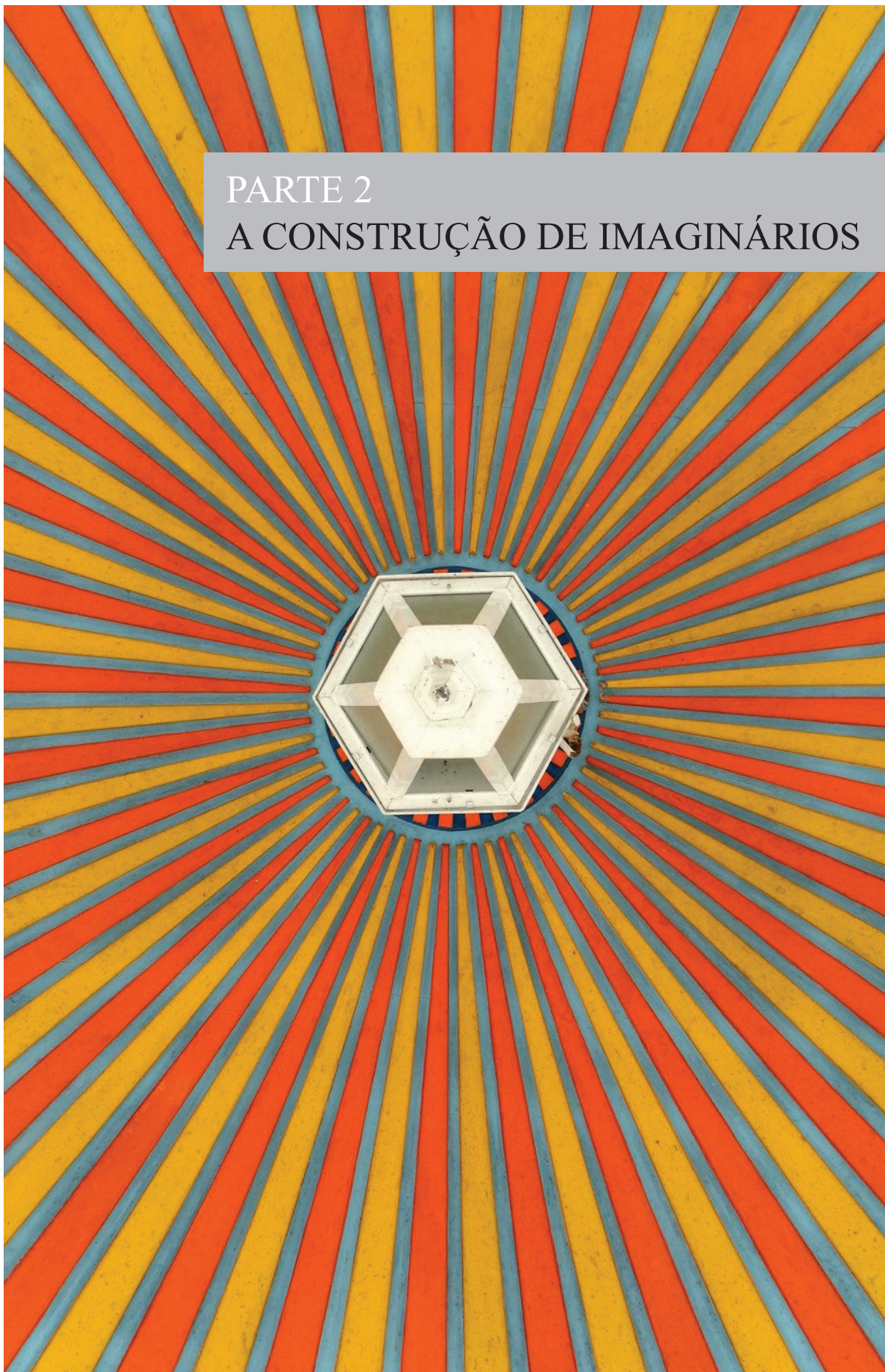
Quadro 5 - Levantamento dos bens tombados do Vale do Paraíba paulista.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em informações do Iphan e do Condephaat, 2019.

Progressivamente, o patrimônio foi sendo considerado um fomentador para a economia das cidades em que se encontravam. Na perspectiva do turismo, o patrimônio – material e/ou imaterial – é forte referência e influência nas dinâmicas de oferta e procura de destinos turísticos, conjugado às manifestações artísticas que são oferecidas nos locais. Não foi diferente no Vale do Paraíba.

PARTE 2

A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS



Detalhe do teto do Coreto Elpídio dos Santos,
localizado na Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga.
Foto de Herbert Allucci. Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Capítulo 2

Imagem, imaginário

O que é uma cidade? Até meados do século XX o pensamento urbano respondia a essa pergunta segundo a configuração física: cidade é o oposto do campo, ou um tipo de agrupamento extenso e denso de indivíduos socialmente heterogêneos. Nas últimas décadas, tenta-se caracterizar o urbano levando em conta também os processos culturais e os imaginários dos que o habitam.

García Canclini, 2008.

Vários pesquisadores latino-americanos, de diferentes áreas do conhecimento, estudaram os imaginários urbanos. Paula Vera (2019, ebook), infere que “tenemos la sospecha de que el pulso, la historia, la estética y las fantasías de las ciudades latinoamericanas han desafiado la creatividad de intelectuales e investigadores y en ese desafío se acuñaron los imaginarios urbanos como concepto y propuesta de indagación crítica”⁸.

Partindo de uma releitura dos relatos oficiais sobre São Luiz do Paraitinga descritos em seus processos de tombamento, pela perspectiva dos imaginários urbanos, abriu-se a possibilidade de reconhecê-los a partir de novos vestígios, recolhidos em entrevistas, em questionários e com um aporte teórico que entende a cidade como produto de uma construção social, dentro de suas distinções históricas, geográficas e culturais.

Com essa nova perspectiva, conseguiu-se entender, como afirma García Canclini (2007, p. 107) que “la urbe programada para funcionar, diseñada en cuadrícula, se desborda y se multiplica en ficciones individuales y colectivas”⁹.

⁸ “suspeitamos que o ritmo, a história, a estética e as fantasias das cidades latino-americanas tenham desafiado a criatividade de intelectuais e pesquisadores, e nesse desafio se forjaram os imaginários urbanos como conceito e proposta de indagação crítica”.

⁹ “a urbe programada para funcionar, projetada em quadrícula, transborda e se multiplica em ficções individuais e coletivas”.

2.1 Imagens, imaginário e imaginários urbanos

Há uma longa tradição teórica sobre os imaginários e os imaginários sociais nos campos da Filosofia, da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia (Bachelard, Castoriadis, Durand, Maffesoli, Ricouer, entre outros). Esta linha de pensamento foi usada como ponto de partida para os imaginários urbanos, não sem as dificuldades de se transpor esses novos tópicos e essa nova forma de abordagem, com suas dimensões subjetivas, ao campo dos estudos urbanos, que já apresentava especificidades e teorias próprias.

Como lembra Danielle Rocha Pitta (1975, p. 65)

antes, muito antes do homem adquirir capacidade para criar conceitos principalmente em relação a sensações, ele criou imagens simbólicas permitindo-lhes estruturar uma mitologia [...] A imagem tem ganho um lugar cada vez mais importante na expressão humana, sendo que atualmente ela é soberana.

A autora, uma estudiosa da obra de Gilbert Durand, indica que o sociólogo, ao classificar e reagrupar as imagens, entendeu que estas se reagrupam em torno de arquétipos que, enquanto imagens, seriam culturalmente variáveis, mas que, como arquétipos do imaginário, seriam universais. Durand (1997, p. 14) define o imaginário como o “conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens* [...] o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano”, pelo que, alerta-se, “não se trata de um conjunto de fantasias ou sentidos de irrealidades mas de um substrato simbólico ou conjunto psicossocial de ampla natureza” (COELHO, 2012, p. 232).

O uso popular e generalizado de termos como imaginação e imaginário poderia levar – equivocadamente, para esta tese, – à sua compreensão como algo abstrato ou irreal. Não se trata destes sentidos, mas de um outro, para o qual Julieta Leite (2015, p. 232-233) abre uma via de interpretação:

o imaginário coletivo, cultural, antropológico, obedece à uma dinâmica da imagem. Na tentativa de elaborar um conceito, algumas definições desqualificam o imaginário, considerando-o como fantasia, irrealidade, ficção, algo inconsistente – oposto ao consistente, que pode ser contado – ou incoerente, sem lógica interna [...] Mas como nos lembra Bachelard em *A poética do espaço*, é por meio da imagem que estabelecemos uma relação com a realidade; a imagem orienta uma percepção do mundo [...] O imaginário é uma forma de pensar e ser pensado. Por isso, ele não deve ser entendido como um oposto, mas como um complemento do real e do intelectual.

O sociólogo Michel Maffesoli (2001), por sua vez, admite a existência de dois tipos de imaginário, o individual e o coletivo. O autor caracteriza o imaginário como uma força catalisadora, como um patrimônio de grupo; uma fonte comum de emoções, de lembranças, de afetos e de estilos de vida; um patrimônio compartilhado (ANAZ et. al, 2014).

Sobre o comportamento das imagens e do imaginário, Daniel Hiernaux (2007, p. 20) explica que

el imaginario funciona sobre la base de representaciones que son una forma de traducir en una imagen mental, una realidad material o bien una concepción. En otros términos, en la formación del imaginario se ubica nuestra percepción transformada en representaciones a través de la imaginación, proceso por el cual la representación sufre una transformación simbólica. El imaginario es justamente la capacidad que tenemos, de llevar esta transformación a buen término¹⁰.

Apartir dos anos 1990, vem à tona os imaginários urbanos, com a obra homônima de Armando Silva, filósofo, semiólogo e pesquisador colombiano, cuja base de trabalho é diferenciar a cidade do urbano; para Silva, a cidade representaria a parte física, enquanto o urbano seria identificado pelo pensamento¹¹. O antropólogo Néstor García Canclini também utilizaria a chave dos imaginários urbanos para entender processos culturais e de comunicação que permeiam as cidades.

O surgimento da perspectiva de estudos a partir dos imaginários urbanos pode ser creditado, de acordo com Vera (2019, ebook), a alguns movimentos das Ciências Sociais. Primeiramente, àqueles ligados aos estudos culturais, em especial os desenvolvidos na Escola de Birmingham¹², que trouxeram a composição transdisciplinar para o exame dos estudos sobre a cidade e sobre o urbano. Em segundo, as mudanças no entendimento do espaço urbano e da prática de diferentes agentes sobre ele, com os estudos Henri Lefebvre, David Harvey, Doreen Massey e ainda os professores Alicia Lindón, Daniel Hiernaux e Miguel Ángel Aguilar (2006, p. 18) para quem

¹⁰ “O imaginário funciona com base em representações que são uma forma de traduzir em uma imagem mental uma realidade material ou uma concepção. Em outras palavras, na formação do imaginário está localizada nossa percepção transformada em representações através da imaginação, um processo pelo qual a representação sofre uma transformação simbólica. O imaginário é precisamente a capacidade que temos para levar a cabo essa transformação com sucesso”.

¹¹ Trecho de entrevista de Armando Silva às Edições SescSP online, postado em 15 de janeiro de 2015. Disponível em https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8704_ARMANDO+SILVA. Acesso em jan/2020.

¹² Proposta teórico-metodológica com perspectiva de análise crítico-interpretativa, relacional e transdisciplinar, criada nos anos 1950 e institucionalizada a partir do Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham, Inglaterra. Apresenta como figuras centrais Raymond Williams e Stuart Hall, vinculados à Nova Esquerda inglesa, para quem a cultura deveria ser repensada a partir de uma concepção mais inclusiva e que levasse em conta como as formas de vida de uma sociedade moldam seus projetos e obras (CEVASCO, 2012).

los imaginarios urbanos intentan interpretaciones acerca de cuestiones como, por ejemplo, cómo se han construido las imágenes (cambiantes a lo largo de la historia) que se hacen las sociedades, y sus individuos en particular, de la ciudad y/o de sus fragmentos (barrios, colonias...); cómo esas imágenes se movilizan en la vida práctica y cobran “realidad”. Se abre así una perspectiva innovadora que se nutre de la subjetividad pero en diálogo con otras dimensiones de la vida urbana, como por ejemplo la materialidad de los lugares, las llamadas formas espaciales, a veces de larga duración y otras efímeras¹³.

Os imaginários urbanos têm obtido repercussão significativa sobre os estudos urbanos mais tradicionais que, até então, adotavam a forma material da cidade e elegiam, para compreendê-la, dados sociodemográficos, a perspectiva econômica e a dinâmica política, muitas vezes combinados entre si. Eles trouxeram abordagens antes descartadas, como as dimensões subjetivas dos habitantes das cidades analisadas; e outras foram incorporadas, como explica García Canclini (2007, p. 91) quando diz que

en este sentido, nos hallamos en una etapa distinta a la de los estudios urbanos de hace unas décadas, que se sentían más satisfechos con simples descripciones socio-económicas de los desarrollos urbanos. Actualmente, damos mucha importancia a lo cultural, a lo simbólico, a la complejidad y la heterogeneidad de lo social en la ciudad. Es entonces cuando lo imaginario aparece como un componente importantísimo. Una ciudad siempre es heterogénea, entre otras razones, porque hay muchos imaginarios que la habitan¹⁴.

Nesta perspectiva, os imaginários urbanos vêm se juntar a todo um instrumental teórico sobre o estudo da cidade, permitindo uma reunião de elementos que ampliam e revelam outros significados. Para Silva (2011, p. XXVI)

a cidade aparece como uma densa rede simbólica em construção e expansão. A cidade, cada cidade, se parece com seus criadores, que são

¹³ “Os imaginários urbanos tentam interpretar questões como, por exemplo, como foram construídas as imagens (mutantes ao longo da história) que se faz das sociedades, e seus indivíduos em particular, da cidade e/ou seus fragmentos (bairros, colônias...); como essas imagens são mobilizadas na vida prática e se tornam “realidade”. Assim, abre-se uma perspectiva inovadora, nutrida pela subjetividade, mas em diálogo com outras dimensões da vida urbana, como, por exemplo, a materialidade dos lugares, as chamadas formas espaciais, às vezes duradouras e outras efêmeras”.

¹⁴ “Neste sentido, estamos em um estágio diferente daquele dos estudos urbanos de algumas décadas atrás, que estavam mais satisfeitos com simples descrições socioeconômicas dos desenvolvimentos urbanos. Atualmente, atribuímos grande importância ao cultural, ao simbólico, à complexidade e heterogeneidade do social na cidade. É então que o imaginário aparece como um componente importantíssimo. Uma cidade é sempre heterogênea, entre outras razões, porque existem muitos imaginários que a habitam”.

feitos pela cidade [...] O que faz uma cidade diferente da outra não é só sua capacidade arquitetônica [...] mas os símbolos que os seus próprios habitantes constroem para representá-la.

A elaboração das cidades como produtos coletivos de construção social, com componentes imaginários, é um modelo que se aproxima da tese de Cornelius Castoriadis (1982) sobre a formação e a existência da sociedade e sobre o imaginário social. Como resume Alexandre Bomfim (2019), para Castoriadis, a sociedade seria instituída imaginariamente por seus integrantes, não existindo simplesmente como a consequência natural da reunião de indivíduos; assim, ela não se constitui anteriormente ao consenso social que a institui, pois é necessário que exista uma matriz de sentido comum partilhada por seus integrantes para que ela se constitua; a essa matriz, Castoriadis deu o nome de imaginário social.

Para Silva (2004, p. 7), a obra de Castoriadis “nos facilita varias explicaciones sobre la fusión entre lo imaginario y lo real al recalcar que en la historia de la humanidad las imaginaciones fundamentales han sido el origen de nuestros órdenes sociales¹⁵”.

Nesse sentido, os habitantes de São Luiz do Paraitinga constroem a cidade a partir de sua percepção e dos elementos externos que a ela se somaram, criando imaginários urbanos que, porquanto estejam sempre em processo de modificação, persistem contemporaneamente.

2.2 Imaginário fundacional

Entre os imaginários urbanos encontra-se a categoria dos imaginários fundacionais, que se mostrou essencial na história de São Luiz do Paraitinga. O arquiteto Fernando Carrión (2010, p. 132) define que os imaginários fundacionais se caracterizam “por el peso que tienen desde el origen de la ciudad”¹⁶ e que marcam seus moradores e, portanto, a cidade, “por la fuerza del significado y del universo simbólico que portan”¹⁷.

Seguindo a linha proposta por Carrión, há dois imaginários fundacionais que podem definir uma cidade: sua localização geográfica e sua história.

Silva (apud CARRIÓN, 2010, p. 125) pontua que “ciudad y palabra que la nombra van

¹⁵ “nos fornece várias explicações sobre a fusão entre o imaginário e o real, ao enfatizar que na história da humanidade as imaginações fundamentais têm sido a origem de nossas ordens sociais”.

¹⁶ “o peso que tem desde a origem da cidade”.

¹⁷ “pela força do significado e do universo simbólico que carregam”.

juntas desde los inicios”¹⁸ e, como mostrou Torrão Filho (2007, p. 27), Morgado de Mateus “funda novas vilas com os nomes de são Luiz, são José ou são Sebastião, homenageando o rei, o marquês de Pombal e a si mesmo”. Assim, as presenças do Morgado e do Rio Paraitinga estão marcadas em sua história e evocam o núcleo de fundação da cidade, cujo destaque encontrará nas políticas municipais e de preservação um aliado para sua permanência como imaginário urbano dessa cidade.

Entende-se, nesta tese, que o imaginário fundacional de São Luiz do Paraitinga foi uma construção realizada por estudiosos e acadêmicos; mas foi, também, um processo de resgate dos elementos da constituição da cidade que, quando valorizados e explicitados, permitiu sua utilização com diferentes finalidades, das quais destaca-se seu uso pelos órgãos de patrimônio para os tombamentos da cidade.

Durante o percurso de sua história e, mais especificamente, depois da enchente de 2010, ao imaginário fundacional somam-se outros imaginários urbanos, assim definidos por Lindón (2007, p. 37)

los imaginarios son redes o tramas de significados específicos, reconocidas socialmente, que le otorgan cualidades a la ciudad y sus lugares. El proceso por el cual los imaginarios urbanos cualifican a los lugares opera de manera compleja: los imaginarios urbanos compartidos por distintos grupos, al darle cierto sentido a un lugar lo cualifican de alguna forma particular, le atribuyen ciertas características¹⁹.

Se hoje a leitura da cidade é possível através de seus patrimônios é porque houve, em diversos momentos de sua história, aqueles que elegeram o que preservar e o que valorizar e, cujos critérios, ao serem transmitidos em contínuos discursos, ganharam lugar permanente na biografia da cidade. Foram eles que, junto com os moradores, criaram e sustentam os imaginários urbanos de São Luiz do Paraitinga.

Os imaginários urbanos estão materializados nas manifestações culturais de São Luiz do Paraitinga, em seu patrimônio e nos discursos de seus cidadãos. A eles, juntam-se a tradição e a memória, como estratégias evocadas para validá-los e legitimá-los e, ainda, transformá-los em elementos de fortalecimento das identidades locais.

Para Sandra Jatahy Pesavento (2007b, p. 16), o passado de uma cidade é obtido

¹⁸ “cidade e palavra que a nomeia vão juntas desde os inícios”

¹⁹ “Os imaginários são redes ou tramas de significados específicos, reconhecidas socialmente, que outorgam qualidades à cidade e a seus lugares [...] O processo pelo qual os imaginários urbanos qualificam os lugares opera de maneira complexa: os imaginários urbanos compartilhados por distintos grupos, ao dar certo sentido a um lugar, o qualificam de alguma forma particular, atribuem a ele certas características”.

“construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos”.

E é esse passado, pensado no tempo presente, que revela aquilo que pensa e imagina da cidade seus cidadãos.

2.3 Imaginários materializados nas cidades: de São Luiz do Paraitinga a Santiago de Cuba

Para compreender como os imaginários urbanos se apresentam, além da cidade de São Luiz do Paraitinga, objeto deste estudo, foi possível estudar questões similares na cidade de Santiago de Cuba, a partir da realização de um doutorado-sanduiche. Estas cidades participam de contextos sociais, políticos e econômicos bastante diversos, porém, há fatores em comum entre elas e que são, em sua maioria, relativos aos seus patrimônios materiais e imateriais. Em especial, a pesquisa realizada em Santiago forneceu vários parâmetros para a elaboração das entrevistas com a população de São Luiz do Paraitinga.

Ambas podem ser consideradas representantes dos patrimônios de seus países pelas titulações nacionais que receberam e que, teoricamente, fazem com que eles ultrapassem em importância e reconhecimento o valor local.

Entre as titulações, oficiais ou não, São Luiz do Paraitinga é conhecida como Imperial Cidade; Estância Turística; Cidade das Mil Festas; Último reduto caipira do Estado de São Paulo, cidade do Carnaval de Marchinhas.

A foto de apresentação da cidade, divulgada pela Prefeitura de São Luiz do Paraitinga nas redes sociais (Figura 7), é um resumo do que a cidade pretende mostrar sobre si, materializando seus imaginários urbanos: uma cidade colorida, acolhedora, de arquitetura significativa. Os grupos que aparecem na foto revelam uma cidade festiva (Bandeira do Divino, representantes da Cavahada, boneções do Carnaval), musical (representantes das fanfarras), caipira (representado por Ditão Virgílio), esportiva (representantes do rafting e de corridas), rural (produtores de alimentos), artesanal (artistas da cidade e temáticas sobre ela).

Ao longo deste trabalho, serão mostrados outros imaginários urbanos que estão presentes em São Luiz do Paraitinga.



Figura 7: Letreiro na entrada da cidade. Foto de Alcides Souza.
Fonte: Rede social Facebook da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga, 2019.

Durante o intercâmbio na cidade de Santiago de Cuba, foi possível verificar como os imaginários dessa cidade foram sendo construídos e como se estabeleceram materialmente pela cidade.

Santiago de Cuba localiza-se na parte oriental da ilha de Cuba. Fundada em 1515, obteve, em 1523, o título de cidade. Semelhante a muitas cidades latino-americanas, o processo de conquista pelos espanhóis impôs um esquema de configuração específico, do qual resultou seu atual Centro Histórico, que se desenvolveu a partir do setor fundacional, e compreende a área de crescimento urbano até o final do século XIX. Sua localização em um sistema de terraços naturais imprime qualidades em sua expressão física e formal, realçada pelo verde das montanhas da Sierra Maestra e o azul do mar do Caribe (CABRALES MUÑOZ, 2010). Seu traçado urbano inicial seguiu o tabuleiro regular imposto pela Lei das Índias²⁰, mas sua expansão adaptou-se à topografia acidentada.

O nome dado à cidade tornou-se parte de seu imaginário fundacional. Para a historiadora Olga Portuondo (2015), a imagem do apóstolo Santiago foi usada pelos espanhóis para simbolizar seu ideal bélico e sua imposição como conquistador; essa imagem, do santo em seu cavalo e suas armas, a princípio significavam a dominação espanhola, mas, aos poucos, passou a ser parte do espírito e da identidade santiagueiros, que

en el día de hoy, está orgullosa de su nombre y de su patronazgo. La tradición engarza las cuentas de una historia común, sin que implique la plena identificación espiritual inicial, ni la existencia de escollos por salvar para que la comunidad asumiera como honra y nobleza sua cualidad santiaguera²¹ (PORTUONDO, 2015, p. 23).

²⁰ Em 1573, o rei espanhol Filipe II, instituiu a primeira legislação urbanística da idade moderna, a chamada Lei das Índias, que consagrou a utilização da planta ortogonal.

²¹ “hoje, ela se orgulha de seu nome e da herança religiosa. A tradição entrelaça os relatos de uma história comum, sem que implique na plena identificação espiritual inicial, nem a existência de obstáculos a serem superados para que a comunidade assumisse como honra e nobreza sua característica santiagueira”

A cidade apresenta um significativo patrimônio urbano e arquitetônico e foi declarada *Monumento Nacional* de Cuba, em 1978, pelo Consejo Nacional de Cuba. Mais do que a capital, Havana, uma cidade cosmopolita, Santiago foi palco de muitos acontecimentos importantes para a nação, principalmente aos relacionados à Revolução de 1959²² e seus personagens onipresentes na cidade, os irmãos Castro, Fidel e Raúl. Por seu papel nestes eventos, a cidade recebeu o título de Héroe de la República de Cuba. Foi no Centro Histórico de Santiago de Cuba, mais exatamente no balcão do antigo prédio da Prefeitura, que Fidel fez seu discurso anunciando o triunfo da Revolução, em 1º de janeiro de 1959.

O patrimônio santiagueiro recebeu três declaratórias de Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): o Castillo San Pedro de la Roca, em 1997; Paisaje Arqueológico de las primeras plantaciones cafetaleras del sudeste cubano en las provincias de Santiago de Cuba y Guantánamo, em 2000, e como Patrimônio Intangível, a Tumba Francesa La Caridad de Oriente, em 2003 (SOTO SUÁREZ, MUÑOZ CASTILLO, 2017).

Ao trabalho de campo realizado nos principais patrimônios santiagueiros, durante o intercâmbio, acrescentaram-se entrevistas com Orlando Vergés Martínez, diretor da Casa del Caribe e com Zoé Cremé Ramos, diretora da Casa de Africa Fernando Ortiz, para entender a história e a apropriação dos espaços públicos nas festas tradicionais santiagueiras; com Omar López, Conservador e com Aida Liliana Morales Tejeda, Chefe do Departamento de Historia, ambos da Oficina del Conservador de la Ciudad de Santiago de Cuba; com Gisela Mayo Gómez, diretora de La Maqueta de la Ciudad, para consulta de material referente ao Centro Histórico de Santiago de Cuba.

A partir da reunião desses elementos, iniciou-se a elaboração do questionário sobre imaginários urbanos que seria aplicado em Santiago de Cuba, tendo como base o questionário proposto por Armando Silva. A abordagem e as perguntas foram discutidas com a co-orientadora, com especialistas do patrimônio dessa cidade, além da Profª. Dra. Ofelia Pérez Montero, diretora do Centro de Estudio Multidisciplinario de Manejo Integrado de Zonas Costeras (CEMZOC).

Nos atuais trabalhos para conservação do Centro Histórico de Santiago de Cuba e do patrimônio urbano da cidade, as valorizações e implementações de novas práticas se dão para além dos limites estritos do núcleo fundacional; houve, também, uma ampliação dos marcos temporais, com a inclusão de um urbanismo mais recente, que abrange as várias camadas de modificação do território.

²² Para maiores informações, ver Anexo 2.

Estas diferenças, visíveis na comparação com a gestão do patrimônio luizense e compreendidas empiricamente e por meio do questionário, possibilitaram, posteriormente, uma melhor adequação das perguntas no questionário para os moradores de São Luiz do Paraitinga, onde ainda o perímetro de tombamento recebe tratamento diferenciado de outras áreas.

Em ambas as cidades se reconhece a presença de valores imateriais, expressos principalmente na música e nos tradicionais carnavais. Este foi outro ponto que, durante os debates sobre o questionário santiagueiro, deixou entrever a importância de se acrescentarem perguntas sobre as manifestações culturais, para que o questionário não ficasse atrelado apenas a questões específicas da reconstrução arquitetônica de São Luiz do Paraitinga.

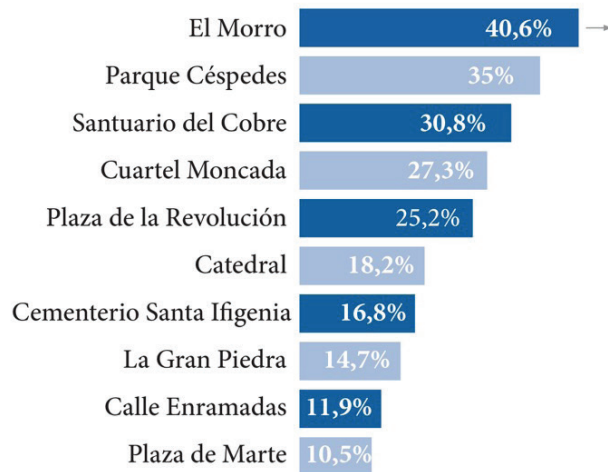
Outro fator determinante para a configuração do questionário foi o fato de que, em Santiago de Cuba, por condições de tecnologia, não havia como aplicá-lo a não ser no formato papel. Isso exigiu a distribuição dos questionários e sua posterior recolha, e fez também com que se optasse por dar opções de múltipla escolha para grande parte das perguntas – como, por exemplo, quais eram os Patrimônios da Humanidade – e não pedir que fossem citados espontaneamente, o que dificultaria o preenchimento. Esta decisão foi replicada no questionário luizense. Parte dos questionários foram distribuídos aos moradores em sítios ou edifícios patrimoniais, como o Balcão de Velázquez, a sede da Maqueta de la Ciudad ou no próprio Parque Céspedes; outra parte foi entregue a alunos da Universidad de Oriente, das faculdades de Arquitetura e Urbanismo e de Ciências Sociais; outros foram distribuídos a parentes e amigos dos especialistas do patrimônio. Para isso, colaboraram na aplicação esses profissionais e professores, além da autora da tese.

Toda a experiência foi transportada para o questionário em São Luiz do Paraitinga, que teve como grande diferencial a possibilidade de ser disponibilizado em plataforma de Formulários Google, com preenchimento realizado por via direta ou indireta, no caso do respondente não ter acesso a essa plataforma. Os respondentes foram 144 moradores/cidadãos de Santiago de Cuba e 156 moradores/cidadãos de São Luiz do Paraitinga.

No questionário aplicado aos moradores dessa cidade, quando se pediu para que declarassem *3 lugares que representam a cidade*, a votação mais expressiva ficou com El Morro, nome popular do Castillo San Pedro de la Roca (Figuras 8 e 9).

O Parque Céspedes e a Catedral receberam, juntos, mais da metade dos votos (53,2%). Eles estão localizados na área considerada o núcleo fundacional de Santiago de Cuba.

3 LUGARES QUE REPRESENTAM A CIDADE



Base: 143 - Respostas múltiplas / 2018



Figura 8: Gráfico resultante do questionário aplicado em Santiago de Cuba, sobre “3 lugares que representam a cidade”, 2018. Imagem do Castillo de San Pedro de la Roca.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

3 LUGARES QUE REPRESENTAM A CIDADE

Parque Céspedes + Catedral 53,2%



Figura 9: Resumo da resposta à pergunta “3 lugares que representam a cidade”, do questionário aplicado em Santiago de Cuba, 2018. Imagem do Parque Céspedes, com a Catedral à direita e a Antiga Prefeitura à esquerda. Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

A cidade também apresenta diversas manifestações culturais em seus espaços públicos; algumas relacionadas aos imigrantes de outros países da América Central, haitianos e

jamaicanos; outras, provenientes das religiões de origem africanas e da católica, com destaque para as comemorações da Virgen de la Caridad del Cobre, padroeira de Cuba; o Festival del Caribe, evento internacional anual que ocorre nas ruas do Centro Histórico, desde 1981, e que reúne atividades teóricas e apresentação de movimentos artísticos populares.

Das festas promovidas tanto em São Luiz do Paraitinga quanto em Santiago de Cuba, o carnaval é o evento mais relevante para ambas.

O carnaval de São Luiz do Paraitinga se diferencia pela formação de blocos que se apresentam cantando marchinhas autóctones²³, acompanhados pelos participantes, em fantasias feitas com tecidos artesanais. Por meio da Lei nº 1.679 de 11 de abril de 2014, a Prefeitura declarou o *Carnaval de Marchinhas no município de São Luiz do Paraitinga* como Patrimônio Imaterial Histórico e Cultural.

O carnaval de Santiago de Cuba tem origem e foi influenciado pelas festividades da época em que Cuba era colônia espanhola, entre os séculos XVI e XVIII. Configurou-se em um conjunto de festejos e múltiplas expressões artísticas integradas: comidas, bebidas, música, dança, desfiles de máscaras. É considerado a expressão mais popular e massiva da cultura tradicional dos santiagueiros. De acordo com Virtudes Feliú (2003), com a Revolução, festas ligadas às religiões de origem africana reapareceram com maior força em todos os estratos sociais; durante o Período Especial, da década de 1990 em diante, o carnaval foi interrompido em algumas cidades cubanas, ou se modificaram alguns de seus elementos, porém, em Santiago de Cuba essa festa permaneceu, por sua força e prestígio.

Além do Museu do Carnaval, localizado no Centro Histórico, a cidade abriga a Casa del Caribe, assim como a Casa de Africa Fernando Ortiz, locais de estudo e difusão das festas santiagueiras, em especial do carnaval.

Em 2015, o Consejo Nacional de Patrimonio Cultural, pela Resolução no.25, declarou o carnaval de Santiago de Cuba e todos os bens que formam parte de esta expressão como Patrimônio Cultural da Nação. Também foi realizada sua inscrição no Registro Nacional de Bens Culturais, para permitir sua salvaguarda como patrimônio imaterial²⁴.

Sobre o turismo em Cuba, e que se estende a Santiago,

el régimen revolucionario hizo del turismo uno de los motores principales de su modelo de desarrollo [...] En Cuba, la actividad recreativa del

²³ As marchinhas são autóctones pois têm sua origem na própria São Luiz do Paraitinga, ou seja, são compostas por luizenses. Constituem-se em uma manifestação cultural do carnaval profundamente relacionada com a identidade cultural local. São compostas não apenas por músicos, mas também por cidadãos das mais variadas profissões.

²⁴ Disponível em <http://www.cnpc.cult.cu/patrimonio/773>. Acesso em 05/jan/2019.

turismo no estuvo exenta de un carácter político cuidadosamente diseñado por el Estado, que buscaba que los visitantes fueran testigos de los beneficios del socialismo. Debido a las crecientes dificultades económicas que atravesaba la economía, el gobierno tuvo que comenzar a elaborar mecanismos que le permitieran controlar al turismo y la movilidad de los paseantes con el fin de evitar que conocieran zonas que no se querían mostrar. Esta política de control derivó en la separación de los visitantes del contacto con la población en general; los cubanos tenían prohibido el acceso a los hoteles, restaurantes y playas donde se encontraban los turista²⁵ (VELÁZQUEZ GARCÍA, 2013, p. 64).

Esta situação vai mudando aos poucos, com os novos rumos que a economia de Cuba vem tomando, principalmente com a entrada de um presidente não militar indicado por Raúl Castro, em 2018, sem transformações radicais, mas prometendo uma administração mais interativa e participativa.

Outro ponto de intersecção entre os patrimônios de São Luiz do Paraitinga e Santiago de Cuba são os desastres que as duas cidades enfrentaram. Esta última sofre com a ocorrência de terremotos, que já fazem parte

de la mentalidad colectiva santiaguera sugestionada por el miedo que provocan los terremotos desde siglos precedentes: ya en manifestaciones de religiosidad de masas, poemas o juicios seudocientíficos, los que permiten justipreciar, a través de las épocas, las principales conductas subjetivas asumidas por el conjunto de los habitantes²⁶ (PORTUONDO, 2014, p. 16).

Mas, assim como a enchente de 2010 foi a que causou o maior número de danos ao patrimônio luizense, em 25 de outubro de 2012 um furacão de nome Sandy destruiu parte do patrimônio de Santiago de Cuba. O furacão Sandy obstruiu as principais vias da cidade, com a queda de árvores, derrubou centenas de casas, arrancou telhados, deixando a cidade sem estrutura de água, luz e telefonia e destruiu instalações hoteleiras turísticas da região costeira, o que afetou grandemente o turismo. No Centro Histórico (Figura 10), a Catedral Metropolitana

²⁵ “O regime revolucionário fez do turismo um dos principais motores de seu modelo de desenvolvimento [...] Em Cuba, a atividade recreativa do turismo não esteve isenta de um caráter político cuidadosamente projetado pelo Estado, que queria que os visitantes testemunhassem os benefícios do socialismo. Debido às crescentes dificuldades econômicas pelas quais a economia estava passando, o governo teve que começar a desenvolver mecanismos que permitissem controlar o turismo e a mobilidade dos transeuntes, a fim de impedi-los de ver áreas que não queriam mostrar. Esta política de controle levou à separação dos visitantes do contato com a população em geral; os cubanos foram proibidos de acessar hotéis, restaurantes e praias onde os turistas estavam”

²⁶ “reações da mentalidade coletiva de Santiago sugeridas pelo medo causado por terremotos desde séculos anteriores: seja em manifestações de religiosidade de massas, poemas ou julgamentos pseudocientíficos, que permitem apreciar, ao longo dos tempos, as principais condutas objetivas assumidas pelo conjunto dos habitantes”

e toda a região do Parque Céspedes, onde ela se encontra, sofreram danos (Figura 11).



Figura 10: Centro histórico de Santiago de Cuba após a passagem do furacão Sandy em 2012.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

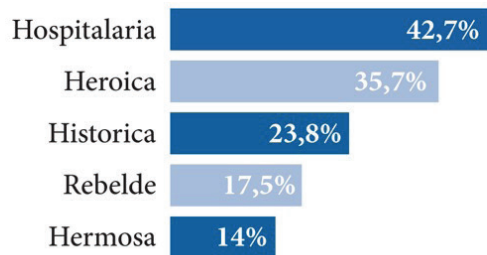


Figura 11: Parque Céspedes, no centro histórico de Santiago de Cuba, após a passagem do furacão Sandy em 2012. Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

No questionário aplicado em Santiago de Cuba ficou bastante evidente a materialização dos imaginários urbanos declarados pelos seus moradores. Dois exemplos apareceram com as perguntas *3 palavras que representam a cidade* e *Você sente orgulho da cidade?*. Os gráficos e as imagens que se seguem explicitam o resultado.

Na primeira imagem, um grande painel instalado próximo à Praça da Revolução, um dos pontos de maior afluência de pedestres e veículos, mostra Fidel Castro e sua definição para Santiago de Cuba: “Rebelde ayer; hospitalaria hoy; rebelde siempre”²⁷. As respostas apontam o quanto estas palavras estão internalizadas para o santiagueiro, ao mesmo tempo que, como imaginários urbanos, estão materializadas na cidade (Figura 12).

3 PALAVRAS QUE REPRESENTAM A CIDADE



15% responderam juntas estas 3 palavras:
Rebelde / Hospitalaria / Heroica

Base: 143 - Respostas múltiplas / 2018

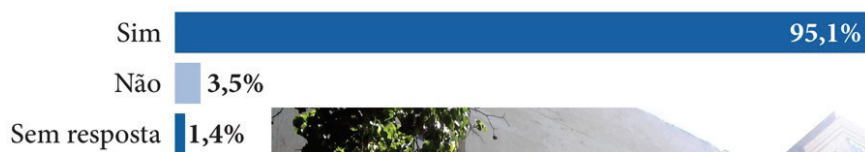


Figura 12: Gráfico resultante do questionário aplicado em Santiago de Cuba, sobre “3 palavras que representam a cidade”, 2018. Imagem de outdoor na Plaza de la Revolución. Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

²⁷ “Rebelde ontem; hospitaleira hoje; rebelde sempre”.

O mesmo ocorre com este painel, localizado em uma esquina da Avenida Garzón, a um quarteirão da Plaza de Marte, local de comércio e porta de entrada para o Centro Histórico, que mostra o mapa de Santiago de Cuba e o orgulho de ser dessa cidade (Figura 13).

SENTE ORGULHO DA CIDADE



Base: 143 / 2018

Figura 13: Gráfico resultante do questionário aplicado em Santiago de Cuba, “sente orgulho da cidade?”, 2018. Imagem de mapa da cidade em prédio da Avenida Garzón. Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

Em São Luiz do Paraitinga, além da placa da cidade que materializa grande parte dos imaginários urbanos locais, outros podem ser verificados na cidade. Um dos mais representativos é a figura de Dona Cinira Pereira dos Santos, artesã viúva de Elpídio dos Santos, conhecida carinhosamente por Vó Nira, que teve grande participação na vida social e cultural da cidade. Falecida em 2011, ela continua viva com sua presença na janela do casarão onde sempre morou (Figura 14).



Figura 14: Dona Cinira ocupando seu lugar na janela do casarão onde viveu, na Rua Cel. Domingues de Castro, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Outros exemplos, como o caipira ainda presente no cotidiano da cidade e a presença discursiva e introjetada do mar de morros, estão detalhados ao longo do texto.

Para Carrión (2010, p. 133) “los imaginarios urbanos son parte del patrimonio cultural, que no pueden ser catalogados como inmateriales porque se los desmaterializaría erroneamente²⁸”. Assim, essas imagens fixam e disseminam os imaginários urbanos que passam a fazer parte de uma rede de significados reconhecida pela sociedade, construindo e qualificando a cidade.

²⁸ “os imaginários urbanos são parte do patrimônio cultural, que não podem ser catalogados como imateriais porque se desmaterializariam erroneamente”.

Capítulo 3

Patrimônio, turismo e imaginário

Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.

Italo Calvino, As Cidades Invisíveis

Os anos de 1950 trouxeram uma mudança significativa ao turismo, com as possibilidades abertas pelo oferecimento de pacotes turísticos. Eles tiveram seu ápice na década de 1970 e alteraram o ato de viajar, que se tornou extremamente padronizado, além de ter como público um turista que não tinha como objetivo o enriquecimento cultural, mas que procurava a diversão descompromissada, em atividades que não propiciavam qualquer interação com os locais visitados (COSTA, 2009).

Porém, mesmo com essa crescente demanda, a ligação intrínseca entre patrimônio cultural e turismo sempre esteve presente, intercambiando, inclusive, a denominação para turismo cultural. Para Lemos (1982, p. 30),

o turismo nasceu em volta dos bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e hoje, cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismos, provocando quadros artificiais, inclusive. Quadros inventados, ou recriados, que tentam matar dois coelhos com uma só cajadada: a administração local, com fins políticos, incrementa um nacionalismo cultural de conveniência enquanto agentes de viagens, o comércio local e a arrecadação de impostos passam a possuir justificativas de ricos faturamentos.

O autor coloca diversas questões que, de fato, podem ser verificadas quando se coloca a finalidade turística como a principal meta para a manutenção e preservação de um bem cultural, seja ele um monumento ou uma cidade.

Essa problemática foi e é tema de diversos documentos nacionais e internacionais que versam sobre o patrimônio cultural e sobre o turismo – ou sobre ambos – e ela será revista, em especial para São Luiz do Paraitinga, no intuito de mapear o consumo que se faz dessa cidade, por meio da construção dos imaginários que a compõe, pelas questões da representação dos espaços públicos, dos territórios, do patrimônio cultural e do turismo.

3.1 Turismo e patrimônio cultural, primeiras aproximações

Na década de 1960, com o intuito de preservação do patrimônio cultural, a Unesco deu ênfase ao turismo como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento desse patrimônio. No Brasil, em 1966, ano da criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), esta empresa, junto à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) e à Unesco, esteve em discussões para a vinda de um perito internacional ao país, dentro do “Plano de incentivo ao chamado Turismo Cultural”, programa que propiciaria recursos financeiros por meio de crédito internacional para a conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza. Nota-se, nos documentos, que o maior interesse por parte da Dphan era pela assistência financeira e técnica do que propriamente pela criação de relações entre turismo e patrimônio. Reuniões internacionais promovidas pela Unesco estimularam discussões sobre o tema e, assim, agentes do patrimônio cultural brasileiro passaram a considerar a integração do patrimônio cultural aos planos de turismo e de desenvolvimento econômico do país. Nos anos de 1967 e 1968, Michel Parent, inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, veio ao Brasil como especialista pela Unesco (LEAL, 2014).

Passados 40 anos, o Iphan publicou o relatório de Michel Parent, que recebeu a análise de Claudia Baeta Leal (2008). A autora relata que, em sua missão, o técnico visitou 35 cidades, nas quais se localizava o patrimônio cultural já reconhecido e protegido pela Dphan. Parent valorizou as tradições e manifestações culturais das diversas regiões brasileiras; o conhecimento das potencialidades turísticas de cada local e o desenvolvimento da infraestrutura viária e hoteleira oferecida para fins turísticos. Também destacou os poucos fundos financeiros disponíveis para os serviços nacionais de preservação; a necessidade de quadros e de pessoal qualificado; a falta de comunicação entre os responsáveis pelo patrimônio cultural e as administrações públicas; fez a defesa dos inventários de proteção; e admitiu as limitações de assistência oferecida pela Unesco. Os serviços de planejamento estaduais, federais e internacionais, o Banco Nacional de Habitação, a Dphan e a Embratur foram instados, em seu relatório, a se responsabilizarem pela salvaguarda do patrimônio.

A parceria entre patrimônio cultural e turismo é apresentada em documentos produzidos por agências ligadas ao patrimônio ou ao turismo, sob óticas diversas; em alguns, aparece como vetor do desenvolvimento econômico, em outros, como fomentadora da manutenção e preservação dos bens, e muitas vezes, os textos conjugam patrimônio/turismo ao tema da educação. Entre esses documentos, apresentam-se aqui alguns redigidos entre 1962 e 1976, com destaques para seus excertos, como apresentado no Quadro 6:

Ano	Documento		Agência
1962	Recomendação de Paris	A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que levem a presente recomendação ao conhecimento das autoridades e organismos envolvidos com a proteção das paisagens e dos sítios com o planejamento territorial, aos organismos encarregados da proteção da natureza, do fomento ao turismo e às organizações da juventude.	Unesco
1967	Normas de Quito	As vantagens econômicas e sociais do turismo monumental figuram nas mais modernas estatísticas, especialmente nas dos países europeus, que devem sua presente prosperidade ao turismo internacional e que contam, entre suas principais fontes de riqueza, com a reserva dos bens culturais	Organização dos Estados Americanos (OEA)
1968	Recomendação de Paris	Considerando, igualmente, que a adequada preservação e exposição dos bens culturais contribuem poderosamente para o desenvolvimento social e econômico dos países e das regiões que possuem esse gênero de tesouros da humanidade, através do estímulo ao turismo nacional e internacional.	Unesco
1971	Compromisso de Salvador	Recomenda-se a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.	Iphan
1976	Carta de Turismo Cultural	O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada.	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)

Quadro 6 – Documentos relacionados ao turismo e patrimônio. Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

São Luiz do Paraitinga vivia este contexto de aproximações entre patrimônio cultural e turismo. A cidade já tinha o reconhecimento por tombamento federal da Casa de Oswaldo Cruz e recebia técnicos do órgão estadual para um possível tombamento de seu Centro Histórico. Recepcionava, aos poucos, viajantes interessados em conhecer a cidade e seu patrimônio arquitetônico e para usufruir do seu modo de vida transcorrido em ritmos temporais menos intensos, suas festas e a religiosidade. Sentia-se, assim, apta a receber oficialmente o título de Estância.

O jornal O Estado de S. Paulo em matéria de 8 de maio de 1969, do Suplemento de Turismo, apresentava São Luiz do Paraitinga com a chamada “a cidade que parou no tempo guarda ainda um conjunto homogêneo da arquitetura de São Paulo no século passado”.

Nesse momento, tem-se a carta do Prefeito de São Luiz do Paraitinga, Benedito de Campos, ao Secretário de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, Orlando Zancaner, de 1969, (que consta do processo 14149/1969 de tombamento do Condephaat) na qual ele demonstra que, devido às suas características, a cidade é muito procurada por “pintores, arquitetos, sociólogos, folcloristas e simples turistas”; porém, destaca que a cidade “não dispõe das mínimas condições de atendimento turístico”, por não ter nenhum hotel nem restaurante, o que causa grande desapontamento aos visitantes. Segue justificando que o “elemento capitalista local é pequeno”, ou seja, os luizenses não têm condições financeiras de investir na cidade; portanto, sabedor da criação de uma “Diretoria das Estâncias” dentro da Secretaria, sugere que esta construa um hotel com restaurante anexo, iniciativa para a qual a Prefeitura se dispõe a contribuir cedendo a área necessária para tal construção. Finalizando, o Prefeito exalta o trabalho que vem sendo realizado em favor do turismo e fecha a carta dizendo que esta ação tornará São Luiz do Paraitinga, a “Imperial Cidade”, “a mais brasileira das cidades paulistas” conhecida por brasileiros e estrangeiros (CONDEPHAAT, 1969, fls.14-15-16).

Sobre os significados do título de Imperial Cidade, Rogéria Ipanema (2013) mostra que ele pode ser compreendido como “instrumento de entrada no universo da distinção, como mecanismo de ascensão social, econômica, política e cultural, assim como a localização destes territórios nos espaços do poder”. No processo de São Luiz do Paraitinga, de 31 de março de 1873, o requerimento foi feito pela Câmara de Vereadores e o título de Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga foi concedido no mesmo ano, 1873, tornando-se um dos imaginários urbanos presentes até os dias atuais. O título é usado em diversas ocasiões, em discursos que pretendem afirmar e rememorar a condição de imperial da cidade. Uma das ações recentes, que materializou esse imaginário, foi a colocação, em 2016, de um busto de D. Pedro II (Figura 15) na Praça Oswaldo Cruz, ao lado da Igreja Matriz.



Figura 15: Busto de D. Pedro II na Praça Oswaldo Cruz, localizado ao lado da Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga, colocado em 2016. Fonte: Arquivo da pesquisa, 2017.



Para Henry-Pierre Jeudy (2005, p. 59)

a encomenda pública de uma obra de arte impõe-se desde logo como um ato político ou social para a comunidade, e seu sentido é predestinado pelo imperativo daquilo que é considerado memorável. Sendo ela mesma um objeto que se inscreve em um tempo indefinido, um objeto que impõe por si só a lembrança, a obra de arte impõe desde logo essa garantia de transmissão. Os homens públicos esperam das esculturas instaladas em praças públicas que exaltem a imagem pública de uma cidade, que produzam uma “memória da cidade”.

Esta primeira tentativa não foi bem sucedida, e os luizenses tiveram que adiar a titulação de Estância Turística por alguns anos.

3.2 Estância Turística: um marco para a cidade e para os luizenses

Em âmbito estadual, em 1977, o governo do Estado de São Paulo, pela Lei n.1.457, decretava que “classificam-se as estâncias em hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas”. Até então, o termo “turística” não fazia parte da classificação das estâncias e, por essa mesma lei, definiu-se que “constitui requisito para a criação de estância turística a existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos”.

O Decreto n. 11.022, também de 1977, regulamentou as disposições da Lei nº 1.457 e estabeleceu requisitos para a criação de estâncias turísticas. Em seu Artigo 3º, determinava que “a estância turística deve oferecer condições para o lazer, dentro do seguinte padrão mínimo indispensável de atendimento e salubridade ambiental”:

- I - águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição;
- II - abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários, bem como dos resíduos sólidos, capazes de atender às populações fixa e flutuante, no município, mesmo nas épocas de maior afluxo de turistas;
- III - ar atmosférico, cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;
- IV - rede hoteleira para atendimento da demanda turística; e
- V - áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público (SÃO PAULO, 1977).

Outras dimensões do binômio patrimônio cultural/turismo avançavam nas pautas internacionais e nacionais. Nos novos documentos (Quadro 7), não ficaram de fora algumas preocupações referentes ao chamado turismo predatório e suas consequências para o patrimônio cultural.

Ano	Documento		Agência
1990	Carta de Lausanne	A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio.	Icomos
1997	Carta de Mar del Plata sobre patrimônio intangível	Fomentar a articulação entre as políticas de preservação patrimonial e turismo, para possibilitar o desenvolvimento social produtivo.	Mercosul
1999	Carta Internacional sobre Turismo Cultural (substitui a Carta de Turismo Cultural de 1976)	O turismo pode captar as características econômicas do patrimônio e dedicá-las à conservação, gerando fundos, educando a comunidade e influenciando a política [...] O turismo excessivo, ou o turismo mal gerido, bem como o desenvolvimento relacionado ao turismo, podem ameaçar sua natureza física, sua integridade e suas características mais significativas.	Unesco/ Icomos/Comitê Científico Internacional de Turismo Cultural

Quadro 7 – Documentos relacionados ao turismo e patrimônio.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Para sua nova candidatura a Estância Turística, agora em 2001, o poder público de São Luiz do Paraitinga apresentou um *Dossiê* (SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2001) no qual se entrevê todas as concepções até agora analisadas: patrimônio e turismo, desenvolvimento econômico e social, preservação dos bens e da cultura. Não era a primeira vez que almejavam esta titulação, até então barrada pela falta de uma adequada infraestrutura hoteleira.

Redigido pelo então Diretor de Cultura e Turismo da cidade, Galvão Frade, na apresentação do *Dossiê* explicitou-se o “potencial arquitetônico, histórico, folclórico e cultural de São Luiz do Paraitinga”, que caracterizaria a força e as singularidades da cidade; alegou-se que a transformação em Estância Turística seria o estímulo para a criação de mecanismos e de uma política de desenvolvimento autossustentável e que traria meios para preservar o seu passado e sua cultura.

Como justificativa para o reconhecimento, apresentou-se um conjunto de argumentos que congregavam a mídia, o tombamento, as áreas rural e urbana, a natureza, a necessidade de obtenção de recursos

São Luiz do Paraitinga tem sido uma constante nas mídias, seja ela escrita, televisiva ou outras; e isto, aos homens de bem e sensíveis, são indicadores da maior importância para o cenário paulista, quiçá, de reconhecimento nacional. O que é inquestionavelmente de embasamento, é que a cidade possui um número significativo de casas

tombadas pelo Condephaat; é, indubitavelmente, a cidade paulista que melhor conservou o seu patrimônio arquitetônico, suas tradições, suas festas populares, enfim, toda uma gama da cultura do presente com fortíssimas e evidenciais raízes entranhadas no passado. Permanece, ainda, no município, as grandes fazendas representativas do período áureo do café, reflexo da economia cafeeira do Vale do Paraíba. Possui também, uma Reserva Florestal da Mata Atlântica localizada na Serra do Mar, rios e cachoeiras belíssimas. Este trabalho contém dados importantes, significativos e relevantes e que conduzem a uma proposta de preservação de todo o patrimônio objetivando a dialética do binômio *progresso x preservação*. É notável a preocupação de todos para com a preservação de São Luiz do Paraitinga. Baseando-se nas potencialidades, é que se faz mister executar um plano de trabalho urbano e rural, que permita ao município receber novos créditos, para que possa viabilizar seu crescimento sem perder suas potencialidades e suas particularidades (SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2001, grifos no original).

Como em outros momentos, o texto destacou o olhar estrangeiro, a mídia e o tombamento pelo órgão do patrimônio estadual. A cidade se faz valer e valorizar por esses elementos e por tudo que representam. São acionados imaginários urbanos que remetem à tradição, à vida rural, aos componentes que remetem à pretensa riqueza do café, à vida em natureza. Mas também não se perdeu a oportunidade de sugerir o aporte financeiro, para combinar o crescimento econômico da cidade aos componentes distintivos da identidade luizense.

A mídia – através da veiculação de imagens, sons, textos [...] ajuda a construir a leitura que as pessoas fazem da cidade, fornecendo e reforçando determinados elementos simbólicos para a construção dos imaginários das pessoas sobre a cidade. Assim, se enredam e entrelaçam a história individual e a vida coletiva dos cidadãos com os imaginários urbanos (JACKS, 2012, p. 190).

A cidade recebeu, em 2002, pela Lei Estadual nº. 11.197 de 5 de julho de 2002, a denominação de *Estância Turística de São Luiz do Paraitinga*.

As reflexões de Carlos Murilo Prado Santos (2006, p. 19) indicam que “ao transformar o centro de São Luiz do Paraitinga em patrimônio e, em seguida, em Estância Turística do Estado, temos o início de uma nova forma de relação entre a sociedade e este território, agora em processo de valorização com o desenvolvimento do turismo”. Porém, continua este autor, apesar de ter alcançado a titulação, a cidade continuou com infraestrutura insuficiente, não houve capacitação de mão de obra e as políticas e ações efetivas não privilegiaram a inserção da comunidade local nas atividades relacionadas ao turismo (SANTOS, 2006).

A opinião da moradora Adelaide de Araújo Leite permite aprofundar a questão

– Eu acho que a única coisa que está faltando aqui é os moradores entenderem que virou estância turística, o potencial da cidade é muito maior do que parece ser. E as pessoas precisam entender também que para o turismo crescer não é dependendo só do governo, de prefeituras, é uma união e todo mundo junto, onde todo mundo contribui um pouquinho para tudo caminhar [...] Os turistas reclamam do transporte, porque na cidade não tem circular, mas também não tem transporte que pode levá-los para os pontos turísticos. E outra coisa, eles falam que as igrejas vivem fechadas. E é um ponto turístico muito forte da cidade, mas geralmente está fechada e as pessoas não conseguem visitar. Então tem algumas reclamações, sim, que precisam ser mudadas, porque ainda eles não entenderam que aqui virou uma estância turística e o turismo vive disso.

E, ainda, a ex-Secretária de Educação do município, Nilde Cristina Pola Batista, quando diz que

– depois que ela virou estância turística que a gente começou a perceber que a gente tinha um grande conjunto arquitetônico dentro do estado de São Paulo. E que isso era muito raro. Quando eu comecei a estudar sobre as questões do turismo em São Luiz do Paraitinga, embora ele seja muito cultural, essa questão das pessoas chegarem aqui, ter essa arquitetura, é um diferencial muito grande. E a gente não dava o devido valor. Eu acho que foi o olhar do turista. É o olhar do turista que fez com que a gente entendesse que nós tínhamos muitas pérolas aqui, e que não eram tratadas pelo luizense como deveriam.

No questionário sobre imaginários urbanos, o título de Estância Turística para São Luiz do Paraitinga aparece como um dos acontecimentos históricos mais importantes da cidade para 3,20% dos respondentes (Gráfico 12, Anexo I). Fica evidenciada a associação entre patrimônio e turismo com as repostas para a pergunta *Por que você acha que o patrimônio pode contribuir para o desenvolvimento da cidade e dos luizenses?* 38,5% das respostas (60 respostas) ligam o turismo ao patrimônio e ao desenvolvimento da cidade, mesmo que algumas apresentem críticas, como se depreende dos exemplos seguintes:

- *A arquitetura preservada é alvo de visitas turísticas de pessoas do Brasil e do mundo. O turismo é uma economia democrática, limpa e saudável. Deve ser explorado todo o seu potencial com ajuda do patrimônio tombado.*
- *Pelo fato de atrair o turismo, de preservar a história e de estimular a cultura local, além de atuar diretamente na autoestima e reforçar a identidade cultural do povo.*
- *O conjunto arquitetônico tombado é uma referência para os moradores e uma atração turística.*
- *Patrimônio material preservado valoriza a história e pode movimentar a economia através do turismo. Patrimônio imaterial preservado gera vida e identidade para seu povo trazendo dignidade e fortalecimento cultural também ajudando na geração de renda no turismo cultural.*
- *Valoriza, embeleza a cidade. Chama a atenção das pessoas, o que nos faz receber mais turistas na cidade, apesar de após a enchente ainda termos vários casarões sem reformas, abandonados, correndo o risco de desabar.*
- *Nunca trouxe nada para o luizense, apenas suga e tudo que faz é para o turismo, não para o cidadão luizense ou da zona rural.*

Entre os anos de 2006 e 2007, foram realizadas audiências públicas em 14 bairros, tanto da zona urbana quanto rural, e no distrito de Catuçaba, com o intuito de elaboração do Plano Diretor de São Luiz do Paraitinga, em um processo participativo. Um dos temas discutidos foi o turismo e, como resultado, foi apresentado um levantamento das potencialidades de atividades turísticas ou pontos turísticos de cada localidade.

Na leitura desses documentos²⁹, encontram-se solicitações resultantes do levantamento, entre as quais destacam-se:

- capacitação de jovens para trabalharem com atividades turísticas
- incentivo às manifestações culturais locais e sua inclusão nas festas da cidade
- criação de trilhas para turistas
- incentivo ao turismo rural
- cursos de artesanato para posterior venda dos produtos aos turistas
- levantamento e catalogação das tradições culturais locais
- inclusão das festas dos bairros e do distrito no calendário turístico da cidade
- melhor planejamento das atividades culturais por parte da municipalidade

²⁹ Disponíveis em <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/a-cidade/planejamento-ceresta/plano-diretor/>. Acesso em jun/2019.

- divulgação com antecedência das atividades culturais e turísticas
- políticas efetivas para o turismo
- parceria entre produtores e comerciantes locais para otimização da venda de produtos aos turistas
- estruturação e melhoria do ponto de informações turísticas
- compreensão da necessidade de trabalho aos finais de semana para atender aos turistas
- abertura permanente de igrejas e outros pontos de interesse, com visitas guiadas
- incentivo ao luizense para conhecer a história dos bairros e da cidade
- solicitação ao Iphan para tomba a cidade

As solicitações deixavam entrever, em sua maioria, a procura por um meio de provisão de trabalho e renda, mas sem esquecer de relacioná-lo às questões identitárias e memorialísticas locais, subentendidas nas festas e tradições e, ainda, de sua relação com o patrimônio arquitetônico da cidade. Isso se dá, principalmente, pela configuração do Centro Histórico como lugar privilegiado da oferta e da procura para e pelos turistas. Apesar de haver também um turismo voltado para a natureza, ele é dirigido a um público mais específico.

Alertando para a necessidade de inserção da população nas questões concernentes ao patrimônio relacionado ao turismo, Marins (2008, p. 166) registra que

as duas últimas décadas viram crescer em todo o país a importância dos bens patrimoniais para as políticas públicas e sobretudo para o mercado turístico. Aproximar essas dimensões dos interesses das comunidades passa necessariamente pela intensificação das mesmas como agentes de definição do que é seu patrimônio e em que medida ele pode ser compartilhado com outros, nacionais, estrangeiros, visitantes, turistas. Tendências internacionais [...] já vem frisando o caráter substancial dos agentes locais na definição de políticas de preservação e valorização e apontando a necessidade absoluta de ouvi-los, bem como honrar seu papel decisivo na manutenção dos suportes patrimoniais e na integração dos mesmos na vida social.

A artista e educadora luizense Amanda Cursino promove atividades culturais com turistas. Na sua vivência, para entender São Luiz do Paraitinga não basta visitar o centro da cidade.

– Para conhecer de verdade, precisa também chegar na zona rural. Têm pessoas que vêm com proposta. Alguns chegam até Catuçaba, o bairro do São Sebastião e Mato Dentro, que é um lugar que tem acesso. Porque até existe um pensamento sobre o turismo rural, um planejamento, mas ainda é muito recente. Há uma ideia de que

as pessoas façam esse percurso, conheçam o centro, mas cheguem na zona rural. Do meu ponto de vista, é de onde provêm tudo o que a gente tem no centro. Para mim, é a fonte, mesmo, de onde vem a nossa cultura. O centro sempre foi um local de encontro [dos antigos moradores]. Mas para conhecer a tradição de verdade, ter mais profundidade do conhecimento da cidade, tem que ir para a zona rural.

Percebe-se, pela necessidade dos pedidos de deslocamento e expansão dos pontos de atração turística para outros bairros, contidos nos documentos das audiências públicas, que o turismo em São Luiz do Paraitinga acompanha a mesma lógica da política patrimonial, que elegeu o núcleo fundacional como foco de atenção.

3.3 Turismo e imaginário em São Luiz do Paraitinga

*Você viaja para reviver seu passado?
[...] Você viaja para reencontrar seu futuro?
Italo Calvino, As Cidades Invisíveis*

A cidade de São Luiz do Paraitinga pode ser considerada um exemplo da utilização do patrimônio para alavancar a economia local. Esta foi, inclusive, uma das justificativas para o tombamento em curso em 2010, explicitada pelo Iphan no Parecer de Tombamento, ao reconhecer que, pela situação financeira do município, o uso dos produtos de sua cultura como recursos econômicos era primordial

São Luiz do Paraitinga apresenta um dos mais baixos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado de São Paulo, certamente influenciado pelo fator Renda. Também por isso, o patrimônio cultural, não apenas o acervo do núcleo urbano, mas paisagens rurais, bens naturais, modos de vida, saberes e tradições representam hoje o maior recurso de que aquela comunidade dispõe, o que confere indiscutível centralidade à política de preservação (IPHAN, 2010a, fl. 64).

A economia modesta e a dificuldade de acesso, aliadas às precárias infraestruturas urbanas, contribuíram para a lentidão do desenvolvimento de São Luiz do Paraitinga. Essas condicionantes levaram à preservação não intencional de seu patrimônio edificado e de sua configuração urbana, tornados grandes trunfos da cidade. Aliado a isso, a cultura luizense

começou a ser “descoberta” por historiadores, antropólogos, fotógrafos e pesquisadores. A valorização de seu patrimônio arquitetônico e o grande número de manifestações artísticas foram usados como atrativos turísticos, concentrados em seu Centro Histórico.

Em entrevista, pode-se perceber a intermediação do turista na visão que o próprio morador tem da cidade, como na avaliação de Lúcia Moradei

– A gente se sente muito privilegiado [por viver em uma cidade que tem esse patrimônio]. Porque eu acho que os turistas, as pessoas que vinham de fora, eles acabavam valorizando mais do que a gente. A gente não via assim. Não sei se porque já morava aqui desde pequena, eu não via essa grandiosidade que é. Tem os historiadores aqui, que sempre defenderam muito São Luiz do Paraitinga, mas eu acho que foram as pessoas que vinham de fora que ensinaram a gente a valorizar.

O patrimônio imaterial da cidade foi percebido como essencial na reconstrução de São Luiz do Paraitinga; para Santos (2015, p. 29), a cultura foi protagonista dessa reconstrução, como evidencia em sua tese:

a realidade luizense expressa com clareza esse papel [da cultura] popular na contemporaneidade. E não parece ser obra do acaso que a situação de uma cidade com esse aspecto cultural tão forte tenha chamado mais a atenção da mídia, da política, do que de cidades que sofreram grandes desastres naturais no mesmo momento que Paraitinga.

À sombra dos imaginários das cidades coloniais mineiras, São Luiz do Paraitinga congrega, além do casario colonial, manifestações culturais consideradas tradicionais, a passagem do tempo em um ritmo menos acelerado, o modo de vida caipira; enfim, um conjunto de atributos que conformam o imaginário sobre essa cidade. Ela, assim como outras cidades pequenas, são “consideradas como una especie de ‘reservas’ o referentes centrales para la identidad de las naciones”³⁰ (ENRÍQUEZ ACOSTA, 2013, p. 146); ou seja, são lugares onde o visitante pode encontrar o que sobrou da “verdadeira” identidade brasileira.

Para Néstor García Canclini (2010, p. 117), a identidade surge “não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra”. Esta narrativa, para o autor, começa com o estabelecimento de acontecimentos fundadores, na maioria relacionados à apropriação de um território, enfrentamentos, conflitos e, por fim,

³⁰ “consideradas como uma espécie de ‘reservas’ ou referências centrais para a identidade das nações”.

estabelecimento de modos de convivência de um grupo que os diferenciam de outros. Estas narrativas precisam ter sentido tanto para o indivíduo quanto para o coletivo, uma vez que “la memoria colectiva resulta fundamental para la construcción de una identidad, así como el contexto, leyendas, mitos, tradiciones, etcétera, lo que se puede sintetizar como imaginario”³¹ (VÁZQUEZ RODRÍGUEZ, 2015, p. 71).

Além da narrativa, o processo de construção das identidades encontra na arquitetura e no urbanismo seus pontos de ancoragem, como desenvolve Alessia de Biase (2001, p. 178-179, grifos no original)

o patrimônio arquitetônico e urbano foi, durante muito tempo, tema de reflexão dos etnólogos, que perceberam nele uma concretização do discurso de construção da identidade. Seguidamente, na história, o urbanismo e a arquitetura foram utilizados para *traduzir no espaço* algumas ideologias políticas, religiosas e raciais. Toda a construção da identidade, seja ela nacional, religiosa, cultural ou étnica, necessita reencontrar pontos de referência espaciais, sejam eles de cidades míticas, de estilos arquitetônicos particulares ou de técnicas construtivas. A arquitetura nesses processos de invenção da identidade foi selecionada e “manipulada”, como a música ou a arte culinária, tornando-se depois *nacional, regional, vernacular...* fazendo parte, definitivamente, do grande mundo do patrimônio.

O legado arquitetônico foi sendo incorporado à identidade luizense, especialmente na medida que órgãos de proteção do patrimônio valorizavam as edificações preservadas e encaminhavam a cidade para desenvolver sua potencialidade turística. Isto pode ser verificado, entre outros documentos, no trabalho realizado pelo Condephaat e que culminou no tombamento do Centro Histórico:

a cidade de São Luiz do Paraitinga é um dos mais significativos exemplos de Patrimônio ambiental Urbano do Estado de São Paulo [...] graças à representatividade e à homogeneidade de seu acervo arquitetônico [...] São Luiz do Paraitinga caracteriza-se, ainda hoje, pela presença de uma população estável, de um núcleo sólido de antigos moradores, nascidos na própria cidade, com relevante presença nas associações religiosas, culturais e recreativas [...] Os eventos culturais e as riquezas regionais de São Luiz do Paraitinga poderão ser capitalizados em função da dinamização da atividade turística, como vocação natural (CONDEPHAAT, 1982, fls. 7 e 9).

³¹ “a memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade, bem como o contexto, lendas, mitos, tradições etc., que podem ser sintetizados como imaginário”.

Pode-se, ainda, entender que “o ambiente construído terá um papel na constituição da identidade pessoal e social”, já que, ao longo da vida de um sujeito, esse ambiente é o lugar no qual se materializam suas práticas sociais vinculadas à ideia de pertencimento (JODELET, 2002, p. 37).

A arquitetura, quando usada para finalidades turísticas, especialmente em cidades consideradas históricas, auxilia na produção e no consumo de imagens e imaginários associados à busca de um passado, pois

el mensaje arquitectónico alude a la comunidad, utiliza materiales y colores para recrear ambientes de pueblo, las fachadas incorporan decorados y molduras que dan la apariencia pretendida [...] la vista se antepone a la función para seducir con el mensaje. El estilo arquitectónico articula el discurso con el material para recrear imágenes tradicionales, indaga en la memoria colectiva la nostalgia por la pequeña comunidad perdida, para trasladarlos al diseño de las casas y del conjunto. La forma se adapta a la función para expresar comunidad, tradición, nostalgia, pasado³² (ENRÍQUEZ ACOSTA, 2013, p. 155).

Verifica-se, em respostas dos moradores ao questionário sobre a contribuição que o patrimônio pode ter para o desenvolvimento da cidade e dos luizenses, a visão sobre sua importância em diversos aspectos da vida cidadã, incluindo a constituição identitária.

- *Tanto o patrimônio material como o imaterial são digitais da identidade da cultura local, fato que propiciou com que os moradores se preocupassem e buscassem sua preservação, fato que tornou São Luiz do Paraitinga uma cidade diferenciada.*
- *Uma comunidade é formada por valores culturais que se baseiam em objetos para firmar a identidade. A preservação é uma maneira de assegurar os lugares de memória para a manutenção da saúde, de maneira ampla, dos cidadãos luizenses.*
- *Tudo o que São Luiz e os luizenses são e representam está calcado tanto no patrimônio cultural quanto no arquitetônico da cidade.*

Em São Luiz do Paraitinga há um entrelaçamento entre as narrativas sobre a fundação da cidade e a construção da identidade caipira – como eles se autodenominam – que retorna ao Morgado de Mateus. Para Antonio Candido (1971) o modo de ser caipira surgiu com as

³² “a mensagem arquitetônica faz alusão à comunidade, usa materiais e cores para recriar ambientes de povoado, as fachadas incorporam decorações e molduras que dão a aparência desejada [...] a vista se antepõe à função de seduzir com a mensagem. O estilo arquitetônico articula o discurso com o material para recriar imagens tradicionais, explora na memória coletiva a nostalgia pela pequena comunidade perdida, para levá-los ao desenho das casas e do conjunto. A forma se adapta à função de expressar comunidade, tradição, nostalgia, passado”.

estratégias de povoamento e a fixação da população nos núcleos criados pelo Morgado que, ao impor a sedentarização, causou a “reorganização dos hábitos e a redefinição dos valores sociais mais prezados”, configurando “os traços fundamentais da cultura caipira, que se vinha esboçando desde o início da colonização”.

Essa autoidentidade caipira luizense é estimulada por várias instâncias, aceita com orgulho e de forma afetiva. É, também, usada como um mecanismo de valorização, tratando-se de uma troca simbólica oferecida em um universo cultural que procura pelas diferenciações. Mas, como esclarece Heitor Frúgoli Jr. (2008, p. 184), “isso não significa a volta ou a reencarnação do ‘caipira do passado’, mas a possibilidade de uma evocação coletiva dessa referência”.

Em sua entrevista, Amanda Cursino relembra:

– Eu gosto muito de uma frase que o Aziz Ab’Saber falava, que São Luiz do Paraitinga é o caipira contemporâneo, caipira moderno, alguma coisa assim. Que somos caipiras, preservamos a raiz, mas a gente está atento ao que está acontecendo no mundo e a gente quer que isso incorpore.

Ao ser questionado sobre os motivos de ter orgulho de São Luiz do Paraitinga (Figura 16), algumas respostas envolvem esses argumentos:

VOCÊ TEM ORGULHO DA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA?



base 156

Figura 16: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “orgulho de São Luiz do Paraitinga”, 2019.

- *Por preservar os costumes caipiras e sua gente ter tanta autenticidade.*
- *Apesar de achar que é uma cidade que foca mais no turismo do que no próprio cidadão, vejo aqui como um lugar bom pro meu filho crescer, estudar e criar vínculos, com a cidade, as pessoas e o contexto caipira.*
- *Porque hoje em dia é muito melhor o convívio entre quem mora na cidade e na roça, antes as pessoas tinham vergonha de falar que era daqui, mas com esse convívio, principalmente após o surgimento do carnaval, começou a valorizar o modo caipira,*

principalmente pela propagação da música.

- *Porque ainda consegue preservar suas tradições, porque é uma cidade boa se viver, para criar os filhos com tranquilidade. Ainda preservamos a alma do caipira.*
- *É um reduto caipira.*
- *Por ser uma cidade caipira.*
- *Por ser uma cidade onde seus habitantes conservam, representam e expõem sua cultura caipira e musical.*
- *Sim, por vários motivos: uma cidade pequena que se orgulha de ser caipira, que valoriza suas expressões folclóricas, tem um carnaval que trouxe as marchinhas de volta ao cenário musical nacional e é berço dos 3 ícones do Brasil que se projetaram em 3 áreas diferentes, música, geografia e saúde.*
- *Em meio a tantas influências, é capaz de valorizar e manter a cultura caipira local.*



Figura 17: Boneco representando Amácio Mazzaropi, localizado na Rua Cel. Domingues de Castro, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

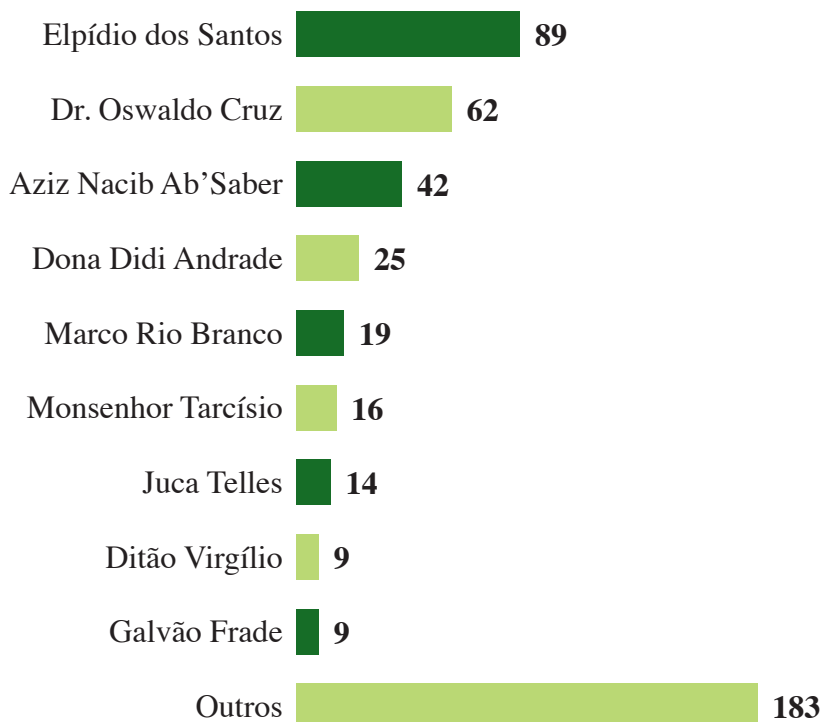
Jeca Tatu, o famoso personagem da obra de Monteiro Lobato, fez o caipira ficar conhecido como preguiçoso, atrasado, doente. Porém, em 1959, o ator e produtor de cinema, teatro e televisão Amácio Mazzaropi (Figura 17), apresentou um novo Jeca Tatu, em filme homônimo, desta vez como um personagem matreiro e astuto, invertendo a imagem do caipira e o projetando nacionalmente.

Em São Luiz do Paraitinga, este personagem foi duplamente comemorado; além da mudança positiva, as músicas dos filmes de Mazzaropi ficaram a cargo do luizense Elpídio dos Santos, compositor e músico, nascido em 1909. Filho do maestro da Banda Santa Cecília, nasceu e viveu em São Luís do Paraitinga em contato com a musicalidade caipira da região; foi multi-

instrumentista, com destaque para o violão. Para Mazzaropi, Elpídio criou 27 composições, como “Fogo no Rancho”, para o filme *Jeca Tatu* (1959), e “Sopro do Vento”, para *Tristeza do Jeca* (1960). Bancário, trabalhou em Taubaté e em São Paulo. Quando se aposentou, em meados dos anos 1960, voltou a São Luís do Paraitinga, onde faleceu em 1970. Mais de mil músicas ainda não totalmente catalogadas pela família fazem parte de seu repertório. Compôs choros, valsas, marchas, dobrados, maxixes, sambas, cateretês e outros gêneros. Foi gravado por diversos artistas como Fafá de Belém, Renato Teixeira, Zé Geraldo, Zeca Baleiro, Pena Branca e Xavantinho, Sérgio Reis, Tônico e Tinoco, Irmãs Galvão, Juliana Caymmi, entre muitos outros. Seus sete filhos – todos músicos –, divulgaram seu legado por meio do grupo Paranga, formado em 1973. A terceira geração também é composta por diversos músicos. Em 2001, foi criado o Instituto Elpídio dos Santos (IES), associação sem fins lucrativos, que terá papel importante na divulgação da cultura luizense e nos rumos da reconstrução da cidade.

No questionário sobre os imaginários urbanos aplicado aos moradores de São Luiz do Paraitinga, Elpídio dos Santos aparece em primeiro lugar, com 89 citações, quando se pediu que o respondente mencionasse três personalidades que, para ele, representam São Luiz do Paraitinga (Figura 18).

MENCIONE TRÊS PERSONALIDADES QUE, DE ACORDO COM SEU CRITÉRIO, REPRESENTAM SÃO LUIZ DO PARAITINGA:



base 156, respostas múltiplas

Figura 18: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “3 personalidades que representam a cidade”, 2019.

Pode-se inferir que este imaginário caipira, do qual Elpídio dos Santos é um agente efetivo na sua construção e manutenção, é utilizado em dois âmbitos: no primeiro, interno à cidade, dá sentido à vida dos luizenses, conferindo-lhes identidade; no segundo, externo, é um dos atrativos imaginados pelo turista, que viaja para encontrar algo que pensa somente poder obter em outro lugar, ou em outra pessoa, que lhe proporcione uma experiência transcendente (MÉNDEZ SÁINZ, VELÁZQUEZ GARCÍA, 2013).

Assim, a atividade turística abarca moradores e turistas por não estar apartada da vida cotidiana, pois “las dimensiones objetiva y subjetiva de las ciudades marcan las especificidades de las representaciones, imaginarios y percepciones de los habitantes con respecto a ellas, la experiencia de habitar y, sobre todo, del turismo como una actividad que atraviesa el tejido social y urbano”³³ (ENRÍQUEZ ACOSTA, 2013, p. 146).

O destino turístico se constrói a partir da percepção da diferença. Para o visitante de São Luiz do Paraitinga, esse modo de viver caipira, associado ao patrimônio edificado da cidade e às marcas da enchente, tornam-se atrativos na medida que,

embora marcadas por certa idealização do rural como lugar de projeção ou evocação de uma série de significados, compreensíveis principalmente num determinado imaginário citadino, as motivações do grupo em se “conectar com o campo” podem variar, pois se articulam a processos distintos. Memórias de relações com a dimensão rural que podem vir a ser revividas, ou ainda a descoberta e o encantamento com tal dimensão por gerações mais novas, ou motivações consumistas ligadas a uma série de processos de releituras do rural de uma estilização, bem como novas modalidades de folclorização, estratégias e artifícios turísticos de objetivação, entre outras (FRÚGOLI JR., 2008, p. 183).

Há que se fazer uma ressalva: em São Luiz do Paraitinga, essa identificação com o caipira não ocorre apenas na área rural; ela também se apresenta na área urbana da cidade. O turismo, de igual forma, como visto, está concentrado no Centro Histórico, ainda que sejam oferecidas algumas atividades em áreas rurais, como o ecoturismo. Porém, no imaginário comum, o caipira é aquele que, mesmo morando na cidade, pratica um modo de vida não encontrado em nenhum outro local, o que seria uma argumentação romântica e marcada pela busca de uma realidade congelada no tempo, contrária à característica de transformação presente no interior de toda cultura (SANTOS, 2008).

O educador, músico e ex-secretário de Cultura, Leandro Barbosa, explica que o modo de

³³ “as dimensões objetivas e subjetivas das cidades marcam as especificidades das representações, imaginários e percepções dos habitantes em relação a elas, a experiência de habitar e, sobretudo, do turismo como uma atividade que atravessa o tecido social e urbano”.

vida do caipira está muito presente no carnaval luizense, nas letras, na composição e na melodia rítmica. Para ele, é “impossível de falar de carnaval sem falar da cultura caipira, sem falar da simbologia que vem junto com a cultura caipira”. O calendário cultural oficial da cidade traz ainda outras comemorações ligadas à cultura caipira: a Festa do Divino com sua religiosidade popular e as Folias; o Festival da Cozinha Caipira; o Festival da Música Caipira de Raiz; a Romaria de Cavaleiros; as festas juninas e o Arraial do Chi-pul-pul; o Festival de Viola Caipira; o Soca Paçoca, que remete à tradição do pilão; a Festa do Saci. a Temporada de Inverno “Um friuzinho esquentadô”; desfiles de carros de boi; o uso de roupas baseadas em uma tradição dos antigos caipiras; os fornos e fogões a lenha presentes em muitas casas; o transporte feito a cavalo; a contação de histórias e de causos (ALLUCCI, 2015).

Como resume Enrique Saravia (2008, p. 69), “ainda hoje o imaginário cultural está impregnado de valores rurais. Vide as festas juninas – talvez a mais tradicional e estendida festa brasileira – para constatar a presença da roça e o desejo de perpetuá-la em seus bailes, folguedos e cantos, e em suas comidas e bebidas”.

O imaginário caipira percorre grande parte do Vale do Paraíba, o que pode ser constatado nos segmentos turísticos e, principalmente, nos circuitos turísticos designados para suas cidades. Esta divisão e a classificação das cidades foram realizadas pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo e pelo SebraeSP e, como diz Hiernaux (2002, p. 11), “los idearios turísticos se articulan entre sí para construir un imaginario turístico”³⁴. Em seus estudos, esse autor afirma que

hemos identificado por lo menos cuatro idearios centrales para la formación de los imaginarios turísticos del mundo occidental. Estos son la conquista de la felicidad, el deseo de evasión, el descubrimiento de lo otro y el regreso a la naturaleza. Cada uno tiene su construcción propia y es a partir de los mismos que se tejerá el imaginario turístico propio de las sociedades occidentales, en sus diversas matices³⁵ (HIERNAUX, 2002, p. 12).

Esses quatro ideários não são estanques e podem se cruzar em um mesmo destino turístico. Esse é o caso do Vale do Paraíba (Quadro 8), onde as cidades se destacam pela religiosidade, cultura popular, natureza, gastronomia, modo de vida e, ainda mais, por apresentar um pouco de cada uma dessas qualificações, que estão sujeitas “a los giros y cambios sutiles del mercado,

³⁴ “os ideários turísticos se articulam entre si para construir um imaginário turístico”

³⁵ “identificamos pelo menos quatro ideários centrais para a formação do imaginário ou dos imaginários turísticos do mundo ocidental. Estes são a conquista da felicidade, o desejo de escapar, a descoberta do outro e o retorno à natureza. Cada um tem sua própria construção, e é a partir deles que o imaginário turístico próprio das sociedades ocidentais será tecido em suas diversas nuances”.

que cria y recrea nichos de mercado de forma precipitada en una competencia cada vez más ubicua e innovadora³⁶ (MÉNDEZ SÁINZ, VELÁZQUEZ GARCÍA, 2013, p. 11).

CIDADE	ESTÂNCIA	SEGMENTO TURÍSTICO	CIRCUITO
Aparecida	Turística	Religioso	Religioso
Arapeí		Histórico & Cultural Trilhas & Caminhos	Vale Histórico
Areias		Histórico & Cultural Trilhas & Caminhos	Vale Histórico
Bananal	Turística	Histórico & Cultural Trilhas & Caminhos	Vale Histórico
Caçapava		Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Cachoeira Paulista		Religioso	Religioso
Campos do Jordão	Climática	Trilhas & Caminhos Rural	Mantiqueira
Canas			
Caraguatatuba	Balneária	Sol & Praia	Litoral Norte
Cruzeiro		Histórico & Cultural	
Cunha	Climática	Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Guaratinguetá	Turística	Religioso	Religioso
Igaratá			
Ilhabela	Balneária	Aventura & Ecoturismo Sol & Praia	Litoral Norte
Jacareí			
Jambeiro		Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Lagoinha		Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Lavrinhas			
Lorena		Religioso	Religioso
Monteiro Lobato		Trilhas & Caminhos	Mantiqueira
Natividade da Serra		Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Paraibuna		Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Pindamonhangaba		Trilhas & Caminhos	Mantiqueira
Piquete		Trilhas & Caminhos	Mantiqueira
Potim			
Queluz		Histórico & Cultural Trilhas & Caminhos	Vale Histórico
Redenção da Serra		Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Roseira			
Santa Branca			
Santo Antônio do Pinhal	Climática	Trilhas & Caminhos	Mantiqueira

³⁶ “às reviravoltas e mudanças sutis do mercado, que cria e recria nichos de mercado de maneira precipitada, em concorrência cada vez mais ubíqua e inovadora”

CIDADE	ESTÂNCIA	SEGMENTO TURÍSTICO	CIRCUITO
São Bento do Sapucaí	Climática	Trilhas & Caminhos	Mantiqueira
São José do Barreiro	Turística	Histórico & Cultural Trilhas & Caminhos	Vale Histórico
São José dos Campos		Trilhas & Caminhos	Mantiqueira
São Luiz do Paraitinga	Turística	Histórico & Cultural	Cultura Caipira
São Sebastião	Balneária	Aventura & Ecoturismo Histórico & Cultural	Litoral Norte
Silveiras		Histórico & Cultural Trilhas & Caminhos	Vale Histórico
Taubaté		Comidas & Sabores Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Tremembé	Turística	Histórico & Cultural	Cultura Caipira
Ubatuba	Balneária	Aventura & Ecoturismo	Litoral Norte

Quadro 8 – Cidades do Vale do Paraíba paulista e seus enquadramentos como destinos turísticos.
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações da SPTur, 2019.

Na aplicação dos questionários, tanto para moradores quanto para turistas, foi pedido que escolhessem 3 palavras que definissem a cidade de São Luiz do Paraitinga. As palavras – acolhedora, linda e cultural – são as mais citadas em ambos (Figura 19).

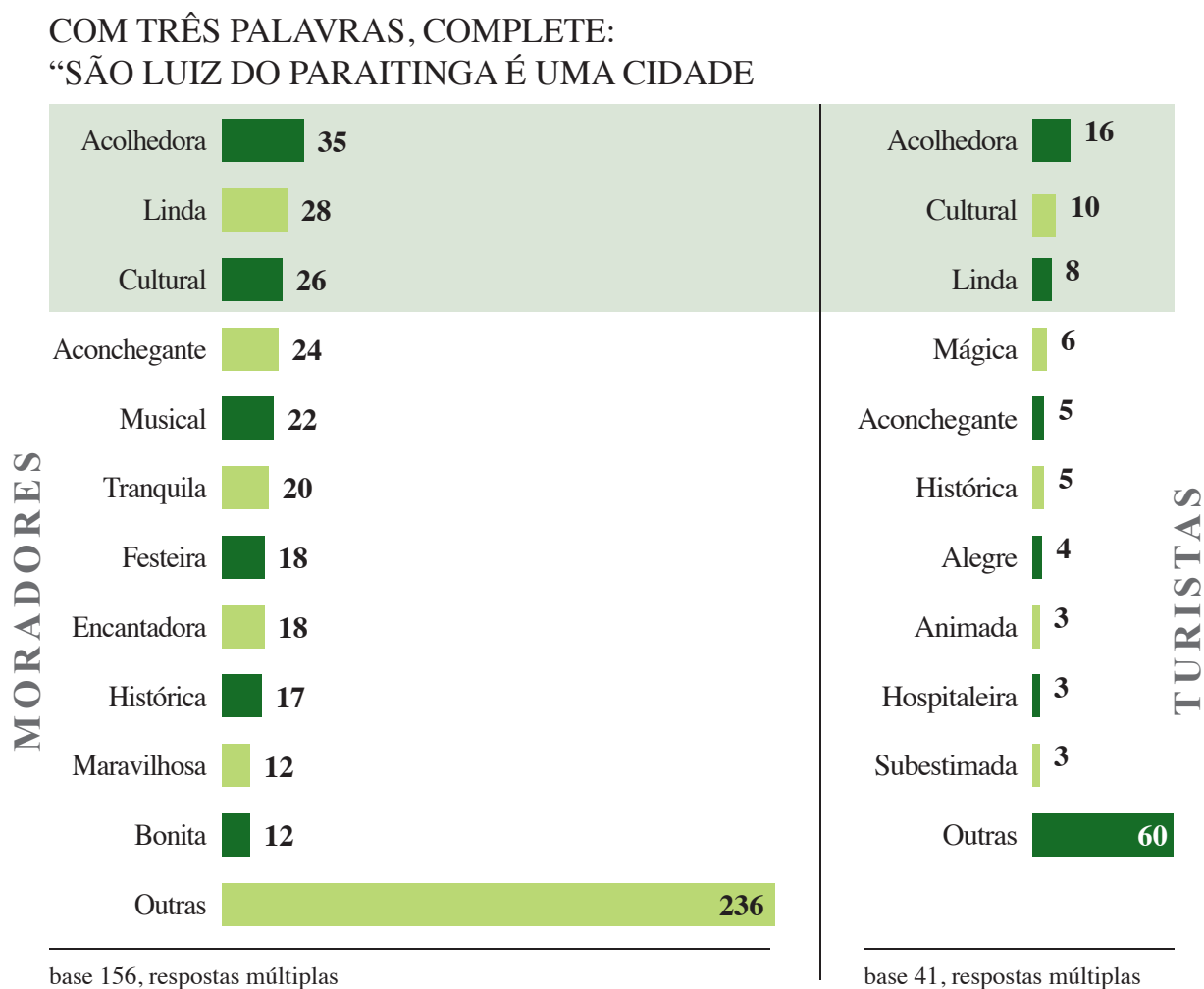


Figura 19: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “3 palavras que definem a cidade”, 2019.

Os imaginários urbanos e os ideários turísticos têm por finalidade, nesta situação, fazer de São Luiz do Paraitinga um destino turístico autêntico e, para isso, concorrem as imagens que qualificam e identificam a cidade, sua cultura e seus patrimônios.

Capítulo 4

Paraitinga, as águas claras, a enchente, mitos e lendas

A mais eficiente de todas as imagens e comparações do esquecimento vem de um mito dos primeiros tempos gregos (Hesíodo, Píndaro). Nos gregos Letes é uma divindade feminina que forma um par contrastante com Mnemosyne, deusa da memória e mãe das musas. Segundo a genealogia e a teogonia, Lete vem da linhagem da Noite (em grego Nyx, Nox em latim), mas não posso deixar de mencionar o nome de sua mãe. É a Discórdia (em grego, Eris, em latim Discordia) – o ponto escuro nesse parentesco. Mas na interpretação desse mito a genealogia tem só um pequeno papel, pois “Lete” (ele ou ela) é sobretudo o nome de um rio do submundo, que confere esquecimento às almas dos mortos. Nessa imagem e campo de imagens o esquecimento está inteiramente mergulhado no elemento líquido das águas. Há um profundo sentido no simbolismo dessas águas mágicas. Em seu macio fluir desfazem-se os contornos duros da lembrança da realidade, e assim são liquidados.

Harald Weinrich, 2001

4.1 O Rio Paraitinga e suas enchentes

O Rio Paraitinga atravessa e delimita a mancha urbana de São Luiz do Paraitinga no sentido leste-oeste e tem importância estrutural no crescimento da cidade, que foi direcionado em função do traçado do rio e da declividade dos morros que a cercam (MOURA, 2011).

Sua indiscutível presença, na cidade que leva seu nome, aparece como argumento de valorização, tanto nos processos de tombamento pelos quais a cidade passou quanto nos documentos que visavam a inserção da cidade como estância turística. Para Santos (2015, p. 84),

essa ligação íntima do rio com a cidade passou a fazer parte do imaginário e da identidade local, sendo sempre marcada por uma relação muito positiva. Mesmo com as cheias que produziam seus estragos, tratava-se de uma espécie de “conta” que valia a pena: a importância do rio na configuração histórica e geográfica do espaço urbano era algo muito marcante. Sempre parte integrante do espaço urbano, a beira-rio da cidade constitui espaço de convivência. Uma construção social de espaços de convivência entre habitantes, visitantes, turistas, no espaço público da cidade, circundando todo o centro histórico e construindo historicamente espaços como campo de futebol, ginásio poliesportivo, centro de lazer municipal, bibliotecas, entre outros tantos exemplos todos localizados nas proximidades das margens do rio Paraitinga.

Várias foram as enchentes na cidade, sendo as mais significativas relatadas por Campos (2011): a de 1863, na qual os prejuízos contabilizados foram a destruição de três sobrados, quatro casas térreas, a cadeia pública e duas pontes; as dos meses de fevereiro e março de 1967, duas ocasiões em que o rio subiu 5,80 metros; a de 1971, em que as águas subiram 6,30 metros e destruíram a ponte que ligava a cidade a Ubatuba, no litoral; a de 1996, quando as águas chegaram até a praça da Matriz, e que era, até aquela data, a inundação que mais causou prejuízos aos comerciantes.

Sobre esse histórico, Victor Marchezini (2014, p. 64) faz uma crítica posterior:

apesar de a grande inundação de 1996 ter atingido o Centro Histórico do município, as autoridades municipais e estaduais insistiram em levar adiante o modelo de ocupação ao longo das margens do rio e lutaram para incluir o município no rol das estâncias turísticas paulistas [...] Os referidos reconhecimentos, tanto pelos órgãos do Patrimônio Histórico quanto os relacionados ao título de Estância Turística, demonstram como historicamente a esfera estadual considerou como aceitável essa ocupação ao longo do rio, assumindo que a população pudesse estar sujeita às inundações e aos possíveis desdobramentos dessa escolha, como, por exemplo, os perigos decorrentes do fato de grande parte das infraestruturas das construções ser construída de taipa e pilão.

Nos primeiros dias de janeiro de 2010, fatores convergentes fizeram com que o rio Paraitinga transbordasse aproximadamente 14 metros acima de seu leito, sua maior enchente. Muitos edifícios – a maior parte deles localizado no Centro Histórico – ficaram submersos e, com isso, ruíram parcial ou totalmente, já que eram, em grande parte, construídos com técnicas tradicionais, como a taipa de pilão e o pau-a-pique.

As águas do rio transportaram fotografias, documentos pessoais e históricos, móveis, roupas, o que houvesse por ali; derrubaram paredes, telhados, casas, igrejas. Nos primeiros instantes, na noite escura que se fez, nos sons da destruição que traziam aflição e desespero, tudo apontava para o fim daquela cidade. Mas esse rio não era Lete; era Parahytinga, o “rio de águas claras”³⁷, que, deixando suas marcas, inaugurou um novo momento e deu, novamente, início ao jogo entre a memória e o esquecimento.

De acordo com o relatório de Avaliação de Danos (Avadan), expedido pelo Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), foram destruídas 80 residências e 1 edificação destinada ao ensino público e foram danificadas 146 residências, 3 edificações públicas destinadas ao

³⁷ Parahytinga, em Tupi-Guarani, significa Águas Claras.

atendimento público de saúde e 3 edificações destinadas ao ensino público; 5050 pessoas ficaram desalojadas, 95 pessoas desabrigadas e cerca de 11.000 pessoas foram afetadas, além de danos e destruição em peças da infraestrutura pública, danos ambientais, prejuízos econômicos e prejuízos sociais. Outro documento, o Relatório de Situação de São Luiz do Paraitinga, de autoria da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), unidade técnica e executiva do Condephaat, mostra que 18 imóveis foram arruinados e 65 parcialmente arruinados, dentre os 426 imóveis listados pelo órgão estadual³⁸.

Como justificativas para a enchente, Pedro Verde e Maria Cristina Schicchi (2013) mostram que foram apontadas, entre outros, os altos índices pluviométricos, mais altos do que o normal para a época; o sistema de escoamento problemático como o afunilamento da sub-bacia do Rio Paraitinga aliada ao assoreamento de seus afluentes; a cultura sem controle de eucaliptos para exploração e a expansão de áreas de pastagem, que contribuíram para menor absorção do solo, após o esgotamento das terras com o plantio de café.

Portanto, as causas da enchente (Figura 20) também foram decorrente de fatores humanos.



Figura 20: Vista aérea da enchente em São Luiz do Paraitinga, janeiro de 2010. Fonte: Arquivo Condephaat.

³⁸ Documentos datados de 2010 e disponíveis em <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/a-cidade/planejamento-ceresta/atuacao-emergencial-no-pos-enchente/>. Acesso em março de 2019.

4.2 Enchente de 2010: o início de um novo imaginário fundacional

Sob a perspectiva da Sociologia dos Desastres, é preciso um entendimento que ultrapasse o climatológico e o científico, que compreenda o encadeamento dos fatos sob outras dimensões explicativas como, por exemplo, a das Ciências Sociais, e que reúna outros saberes como os artísticos, os religiosos e os populares (VALENCIO, 2009).

Não faltaram explicações ligadas aos mundos religioso, mítico, imaginário; afinal, a cultura de São Luiz do Paraitinga é forjada por lendas, simbologias e, também, pelo catolicismo. Entre os mitos da água, “a cobra é um dos símbolos mais universais e antigos” (CASCUDO, 1979, p. 235). Assim, a Cobra Grande aparece nas águas do rio Paraitinga em uma versão luizense, na qual uma moça pecadora cai no rio e se transforma em cobra, devorando pessoas e animais; porém, ao ser hipnotizada por um pajé, seu corpo fica preso dentro do rio – a cabeça está embaixo da Igreja da Matriz e a cauda está embaixo da Igreja do Rosário. O pajé dizia que, quando essa cobra grande acordasse e chacoalhasse seu corpo, os casarões seriam destruídos ou danificados (ALLUCCI, 2015).

Como afirma Bernardo Secchi (2015, p. 187)

mitos e imagens não são fantasmas; eles captam as instâncias mais fortemente enraizadas na cultura dos lugares e de seus habitantes, constroem juízos e valores, guiam inconscientemente comportamentos individuais e coletivos, dando unicidade à interação social, tornando-a possível.

Na enchente, a lenda foi prontamente lembrada, principalmente com a destruição da Igreja Matriz. A Igreja do Rosário, que fica em uma porção alta da cidade e não foi atingida pelas águas, precisou ser restaurada, mas, neste caso, como consequência da falta de manutenção da edificação.

Também veio à tona uma antiga lenda de que um pároco da cidade, por condenar os abusos das festas, principalmente o carnaval, dizia em suas pregações que uma grande enchente iria acabar com a cidade³⁹. Rogério Pagan (2010) reportou em matéria para a Folha de S. Paulo que “para grande parte dos moradores, há apenas um único motivo para o que aconteceu: um castigo de Deus”.

São tentativas que os homens fazem para explicar os desastres, a experiência da perda,

³⁹ Falas recolhidas do documentário *São Luís de Rabo e Chifre*, da diretora Vanessa Cristina de Oliveira, realizado em 2005. Os depoentes referem-se ao discurso do padre e à enchente de 1967, de menores proporções; em 2010, a ameaça do castigo foi relembraada.

buscando restabelecer algum sentido para a continuidade da vida.

¿qué otra cosa son los mitos sino las fantasías con las cuales la mente humana quiere llenar los espacios entre las realidades que le son conocidas? Se dirá que esta fantasía aquí expuesta no es la certera. Venga, pues, otra más segura a desplazarla, propuesta con más verdad y mejor fortuna⁴⁰ (ORTIZ, [1947] 2005, p. 498).

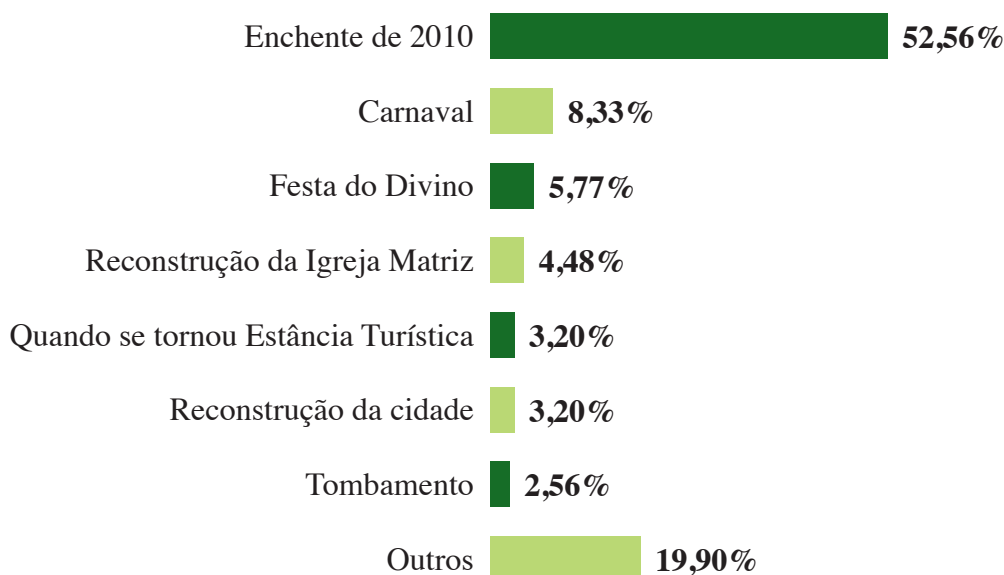
Ou, ainda, pode-se entender que há, em momentos como esse, a mobilização de imaginários, como entendido por Silva (2014b, p. 40)

os imaginários se relacionam com visões grupais que afetam e contagiam seus membros, e provêm de muitas experiências de mediação: as mitologias, a literatura, a arte, as ciências, as tecnologias ou a mídia, todas elas fontes enlaçadas pela História e pelas histórias locais de cada comunidade e dos grupos que as formam.

A enchente de 2010 foi apontada, no questionário sobre imaginários urbanos, como *o acontecimento histórico mais importante da cidade*, por 52,56% dos respondentes (82 respostas) (Figura 21); outros 10,24% (16 respostas) mencionaram eventos relacionados a ela, como a reconstrução da Matriz, a reconstrução da cidade e o tombamento, além de duas respostas isoladas que estão associadas com o acontecimento: “Primeiro dia da novena do Divino pós enchente” e “Limpeza realizada pela natureza com a enchente de 2010”.

⁴⁰ O que mais são mitos, a não ser as fantasias com as quais a mente humana deseja preencher os espaços entre as realidades que lhe são conhecidas? Dir-se-á que essa fantasia exposta aqui não é a mais certa. Venha, então, outra mais segura para movê-la, proposta com mais verdade e melhor sorte.

QUAL FOI O ACONTECIMENTO HISTÓRICO MAIS IMPORTANTE DA CIDADE?



base 156

Figura 21: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “qual foi o acontecimento histórico mais importante da cidade”, 2019.

O Rio Paraitinga marca, com o escoar de suas águas, a passagem do tempo na cidade. Para além de sua presença física no espaço urbano, “o rio conforma um elemento integrante da paisagem, via de regra os habitantes o incorporam como símbolo do lugar [...] Caso um rio atravessasse a zona central de uma cidade imediatamente ele se incorpora a paisagem urbana e, por consequência, ao imaginário coletivo” (MENEZES, 2007, online).

A enchente servirá para a construção de um novo imaginário fundacional pois, com ela, a cidade renasceu, trazendo as transformações físicas, urbanísticas e sociais que o desastre acarretou. Como estabelece Juan Agudo Torrico (2012, p. 40)

estos tiempos sociales no son uniformes, sino que estarán marcados por referentes simbólicos discontinuos que son los que en realidad pautan nuestra percepción de los ciclos anuales o periodos históricos. Unos referentes calendáricos que no sólo tendrán esta finalidad de marcar el ritmo del paso del tiempo, sino que también se convierten en referentes identitarios de los colectivos que los adoptan⁴¹.

⁴¹ Esses tempos sociais não são uniformes, mas serão marcados por referências simbólicas descontínuas que são as que realmente norteiam nossa percepção dos ciclos anuais ou períodos históricos. Alguns referentes de calendário não apenas terão esse objetivo de definir o ritmo da passagem do tempo, mas também se tornarão

Os luizenses, a partir da enchente, refizeram suas narrativas, apresentaram novas versões e, a partir da recuperação de suas memórias, construíram novos imaginários urbanos.

O historiador João Rafael Coelho Cursino dos Santos (2015, p. 234) conta que, durante o período em que as pessoas não podiam se locomover pela cidade, “compositores locais organizaram apresentações em meio à catástrofe em eventos que muito marcaram a memória dos que enfrentaram aquele momento”. É usual, em São Luiz do Paraitinga, que a música seja veículo para dividir experiências; por meio da oralidade das canções, cujas letras são compostas, grande parte das vezes, pelos próprios luizenses, são apresentados fatos do cotidiano, histórias, personagens da cidade, valores que procuram manter vivos memórias, traços culturais e comportamentos.

Logo após a enchente, preparando-se para a competição do Festival de Marchinhas de Carnaval que acontece anualmente desde 1984, o compositor Galvão Frade trouxe um pouco do espírito da situação com sua marchinha *Chóchov*

Mas dessa vez / Eu juro pra você / Não quero nem saber / Nosso bloco vai pra rua / Há quanto tempo / Que eu não vejo o sol nascer / É chuva todo dia / Temporal a toda hora / E o nosso rio que não para de encher / Já levou na correnteza / A minha viola / Não vou mais sofrer / Nem vou mais chorar / Eu já tô pronto / Vou cair na folia / Vou de fantasia / E de alma lavada.

É a fórmula da cultura popular luizense para enfrentar as adversidades a que são submetidos.

Sobre o Rio Paraitinga, o Diretor de Cultura e Turismo da cidade, Netto Campos, traz uma visão afetiva e, ao mesmo tempo, pragmática

– A beira do rio foi tomada por casas e ruas. Eu acho que o próprio evento de 2010 tem muito a ver com isso, com esse estrangulamento do Rio Paraitinga. E aí também tem outro problema: a cidade não dialoga com o rio. E isso é muito ruim, porque o rio sai como vilão na história. E na verdade, não é. Na verdade, o vilão somos nós. A gente invadiu o lugar dele. E se tivesse uma consciência da importância dele, de quanto ele poderia fazer parte, efetivamente, da questão turística inclusive, de valorização da cidade como um todo. Porque ele é um rio

limpo, navegável. Ele tem sido utilizado para fazer algumas vivências com crianças daqui, mas, principalmente, que vêm de outras cidades. E isso tem funcionado muito bem. Então, ele poderia ser bem utilizado nessa vida turística da cidade, e ele é mal aproveitado. Tem muita gente trabalhando no sentido de tentar inverter isso. Mas essa ação deveria ser feita através da educação; que esses jovens já crescessem com essa consciência da importância do rio, de valorizar ele, de saber que ele pode ser um grande chamariz para a cidade também.

Como exemplo desse tipo de ação, o trabalho realizado pela Akarui, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sem fins lucrativos (OSCIP), realizada junto aos educadores da rede pública de ensino, que promove debates e reflexões sobre as questões ambientais do município de São Luiz do Paraitinga. Em um de seus projetos, o foco é a bacia hidrográfica do Rio Paraitinga, na tentativa de aprofundar a consciência e a prática ambiental e transformar a realidade sobre o uso da água, do solo, da biodiversidade e das relações humanas⁴².

A enchente trouxe, portanto, uma nova visão sobre a presença do rio na cidade e sobre a necessidade de se criarem estratégias para prevenir novos desastres. Também fez a mídia voltar seus olhos para a cidade e, mais ainda, deu a ela uma nova titulação em âmbito nacional, o que faz com que seu patrimônio esteja sob os cuidados e as regras de ambos os órgãos de preservação, Condephaat e Iphan.

⁴² <https://www.akarui.org.br/dialogos>

PARTE 3

OS IMAGINÁRIOS E A PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO: IMPLICAÇÕES EM
SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Detalhe da fachada da Casa Paroquial, localizada na Rua do Carvalho, 14,
Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga.
Foto de Herbert Allucci. Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Capítulo 5

Imaginários urbanos e patrimônio

Não se fará aqui um levantamento histórico completo da formação e atuação dos órgãos de preservação do patrimônio, Iphan e Condephaat, pois estudos bastante completos já foram disponibilizados (Rodrigues, Chuva, Meneses, Castriota, Santana, Fonseca, Motta, Marins, Nascimento, Scifoni). A ideia é apresentar os pensamentos por trás da criação dos órgãos e alguns momentos-chave de suas atuações, resultantes de contextos políticos, econômicos e acadêmicos, que propiciaram mudanças na legislação e nos conceitos sobre práticas de preservação. A partir daí, compreender e evidenciar os posicionamentos que o Instituto e o Conselho tiveram nos processos de tombamento de São Luiz do Paraitinga e as qualificações e valorações que o patrimônio cultural dessa cidade recebeu por parte desses órgãos.

No campo de estudos sobre o patrimônio, seja ele material ou imaterial, a imagem é utilizada sob vários aspectos, a começar pelo levantamento de um bem cultural, para o qual agregam-se imagens – na forma de desenhos, mapas, fotografias, inventários – com a finalidade de tombamento ou de registro. E, ainda, as imagens do patrimônio arquitetônico e de festas são amplamente divulgadas, no intuito de valorizar uma cidade e de promovê-la como destino turístico e cultural, situação perceptível, por exemplo, em São Luiz do Paraitinga, objeto deste estudo.

Acionar essas imagens patrimoniais é, também, acionar memórias sobre esses patrimônios. A memória, lembra Ulpiano Bezerra de Meneses, (2007, p. 17) “não só transmite conhecimento e significações, mas cria significados. Tem que ser entendida, pois, como uma ação, e uma ação produtora de significados. Portanto, estamos em pleno ambiente do imaginário”.

Mário Chagas (2009), ao refletir sobre a relação entre imagens e memória, cita James Fentress e Chris Wickham (1992, p. 65) que consideram que “uma memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser primeiro articulada. A memória social é, portanto, memória articulada”. Chagas entende que a articulação pode se dar, também, por meio de imagens, criando um vínculo entre imaginário e memória social; considera fundamental entender que, sem transmissão, não há constituição da memória social e que sua transmissão implica a atualização da memória. E é nesse sentido que, para Chagas (2009, p. 160), memória e preservação se aproximam:

preservar é ver antes o perigo da destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento

fatal. Assim, a preservação participa de um jogo permanente com a destruição, um jogo que se assemelha, totalmente, ao da memória com o esquecimento.

A respeito desse tema, Joël Candau (2012, p. 162) pondera que “a sensibilidade patrimonial se exacerbou ao mesmo tempo em que as sociedades conheceram uma mutação acelerada e temiam, portanto, pela perda e pelo esquecimento”.

E foi por meio da memória e da criação da identidade – que viriam a se tornar memórias e identidades –, que os órgãos de preservação, de acordo com a formação intelectual e profissional de seus dirigentes e técnicos e os contextos sociais, culturais e econômicos, construíram imaginários urbanos que sustentam, justificam e alimentam os processos de patrimonialização de uma cidade.

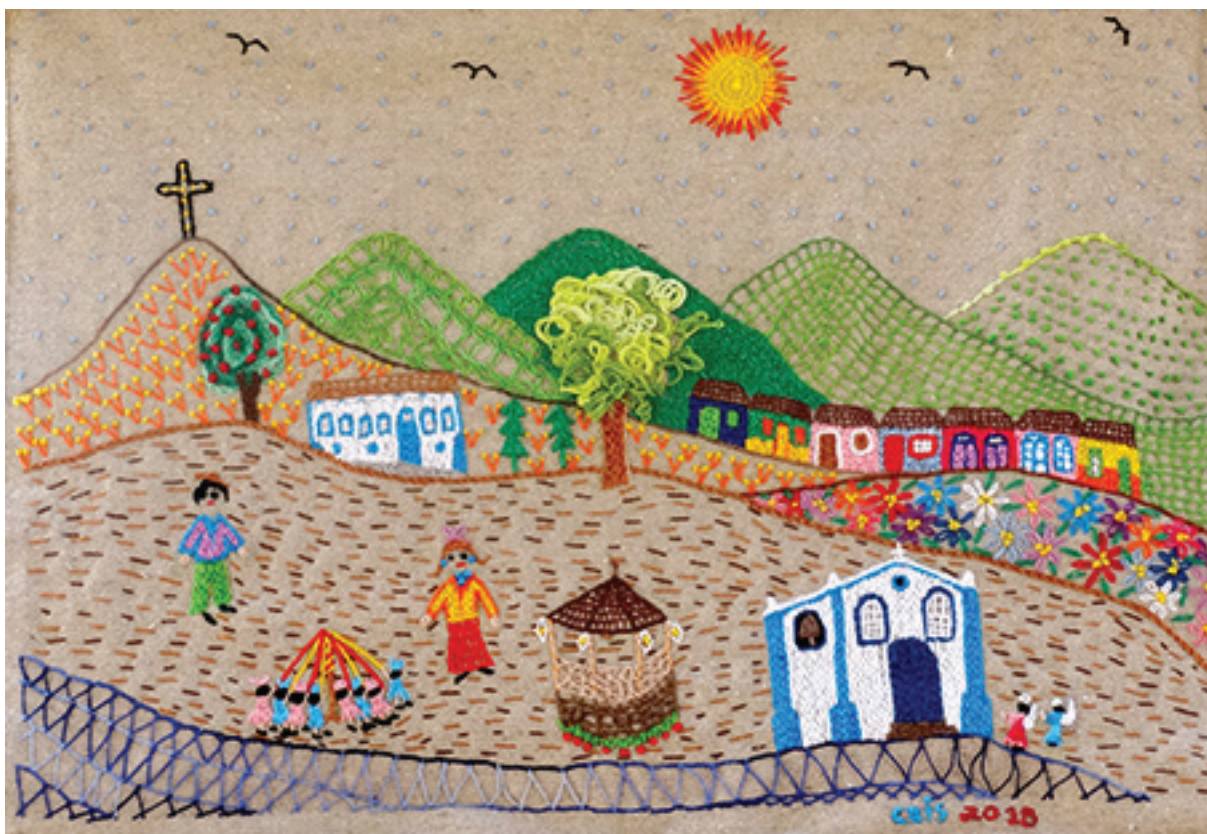


Figura 22: Bordado realizado pela moradora Cristina Maria Rodrigues de Toledo, dentro do projeto *Retrato bordado da cultura de São Luiz do Paraitinga*, em 2018. De acordo com a descrição da bordadeira, o trabalho representa o mar de morros, o rio Paraitinga, o Alto do Cruzeiro, a Capela das Mercês e o casario do Largo do Rosário, os elementos da cultura popular luizense: os bonecões, a dança de fita. Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

5.1 A construção de um imaginário para as cidades históricas brasileiras

Se a Mário de Andrade é atribuída grande parte do conhecimento disseminado sobre a cultura popular brasileira, a ele deve-se, também, a criação de um imaginário sobre quais seriam, e são, nossas cidades históricas. A ele e a Lúcio Costa, o arquiteto que promoveu a valorização patrimonial dessas cidades.

Como viajantes nas Minas Gerais, o paulistano Mário e o franco-brasileiro Lúcio fizeram incursões que os levariam a modelar suas atividades profissionais, calcadas nas descobertas que fizeram nessas terras. Sobre eles, Guilherme Wisnik (2007, p. 169) considera que “foram pensadores que se fizeram importantes porta-vozes da modernidade cultural, embora estivessem ideológica e sentimentalmente muito ligados a um certo tradicionalismo, que essa mesma modernidade abafava”.

Remontando essas histórias, Maria Lucia Bressan Pinheiro (2017, p. 15) indica a importância que o engenheiro português radicado no Brasil, Ricardo Severo, ganhou com suas palestras e trabalhos, em que conferia importância pouco usual entre os brasileiros ao “casario anônimo que compunha o tecido urbano das cidades, em detrimento dos edifícios excepcionais”, além de ser um dos primeiros a destacar a originalidade da arquitetura barroca mineira, lançando as bases para o movimento que “ficaria conhecido como Neocolonial e que se mostraria capaz de promover significativa mobilização simbólica fora dos estreitos círculos acadêmicos, alcançando grande popularidade em meios bastante diversificados”. O Neocolonial pretendia despertar o interesse pela arquitetura brasileira dos primeiros séculos. Pinheiro (2017, p. 16) alega que as ideias de Severo parecem ter sido decisivas “para a formação de um dos mais emblemáticos intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX: Mário de Andrade, um jovem escritor em princípio de carreira então”.

Outro marco estrangeiro que conduziu o olhar para a formatação de um pensamento voltado ao buscado nacionalismo foi a exposição, na Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, da obra de arquitetura *Tapérinha*, do arquiteto polonês Georg Przyrembel. Vindo ao Brasil por volta de 1912-1913, “interessou-se pelo passado do país, foi a Minas ver o barroco, e adotou à sua maneira, o chamado ‘colonial’”. A obra, com estilo híbrido, interessou aos modernistas “por ser uma tentativa de escapar da cópia europeia” (GONÇALVES, 2012, p. 49) e conduzia às mesmas imagens das cidades mineiras que interessariam a Mário de Andrade e Lúcio Costa.

No Rio de Janeiro, o Neocolonial encontrou um grande aliado no médico pernambucano José Mariano Filho, como propagador das propostas de Severo entre os anos de 1920 e 1930. Mariano foi presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e, por meio dela custeou a

viagem de Lúcio Costa a Diamantina, em 1924 (PINHEIRO, 2017). Dessa viagem, Costa (1995, p. 27) diria que “lá chegando caí em cheio no passado no seu sentido mais despojado, mais puro; um passado de verdade, que eu ignorava, um passado que era novo em folha pra mim”. Posteriormente, o arquiteto faria viagens exploratórias e documentais, cumprindo seu percurso de mergulho nas tradições luso-brasileiras, para o povoado das Missões, em 1937, e para as províncias portuguesas, em 1948 e 1952 (WISNIK, 2007).

Mário, por sua vez, empreendeu uma primeira viagem a Minas Gerais em 1919, a qual “descortinou para o modernista de São Paulo o barroco mineiro” (BOMENY, 2012, p. 21). Empreenderia, em 1924, a chamada “Viagem da Descoberta do Brasil”, que passou pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e o interior de São Paulo. O grupo compunha-se por Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e seu filho Nonê, Olívia Guedes Penteadó, Gofredo da Silva Teles e René Thiollier junto a Blaise Cendrars, um poeta suíço-francês. O ponto de partida da viagem foi São João del-Rei, onde chegaram na Semana Santa. Em sua análise, Aracy Amaral (1970) observou que Cendrars serviu como um mediador da descoberta do Brasil por esses modernistas brasileiros para os quais o distanciamento de sua própria realidade fez com que a paisagem barroca mineira surgisse como novidade.

É conhecida a relação ideológica que os modernistas brasileiros procuraram fazer entre suas experiências vanguardistas e a tradição barroca nacional entre os anos 1920 e 1930. Minas Gerais surgia como o lócus excelente de uma arte que se encaixava no resgate de um Brasil autêntico que, malgrado exaustivamente presente na narrativa de estrangeiros, era vista pelos modernistas como plena de forças latentes, invisíveis até então para olhares não cativados por uma pretensão inovadora (REGIANI, FRAJNDLICH, 2017, p. 2).

Estas viagens iluminaram e alimentaram intelectualmente Lúcio Costa e Mário de Andrade, que tiveram para as cidades mineiras um olhar filtrado pelas ideias de Severo, Mariano e Cendrars, entre outras. Assim, elas foram entendidas como modelos da tradição e identidade brasileiras, em seus aspectos arquitetônicos e culturais. “A tradição existente no passado colonial de Minas dizia respeito àquela que, a partir daí, tomaria corpo até o projeto ideológico da década posterior, quando o passado seria institucionalizado no já criado Sphan” (FLÔRES, 2004, p. 131).

Sobre os caminhos distintos que os dois intelectuais percorreram no movimento moderno, um trilhado pela via da arquitetura e outro pela literatura, Wisnik (2007, p. 170) mostra que

Lucio Costa tornou-se moderno após oito anos de intensa atividade profissional como arquiteto acadêmico, momento em que, inclusive,

chegou a se tornar uma das figuras mais importantes do movimento neocolonial no Rio de Janeiro. Mário de Andrade, ao contrário, voltou-se para o estudo da cultura popular brasileira depois de ter passado por uma fase inicial de afirmação programática da linguagem moderna, que teve como cenário o ambiente urbano e industrial de São Paulo. É após uma viagem a Minas que o poeta atina progressivamente para o tesouro disperso na cultura artesanal e folclórica do interior do Brasil.

A partir da década de 1930, o governo de Getúlio Vargas desenvolveu, em nível nacional, sistemas e repartições destinadas a organizar e apresentar à população parte de seu legado artístico e cultural, ainda bastante desconhecido. Entre os organismos estatais, foi criado o Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1930, no qual Gustavo Capanema ocupou o cargo de ministro de 1934 a 1945 (JORDÃO, ALLUCCI, 2012).

A preocupação com a defesa do patrimônio nacional fez com que fosse criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)⁴³, ligado ao MES, cujo formato final foi elaborado pelo advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade que, sendo nomeado seu diretor, permaneceu no cargo até 1967. A equipe inicial de trabalho, formada majoritariamente por arquitetos, estabeleceu a prioridade da entidade: os bens de pedra e cal, expressão utilizada à exaustão, mas que dá a conhecer os fundamentos desse órgão. Entre os arquitetos, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, José de Souza Reis, Paulo Thedim Barreto, Renato Soeiro e Alcides da Rocha Miranda; entre os colaboradores, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos e outros.

Para Sergio Miceli (1987, p. 44), na conjuntura de sua criação, o Sphan teria sido “um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ iluminista no trópico dependente”. Para esse autor, intelectuais e políticos mineiros, que haviam tomado conhecimento do legado do barroco, fizeram dele “ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a ‘memória nacional’”.

Foi nessa trama entre identidade, memória e tradição que se construíram os imaginários

⁴³ O órgão de preservação do patrimônio federal foi criado com a nomenclatura Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8534 transformou o Sphan em Diretoria, que passou então a chamar-se Dphan. Em 27 de julho de 1970, o Decreto n. 66.967 transformou a Dphan em Instituto (Iphan). Em 1979, o Iphan se divide em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão normativo e Fundação Nacional Pró-memória (FNpM), órgão executivo. Em 1990 ocorre a extinção do Sphan e da FNpM e a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 06 de dezembro de 1994, a Medida Provisória de nº 752 determina que o IBPC passe a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

sobre as cidades históricas brasileiras, calcados nas imagens das cidades mineiras. Esses foram, e continuam sendo, para muitos casos, os parâmetros para a preservação de núcleos urbanos e seus tombamentos. Isso foi possível com a legitimação de “um determinado grupo no controle da agência do Estado criada para esse fim – o Sphan – e suas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional” (CHUVA, 2009, p. 143). não consta biblio

A imagem dessas cidades históricas estava investida dos preceitos da época, em uma conjugação do estético com o ideológico, como ressalta Lia Motta (1987, p. 108)

as primeiras ações do Patrimônio nos centros tombados tratavam a cidade como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos, de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído. Esta abordagem resultou numa prática de conservação orientada para conjuntos tombados como objetos idealizados, distanciando-se das contingências reais na preservação daquele tipo de bem.

Neste contexto, em 1938, foram tombadas as cidades mineiras de Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, São João del-Rei e Serro. Em 1941 seria a vez de Congonhas e em 1945, Mariana.

Nascidas em um estado autoritário, com pretensões de unificar e tornar o país homogêneo e integrado, as instituições getulistas e, em especial, as que tratavam da cultura e do patrimônio, tinham grande preocupação com a representação simbólica da nação; ou, como anotou Olympio Serra (1987, p. 42) “a necessidade de fazer prevalecer a unidade nacional sobre os particularismos de diversas ordens implicava na busca de signos unitários”.

É o momento da construção de outros imaginários, muitos dos quais perduram até os dias de hoje como símbolos da brasilidade – a despeito da utilização deturpada de alguns deles ou dos questionamentos posteriores a que foram submetidos: o herói sem caráter do Macunaíma de Mário de Andrade, de 1928; os tipos nordestinos e seus os problemas sociais, com O Quinze, de Raquel de Queiróz, publicado em 1930 e Vidas Secas, de Graciliano Ramos, escrito em 1938; a miscigenação e a formação social do brasileiro, saídas das páginas de Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, de 1933; os romances de Jorge Amado, mesclando condições de vida de grupos marginalizados com a sensualidade de personagens femininas; a cordialidade brasileira, advinda de Sergio Buarque de Holanda e seu Raízes do Brasil, de 1936. É também notória a interferência do governo Vargas em outras manifestações culturais, como a utilização de marchinhas de carnaval para fins eleitorais, das quais destaca-se Ge-Gê (Seu Getúlio), de Lamartine Babo, 1931 e a transformação do samba como ritmo nacional, inclusive com um decreto, de 1937, que obrigava as escolas de samba a adotar enredos cívicos ou históricos.

Esta vontade de conformar uma identidade única para o país aparece também na política preservacionista, como se depreende do Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que apresentou a definição de patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

O decreto também regulamentava o ato de tombamento de bens móveis e imóveis, designando o Sphan como o órgão competente para gerir essa política.

A preservação do patrimônio estava, naquele momento, vinculada apenas a grupos sociais hegemônicos, legitimados por saberes técnicos e em consonância com o momento político. Ainda não cabiam no debate grupos minoritários, estudiosos de outras áreas como antropólogos e geógrafos, a arquitetura vernacular etc. Porém, mesmo com as mudanças que se processaram ao longo dos anos, trabalha-se com a mesma legislação e com os resquícios de sua aplicação.

Entre os primeiros passos para a abertura de conceitos, destaca-se, em 1975, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a direção de Aloisio Magalhães, cujo objetivo era o desenvolvimento “de experiências voltadas para o conhecimento e apoio das mais diversas manifestações culturais, com especial atenção ao chamado ‘patrimônio não consagrado’, bem como para ações visando à inclusão das comunidades envolvidas como parceiras” (FONSECA, 2017, p. 159).

A excepcionalidade do bem como valor para o tombamento começa a ser repensada; a participação social começa a ser bem-vinda. Pode-se considerar que a atuação na política cultural do patrimônio de Magalhães teve aproximações com o projeto original de Mário de Andrade, com a reincorporação dos bens não consagrados, do fazer popular, com a valorização das criações coletivas em detrimento das individuais (BONEMY, 2012, p. 20).

Em 1987, aos 50 anos de criação do Iphan, foi realizada uma mesa redonda para discutir o tombamento, entendido nessa perspectiva temporal, e as ações do Instituto relacionadas a ele até o cinquentenário. Entre as diversas falas, levantou-se que: (i) em princípio, não havia diálogo com a sociedade, o que fazia esse instrumento ser entendido como uma imposição do órgão de preservação; (ii) tentava-se, naquele momento, trabalhar o planejamento urbano junto com a preservação; (iii) os tombamentos em outros níveis, estadual e municipal (que foram possíveis depois da criação de órgãos de preservação também nesses níveis) ainda eram considerados menos seguros e importantes que o tombamento federal; (iv) o decreto do tombamento se

mostrou essencial para a finalidade a que se propôs e, como legislação, era aberto o suficiente para abarcar as mudanças sociais que haviam se processado nesses anos; (v) o tombamento seria entendido, por si só, como atribuição de valor a um bem; (vi) o tombamento deveria ser compreendido como um instrumento e não ser confundido com a política de preservação, que seria muito mais ampla; entre outros pontos de discussão (IPHAN, 1987).

Na acepção de Sonia Rabello (2015), no *Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural*, “tombamento é um instrumento jurídico criado por lei federal que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos”.

Paulo Garcez Marins (2016, p. 12), em um balanço das políticas patrimoniais, demonstra que os anos 1980 foram marcados pelo tombamento “de bens afeitos a expressões até então ignoradas pelo rol de tombamentos realizados pelo Iphan”, representativo de um momento em que a diversidade cultural passou a ser considerada. Nesses anos, diversos tombamentos de centros históricos protegeram “conjuntos heterogêneos, marcados por diversas temporalidades arquitetônicas”; o tombamento de práticas populares indicavam a ampliação antropológica do conceito de patrimônio. Porém, alerta o autor, apesar de uma aparente ampliação dos critérios, ajustados a um período político que passava pelo processo de redemocratização e à Constituição de 1988, o órgão continuava a validar “a importância central dos legados coloniais”.

Nos anos 1990, a maioria dos tombamentos de conjuntos urbanos se localizava no Nordeste semiárido e no Centro Oeste e

todos eles, entretanto, são muito afins à paisagem urbana luso-brasileira, de lotes profundos de testadas estreitas, com casario basicamente alinhado na testada do lote e sem recuos laterais. Ainda que com marcas neoclássicas ou com sinais mais ousados da Art Nouveau [...] o que se preservou na eleição desses conjuntos foi a paisagem “típica” luso-brasileira, ainda que atualizada estilisticamente (MARINS, 2016, p. 16).

Mesmo com um tombamento federal executado quase duas décadas depois, os argumentos para a preservação de São Luiz do Paraitinga repetem os mesmos preceitos e valorizam as mesmas marcações, como revela o texto do *Dossiê* de 2010:

a conformação urbana de São Luiz do Paraitinga, bem como a peculiar arquitetura e a magnífica paisagem que a emoldura, constituída pelo rio Paraitinga e o “mar-de-morros” em grande medida desocupados são registros do tipo de ocupação: a cidade regular, de traçado ortogonal imposto às dezenas de fundações promovidas de Norte a Sul da América Portuguesa pela política do Marquês de Pombal (1750-1777) (IPHAN, 2010b, p. 17).

Ao comemorar 60 anos, em 1997, o Iphan realizou o *Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção*, cujas recomendações indicaram a necessidade da formalização de instrumentos para trabalhar com essa nova categoria. Como consequência, é publicado o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (BRASIL, 2000). Ainda em 2000, o Iphan construiu o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), articulando a esfera do fomento e da continuidade dos bens; desenvolveu a metodologia de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que permite a identificação das manifestações culturais; o registro de bens e práticas culturais em Livros de Registros específicos para o patrimônio imaterial; além de produzir documentação em diferentes meios sobre esses trabalhos. O antropólogo Antonio Augusto Arantes, que havia sido presidente do Condephaat, participou da confecção do INRC e da criação do PNPI e foi, também, presidente do Iphan, entre os anos de 2004 e janeiro de 2006.

Maria Cecília Londres Fonseca (2017) elencou as principais diferenças entre o processo de tombamento de bens materiais e o registro de bens imateriais: a) o pedido deve ter natureza coletiva; b) a instrução do processo é descentralizada, não sendo, portanto, tarefa exclusiva do Iphan; c) o título é outorgado em caráter transitório, devendo o bem objeto do registro ser reavaliado a cada dez anos; d) é exigida a anuência prévia dos detentores relativamente à titulação e e) deve-se apresentar um plano de salvaguarda adequado à especificidade do bem, a ser elaborado com a participação de seus detentores.

Para celebrar os 70 anos do Iphan, em 2007, o Ministro da Cultura à época, Gilberto Gil, disse em seu discurso que “a homenagem aos 70 anos do Iphan representa exercitar vivamente a memória e fazer do rito de lembrar o passado um momento de projeção para o futuro”. Gil reforça a ideia do patrimônio conjugado à memória e as questões temporais da preservação, temas que serão sempre os alicerces para entender as questões patrimoniais. Também foram realizados encontros em todo o país, para revisão da política pública de preservação do patrimônio, um seminário internacional, um evento latino-americano, entre outras mostras e exposições.

Deste período, destaca-se a promoção, pelo Iphan, de encontros técnicos para debater o conceito de paisagem cultural que resultaram na Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural e a publicação, em 2007, do livro *Paisagem cultural e patrimônio*, de Rafael Winter Ribeiro. A categoria de Paisagem Cultural já havia sido acrescentada pela Unesco, em 1992 que, com isso, adotou “uma visão mais abrangente na definição de bens culturais”, além de trazer “uma nova perspectiva para o campo da preservação patrimonial” (VASCONCELOS, 2012, p. 56-57), já que a inscrição dos bens, até então, dava-se em categorias distintas: patrimônio cultural e patrimônio natural.

Em 2009, a Portaria Iphan nº 127/2009 regulamentou a chancela da Paisagem Cultural, instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Sobre definições e procedimentos, o texto do Iphan indica que Paisagem Cultural Brasileira é “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (DEPAM/IPHAN, 2009). Essa definição traduz a mudança do paradigma da atribuição de valores para os patrimônios, como se discutirá mais adiante.

O Iphan aponta que a chancela tem por finalidade “atender o interesse público por um território que faz parte da identidade cultural do Brasil” (DEPAM/IPHAN, 2009, p. 18). Aqui, supõe-se que o território em questão já tenha sido reconhecido como uma paisagem cultural identitária, para o qual a chancela venha a ser o instrumento que oficialize esse reconhecimento. Novamente as questões identitárias são colocadas como indicadores das fundamentações patrimoniais.

Outra questão que a chancela traz, como condição, é ser regida por um pacto envolvendo o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada; este pacto daria origem a um Plano de Gestão, onde estariam planejadas todas as ações voltadas à preservação dos valores que levaram o lugar a ser reconhecido como uma Paisagem Cultural Brasileira.

Foi de grande repercussão a matéria do jornal O Globo, de 10 de junho de 2007, intitulada *O futuro é a paisagem*, na qual o presidente do Iphan naquele momento, Luiz Fernando de Almeida, dizia que a preservação dos valores e dos bens culturais teria sua eficácia ampliada com a utilização de novos instrumentos como a chancela da Paisagem Cultural, pois “a valorização do patrimônio cultural se intensificará a partir da compreensão de seus significados históricos e de seus benefícios sociais e econômicos. A história e o futuro estão na paisagem”.

Apesar da aposta no novo instrumento, a chancela não conseguiu se estabelecer. No estado de São Paulo, a tentativa mais próxima de pesquisa e atuação profissional para essa titulação foi no Vale do Ribeira, onde o “enfoque da paisagem cultural mostrou-se o mais pertinente para tratar as questões do patrimônio cultural na região, já que possibilitou um olhar a partir do território pressupondo o reconhecimento das relações singulares entre os grupos sociais e a natureza” (NASCIMENTO, SCIFONI, 2010, p. 30-31). O longo estudo e o processo promoveram reflexões a respeito das práticas da preservação patrimonial e deixaram claro a necessidade da articulação e do entendimento do patrimônio por meio dos valores atribuídos localmente, condição para o avanço nas políticas públicas patrimoniais.

O Brasil recebeu da Unesco três certificados de paisagem cultural, a saber: Rio de Janeiro: Paisagens cariocas entre a montanha e o mar, em 2012; em 2016, Conjunto Moderno

da Pampulha; e em 2019, Paraty e Ilha Grande (RJ): cultura e biodiversidade.

Em 2019, o Iphan abriu consulta pública para o delineamento da normativa que trata de paisagens culturais; as sugestões podiam ser enviadas por e-mail. Também anunciou que estão sendo elaborados marcos legais para auxiliar o Instituto na concessão de chancelas. É uma tentativa renovada de reanimar a utilização desse instrumento.

Em seus 80 anos, completados em 2017, o Iphan divulgou um vídeo institucional⁴⁴ no qual apresentou um texto-síntese de sua função, com palavras-chave que mostram suas crenças, formas de atuação e instrumental.

O que fica na memória tem um gostinho especial. Reativa emoções, faz você vibrar. Como recordação, guardamos o que é monumental, o que sentimos na pele, sabores marcantes, histórias inesquecíveis. A cultura que respiramos e os momentos que compartilhamos são o nosso patrimônio. Um rico acervo de cores, de lugares, de tradições, de formas, que resiste ao tempo e inspira gerações. Há 80 anos o Iphan transforma a nossa paisagem e preserva a memória do nosso Brasil.

Monumento, memória, história, acervo, tempo, paisagem. A escolha deste vocabulário demonstra que permanecem ideais, práticas e a disputa pelos campos da representação e dos imaginários. A eleição de determinados bens como patrimônio, os argumentos de processos de tombamento, o reconhecimento de certas expressões culturais, a atribuição de valor que leva à patrimonialização, tudo está calcado, ainda, nesses conceitos fundantes que os órgãos de patrimônio elegeram para validar suas ações e, conseqüentemente, para legitimar sua atuação frente às sociedades e com as quais, juntos, constroem o patrimônio cultural.

5.2 O patrimônio paulista e a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat)

O Condephaat foi legalmente instituído em 22 de outubro de 1968, pela Lei estatual n. 10.247. Tornou-se clássico o estudo de Marly Rodrigues (2000), *Imagens do passado: a*

⁴⁴ Disponível em www.youtube.com/watch?v=5Pf4b3IGiYU.

instituição do Patrimônio em São Paulo 1969-1987, em que refaz a trajetória do Condephaat.

Para a autora

a criação do órgão de proteção ao patrimônio em São Paulo inscreveu-se nos contornos do culto cívico ao passado e da consagração pragmática desse mesmo passado, como produto de consumo cultural valorizado com a expansão da indústria do turismo (RODRIGUES, 2000, p. 31).

A primeira reunião do Conselho aconteceu em janeiro de 1969, com representantes de nove entidades, a saber: Cúria Metropolitana, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico-Guarujá/Bertioga, Secretaria da Cultura, Serviço de Museus Históricos da Secretaria da Cultura, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo (ROLIM, 2006, p. 134).

Para Carlos Lemos (2005, p. 231), “o primeiro conselho do Condephaat era bastante heterogêneo quanto ao pensamento de seus membros, que armavam discussões enormes sobre os assuntos os mais inexpressivos”. Não contando com um corpo técnico adequado, o Conselho não podia, naquele momento, estruturar uma cultura própria sobre a preservação, reproduzindo “quase sem questionamentos, a ortodoxia do Sphan” (RODRIGUES, 2000, p. 37), cujo representante no Conselho era Luís Saia, diretor do Sphan em São Paulo.

Em 1º de setembro de 1969, foi assinado o Decreto-Lei n. 149, que dispunha sobre os tombamentos de bens na esfera do estado de São Paulo. O primeiro ato de tombamento do Condephaat preservou a fazenda Boa Vista, localizada na cidade de Cruzeiro, no Vale do Paraíba. Segundo Marins (2008, p. 155), “eram os esquecidos tempos do café do Império – mas novamente a arquitetura – as prioridades assinaladas por esse tombamento inaugural. Foi também o interior e não a capital o alvo inicial, o que poderia sugerir uma ação consistente na preservação das cidades ligadas à cafeicultura”. Entre 1969 e a década de 1970, foram tombados diversos edifícios ligados às elites do período cafeeiro.

No governo estadual de Paulo Maluf, de 1979 a 1982, a Secretaria de Cultura esteve a cargo de Antônio Henrique da Cunha Bueno e o Condephaat foi presidido pelo arquiteto Ruy Ohtake. De acordo com Rodrigues (2000, p. 79), Ohtake se empenhou em criar uma imagem política de eficiência para o Conselho e procurou instrumentalizar o trabalho técnico, promovendo o inventário fotográfico de bens e um estudo de critérios de tombamento, assim como retomou a predominância dos conceitos de patrimônio histórico e de monumento histórico, valorizando critérios arquitetônicos e da história oficial.

Para Silvia Ferreira Santos Wolff (2019), foram os anos em que o órgão cresceu muito em suas atividades e visibilidade pública; mudou seu endereço; aumentou o número de funcionários, entre arquitetos, historiadores, estagiários, além de alguns sociólogos, topógrafos, desenhistas e jornalistas; em um momento promissor, com os novos servidores unidos ao entusiasmo pelo processo de redemocratização que se prenunciava.

É na gestão de Ohtake que se efetivará o tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga pelo Condephaat.

Como sucessor de Ohtake, o geógrafo luizense Aziz Nacib Ab'Saber ocupou o cargo de presidente do Condephaat entre novembro de 1982 e março de 1983. Ab'Saber já havia sido conselheiro do órgão como representante do Departamento de Geografia da USP entre 1976 e 1979. Como conselheiro, suas ações “promoveriam a ressignificação e ressemantização da ideia de paisagem no campo do patrimônio paulista” (CRISPIM, 2014, p. 71). Ainda em 1977, Ab'Saber apresentou as diretrizes para o que resultou, em 1985, no tombamento pelo Condephaat da Serra do Mar e de Paranapiacaba⁴⁵, que envolve 46 municípios, entre os quais São Luiz do Paraitinga.

Antonio Augusto Arantes, antropólogo, substituiu Ab'Saber na presidência do Condephaat e sua gestão, entre março de 1983 e outubro de 1984, aproximou o órgão da visão antropológica de cultura. Para Arantes (1984, p. 8), a constituição e defesa do patrimônio cultural eram “meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a ‘nacionalidade’ e a ‘identidade’” pois apresentavam, além da vertente econômica, a vertente ideológica. Acreditava, também, que “o interesse pela defesa de estruturas arquitetônicas, paisagens e recursos naturais decorre sem dúvida do desejo de manter laços de continuidade com o passado”.

Entre as décadas de 1990 e 2000, os tombamentos realizados pelo Condephaat foram numericamente inferiores aos realizados nas duas décadas precedentes (MARINS, 2008). Acima de tudo, coube ao Condephaat, ao longo dos anos, uma operacionalidade que se via envolvida com outras questões, como detecta Wolff (2019, p. 58):

a demanda de trabalho gerada pelas aprovações e licenciamentos absorveu grande parte da força de trabalho, dificultando muito as ações de estudos de tombamento e impactando ainda mais gravemente a realização interna de projetos e realização de obras de restauração nos bens tombados. O quadro começou a mudar aos poucos.

⁴⁵ Disponível em Condephaat - <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/serra-do-mar-e-de-paranapiacaba-3/>. Acesso em set/2109.

Entre algumas mudanças significativas, cita-se a implantação da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) como departamento permanente de execução das atividades técnicas e administrativas do Condephaat, em 2006. Essa reorganização trouxe a possibilidade de que as atividades de identificação, inventário, estudos e de demais procedimentos necessários ao tombamento e a outras formas de reconhecimento do patrimônio cultural fossem feitas por meio do Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural (GEI), que estruturou uma equipe contínua para tratar do passivo de solicitações das quase cinco décadas anteriores (NEVES, ZAGATO, 2019).

Sobre o patrimônio imaterial, embora desde o começo dos anos 2000 o debate já estivesse consolidado na esfera federal com o Iphan, e alguns órgãos estaduais tivessem estudos, inventários e registros em andamento, não havia no estado de São Paulo uma legislação específica acerca da preservação do patrimônio imaterial; ou seja, havia algo de deficitário na política pública de preservação do patrimônio cultural paulista, resultado da forma de aplicação dos orçamentos públicos, da existência de 645 municípios no estado e um reduzido corpo técnico especializado para efetivar e conduzir políticas de preservação do patrimônio cultural, em especial o imaterial (SILVA, 2018).

Apenas em 2011, houve a promulgação do Decreto n. 57.439, que trata do patrimônio imaterial. Porém, de acordo com Mário Augusto Silva (2018, p. 158), alguns pontos do texto precisam ser confrontados com a prática, “ou seja, a realização de um estudo de registro de patrimônio imaterial, sua eventual salvaguarda, fomento e divulgação. O decreto deixa em aberto também os meios para fomentar a existência e fruição dos bens imateriais”.

No balanço de seus 50 anos, em 2018, Deborah Leal Neves e José Antonio Zagato (2019) percebem o Conselho esvaziado em seus quadros técnicos o que, para eles, é consequência da atual política governamental, gestão pública e serviço público implementado no Brasil, que afetam de modo substancial as instituições envolvidas na preservação da cultura e do meio ambiente. Continuam os autores que, “a despeito dos avanços empreendidos na última década no órgão estadual [...] é imprescindível que a coletividade se aproprie cada vez mais do Condephaat e da UPPH” (NEVES, ZAGATO, 2019, p. 187).

Capítulo 6

Luís Saia, construtor de imaginários

Luís Saia, paulista de São Carlos, nascido em 1911, formou-se engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Foi considerado a personificação do patrimônio paulista, atuando em um campo com poucas bases teóricas e grande necessidade de apoio do corpo técnico, permeado por conversas com antigos moradores dos locais visitados (ROLIM, 2006). Saia atuou no Iphan de São Paulo, a partir de 1938, e no Condephaat, estando presente desde a primeira reunião do Conselho, em 1969. Saia faleceu em 1975.

A atuação de Saia foi destacada na construção do imaginário do bandeirante, contribuindo com textos e interpretações sobre a arquitetura rural paulista e a casa bandeirista, nos quais estabeleceu suas teses fundamentais sobre os temas e que serviram como referências teóricas para as restaurações de várias delas (MAYUMI, 2014).

Para São Luiz do Paraitinga, seus estudos serviram de base para a fundamentação e valorização dessa cidade, por meio de um imaginário fundacional, culminando em seus tombamentos, tanto estadual quanto federal.

6.1 Luís Saia no Iphan de São Paulo e no Condephaat: o imaginário bandeirante

No mesmo ano de criação do Sphan, em 1937, Rodrigo de Mello Franco convidou Mário de Andrade para ser Assistente Técnico do Sphan de São Paulo que, popularmente, ficou conhecido como “o Patrimônio”. Aceito o cargo, Mário chamou para serem seus colaboradores o historiador Nuto Sant’Ana e Luiz Saia, definido por Mário como arquiteto e engenheiro “dedicado e apaixonado de coisas históricas e coloniais” (FROTA, 1983 apud LEMOS et al., 2008, p. 27).

Entre fevereiro e julho de 1938, Saia chefiou uma expedição organizada por Mário de Andrade, de quem era amigo. Chamada Missão de Pesquisas Folclóricas, o grupo partiu de São Paulo e visitou cinco cidades em Pernambuco, dezoito na Paraíba, duas no Piauí, uma no Ceará, uma no Maranhão e uma no Pará. A viagem tinha caráter exploratório e de pesquisa, com o objetivo de prospecção, coleta e registro de diferentes manifestações da cultura popular realizadas nos locais percorridos. Em sua preparação teórica e metodológica para o empreendimento, Luís Saia frequentou um curso de etnografia cujo intuito era formar pesquisadores especializados em folclore (SENA, 2019, p. 10).

Também em 1938, Mário de Andrade demitiu-se do cargo no Sphan e, após alguma relutância por parte de Mello Franco, Saia foi designado para ocupar o posto – por indicação de Mário –, no qual permaneceu até seu falecimento, em 1975.

Victor Hugo Mori (apud LEMOS et al., 2008, p. 30-31) faz uma descrição de Saia como

figura de temperamento polêmico, possuidor de densa bagagem intelectual adquirida na sua vida dedicada ao Patrimônio, sua personalidade se confundia com a própria instituição em São Paulo – Saia era o Iphan e o Iphan era Luís Saia. Colecionou admiradores, amigos e também alguns desafetos [...] Os mais recentes livros sobre o Iphan em São Paulo têm se concentrado na figura de Luís Saia como arquiteto restaurador [...] Claro que não se pode reduzir a figura do intelectual, ativista, polemista, sob esta ótica restrita, pois escreveu e atuou em múltiplas vertentes, como na arquitetura moderna, urbanismo, “artes menores”, arte popular etc.

É notório seu trabalho nos anos 1950, período em que a cidade e o estado de São Paulo se projetaram no panorama brasileiro, especialmente por meio do mito do bandeirante paulista, “personagem central de um imaginário regional” (SOUZA, 2007, p. 152), desbravador e conquistador do território dos sertões, a despeito dos massacres indígenas que causaram pelos caminhos em que passaram.

O mito do bandeirante foi questionado por Carlos Guilherme Mota (2003, p. 245) que, ao resgatar as atividades desse grupo, por meio das bandeiras que partiam de São Paulo na busca da mão-de-obra indígena e dos metais preciosos, apontou que o paulista seria “pobre demais, miserável, para comprar escravos negros para a lavoura, como o faziam os senhores de engenho da Bahia e de Pernambuco”. Mota também sugere que “o mito do bandeirante é bastante discutível e o próprio termo parece mesmo não ter existido antes do século XVIII. Esses preadores eram chamados ‘mamelucos’, ou ‘gente de São Paulo’, ou ‘portugueses de São Paulo’”, o que os distinguia dos habitantes do litoral.

O historiador português Jaime Cortesão [...] mostrou que os bandeirantes não podiam maltratar os índios cativos, até porque eles constituíam maioria na formação das entradas e bandeiras dos paulistas preadores, e com eles retornavam para aqui viver... Segundo ele, numa bandeira de quatro mil homens, menos de mil eram brancos ou mestiços, sendo os restantes Tupi. Desfaz-se assim a imagem mítica do “bandeirante”. Tal como o gentio da terra, a maior parte andava descalça, muitos eram mamelucos que, com seus gorros de pano ou de couro na cabeça, viajavam com sementes de milho e farinha de guerra na algibeira (MOTA, 2003, p. 247-248).

Para Lia Mayumi (2014, p. 95) “Luís Saia participou ativamente da construção do mito bandeirista, teorizando-o e conceituando a morada bandeirista. Foi pioneiro no estabelecimento dos critérios de restauração de casas bandeiristas, influenciando gerações de profissionais arquitetos restauradores”.

As casas bandeiristas foram eleitas por Saia como símbolos da arquitetura colonial paulista, “em consonância com o esforço modernista e nacionalista de construir a memória nacional a partir dos vestígios coloniais, luso-brasileiros” (FERREIRA, 2015, p. 102).

Como sustenta Marins (2019, p. 65), Mário de Andrade e “seu sucessor, Luís Saia”, entenderam que “o exemplo tradutor da herança nacional em terras paulistas era o das casas ‘bandeiristas’, erguidas em taipa de pilão e remanescentes dos séculos XVI e XVIII”.

Para Walter Lowande (2010, p. 92), “a atuação de Luís Saia no âmbito das práticas preservacionistas paulistas foi marcada pelo conceito de ‘evolução regional paulista’, para o qual forneceu ele próprio uma interpretação bastante particular”. Esta interpretação pode ser encontrada em seu livro *Morada paulista*⁴⁶, de 1972, em especial no capítulo *Quadro geral dos monumentos paulistas*, no qual Saia procurou divulgar os esforços de proteção do patrimônio histórico e artístico de São Paulo. Lowande entende que o capítulo funcionava como uma “preliminar” de cunho teórico onde Saia expunha, para cada período da evolução regional paulista, suas “teses”, sendo uma principal e uma auxiliar, para cada um desses períodos, tornando-se, assim, um capítulo fundamental para a compreensão da forma como Saia atribui sentido para sua narrativa. Saia (apud LOWANDE, 2010, p. 115) explica que é possível distinguir, entre suas teses, “um jogo dialético de oposições que desembocam em decididas preferências por soluções características, partidos dominantes, esquemas endossados pela maioria ou mesmo por uma quase unanimidade coletiva”.

Sobre o período em que o Morgado esteve à frente da Capitania de São Paulo, que durou 10 anos, de 1765 a 1775, Saia (2012, p. 43), em sua periodização, estende esta data para 1834, por entender que

⁴⁶ Para esta publicação, Saia contou com desenhos do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, o Janjão, que trabalhou com ele no Iphan de São Paulo. Janjão também fez levantamentos para o recém-criado Condephaat, e em 1973 foi convidado por Carlos Lemos para trabalhar na coordenação de pesquisas do Levantamento das Técnicas Construtivas do Vale do Paraíba, trabalho que se mostrou inovador tanto no conteúdo quanto na forma. Pela dimensão de temas a ser considerado no trabalho, Janjão adotou o desenho, no lugar das fichas habituais, como principal forma de registro. Ainda, seus desenhos não tinham definição de escala ou forma de representação; permitindo maior flexibilidade. Entre as cidades visitadas, estava São Luiz do Paraitinga. Ao final do trabalho, foram produzidos cerca de 900 desenhos, em sua maioria desenhos de campo, apresentados em quinze volumes (MOSANER, 2012).

no período de 1765 a 1834, ano do Ato Adicional que organizou o poder civil já em termos nacionais, novas zonas foram ocupadas pelo colonizador, inúmeros estabelecimentos de produção foram implantados adentrando o interior até então desabitado, igrejas urbanas reedificadas ou reformadas e outras novas construídas.

Neste contexto, Saia destaca as novas vilas fundadas no período, entre as quais estavam Cunha, São Luiz do Paraitinga e Lorena.

Sobre as suas chamadas teses, Lowande (2010, p. 105) acredita que Saia não realizou estudos sem analisar fatos arquitetônicos concretos, o que demonstra “a importância que confere à relação com a experiência no presente para a validação de suas hipóteses, ainda que se afirme por alguns autores que esta concretude material tenha sido muitas vezes manipulada pelo próprio arquiteto”.

Como professor, Luís Saia coordenou, junto a Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, respectivamente, o Curso de Especialização em Conservação de Monumentos Históricos, em 1974, para o qual o Programa de Cidades Históricas (PCH) financiou a participação de funcionários do Iphan e de entidades estaduais, em parceria com o próprio Iphan e o Condephaat (CORREA, 2016, p. 39). Este curso foi muito significativo pois, como atestou Lemos (2008, p. 65), “naqueles dias, nós todos, que trabalhávamos nas repartições públicas preservacionistas éramos faltos de orientação ‘científica ou teórica’ pertinente”.

No Condephaat, Saia esteve presente desde a formação desse órgão, em 1969, o que ocasionava, por seu intermédio, uma clara proximidade com o Iphan, no qual era dirigente em São Paulo. Segundo Rodrigues (2000, p. 61-64), esta situação fez com que o Conselho não rompesse com a “ortodoxia do Iphan” em seu momento inicial. Até meados da década de 1970, como analisa Flávia Brito do Nascimento (2018, p. 120), “o Condephaat trabalhou com atenção aos critérios regionais e suas representações materiais, característicos das épocas socioeconômicas demarcadas, conforme seus ‘ciclos’, pautados no culto nostálgico ao passado e na concepção de cultura como erudição”.

Sobre seu comportamento no Conselho, Lemos (2005, p. 231) expõe que “Luís Saia primava por ser sistematicamente do contra, urdia polêmicas incríveis só para contrariar ou emperrar o andamento dos autos. Volta e meia pedia vistas de processos e não os devolvia, a não ser quando muito pressionado”. Conta também que a presidente do Condephaat tentou substituí-lo no conselho por um representante carioca, por Saia ser “muito malcriado, além de

ser comunista de antevisto convívio difícil”.

Sobre a atuação de Saia em ambos os órgãos, federal e estadual, foram feitas análises posteriores e muitas vezes opostas, como se depreende nos textos. Para Rodrigues (2000, p. 39)

profissionais do patrimônio formados na perspectiva do Iphan, como Luís Saia, entendiam que os bens deveriam ser avaliados como documentos da arquitetura, o que implicava a valorização de aspectos como o das técnicas construtivas, dos materiais e das formas que lhe davam concretude e os tornavam testemunhos da história e da cultura brasileiras.

Rebatendo essa afirmação, Lowande (2010, p. 130), referindo-se a Rodrigues (2000), acredita que

a autora não demonstra levar em conta a utilização, por parte de Luís Saia, de uma perspectiva processual particular, inspirada em alguns aspectos na dialética marxista, na qual considera a conexão de vários processos, dentre eles o econômico, que compõem um processo mais amplo, ou seja, o da evolução regional paulista.

Uma terceira análise, menos pessoalizada, sobre a atuação de Saia no Condephaat, foi realizada por Mariana Rolim (2006, p. 135), quando esclarece que

durante os seis anos em que Saia participa do Conselho, suas principais propostas são feitas no intuito da realização de levantamentos temáticos, que poderiam dar subsídios para um trabalho de preservação mais amplo, tendo em mente a visão de conjunto. Eram dois alvos: a avenida Paulista, na capital, e a região do Vale do Paraíba. Nenhum dos projetos foi adiante, talvez pela morte prematura de Saia. Mas ambos mostram como Saia considerava necessário ter uma visão do todo, também visto em seus projetos urbanos.

Apresentam-se três visões – entre outras prováveis – sobre o trabalho de Saia nos órgãos de preservação do patrimônio: a primeira demonstra sua ortodoxia; a segunda, seu viés marxista; e a terceira, sua visão de conjunto. Porém, independentemente de sua forma de atuação, não há dúvidas sobre sua presença marcante na história do patrimônio brasileiro, em especial do paulista. Durante os quase 40 anos que trabalhou no Iphan em São Paulo, de 1937 a 1975, foi responsável pela restauração de mais de 30 edificações e pela proposição de tombamento de diversos monumentos; promoveu duas grandes pesquisas sobre coleções de obras de arte e sobre a arquitetura do café; coordenou cursos como o de Especialização em Restauro de Bens Culturais e Conjuntos Arquitetônicos; foi, ainda, responsável pelos Planos Diretores das

idades de Anápolis, Goiânia, São José do Rio Preto, Lins e Águas de Lindóia, além de grande número de projetos de residências, hospitais e pavilhões para exposições⁴⁷.

A fundação de São Luiz do Paraitinga ganhou contornos precisos para sua posterior utilização como elemento de valorização de seu patrimônio. Foi a construção de seu imaginário fundacional, entre outros valores, que permitiu à cidade ter seu patrimônio reconhecido e protegido de maneira única e excepcional: única entre as cidades do Vale do Paraíba paulista; excepcional após a enchente, em 2010, que trouxe danos ao patrimônio edificado .

A característica dos imaginários urbanos fundacionais é o peso que eles têm desde a origem da cidade e a continuidade de seu protagonismo, levando em conta as mudanças de cada conjuntura; esses imaginários marcam tanto os moradores quanto a cidade pela força de seu significado e do universo simbólico que carregam. Os imaginários urbanos fundacionais configuram o patrimônio simbólico produzido e vivido pelos cidadãos; eles se constroem, se acumulam ou se corroem com o tempo, e estão relacionados com o tipo de sociedade que os produzem ou os herdam, vinculando-se às políticas patrimoniais.

Em São Luiz do Paraitinga, o imaginário fundacional iria se relacionar com a administração do Morgado de Mateus na província de São Paulo e foi estabelecido por estudos acadêmicos e pesquisas sobre a cidade, principalmente os realizados por Luís Saia, auxiliado, a partir dos anos 1970, pelo historiador Jaelson Bitran Trindade. O arquiteto e o historiador foram perseverantes pesquisadores sobre São Luiz do Paraitinga.

Em 1963, Saia publicou o ensaio *Quadro Geral dos Monumentos Paulistas*, no qual faz menção à cidade (SAIA, 2012 [1972], p. 44), incluída no rol de vilas fundadas pelo Morgado de Mateus, durante o período em que ele administrou a capitania de São Paulo, entre 1765 e 1775.

Dez anos depois, em 1974, Saia publicou *Evolução de São Luís do Paraitinga*, nos anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, que se realizou em Belo Horizonte, texto no qual menciona que

no presente caso, de vilas fundadas por iniciativa do governo e segundo uma ideia preestabelecida de colonização – e este é o caso específico do Morgado de Mateus – a racionalidade que transpira no texto do termo de ereção de São Luís [do Paraitinga], representaria um reflexo do iluminismo europeu que desembocaria na revolução francesa e que povoaria a cabeça de um estudioso como Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (SAIA, 1974, p. 432).

O que Saia interpretou do “Auto de Ereção e Levantamento do Pelourinho da Vila” de

⁴⁷ <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1326>

São Luiz do Paraitinga é que o texto, escrito em março de 1773, pelo diretor da nova povoação, Manuel Antônio de Carvalho, “parece estar em concordância com as recomendações feitas pelo Morgado de Mateus” (IPHAN, 2010b, p. 63.). Assim, foram das palavras de Carvalho que se sentiu transpirar a racionalidade do Morgado.

Diversas cidades paulistas apresentaram a retícula em sua forma de urbanização, moldada por características próprias da situação de cada região. Mas para São Luiz do Paraitinga, Saia, aos poucos – já auxiliado pelas pesquisas históricas de Trindade – começou a trazer os conceitos do Iluminismo para explicar sua fundação oficial.

Posteriormente, revendo a trajetória de estudos e pesquisas que realizaram entre 1973/1974, sobre as fundações ligadas ao Morgado de Mateus, entre elas São Luiz do Paraitinga, Trindade revelou que ele e Saia ainda desconheciam que “as fundações realizadas nesse período na Capitania de São Paulo, diferentemente do que seu deu noutras partes do Brasil, surgiram articuladas a um plano territorial (econômico, social e político) cujas orientações tinham claro viés fisiocrático” (IPHAN, 2010b, p. 24).

Mesmo com o falecimento de Saia em 1975, as ações e procedimentos que tratavam da preservação e valorização de São Luiz do Paraitinga mostravam explicitamente a força da condução de seu posicionamento em relação à essa cidade. Saia já havia plantado nos órgãos de patrimônio, Condephaat e Iphan, a vinculação da fundação e do urbanismo de São Luiz do Paraitinga com Morgado de Mateus como discurso fundacional. Esses argumentos aparecem nos processos de tombamento, finalizados ou não, como atestado de diferenciação e valorização dessa cidade. Em 1969, o primeiro processo do Condephaat – órgão do qual Saia era Conselheiro – sobre a cidade já a apresentava como “nascida das resoluções do Morgado de Mateus” (CONDEPHAAT, 1969, fl. 24).

No processo, de 1982, realizado e concluído para o tombamento do Centro Histórico, também pelo Condephaat (1982, fls. 11-12), declarava-se que

segundo Luís Saia, nada indica que as construções existentes até então “estivessem alinhadas de acordo com alguma norma ou ideia de conjunto previamente estabelecida”. O rigor com que mais tarde seriam tratadas as questões relativas a alinhamento esclarece que as edificações construídas pelos primeiros moradores não obedeciam a um planejamento determinado. A partir do momento em que o povoado é elevado à categoria de Vila, com o estabelecimento do pelourinho, em 31 de março de 1773, começam a surgir preocupações com padrões de urbanização, segundo determinações do Governo da Capitania, notadamente no que diz respeito à conservação, embelezamento da vila, padrão das construções e seu alinhamento.

Os estudos de Saia e Trindade “tem servido como fonte de pesquisas para todos os trabalhos produzidos em relação a São Luiz do Paraitinga” (CONDEPHAAT, 1982, fl.7), especialmente a publicação *São Luiz do Paraitinga: levantamento métrico, arquitetônico e fotográfico/Estudos da formação de uma cidade tradicional paulista*, editada pelo Condephaat em 1977.

Mas foi durante os procedimentos para a reconstrução da cidade, depois da enchente de 2010, que o imaginário fundacional se consolidou como critério de apreensão de valor, por meio dos discursos patrimoniais, de seus governantes e de parte da população local organizada. Os imaginários urbanos tiveram ampla e diversa utilização; no caso dos órgãos de tombamento, serviram, até, para legitimar ações e restringir mudanças no momento da enchente.

Como esclareceu Nestor Goulart Reis Filho na Ata da 66ª reunião do Conselho do Iphan (2010a), mesmo que se aleguem que as preocupações com a urbanização de São Luiz do Paraitinga tenham surgido a partir de 1773, supostamente seguindo as instruções do tempo do Morgado de Mateus, elas só foram concretizadas posteriormente (Figura 23). Declara este autor que

ainda que o Plano seja de Morgado de Mateus, portanto da fase pombalina, na fase do traçado a vila tinha pouco movimento econômico. Era mais um ponto de passagem. Quando o café prosperou, na segunda metade do século XIX, é que os sobrados da praça principal foram construídos já com traços neoclássicos. E o que é impressionante, no final do século XIX, em 1880, 1890, faziam sobrados com alinhamento que haviam sido estabelecidos ao tempo do Morgado, o que mostra a força do padrão urbanístico, das normas que foram estabelecidas naquela época. Há um descompasso no tempo entre o que foi traçado e o que foi realizado (IPHAN, 2010a, fl. 148, p. 82).

Reis Filho continuou sua análise, com sutileza, demonstrando a existência de outras cidades formadas sob os critérios pombalinos, no Ceará, ou a utilização de traçados urbanos como o da cidade de São Luís do Maranhão, já em 1615.

Desta forma, percebe-se que a vinculação da urbanização de São Luiz do Paraitinga – que seria decorrente de sua fundação pelo Morgado de Mateus – com o urbanismo ilustrado é extemporânea, mas aceita pelos órgãos de preservação como argumento de sua valorização.



Figura 23: Alinhamento dos casarões da Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga, c. 1935.
Fonte: Acervo Juventino Galhardo.

6.2 A continuidade dos estudos: a consolidação do imaginário fundacional

Jaelson Bitran Trindade, nascido na cidade paulista de Santos, em 1948, foi o primeiro historiador contratado pelo Iphan, desde sua fundação, para trabalhos regulares de pesquisa. Em 1970, foi admitido por Luís Saia para executar serviços técnicos profissionais de pesquisas de monumentos nacionais, no 4º. Distrito da Dphan, e foi seu colaborador até o falecimento do arquiteto. Doutorou-se em História Social pela Universidade de São Paulo em 2002. Foi um dos organizadores da exposição itinerante *Luís Saia: memória e política*, que percorreu distintos locais durante os anos de 2012 e 2013 (FERREIRA, 2015).

Entre suas pesquisas acadêmicas, encontra-se *O Urbanismo Ilustrado no Brasil Meridional e as Experiências Ibéricas*, que tem como objetivo “delinear as características da política territorial e da rede urbana desenvolvida na segunda metade do século XVIII no Brasil Meridional: um urbanismo ‘ilustrado’ a serviço de um projeto de ‘recolonização’ da extensa região compreendida pela Capitania de São Paulo” (LATTES, 2017).

Trindade participou, ao lado de Saia, das investigações sobre São Luiz do Paraitinga. Sobre esta cidade, escreveu os dois textos que alicerçam seus tombamentos: os já citados *São*

Luiz do Paraitinga: levantamento métrico, arquitetônico e fotográfico/Estudos da formação de uma cidade tradicional paulista, dividindo sua autoria com Saia, publicado pelo Condephaat em 1977, e *Dossiê São Luiz do Paraitinga*, publicado pelo Iphan em 2010, no qual ele aparece como responsável pela pesquisa histórica, pela coordenação do dossiê de tombamento e pelos textos.

Como ele esclarece no *Dossiê*, os estudos sobre São Luiz do Paraitinga foram suspensos no Iphan em 1975, devido ao falecimento de Saia. Porém ele, Trindade, – como historiador lotado junto ao Iphan de São Paulo –

prosseguiu, em âmbito pessoal, e de modo intermitente, a coleta de material relativo ao fenômeno antes descrito, aos temas do urbanismo, da economia e do pensamento filosófico da época das ‘Luzes’ nas sociedades ibérica, atentando ainda para ações governamentais similares em Portugal e Espanha, entre 1758 e 1776 (IPHAN, 2010b, p. 14).

Seguindo esta tônica, Trindade promoveu a vinculação da fundação e do urbanismo dessa cidade a um projeto iluminista que teria norteado D. Luís Antônio, o Morgado de Mateus. Seus argumentos, embora expandidos pelas novas pesquisas, remetiam aos textos precedentes de Saia. Sua interpretação histórica ampliou a importância da cidade, como documenta o próprio *Dossiê* (IPHAN, 2010b, p. 15-16):

esse conhecimento acrescido, inclusive da dimensão nacional e ibérica com que se apresentavam as fundações paulistas de aglomerados humanos no último terço do século XVIII, em especial o testemunho urbano-arquitetônico de São Luiz do Paraitinga, deu base consistente ao entendimento e valorização desse patrimônio, na atualidade. No final de 2006, por estímulo da DEPAM-IPHAN, foi possível retomar, no âmbito da 9ª SR/IPHAN-SP, ações no sentido da proteção daquele conjunto, de importância não apenas regional, e não apenas histórico e arquitetônico, mas também urbanístico. Iniciaram-se, quando aprovado o “Plano de Ação para 2007”, trabalho que teve como objetivo final a constituição de uma proposição de tombamento, a mais completa e embasada possível.

Textos anteriores de Saia (1963, 1972, 1974) já mencionavam a atuação do Morgado de Mateus, visto que a cidade foi fundada no período em que ele esteve à frente da Capitania de São Paulo; porém, o componente mais destacado nos primeiros escritos era o racionalismo do traçado.

Foi, portanto, pelo “conhecimento acrescido” que Trindade encontrou novos enfoques de relevância para São Luiz do Paraitinga, pelos quais se estabeleceu o discurso fundacional – entendido nesta tese como um imaginário fundacional – e que se constituiu, a partir daí, em principal critério para determinar o que era significativo naquela cidade e, portanto, alvo da preservação. Já ficara explícito que o traçado regular não era exclusividade de São Luiz do

Paraitinga, visto que tantas outras cidades teriam sido desenhadas em modelos semelhantes. Portanto, seria necessário acrescentar outras qualificações para destacá-la e permitir seu tombamento na esfera federal. Trindade encontrou este componente ao vincular a cidade ao projeto iluminista do Marquês de Pombal, assimilado pelo Morgado de Mateus.

A esse imaginário fundacional juntou-se outro imaginário urbano, o da condição geográfica e paisagística da cidade, como se depreende de mais um trecho do *Dossiê*, no qual aparecem os argumentos para sua preservação:

a conformação urbana de São Luiz do Paraitinga, bem como a peculiar arquitetura e a magnífica paisagem que a emoldura, constituída pelo rio Paraitinga e o “mar-de-morros” em grande medida desocupados são registros do tipo de ocupação: a cidade regular, de traçado ortogonal imposto às dezenas de fundações promovidas de Norte a Sul da América Portuguesa pela política do Marquês de Pombal (1750-1777) (IPHAN, 2010b, p. 17).

Estavam articulados os fundamentos para seu tombamento. A surpresa da enchente e suas consequências para o patrimônio edificado da cidade não foram suficientes para demover o Iphan de seus propósitos de tombamento. Afinal, desde 2006 os trabalhos para essa finalidade haviam sido reiniciados e, ainda, o Instituto encontrou respaldo em uma situação política que se beneficiava com a reconstrução da cidade. Um cenário ideal, mesmo em meio ao desastre.

Poderia se depreender que a interpretação dada por Trindade, de uma condição especial de São Luiz do Paraitinga na historiografia das fundações de povoações e vilas brasileiras no século XVIII, vinha para responder ao enigmático desfecho de Luís Saia para a publicação do Condephaat, que, no último parágrafo, escreveu

apesar de toda essa aparente desimportância, São Luiz do Paraitinga é, no quadro da ocupação do estado de São Paulo durante o século XIX, uma preliminar decisiva, na medida que expressa uma orientação que vai se firmar nas quinhentas cidades paulistas que vão ser fundadas em função da economia do café (SAIA, TRINDADE, 1977, p. 28).

Trindade havia encontrado – e construído – a importância da cidade.

O Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga foi tombado em 1982, e grande parte da argumentação do processo teve como base os estudos de Saia e Trindade. A partir de 2006, o Iphan tornou a olhar para a cidade, desta vez objetivando o tombamento federal. Os estudos de Trindade foram requisitados para dar subsídio ao processo e suas conclusões encontram-se no *Dossiê*. Entre elas, elencaram-se alguns aspectos a serem considerados para o tombamento, das quais destaca-se aquele que mais deixa clara a construção e a utilização do imaginário

fundacional de São Luiz do Paraitinga: “Não há, no Brasil, nenhum tombamento federal que incida sobre uma ‘cidade iluminista’, sobre o urbanismo ‘ilustrado’ do século XVIII” (IPHAN, 2010b, p. 34). Esta seria a lacuna a ser preenchida.

Para vincular o iluminismo à cidade de São Luiz do Paraitinga, Trindade recorreu a documentos e a uma bibliografia consolidada, como fica patente no *Dossiê*, e o uso desses textos permitiu conduzir a investigação para corroborar sua descoberta.

Mas, apesar de se referir à “dimensão nacional e ibérica com que se apresentavam as fundações paulistas” na nova fase do estudo sobre a cidade, ao particularizar as atividades de Morgado de Mateus na restauração da Capitania de São Paulo, sob as ordens do Marquês de Pombal, omitiu situações semelhantes que aconteceram em outras regiões do Brasil. Com isso, evitou-se uma comparação mais aprofundada com fundações de outras vilas e cidades brasileiras e fez-se, para validação, o comparativo com a Vila Real de Santo Antônio, em Portugal, considerada um exemplo paradigmático de cidade da Ilustração.

Em 1968, é publicado um estudo pioneiro de Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil – 1500 – 1720*, que viria abrir amplas possibilidades e novas perspectivas para o entendimento da formação de vilas e cidades no período colonial e sobre a forma das cidades. Elas constituíam uma estrutura, por ele denominada rede urbana,

sujeita a um processo de origem social – processo de urbanização – que determina o aparecimento daquelas formações, cuja explicação exige o conhecimento do sistema social da Colônia, no qual se desenvolve, e da política de colonização portuguesa, no seu sentido mais amplo (REIS FILHO, 1968, p. 15).

No mesmo estudo, Reis Filho (1968, p. 127) demonstrava que padrões de racionalidade e regularidade do traçado já eram utilizados, dentro do contexto dos conhecimentos de arquitetura e urbanismo europeus, e que estavam “implícitos nas medidas de controle das transformações da organização urbana, aplicadas no Brasil”. Ou seja, essas características formais vinculavam-se, também, às condições políticas, econômicas, sociais e culturais da colonização e da urbanização.

Renata Malcher de Araujo (1998, p. 25) ressalta que era fato “a presença tutelar do Estado na formação urbana dos seus territórios” e que os fundamentos do urbanismo nas colônias “jamais estiveram desligados de uma acepção central da Coroa, mesmo quando isto aparentemente não é detectável” Neste cenário, “a formação urbana também sempre esteve ligada a esses mesmos mecanismos de controle, denunciando [...] as relações de poder a eles inerente” (ARAUJO, 1998, p. 26).

O conceito de *cidade portuguesa*, para Walter Rossa (2015, p. 171), baseou-se no estudo

de diversas cidades fundadas tanto nas colônias quanto no atual território português, com o que a “historiografia especializada foi construindo a ideia da existência de uma forma portuguesa, uma escola ora inspirada pela especificidade antropológica e geográfica, ora baseada nos métodos e trabalho da engenharia”.

Sobre a forma das cidades de origem portuguesa (TEIXEIRA E VALLA, 1999; TEIXEIRA, 2012), são apontadas duas vertentes, ou ainda, duas concepções de ordenamento do espaço urbano: uma, nas quais prevalecem os fatores civilizacionais – como os modos de vida e as tradições – e que, em consequência, apresentam uma morfologia urbana vernácula, menos planejada; outra, nas quais elementos do conhecimento técnico e intelectual prevalecem e que, por isso, apresentam uma morfologia regular, com a adoção de padrões geométricos. Nas cidades de origem portuguesa essas duas vertentes encontram-se sempre articuladas.

Em sua pesquisa sobre “a urbanização do Ceará setecentista”, Clóvis Ramiro Jucá Neto (2007) explica que no Ceará, de modo geral, “no que se refere ao espaço intra-urbano, a Coroa Portuguesa orientou a implantação das vilas fundadas, seguindo os padrões urbanísticos próprios da Escola do Urbanismo Português setecentista” (JUCÁ NETO, 2007, p. 270).

Ao detalhar a fundação da Vila de Santa Cruz do Aracati, em 12 de dezembro de 1746, pelo ouvidor Manoel José de Farias, indicado pelo capitão-mor do Ceará, Francisco Ximenes de Aragão, Jucá Neto (2007, p. 318-319) mostrou que o Conselho Ultramarino, em seu parecer, “já apresentou algumas diretrizes urbanísticas a serem adotadas no momento de sua instalação. Tratou-se de um verdadeiro roteiro metodológico e programático de como a vila deveria ser implantada”. Indicavam-se, como padrão, a praça demarcada, a partir da qual sairiam as ruas em linhas retas, iguais e com a mesma largura, para garantir a formosura, entre outros pormenores. A administração pombalina (1750-1777) não foi, como se infere, a primeira a formalizar um projeto urbanizador para a Colônia.

A fundação de povoados e vilas encontrou, no século XVIII, um período especialmente favorável. Na Amazônia, como pesquisou Araujo (1998), fundaram-se cerca de 60 vilas e lugares entre os anos de 1755 e 1759. Este feito considerável está ligado, em sua maior parte, à presença do governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1758), irmão do Marquês de Pombal, e indicava “estar-se diante de um investimento urbanizador direccionado e dirigido, tanto em termos políticos quanto técnicos” (ARAUJO, 1998, p. 17). Também é visível, nos desenhos e plantas analisados dessas vilas, a lógica geométrica. Este fato não passa despercebido no *Dossiê* quando cita que o “urbanismo ilustrado, característico da Era Pombalina (1750-1777), teve seu início, no Brasil, com o governo de Mendonça na Amazônia brasileira, entre 1751 e 1759” (IPHAN, 2010b, p. 24).

Maria Helena Flexor (1988, p. 90) entendeu que, para “povoar efetivamente o vasto território de seu domínio”, o governo português empreendeu uma política urbanizadora, cujo processo, em especial na segunda metade do século XVIII, foi decorrente da “política geral do Marquês de Pombal, de D. José I e dos tratados de limites do período”.

Para confirmar a existência dessa política, Flexor estudou algumas Cartas Régias e Instruções enviadas a várias regiões do Brasil, entre as quais a Carta de 26 de janeiro de 1765, enviada por Sebastião José de Carvalho e Melo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, dirigida ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha, em que “mandava os artigos das Instruções para que se fundassem novas vilas, tanto nas aldeias dos índios, quanto em outros lugares que fossem tidos como próprios para essas fundações” (FLEXOR, 1988, p. 91).

Em abordagem complementar, Roberta Max Delson (1979, p. 5) afirma que

o verdadeiro significado das cartas régias que conferiam formalmente o título de vila não era o reconhecimento do crescimento físico do arraial ou da aldeia, mas sim a percepção pragmática de que, dentro daquela área específica, era preciso assumir determinadas responsabilidades administrativas.

Para o cumprimento do projeto pombalino, foram enviados representantes do governo português como, por exemplo, o ouvidor Jose Xavier Monteiro Machado, em 1767, para tratar do programa urbanizador da Capitania de Porto Seguro e o Morgado de Mateus para a Capitania de São Paulo, em 1765.

Vários estudos ajudaram a esclarecer que as ações do Marquês de Pombal em fundações, construções e reformas de cidades brasileiras foram direcionadas a várias capitanias, o que indica que suas ordens e o urbanismo ilustrado não são prerrogativas exclusivas da Capitania de São Paulo, nem de São Luiz do Paraitinga. Porém, o *Dossiê* insiste na interpretação de que “as fundações realizadas nesse período na Capitania de São Paulo, diferentemente do que seu deu noutras partes do Brasil, surgiram articuladas a um plano territorial (econômico, social e político) cujas orientações tinham claro viés fisiocrático” (IPHAN, 2010b, p. 24).

Para rebater essa afirmação, volte-se à Amazônia, onde a ação de Pombal

inseria-se num conjunto de outras medidas políticas e económicas, de entre elas, a instituição da Companhia do Grão Pará e Maranhão. Os objectivos destas medidas eram fomentar o desenvolvimento económico da região, o estabelecimento da lei da liberdade dos índios e o fim do domínio temporal dos missionários sobre os índios [...] VALLA, TEIXEIRA, 1999, p. 254).

Ou ainda, quando a obra de José-Augusto França (1987, p. 301), um dos pilares sobre a urbanização portuguesa, mostra essa vinculação:

a legislação pombalina liga o facto urbanístico ao facto político, numa visão global, cultural e ecológica, social e económica. A cidade é entendida como um todo num processo de prática colectiva para que contribuam passado e futuro, tradição e modernidade, num único discurso ideológico em que contam novos critérios de interesse público tanto como novos sentidos de espacialidade.

Este foi o pensamento aplicado por Pombal nas cidades portuguesas e coloniais fundadas sob seu comando, diretamente ou por meio dos administradores das Capitánias. Assim, não teria sido apenas a Capitania de São Paulo o alvo de uma política articulada, como sugerido no *Dossiê*, documento que, ao mesmo tempo em que afirma a diferença de tratamento para São Paulo, apresenta o seguinte trecho contraditório, quando se refere à cidade iluminista como “uma concepção que norteou a fundação de dezenas e dezenas de novas vilas e povoados (freguesias), criados por decisão política no Brasil, de Norte a Sul, na segunda metade do século XVIII: a cidade como elemento civilizador” (IPHAN, 2010b, p. 32).

Sobre as práticas do período, Pedro Dias (2004, p. 323) aponta que “apesar de durante todo o século XVII e primeira metade do XVIII, se terem criado povoações e instituído vilas [...], só a partir de meados dos Setecentos é que a urbanização se tornou sistemática, recorrendo aos preceitos do Urbanismo da Europa das Luzes”. Isto implicaria em determinar que muitas das vilas fundadas no século XVIII se enquadrariam como “iluministas”.

Em relação à Capitania de São Paulo, a formação de povoações e a fixação de populações foram algumas das primeiras e principais preocupações de D. Luís Antonio, entendidas como promotoras do desenvolvimento econômico. Mas as questões religiosas e sociais também precisavam ser resolvidas; ele as apontava como causadoras, em grande medida, de sua decadência. Na análise de Amílcar Torrão Filho (2005, p. 153), “o ponto fulcral de sua atividade povoadora é a civilidade, a sujeição das populações dispersas à autoridade da Igreja, sem tantos homens sem batismo e confissão, e ao Estado [...] Povoar significa também impor normas e regras de convivência”. Este autor, em suas pesquisas, demonstrou que, “para orientar sua política de urbanização”, o Morgado de Mateus trocou correspondência com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que havia levantado “mais de setenta vilas quando fora governador do Grão-Pará e Maranhão”, nas quais pede informações sobre a fundação de novas povoações e ereção de novas vilas (TORRÃO FILHO, 2005, p. 153). Isto evidencia que o Morgado, além das ordens diretas do Marquês de Pombal, valia-se da experiência de outros administradores para tomar decisões de governo e de seus exemplos já consolidados para as determinações dos

aspectos urbanos para a Capitania de São Paulo.

Na questão formal, esse urbanismo ilustrado da escola portuguesa se faria ver, com mais clareza, no século XVIII, por um conjunto de “invariantes”, sintetizadas e caracterizadas de forma esquemática por Walter Rossa (2002, p. 434): (i) “ocorrência de um padrão morfológico e cadastral regular”; (ii) “pelo traçado e dimensionamento global em função do espaço público”; (iii) “pelo mono-direcionamento da malha e correspondente hierarquização de ruas e travessas”; (iv) “pelo recurso a sistemas proporcionais algébrico-geométricos”; e (v) “pela integração estrita da arquitetura nesse sistema de relações regulares e proporcionais e consequente florescimento de uma arquitetura de programa”.

São Luiz do Paraitinga responde em parte a essas prerrogativas. Como vila fundada sob a administração do Morgado de Mateus, seus povoadores teriam recebido uma planta e há indícios de que tenham sido feitas a medição das ruas e a demarcação do perímetro urbano em 1773, pelo que se deduz “nas solicitações de aberturas e de largos, durante os primeiros quinze anos do século XIX” (IPHAN, 2010b, p. 62).

O urbanismo português apresenta uma abordagem simbólica e ritualística muito rica, sendo a praça a matriz geradora do desenho; em seus contornos, erguiam-se os edifícios mais representativos, como igreja, câmara e cadeia. Observava-se, também, a uniformidade dos edifícios e a mesma largura das ruas, para o que se realizava o trabalho de arruar, considerado a metodologia do projeto urbanizador (ARAÚJO, 1998).

Este conjunto de ações que marca a história da fundação oficial e da urbanização de São Luiz do Paraitinga pode ser encontrado em outras bibliografias. Porém, especialmente no *Dossiê*, ele pode ser entendido como o resultado da interpretação desenvolvida nos estudos realizados por Saia e Trindade nos vários anos que precederam esse material, e que nele tem seu apogeu.

Como instrumento para realçar as qualidades da cidade que a levariam ao tombamento federal, o *Dossiê* apresenta algumas afirmações que levantam dúvidas sobre o método empregado que levou a tais conclusões. Como exemplo, quando se atesta que “em mais nenhuma das numerosas fundações do período, Brasil afora, o plano e o programa urbano-arquitetônico levados a cabo estão hoje presentes, visíveis como ocorre na velha cidade paulista” (IPHAN, 2010b, p. 27), parece haver uma generalização que carece de uma base empírica.

A aplicação da política pombalina, via Morgado de Mateus, seria insuficiente para conclamar São Luiz do Paraitinga como uma “cidade iluminista”, para o que ela ainda estaria muito distante de preencher os requisitos de tal qualificação.

Seriam estas constatações, entre outras, as que permitem que se façam objeções às afirmações categóricas que o *Dossiê* apresenta.

A utilização do imaginário fundacional como chave de valorização do patrimônio luizense reiterou o papel do Centro Histórico como área de concentração de atenção e de investimentos. A definição das poligonais dos tombamentos, tanto estadual quanto federal, fez com que outros bairros – mesmo o Alto do Cruzeiro, contido na área de preservação – não recebessem o mesmo tratamento, mesmo sabendo-se que há muitos outros imaginários e valores na cidade como um todo, e não apenas no seu núcleo fundacional. É esta situação que conduz esta tese a requerer um olhar mais atento sobre a efetividade da declaração de São Luiz do Paraitinga como *Conjunto Histórico e Paisagístico* e sobre as consequentes determinações impostas por essa condição.

Para José Eduardo Horta Correia (1997, p. 33)

Arquitetura e Urbanismo são Cultura e portanto inserção numa complexa trama de relações sociais, que só o método comparativo pode deslindar. Mas porque a Arte é um referente do imaginário e a História o caminho para a sua descoberta, importou-nos, superando o positivismo historicista, encontrar, nos valores simbólicos expressos em Vila Real de Santo António, o significado ideológico de um caso urbanístico da época das Luzes.

No *Dossiê*, sustenta-se que não há cidades coloniais brasileiras – com as mesmas características urbanísticas e arquitetônicas que São Luiz do Paraitinga –, que se mantiveram com poucas mudanças até o presente. Isto faria dessa cidade, portanto, um paradigma de uma cidade ilustrada ainda perceptível no Brasil contemporâneo.

Para demonstrar parte dessas assertivas, foram feitas comparações entre esta cidade com Vila Real de Santo António, fundada *ex-nihilo* e considerada um “caso puro” de cidade regular (ROSSA, 2002) e indicada como uma cidade iluminista (CORREIA, 1997, ARAUJO, 1998, ROSSA, 2002, GONÇALVES, 2009, entre outros).

Para as argumentações, o *Dossiê* (IPHAN, 2010b, p. 60) estabeleceu que

Vila Real de Santo António, em Portugal, “cidade iluminista”, exemplo paradigmática do “Despotismo Esclarecido”, no Reino, é exatamente contemporânea a São Luiz do Paraitinga: guardadas as devidas diferenças (Vila Real foi toda edificada sob patrocínio régio), ambas as vilas foram criadas com base num plano previamente estabelecido.

Como amplamente exemplificado, essa planificação não é exclusividade nem de uma nem de outra; este foi o modelo de urbanização português para as cidades de origem portuguesa, fossem elas no Reino ou nas colônias. Se o plano a que o *Dossiê* se refere for um

plano de governo, os casos apresentados também já esclareceram que isto não foi prerrogativa do Morgado de Mateus, mas de administradores e governantes, tanto das Capitânicas brasileiras quanto em Portugal, com especial ênfase no século XVIII.

Mas os fundamentos do *Dossiê* insistem em procurar um paralelismo, como nesta afirmação, em que diz que Vila Real de Santo Antônio,

criada a partir de um plano ordenado pelo Marquês de Pombal, envolvendo até a arquitetura dos edifícios, foi inteiramente construída em menos de dois anos. A aproximação que se faz com relação à sua contemporânea brasileira, Paraitinga, é pelo fato de que esta recebeu também o plano e os desenhos indicativos das casas, com a diferença de que a sua construção não era uma tarefa do governo. Os princípios iluministas estão na raiz de ambas as povoações (IPHAN, 2010b, p. 31).

Muitas foram as pesquisas realizadas sobre Vila Real de Santo Antônio, das quais tem destaque a tese de doutoramento de José Eduardo Horta Correia, na Universidade Nova de Lisboa, finalizada em 1984 e publicada em 1997, que define a cidade como “uma outra criação de Pombal, realização *sui generis* [...] caso único no urbanismo português europeu: a construção de uma nova vila, nascida do nada num areal desértico na foz do Guadiana” (CORREIA, 1997, p. 27). Correia estende a singularidade de Vila Real, mas a coloca em um panorama mais amplo, o da escola em que também as cidades coloniais foram concebidas, ao observar que

de nenhuma criação urbana podemos ter a certeza da sua influência. E nem as experiências espanholas vizinhas posteriores a Vila Real se podem reclamar da sua lição, nem as experiências coloniais portuguesas subsequentes dela derivam. Derivam sim, tal como Vila Real, da mesma escola de urbanismo português, que teve na reconstrução de Lisboa o seu ponto alto (CORREIA, 1997, p. 31).

Idealizada para ser uma base de pesca e fábrica de salga de pescado, para Rossa (2009, p. 16), esta cidade foi concebida com a “função primária e comum de afirmação da soberania através da marcação e colonização do território, mas também da exploração das suas potencialidades económicas”. Para isso, seu programa não era apenas de forma, mas de função, o que fez com que fosse considerada “mais do que uma *cidade ideal*, uma utopia urbanística – ou seja, uma *cidade utópica*”. Prossegue o autor dizendo que se perseguiu, também, a constituição de uma sociedade modelo, uma sociedade programada.

Com muita generosidade na análise, estaria neste ponto, ao menos, a grande diferença entre Vila Real e São Luiz do Paraitinga, dado que a primeira apresentava, de fato, um objetivo para seu

planejamento e para as edificações, realizados ambos simultaneamente, em pouco mais de dois anos (Figuras 24 e 25). É novamente Rossa (2009, p. 17) quem apresenta a arquitetura da vila como “um esquema fabril em linha de produção: pesca, cais, companhias, salga e armazéns [...] em uma vila pensada para funcionários (civis, militares e religiosos) e artesãos da indústria pesqueira”.

Correia (1997, p. 135) reforça essa diferença quando aponta que

desde logo, ao contrário da elasticidade natural da maioria das vilas e cidades coloniais, Vila Real foi planeada já como obra acabada [...] Mesmo para além das evidentes diferenças funcionais, porque e enquanto concebida como um todo acabado e coerente, a vila algarvia afasta-se das contemporâneas americanas.



Figura 24: Vista aérea de Vila Real de Santo António, Portugal, com o Rio Guadiana ao fundo.

Fonte: Jornal do Algarve, 2019.



Figura 25: Praça Marquês de Pombal em Vila Real de Santo António, Portugal.
Fonte: Jornal do Algarve, 2019.

São Luiz do Paraitinga, mesmo como parte do programa de restauração da Capitania de São Paulo e das intenções de governo com base iluminista de Morgado de Mateus, não apresentou em sua fundação esse pensamento integrado forma/função, assim como não teve uma promoção social como aquela programada para Vila Real.

A cidade, embora tenha seguido formalmente alguns preceitos da época do Morgado quanto à regularidade do traçado e o ordenamento das ruas, teve seus edifícios construídos muitos anos depois de sua fundação. Sua constituição social e a estruturação de sua cultura tinham bases rurais que, “ao contrário do pretendido pelo ideal iluminista lusitano do século XVIII, se configuraria no isolamento e na dispersão de há muito presentes na colônia” (IPHAN, 2011, p. 9); seus habitantes praticavam um catolicismo popular, sem a intermediação de autoridades eclesiásticas, com características leigas e familiares na execução de seus rituais (TOLEDO, 2001).

Em resumo, não apresentava as características de uma sociedade forjada na doutrina iluminista, o que faz com que sua denominação como “cidade iluminista”, tantas vezes presente no *Dossiê*, pareça incompleta e imprecisa, fruto de uma interpretação cuja intenção é a valorização da cidade.

Em 2003, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António deu início ao planejamento de salvaguarda da cidade, documentado no Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António (PPSNPVRSA). Seus principais articuladores são o arquiteto Walter Rossa, já citado, e o arquiteto e professor Adelino Gonçalves. Este último, em

artigo de 2009, afirmou que

na base de acções dirigidas à salvaguarda de um núcleo urbanístico como Vila Real de Santo António, torna-se importante ter consciência de que o valor em questão consiste, na sua essência, no facto de se tratar de um objecto cuja criação decorreu segundo um desígnio de projecto fechado e, assim, total. A cidade foi pensada como um ente perfeito, cujo conteúdo urbano e humano obedeceria ao mesmo desígnio [...] Por tudo isso é a excepcionalidade impossível o que caracteriza o(s) valor(es) de Vila Real de Santo António. No fundo, aí reside o que é importante salvaguardar e valorizar (GONÇALVES, 2009, p. 46).

O *Dossiê*, ao propor o tombamento de São Luiz do Paraitinga como *conjunto*, explicita novamente o que considera comum entre esta cidade e Vila Real:

não se trata de preservar um conjunto, uma área ou setor da cidade, mas o sítio urbano tradicional, com o seu traçado, seus edifícios públicos, seu casario e a paisagem envolvente. Não se valora individualmente cada uma das construções que a compõem, mas em relação à globalidade da cidade. Essa conceituação do “caso” de São Luiz do Paraitinga aproxima-se daquela que orientou a preservação e a elaboração do “Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António” (IPHAN, 2010b, p. 31).

Mais uma vez, Vila Real serve de modelo para os rumos patrimoniais de São Luiz do Paraitinga, mesmo tendo diferenças conceituais bastante visíveis; mas a interpretação contida no *Dossiê*, e os argumentos que dela resultam, foram aceitos pelo órgão de preservação, culminando com o tombamento como Conjunto Histórico e Paisagístico e, ainda, levando consigo a qualificação de *cidade iluminista*.

Capítulo 7

Os tombamentos de São Luiz do Paraitinga

Os primeiros tombamentos de São Luiz do Paraitinga, tanto pelo Iphan quanto pelo Condephaat, tinham por objeto edificações isoladas e promoveram o tombamento de três delas: a Casa Natal de Oswaldo Cruz (por ambos), o Sobrado número 3 da Praça Oswaldo Cruz e a Capela de Nossa Senhora das Mercês, pelo órgão estadual.

Porém, os processos do Condephaat já indicavam que os atributos de valoração e valorização desse patrimônio estavam ligados ao entrelaçamento das histórias sobre a fundação e a urbanização da cidade. Eles se basearam, em ampla medida, nos estudos de Luís Saia com a posterior colaboração de Jaelson Bitran Trindade que, como construção de um discurso patrimonial, encontraram ressonância nas colocações de governantes e de parte de da sociedade civil organizada.

Após algumas tentativas, o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga seria tombado, em nível estadual, por ser “um dos mais significativos exemplos de Patrimônio ambiental Urbano do Estado de São Paulo, devido não somente à exiguidade e peculiaridade de seu traçado urbano [...] mas, também, graças à representatividade e à homogeneidade do seu acervo arquitetônico” (CONDEPHAAT, 1982, fl. 6).

Pelo Iphan, a cidade seria tombada em 2010. As particularidades do tombamento federal de São Luiz do Paraitinga como *Conjunto Histórico e Paisagístico* podem ser verificadas em diversas circunstâncias: (i) mesmo com a alegação de que os estudos já estavam iniciados há três anos e praticamente concluídos, a decisão de concluir o tombamento após a enchente de 2010 se transformou em episódio único; (ii) a principal argumentação para seu tombamento é a construção de um imaginário fundacional, que confere à sua fundação um caráter excepcional, na concepção de seus defensores; (iii) a reconstrução de alguns edifícios públicos – prioritariamente a Igreja Matriz e a Capela das Mercês – sustentam o discurso da participação popular nas escolhas de técnicas construtivas, com a alegação de que o desejo era de que os prédios fossem “iguais ao que eram”; (iv) a cidade, embora localizada no Vale do Paraíba paulista, uma região histórica e economicamente importante do estado de São Paulo, foi a única entre as cidades que o compõem a receber uma titulação de preservação em nível federal.

Porém, apesar de todas as singularidades apresentadas, é possível estender a outros processos de tombamento realizados no Brasil, uma regularidade de ação e de *modus operandi* dos órgãos de preservação, o que torna essa tese aplicável, desde que respeitados os contextos locais.

Como exemplos, Goiás, antiga Vila Boa, traz como justificativa para seu tombamento

o fato de ser um ponto marcante do movimento bandeirante, que “para Cassiano Ricardo, foi o mais tipicamente brasileiro que tivemos, o mais humano também, o mais rico em consequências” (IPHAN, 1942, fl. 5). Ou Rio de Contas, na Bahia, na qual “certas peculiaridades que se notam na sua história, de certa forma, a distingue das demais vilas do ciclo do ouro” (IPHAN, 1973, fl. 8-9) e que, na citação de Spix e Martius tinha uma população que “pela educação e riqueza, se distingue de outros habitantes do sul da Bahia” (IPHAN, 1973, fls. 11-12). E ainda, Aracati, no Ceará, considerada o “pulmão da economia colonial da Capitania” (IPHAN, 1998, fl. 35) e cujo tombamento se justificava “para melhor possibilitar a preservação de uma cidade diferenciada de tantas outras que optaram pela mesmice e pelo lugar comum” (IPHAN, 1998, fl. 60). Cada tombamento procura trazer elementos que justifiquem a excepcionalidade da cidade a se preservar.

7.1 A relevância da casa de Oswaldo Cruz para o Iphan e para o Condephaat e a primeira tentativa de tombamento do Centro Histórico

A primeira edificação tombada em São Luiz do Paraitinga pelo Iphan, em 1956, foi a casa onde nasceu, em 5 de agosto de 1872, o médico e cientista Oswaldo Gonçalves Cruz e onde morou até os cinco anos de idade, quando mudou-se com a família dessa cidade para o Rio de Janeiro.

O tombamento da Casa natal de Oswaldo Cruz foi realizado pela Seção de História (SH) da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), subordinada ao Ministério da Educação e da Saúde. Ao processo 452-T, iniciado em 1952, pelo chefe da SH, Carlos Drummond de Andrade e pelo diretor da Dphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, juntou-se a moção do Instituto Brasileiro de História da Medicina solicitando o tombamento da “casa em que nasceu o nosso maior sanitarista e fundador da medicina experimental, no Brasil” (IPHAN, 1952, fl.003).

Após a comprovação documental do nascimento de Oswaldo Cruz na alegada casa, foi inscrita a obra de arquitetura civil, pertencente ao patrimônio do Estado de São Paulo, no Livro do Tombo Histórico do Iphan como “Casa natal de Oswaldo Cruz, à rua Oswaldo Cruz, no. 4, na cidade de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo”, em 20 de setembro de 1956.

A escolha de alguns critérios utilizados pelo órgão nesta casa foi exemplar para futuros tombamentos de mesma natureza. Tal escolha recaiu muito mais na relevância de seu ocupante renomado do que pelas características arquitetônicas do imóvel, construído em 1834 (Figura 26), em local íngreme na área rural e apenas posteriormente incorporado à área urbana, originando uma rua chamada Boa Vista e que depois viria a se chamar rua Oswaldo Cruz.

Quando das comemorações dos 70 anos do Iphan em São Paulo, um curioso e irônico texto publicado em livro comemorativo deixa clara a circunstância desse tombamento

Ninguém pede para nascer e tão pouco escolhe o lugar. A casa onde uma criança vem à luz nada tem a ver com o seu destino, salvo se, por circunstâncias várias, ela permanecer pelos anos de sua vida entre aquelas paredes. Aí, sim, a história de ambos se entrelaçam. Se o infante ali crescido e vivido se tornar vulto exponencial na sociedade, merecedor de honrarias, entrará para a História de seu povo e, também, a sua morada de sempre seguramente estará protegida como documento histórico. O nosso herói da Pátria também poderá construir seu abrigo para ali morrer; tombamento garantido. Afinal, pensamos que o cenário de um parto, por si só, não preenche as condições estabelecidas para participar de nosso Patrimônio dito histórico. A nosso ver, isso acontece com o local onde nasceu, em 1872, um homem verdadeiramente genial, o cientista Oswaldo Gonçalves Cruz [...] Seu pai era médico também e por motivos que não sabemos e que não vem ao caso, foi morar em São Luiz do Paraitinga, onde não permaneceu por muito tempo. Aos vinte anos, Oswaldo Cruz já estava formado em medicina no Rio de Janeiro. Nunca mais voltou à sua cidade natal (LEMOS et al., 2008, p. 259).



Figura 26: Casa natal de Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Arquivo Fotográfico – Iphan/SP, 1954.

Em 23 de outubro de 1969, tem início no Condephaat o processo 14149/1969, solicitando o “tombamento do centro urbano da cidade de São Luiz do Paraitinga, e, em especial, a casa onde nasceu Oswaldo Cruz, que deverá abrigar o museu histórico daquela cidade” (Figura 27). Desse processo, destacam-se algumas peculiaridades: a solicitação do Prefeito de São Luiz do Paraitinga, endereçada ao Secretário de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, que será detalhada a seguir; o pedido, em abril de 1970, da fotógrafa e desenhista do Condephaat, Haydée Nascimento, para que a casa de Oswaldo Cruz abrigasse, além do museu, um espaço para artesãos locais e, também, seu pedido para que o Conselho procurasse as autoridades competentes e sugerisse que a cidade fosse transformada em estância de repouso; em maio de 1970, a sugestão da presidente do Condephaat, Lúcia Falkenberg, ao diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para que denominassem a estrada de ligação entre Taubaté e São Luiz do Paraitinga como Via Oswaldo Cruz, antecipando as comemorações do centenário de seu nascimento, dali a dois anos, que seria celebrado em todo o país .



Figura 27: Casa natal de Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga. Já se notam alterações na edificação, desde seu tombamento pelo Iphan em 1956. Fonte: Arquivo Condephaat, 1969.

Sobre a já citada carta do Prefeito de São Luiz do Paraitinga, Benedito de Campos, datada de 22 de dezembro de 1969, endereçada ao Secretário de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, Orlando Zancaner, vale a atenção para o que se solicita e as alegações. O Prefeito

inicia a carta destacando o conjunto arquitetônico original dos períodos colonial e imperial como o “único intacto nas cidades paulistas”, detalhando algumas edificações; ressalta os “quadros paisagísticos de notável beleza”, graças ao rio Paraitinga e a “morraria adjacente”; enaltece o clima que favorece a “alegria de viver”; descreve as inúmeras festas religiosas e profanas, grande atração para os visitantes, que datam dos primeiros tempos da formação da cidade e que, “apesar da evolução natural das coisas”, ali permaneceram (CONDEPHAAT, 1969, fls.14-15-16).

Para além do tom ufanista da carta, da linguagem da época e das formalidades exigidas pelos cargos do missivista e do remetente, a maioria de seus argumentos são os mesmos usados contemporaneamente para adjetivar esta cidade. São também aqueles que se encontram nos processos de tombamentos realizados mais de 50 anos depois desta carta.

O processo se estende por anos e, em março de 1972, foi solicitada a contratação de terceiros para realizar um levantamento do centro urbano; para tal, o arquiteto Carlos Lemos fez um orçamento para o serviço de levantamento cadastral arquitetônico e ainda recomendou que se fizesse “o levantamento fotográfico dos frontispícios das casas arroladas”. Tanto os custos quanto os serviços foram aprovados pelo Conselho Deliberativo e foi contratado o arquiteto Massayoshi Kamimura, considerado de “notória especialização para a execução dos serviços” (CONDEPHAAT, 1969, fl.78). Este processo tramitou até 1972 e não deixa pistas de seu encerramento; ele termina sem conclusão, sem tombamento.

Em novembro de 1973, o conselheiro Vinícius Stein Campos solicitou a abertura de processo ex-officio, baseando-se em documentos do Iphan e depoimento de Luís Saia, para tombamento da casa natal de Oswaldo Cruz, desta vez pelo Condephaat.

Segundo a documentação, seu valor justificava-se pois, “dada a importância da obra de Oswaldo Cruz, a casa é considerada monumento histórico”. Em dezembro de 1974 o Conselho acatou a inscrição do bem ex-officio, seguindo o parecer de Stein Campos. A casa foi inscrita no Livro do Tombo Histórico em 6 de maio de 1975, concluindo o processo número 00364/73. Havia, também, a solicitação de transformá-la em museu, atendendo a um suposto pedido da população, que se apresentava como uma decisão oportuna, por ser o conselheiro Stein diretor do Serviço de Museus Históricos da Secretaria da Cultura e, portanto, afeito à criação de espaços museológicos pelo estado de São Paulo. Porém, o alojamento de um museu nesta casa só iria acontecer décadas depois.

No questionário sobre os imaginários urbanos aplicada aos moradores de São Luiz do Paraitinga, Oswaldo Cruz aparece em segundo lugar (com 62 respostas) quando se pediu que o respondente mencionasse três personalidades que, para ele, representam São Luiz do Paraitinga (Gráfico 13, Anexo I).

Apesar de sua permanência por pouco tempo na cidade, de 1872 a 1877, e ainda tão criança, é considerado ilustre filho luizense, principalmente pela projeção nacional que alcançou. As marcas físicas de sua existência na cidade aparecem na toponímia: na praça principal da cidade, Praça Oswaldo Cruz; na estátua erigida em sua homenagem na referida praça (Figura 28); na estrada de ligação com Taubaté e Ubatuba, Rodovia Oswaldo Cruz; na rua Oswaldo Cruz, onde se localiza sua casa natal. Sua casa é um dos pontos turísticos e culturais da cidade e nela se encontra um busto em sua homenagem. Verifica-se, ao lado dos tombamentos, um trabalho de construção e manutenção de Oswaldo Cruz na memória dos luizenses.

Sua presença também está no Hino Municipal

*Neste canto que é um eco vibrante
Nós aplaudimos com amor varonil
São Luiz para nós um gigante
Pedacinho do nosso Brasil!*

*Cantam as aves e o sol no nascente
Cantam o céu, as estrelas e o mar
Para ti, São Luiz refulgente
Neste dia de glória sem par!*

*Paraitinga, Paraitinga
Engalanada de flores e luz
Seus filhos louvam e cantam ainda
Berço natal de Oswaldo Cruz*

E, ainda, em músicas do repertório popular, como *Meu pedacinho de chão*, de autoria de Olga Fontes e Afonso Pinto

*São Luiz, cidade que encanta
São Luiz, cheia de graça e luz
Pedacinho de chão brasileiro
Berço de Oswaldo Cruz*



Figura 28: Busto em homenagem a Oswaldo Cruz localizado em praça homônima, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Fotografia de Leonardo Birche, 2019. Acervo da pesquisa.

A Casa de Oswaldo Cruz, a partir de 2016, destinou uma sala de suas instalações para a segunda sede da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba na cidade e, a partir de 16 de novembro de 2019, abriga o Museu de São Luiz do Paraitinga, com foco no patrimônio imaterial da cidade, e que foi resultado do projeto Modernização e Ampliação do Acervo do Museu Histórico Pedagógico Oswaldo Cruz, contemplado pelo Edital ProAc de Preservação de Acervos Museológicos, em 2018.

De acordo com sua apresentação no site da Prefeitura,

em comemoração aos 250 anos da cidade, foi inaugurado o Museu São Luiz do Paraitinga - Casa Oswaldo Cruz, que homenageia o que São Luiz tem de mais precioso: o luizense. O museu é fruto da ampliação e modernização do acervo do Museu Histórico Pedagógico Oswaldo Cruz, projeto este, contemplado pelo ProAc do Governo do Estado. Foram 12 meses de projeto divididos entre: pesquisas bibliográficas, arquivísticas, imersões, visitas técnicas; inventário do acervo existente; catalogação das coleções do museu; elaboração de um banco de dados digital e modernização da expografia⁴⁸.

O Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SisemSP), assim apresenta este Museu:

⁴⁸ Disponível em: [https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/post/museu-sao-luiz-do-paraitinga--casa-oswaldo-cruz\\$48837](https://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/post/museu-sao-luiz-do-paraitinga--casa-oswaldo-cruz$48837). Acesso em dez/2019.

que acervo teria um museu que conta a história de uma cidade que perdeu quase tudo em uma grande catástrofe? São Luiz do Paraitinga, considerada um reduto da cultura caipira, diante da enchente de 2010, demonstrou que só é possível reconstruir uma cidade inteira se a comunidade e a cultura local forem protagonistas, pois o que não se perde é a memória, a identidade e os valores culturais [...] Localizado na Casa Oswaldo Cruz, o Museu São Luiz do Paraitinga mostra o multifacetado patrimônio cultural local. A musicalidade, as festas, a paisagem de mares de morros e a enchente são alguns dos temas abordados. Baseado no acervo de História Oral do próprio museu, os temas são narrados pelos próprios moradores do município⁴⁹.

O Museu (Figura 29) reitera alguns dos imaginários urbanos da cidade. O caipira, a enchente, a força da cultura local, a cidade festeira, o mar de morros, são elementos destacados para valorizar sua criação.



Figura 29: Estado atual da Casa de Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga, que agora abriga o Museu e a Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba. Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/sao-luiz-do-paraitinga-inaugura-museu-dedicado-ao-patrimonio-imaterial-da-cidade/>. Acesso em dez/2019.

7.2 O tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga pelo Condephaat, 1982: a Cidade Histórica

Os anos 1980 trouxeram mudanças significativas de ordem econômica, política e social para o Brasil; para São Luiz do Paraitinga, no âmbito do patrimônio, foi o momento em que o Condephaat promoveu outros tombamentos na cidade e, também, impulsionou novos estudos sobre o Centro Histórico.

Em 1981, o Condephaat, sob gestão de Ruy Ohtake, tombou duas edificações: o imóvel localizado no número 3 da Praça Oswaldo Cruz (Figura 30) e a Capela das Mercês (Figura 31) e, em 1982, o Centro Histórico; os três processos tem, como fonte basilar, o já citado livro editado pelo Condephaat, em 1977, *São Luiz do Paraitinga – Levantamento métrico, arquitetônico e fotográfico – estudos da formação de uma cidade tradicional paulista*, escrito por Luís Saia e Jaelson Bitran Trindade.

De acordo com o esquema construtivo descrito por Saia, utilizado nos procedimentos de seu tombamento, o imóvel número 3 da Praça Oswaldo Cruz apresentava paredes externas feitas com a técnica da taipa de pilão e divisórias internas de pau-a-pique; o edifício abrigava, em 1981, a Prefeitura, o Correio e o Plano Integração do Menor à Comunidade (Plimec) e foi considerado “peça fundamental no conjunto arquitetônico da praça onde estava situado” (CONDEPHAAT, 1981, fl. 35). O tombamento foi efetivado em agosto de 1981, finalizando o processo de número 21603/81.



Figura 30: Sobrado número 3 da Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Arquivo Condephaat, 1981.

Da Capela das Mercês não havia informações exatas para o processo de tombamento; estimava-se a data de sua construção em fins do século XVIII, com inauguração oficial em 1814 (CONDEPHAAT, 1981). Seu tombamento em setembro de 1981, por meio do processo número 21731/81, como monumento histórico e de interesse arquitetônico deveu-se à sua consideração como “último testemunho arquitetônico da primeira fase de instalação da vila (exploração agrícola cafeeira da região) no final do século XVIII e início do século XIX”, de acordo com os estudos de Saia e Trindade (SÃO PAULO, 1981).



Figura 31: Capela das Mercês, São Luiz do Paraitinga.
 Fonte: Arquivo Fotográfico – Iphan/SP, 2009.

Em uma segunda tentativa do Condephaat para tombar o Centro Histórico dessa cidade, iniciou-se o processo de número 22066/1982 cuja finalidade foi o “estudo de preservação e tombamento do Núcleo Histórico de São Luiz do Paraitinga” (CONDEPHAAT, 1982, fl.), baseado, ele também, nas pesquisas de Saia e Trindade, publicadas em 1977, reiterando, assim, o imaginário fundacional e seus atributos.

O processo apresenta, além dos levantamentos históricos e técnicos usuais, uma proposta de intervenção no Centro Histórico que inclui diretrizes para novas construções; trata de intervenções físicas e urbanísticas no Centro Histórico, com normatizações e remanejamentos, soluções para ruas de pedestres, circulação de veículos e estacionamento, proteção da programação visual, iluminação pública, limpeza das fachadas; sugere que seja determinado o limite da área urbana e realizado o zoneamento. Este último, de acordo com o documento, estabeleceria duas zonas: uma, correspondente ao conjunto de áreas protegidas do Centro Histórico mais as envoltórias de proteção ambiental e o entorno de proteção paisagística; a segunda, não citada no documento, infere-se que seja o restante da cidade.

No processo encontram-se também indicações para o sistema viário; proposta de criação de uma pousada (com detalhamento de suas dependências); criação de um centro esportivo e de

um centro de múltiplas atividades; a construção, em partido arquitetônico contemporâneo, do Paço Municipal, Câmara e Fórum; da implantação de uma nova escola municipal; da criação do Parque do Paraitinga; da construção de uma estação rodoviária. Para cada um desses projetos, o Condephaat apontava órgãos responsáveis pelas obras: a grande maioria era destinada à Prefeitura Municipal, com o envolvimento de diversas Secretarias, como da Justiça, de Transportes, de Turismo; sempre que citada, a participação do Condephaat era como “colaborador”.

Deles, pode-se dizer que foram paulatinamente sendo realizados, mas sem a colaboração idealizada pelo Condephaat. A cidade, em 2020, tem 9 pousadas em funcionamento na área urbana, mas a oferta é insuficiente para as festas mais procuradas, como o Carnaval e a Festa do Divino; foi criado um centro esportivo na nova Praça de Eventos, praça esta que, a partir da enchente, está sendo local de realização de todas as comemorações da cidade, uma vez que a praça no Centro Histórico tem restrições para o uso; uma nova rodoviária, com uma única linha que faz o percurso São Luiz/Taubaté/São Luiz; a Câmara Municipal está instalada no Bairro Benfica; a cidade conta com 3 escolas na área urbana e 5 na área rural, todas municipais, sendo apenas uma estadual com ensino médio, e sem cursos técnicos ou universitários, o que compromete o seguimento dos estudos para aqueles que não podem se locomover para outras cidades.

A vida cultural luizense também entrou no planejamento do Conselho. No item Programas de Animação (CONDEPHAAT, 1982, fl.160), o documento registra que “a cidade preservou, ao lado de seu acervo arquitetônico, um grande número de manifestações populares”. De forma bastante simplificada, os apontamentos conduzem a uma análise e propostas para aquilo que, futuramente, viria a ser legalmente estabelecido como patrimônio imaterial e os instrumentos para seu inventário. A preocupação do Condephaat era com um provável esvaziamento dessa produção cultural popular, por “perderem sua originalidade, ou ainda, pela falta de estímulo, assinalarem seu desaparecimento”. Como sugestão, o órgão indicou a utilização de alguns espaços públicos para realização dos eventos culturais inventariados, que seriam: (a) o Pátio do Sobrado n. 3 da Praça Oswaldo Cruz – hoje, sede da Prefeitura; (b) o pátio do Mercado Municipal; (c) Centro de múltiplas atividades e; (d) Praça Oswaldo Cruz. Com exceção do Sobrado, as manifestações culturais acontecem, até o presente, nos locais sugeridos.

No mesmo documento, o Condephaat (1982, fl.160) afirma que “tais manifestações compõem um precioso acervo cultural, cuja importância é vinculada ao conjunto histórico-arquitetônico da Cidade, partes de um só processo e colocada como fundamental para os objetivos do plano de revitalização” (Figura 32). Tem-se aqui, novamente, aproximações com conceitos que só seriam aplicados pelos órgãos de preservação muito depois, como a chancela

de Paisagem Cultural. O plano ainda sugere a inclusão de São Luiz do Paraitinga em roteiros turísticos juntamente com outras cidades históricas do Vale do Paraíba.



Figura 32: São Luiz do Paraitinga. Fonte: Arquivo Condephaat, 1982.

É desta mesma época, por exemplo, o estudo de tombamento da cidade paulista de Santana do Parnaíba, no qual adotam-se critérios gerais que permitiriam

definir todo e qualquer centro histórico: homogeneidade, isto é, a harmonia entre as edificações e as relações espaciais; densidade, entendida como concentração de edificações de alto valor histórico-cultural; qualidade, expressando as características de formas, materiais e técnicas construtivas do acervo construído (RODRIGUES, 2000, p. 80).

Os estudos e tombamentos de Santana do Parnaíba e São Luiz do Paraitinga foram realizados pela mesma equipe técnica, finalizados em maio de 1982; as semelhanças entre os procedimentos e conclusões são visíveis. Em ambos, o Condephaat propunha a revitalização das cidades, “por meio de um plano completo de intervenção urbana cujos programas pretendiam orientar as medidas das autoridades públicas locais, também no que se referia ao uso e ocupação do solo” (RODRIGUES, 2000, p. 80).

Porém, no processo de Santana do Parnaíba, Rodrigues conclui que foi feita a análise de “um cenário do passado desprovendo-o da dinâmica cultural, das relações atuais entre ele e as

“pessoas que ali viviam” (RODRIGUES, 2000, p. 80). No processo de São Luiz do Paraitinga – apesar de não ter havido a implementação das propostas apresentadas –, o Condephaat procurou estabelecer uma relação entre o patrimônio arquitetônico e as manifestações culturais; ainda assim, a proposta dos procedimentos está distante de incluir a participação efetiva da população, mesmo quando apresenta uma visão mais ampliada da noção de patrimônio. Ficam claras a indicação do caráter utilitário da cultura para dinamização da atividade turística e uma argumentação com base na tradição e no refreamento do crescimento da cidade. Este último encontra-se assim expresso:

a exemplo do que já aconteceu em outras Cidades Históricas, São Luiz do Paraitinga corre o risco de, no futuro, ao ser tomada por um novo surto de desenvolvimento econômico – a exemplo do período de prosperidade decorrente do surgimento da cafeicultura no Vale do Paraíba – impor-se um processo de crescimento caótico e inadequado, daí porque é imprescindível a organização planejada das etapas de ocupação urbana com a consequente utilização do espaço e dos equipamentos do Centro Histórico (CONDEPHAAT, 1982, fl.7).

No estudo para a delimitação do perímetro do Centro Histórico, decidiu-se dividi-lo em dois setores (Figura 33), denominados Centro Histórico I e II: “os critérios para o estabelecimento desses dois setores foram determinados pelas características históricas e sócio-ocupacionais, pela homogeneidade das construções e pelo grau das descaracterizações ocorridas até os dias atuais” (CONDEPHAAT, 1982, fl.27).

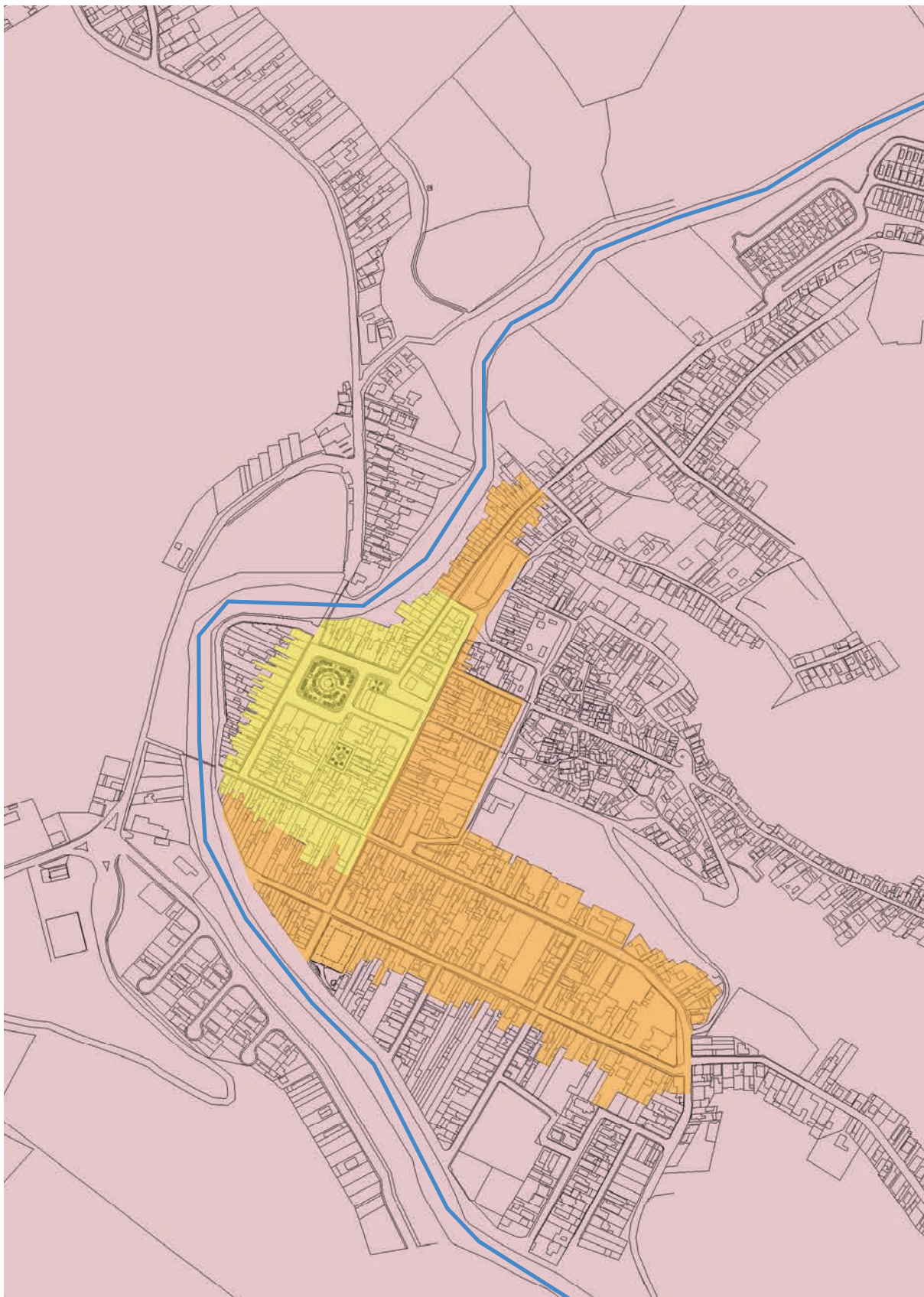


Figura 33: Mapa de São Luiz do Paraitinga, indicando as áreas do Centro Histórico tombadas pelo Condephaat, em 1982. Em amarelo, área de Proteção Grau 1; em laranja, área de Proteção Grau 2.

Fonte: Memórias Assessoria e Projetos, 2011.

Para delimitar o perímetro, contribuíram, entre outros materiais, os estudos de Saia e Trindade, reforçando o imaginário do núcleo fundacional, o que pode ser conferido com a inclusão, no processo, da citação sobre o “racionalismo urbano instituído por D. Luís Antônio, o Morgado de Mateus”, mesmo que admitidas as modificações realizadas pelos moradores, devido à topografia, não havendo, portanto, o “mesmo rigor das ruas perpendiculares” (CONDEPHAAT, 1982, fl.29).

Essa contribuição de Saia e Trindade pode ser confirmada em textos posteriores, como este no qual Trindade conclui que

a definição do perímetro, quando do tombamento estadual definitivo em 1982, esteve bastante influenciada pelo desenho urbano, ortogonal, regular, expressando ideais de governabilidade presentes no próprio ato de fundação da cidade, no último terço do século XVIII, mais de meio século antes que se instalasse em São Paulo, em razão das novas regiões ocupadas pela cafeicultura, a preferência pela cidade em xadrez do tipo hipodâmico: quando isso começou a ocorrer, por volta de 1840, São Luiz já estava com a sua estrutura urbana plenamente moldada (IPHAN, 2010b, p. 16).

Assim, percebe-se que a presença de Luís Saia na atuação do Condephaat prolongou-se para além de seu falecimento, com contribuição decisiva de Jaelson Trindade para que as ideias sobre a cidade estivessem presentes nas decisões sobre sua valoração e preservação.

O processo foi concluído com o tombamento do Centro Histórico em maio de 1982. O planejamento de uma atuação mais completa, que fosse além do tombamento, proposta pelo Condephaat nos documentos, não se efetivou; nele constavam alguns objetivos como: a revitalização do conjunto urbano, que não aconteceu; o acréscimo da atividade turística, que se mostrou ainda insuficiente para alavancar a economia do município; e o fortalecimento do vínculo com a população, que não encontrou eco nas atuações estritamente técnicas do órgão de preservação. Além disso, o governo municipal não tinha condições de dar continuidade ao rol das ações propostas, por falta dos requisitos financeiros e de capacitação profissional exigidos (CONDEPHAAT, 1982, fl.8-9).

7.3 A emergência do tombamento de São Luiz do Paraitinga pelo Iphan, 2010/2012: Conjunto Histórico e Paisagístico

Os estudos para instrução do processo de tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga haviam sido desenvolvidos por Jaelson Bitran Trindade, a partir dos levantamentos e pesquisas realizadas por ele e Luís Saia e, posteriormente, em seu trabalho solo, mas sempre na esteira do arquiteto.

Para o tombamento federal, Trindade havia elaborado o *Dossiê São Luiz do Paraitinga*, no qual fez acréscimos incorporando a problemática da enchente. No *Dossiê* encontram-se fragmentos dos textos anteriores de Saia e Trindade, além de um embasamento mais consistente para a visão de Trindade sobre essa cidade ser um exemplo de “cidade iluminista”. Ele é um texto definitivo para a construção e reforço do imaginário fundacional de São Luiz do Paraitinga.

O Iphan desenvolveu ações emergenciais para dar suporte às equipes locais sobre procedimentos para minimizar as perdas e iniciar um processo de recuperação. Porém, faltava ao Instituto, para que pudesse desenvolver essas atividades de maneira integral, o respaldo legal para atuar no salvamento dos remanescentes e para dirigir as ações na cidade: o instrumento do tombamento.

Alegando suas intenções da salvaguarda dos bens e garantia de sua recuperação, o Iphan apontou, em documento de 8 de fevereiro de 2010, que

muitos moradores, no afã de retomar a vida cotidiana, orientados por construtores sem a necessária especialização, vêm derrubando estruturas de telhado, remanescentes de paredes e detalhes de antigas técnicas construtivas, com sérios prejuízos para a recuperação criteriosa de muitas das edificações atingidas. Percebe-se, também, que outros entendem a necessidade de recuperação ou reconstrução das edificações como uma oportunidade de promover adaptações que descaracterizam os bens edificados. Embora continue a atuar no sentido de preservar estes bens, o Iphan SP vê-se tolhido uma vez que a cidade não se encontra sob a proteção do tombamento nacional (IPHAN, 2010a, fl.01).

No mesmo documento, esse pensamento foi reforçado quando argumentaram, para promover o tombamento, que “muitos moradores estão se aproveitando da situação para justificar sua demolição parcial ou mesmo total, ou realizar reformas que descaracterizam os edifícios e ocasionam uma perda irreparável para a cidade” (IPHAN, 2010a, fls.06 e 07). Esta afirmação de que possíveis atitudes oportunistas por parte dos luizenses poderiam comprometer a preservação era bastante questionável, principalmente neste primeiro momento em que as

perdas pareciam, de fato, irreparáveis. Por outro lado, mostra a dificuldade de interlocução entre os desejos de parte da população e dos órgãos de patrimônio. Um pensamento semelhante já fazia parte da publicação de Saia (1974, p. 432-433), quando falou sobre a discordância entre dirigentes na época da edificação da cidade e seus moradores:

o vírus instilado pelo racionalismo do Morgado de Mateus perseguiu a vila de São Luís do Paraitinga, onde se estabelece uma luta surda entre o que os dirigentes chamam de “elegância” da praça, das ruas e da cidade, e o interesse imediatista dos moradores, sempre dispostos a se aproveitar das circunstâncias para receber um quinhão mais refarto da situação urbana.

Decerto, cabe aos técnicos dos órgãos do patrimônio acreditar na “naturalização da condição preservacionista da cidade” (RIBEIRO, 2009, p. 178). Com toda a construção argumentativa – especialmente calcada nos estudos de Saia e sua intervenção nesses órgãos – e todo o esforço demandado durante anos para seus tombamentos, era de se esperar que o Iphan, juntamente com o Condephaat, optassem pela solução de reconstruir e/ou restaurar o patrimônio arquitetônico luizense. Como examina Paola Berenstein Jacques (2005, p. 11),

a noção de patrimônio cultural urbano – e seus conceitos correlatos, historicamente construídos – é hoje tratada como se fosse algo natural, como se a conservação patrimonial se desse quase por instinto, e esta “naturalização”, inicialmente conceitual, se rebate nos próprios procedimentos técnicos e práticos de intervenção e preservação dos patrimônios urbanos.

Mesmo com a alegação, correta, de que no calor da tragédia as decisões podem ser equivocadas, as ações imediatistas dos órgãos de preservação do patrimônio foram preponderantes nos rumos da reconstrução da cidade e, a elas, somaram-se interesses políticos e midiáticos.

Em entrevista, a arquiteta Natalia Moradei, que em setembro de 2009 foi convidada a trabalhar na prefeitura, na área de obras do município, fez uma reflexão sobre essa condição no trato das ações no pós-enchente, pelos órgãos de preservação e os governos das três esferas

– Além de tudo, 2010 era um ano eleitoral, foi um ano de eleição federal, e aí o governo federal estava de um lado e o governo do estado de outro – política partidária –, então tinha também, por trás, essa questão. E foi interessante porque eu acho que se não tivesse uma postura do município não teria virado uma coisa mais complexa mesmo.

Logo após a descida das águas, o Iphan aportou em São Luiz do Paraitinga com seus

técnicos para orientar as obras que se iniciavam. Essa atuação não contava, de acordo com o Parecer Técnico 001/2000, de 11 de fevereiro de 2010, “com o respaldo legal necessário para garantir o cumprimento das instruções e orientações” (IPHAN, 2010a, fl.07) e, em seu auxílio, o Instituto pede o tombamento provisório emergencial, “mesmo antes da conclusão dos estudos que darão subsídios para a elaboração definitiva da argumentação que justificaria a proteção do bem” (IPHAN, 2010a, fl.07).

Nesta etapa, o Iphan se utiliza de parte dos estudos para instrução do processo de tombamento, no qual já havia sido definido o perímetro de tombamento da área urbana, com uma pequena modificação, de modo a tornar mais clara a inclusão de imóveis situados em duas ruas do Centro Histórico. Este perímetro retoma aquele já instituído pelo Condephaat em 1982, e reitera, mais uma vez, o núcleo de fundação da cidade e, portanto, o imaginário fundacional (Figura 34).

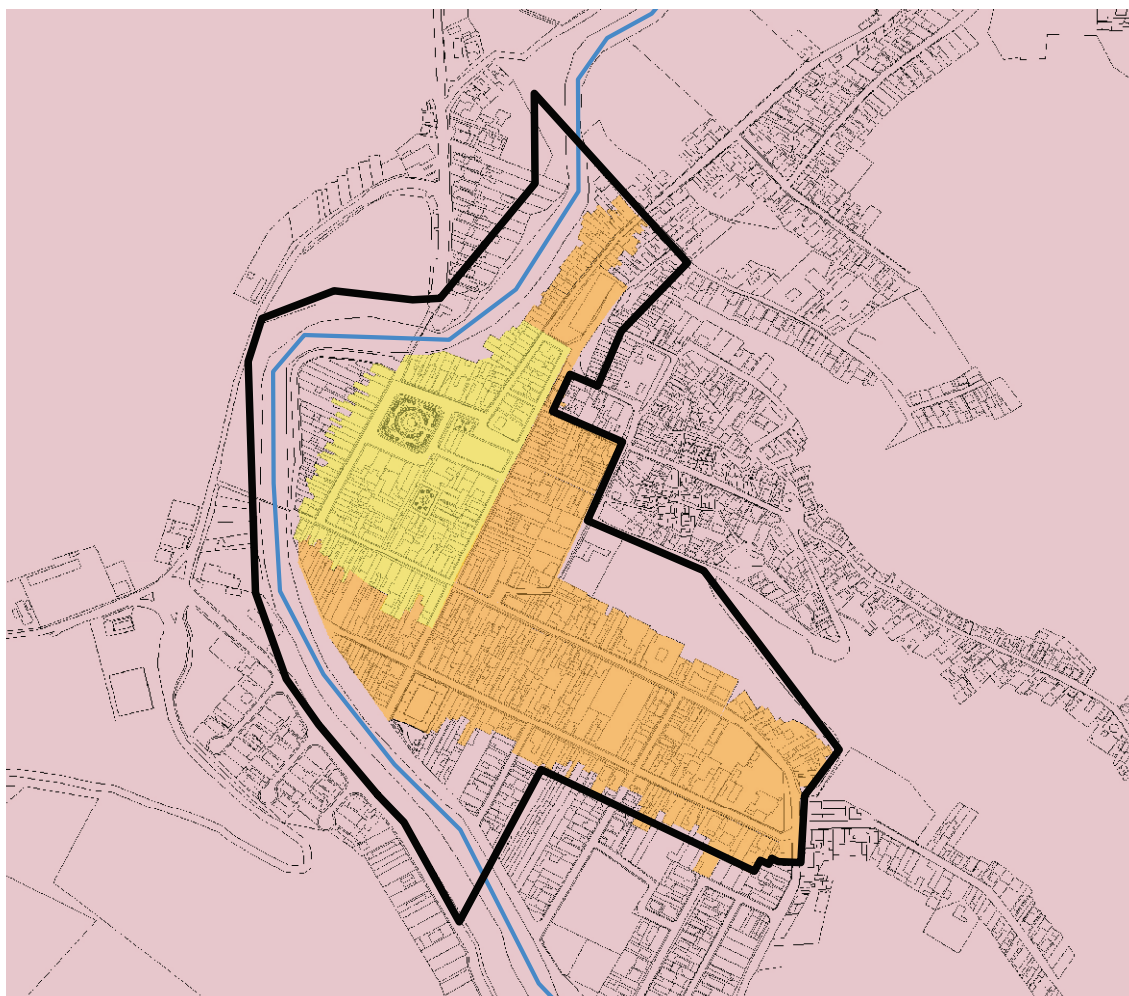


Figura 34: Mapa de São Luiz do Paraitinga, indicando as áreas do Centro Histórico tombadas pelo Condephaat, em 1982. Em amarelo, área de Proteção Grau 1; em laranja, área de Proteção Grau 2.

Em preto, a demarcação do perímetro de tombamento realizado pelo Iphan, em 2010.

Fonte: Intervenção realizada pela autora em imagem fornecida por Memórias Assessoria e Projetos, 2020.

No mesmo Parecer Técnico 001/2010, em seu tópico *Sobre a integridade do acervo arquitetônico e urbanístico após a enchente*, apresentaram-se as seguintes conclusões da arquiteta do Depam/Iphan: “Em vistoria ao local contatei que, apesar das perdas resultantes da enchente e agravada pela ruína das duas igrejas [...] do ponto de vista do contexto urbano que seria objeto de preservação e cujo tombamento seria encaminhado, ainda é possível apreender a noção de conjunto de forma clara [...]” (IPHAN, 2010a, fl. 8). A arquiteta acrescentou, em sua indicação, a relevância paisagística da cidade e, assim, expediu “parecer favorável ao tombamento emergencial de São Luiz do Paraitinga como ‘Conjunto Histórico e Paisagístico’, de forma a proteger esse acervo gravemente ameaçado” (IPHAN, 2010a, fl. 15).

O respaldo legal para a dispensa de instrução técnica do processo para esse tombamento encontrava-se no Artigo 7º. da Portaria n. 11 de 1986: “Em caso de urgência decorrente de ameaça, iminente à integridade do patrimônio cultural do País, a Coordenadoria de Proteção poderá, excepcionalmente, dispensar a instrução técnica da Diretoria Regional respectiva [...]” (IPHAN, 2010a, fl. 23).

Após algumas análises sobre a situação física da cidade, foi determinado o tombamento como *Conjunto Histórico e Paisagístico*, indo além da preservação de seu Centro Histórico. Sobre essa titulação, a Recomendação de Nairóbi, promovida pela Unesco em 1976, referente à *salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*, define conjunto histórico ou tradicional como “todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural”.

Essa Recomendação, ainda, considera que os conjuntos históricos ou tradicionais são testemunhos da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade, sendo sua salvaguarda e integração na vida contemporânea fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial; que sob pretexto de expansão ou modernização, destruições ou reconstruções inadequadas ocasionam grave prejuízo a esse patrimônio histórico; que diante dos perigos de deterioração e até de desaparecimento total, os Estados devem agir para salvar esses valores insubstituíveis, adotando uma política global e ativa de proteção e revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, como parte do planejamento nacional, regional ou local.

O Iphan se via na incumbência de impedir o desaparecimento desse conjunto, tanto pela catástrofe quanto pela ação de moradores que, em seu julgamento, estavam aproveitando a ocasião para desconfigurar o patrimônio arquitetônico da cidade.

André Bazzanella, dirigente da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba, em entrevista, faz um prognóstico sobre a função do tombamento

– Acho que ter a titulação de conjunto histórico paisagístico é uma vantagem para a cidade. Não só porque preserva a arquitetura, a ambiência e a identidade da cidade. Ela favorece que se pense a cidade e talvez essa parte seja a mais difícil. O Iphan tombou por razões técnicas, pelo tipo de rua, pelo conjunto, pela legislação da época... O tombamento dá um valor. Na verdade, o que o tombamento faz? Por que Paraitinga é tombada e outras cidades não são tombadas? Esse tombamento, ele faz da cidade um ente em si, e com o qual você tem que dialogar. Se você olhar só para a sua casa, só para o seu muro, só para o seu espaço, e não dialogar com a cidade, o tombamento não vale nada. O tombamento é para forçar esse diálogo [porque] a casa é sua, mas a paisagem é dos outros. A memória é dos outros. O lugar onde ele vive pertence a elas como elas pertencem ao lugar. O tombamento ajuda a olhar o presente, olhar o que a cidade é. Mas é preciso refletir sobre ele. O tombamento, na verdade, nada mais é do que chamar a atenção para um valor de um determinado sítio. A razão para ter atribuído esse valor pode ser até questionável. Mas o fato de tornar esse ambiente um ente, uma coisa palpável a se forçar o diálogo, é, em si, uma ação de educação patrimonial.

O tombamento de São Luiz do Paraitinga como *Conjunto Histórico e Paisagístico*, título conferido somente a esta cidade no Vale do Paraíba paulista, suscita um questionamento sobre os motivos que levaram ao reconhecimento de seu conjunto, em um território em que as referências culturais estão entrelaçadas, tanto do ponto de vista histórico quanto cultural. Trata-se da noção de preservação de conjunto adotada que, ao se restringir a um perímetro pré-concebido e quase coincidente com o traçado original do núcleo, para efeito do entendimento dos valores atribuídos aos bens materiais e imateriais, não se distingue muito da concepção da preservação do edifício como objeto isolado.

Isto leva à reflexão sobre a eficácia do tombamento para a preservação de uma cultura que deveria ser vista e entendida como parte de um universo mais amplo regional, em diálogo com os outros contextos, mas, que, ao final, termina por ser isolada e delimitada. Ao mesmo tempo, a titulação fez com que a cidade fosse percebida, cada vez mais, como um lugar onde as tradições regionais foram mantidas: o modo de vida caipira, a religiosidade, a musicalidade, as festas populares, as memórias e identidades – um conjunto de atributos divulgados que colaboram para o crescimento do interesse turístico na cidade – que conta, ainda, com a presença de um patrimônio arquitetônico valorizado, reforçando a imagem de um Centro Histórico ideal

7.4 Patrimônio: valor e participação popular

De acordo com o Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural, o processo de patrimonialização “tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, constructos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade” (SANT’ANNA, 2015). Assim, entende-se que, para se tornarem patrimônio, os objetos, constructos etc. precisam ser valorados. Meneses (2012, p. 33), tratando das premissas do campo do patrimônio cultural, considera como questão nuclear a matriz do valor, ao que pergunta: “Se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?”.

O estudo e as decisões a respeito do patrimônio, até há algum tempo restritos a arquitetos e historiadores, foram passando para as mãos de um corpo técnico multidisciplinar e são, contemporaneamente, temas mobilizadores da sociedade.

Muito dessa mudança, no Brasil, deveu-se aos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que delinearão o conceito, a abrangência, os instrumentos e as responsabilidades pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, ao estabelecerem que a cultura é um direito; que as manifestações culturais devem ser apoiadas, valorizadas, difundidas e acessíveis a todos; quando promoveram a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, constituído pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988), o que lhes conferia valor social.

Para Marins (2016, p. 19), a nova Constituição, ao evitar “a ideia de uma identidade nacional única, abriu as portas do Estado para o reconhecimento da miríade de povos e práticas culturais que compõe o país”, modificando a legislação estabelecida até então.

Meneses (2012) entende que, para além da extensão da definição de patrimônio, a grande mudança do texto constitucional é o “deslocamento da matriz”, em que se reconhecem os valores culturais como aqueles atribuídos pela sociedade. Este deslocamento fica claro quando o autor confronta os artigos, em especial o 216, com o já apresentado artigo 1º. do Decreto-Lei 25/1937, que considerava que o patrimônio se constituía apenas de bens tombados; ou seja, era o instrumento do tombamento, aplicado pelo poder público, que instituía o valor cultural do bem. Ou, como sintetiza Marins (2016, p. 17)

a valorização do engajamento do cidadão, no âmbito tanto da produção quanto da preservação cultural, ganhou assim um destaque como fator político das políticas públicas de cultura praticadas pela esfera federal, em que o Estado começava a abdicar de uma longa tradição diretiva que emanava da ditadura varguista.

Apesar de ser possível a iniciativa de um processo de patrimonialização pela sociedade, seu desenvolvimento, aplicações, manutenção e gestão ainda não são plenamente realizados em parcerias institucionais, governamentais e civis. Christine Bouisset e Isabelle Degrémont (2015, p. 203) ampliam a discussão quando dizem que

o patrimônio se partilha tanto quanto se defende. Ele teria valor para muitos, que o qualificam como patrimônio, tanto inicialmente quanto em sua evolução temporal? De qualquer forma, a compreensão do processo de patrimonialização passa por questões como: “Quem patrimonializa?”; “Quem detém o discurso e os argumentos para a construção patrimonial?”. Finalmente, a pergunta “Quem detém o saber patrimonial?” continua a ser também, fundamental.

Em resposta, concorda-se nesta tese que a percepção do valor patrimonial de um bem é construída no tempo, por meio de agentes e discursos, podendo ser conduzida e modificada. É fato amplamente discutido que as escolhas patrimoniais dependem de contextos legais, governamentais, históricos e sociais interligados. É neste sentido a reflexão de García Canclini (2012, p. 72) de que

embora ocasionalmente o patrimônio sirva para unificar uma nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de disputa material e simbólica entre os setores que a compõem. Consagram-se como superiores bairros, objetos e saberes gerados pelos grupos hegemônicos, porque eles contam com a informação e a formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los e, portanto, para controlá-los melhor. Historiadores, arqueólogos e políticos da cultura definem quais são os bens superiores que merecem ser conservados. Reproduzem, assim, os privilégios daqueles que em cada época dispuseram de meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens um valor mais elevado.

Assim, mesmo com as atualizações na conceituação de patrimônio e na conduta dos órgãos de preservação especializados, ainda se está distante de conseguir uma participação efetiva da sociedade civil para sua atuação no ciclo de patrimonialização.

Este procedimento pode ser explicitado nos diversos tombamentos a que São Luiz do Paraitinga foi submetida. Todos foram resoluções de órgãos governamentais, incluindo o tombamento de 2010, que já se realizou após a Constituição de 1988. O valor deste patrimônio vem de um olhar extrínseco; ele é a somatória da vontade e de estudos de arquitetos e historiadores, de técnicos, de pesquisadores, de antropólogos, fotógrafos, artistas, agentes culturais, entre outros, que mudaram a percepção dos luizenses em relação à sua própria cidade. O interesse dessas pessoas foi deslocando o reconhecimento dessa cultura – que até então era

interno à própria comunidade – a um público externo (ALLUCCI, 2015).

Em 2010, alegando a emergência do momento, o tombamento foi aplicado como solução imediata. Não houve consulta anterior à população, nem este instrumento foi aplicado a pedido dela. Acatado o processo de tombamento emergencial e seus argumentos apresentados pelo Iphan, foi publicado no Diário Oficial da União de 26 de março de 2010 um Edital de Notificação no qual determinou-se “o tombamento conjunto dos bens abrangidos na área da poligonal de tombamento”, descrita no documento, e alertando aos proprietários que lhes assistiria “a faculdade de anuir ou impugnar a iniciativa” no prazo de 15 dias a contar da publicação do edital (IPHAN, 2010a, fls 29-39).

Pode-se inferir que os proprietários não tiveram conhecimento total dessa documentação. Não é difícil entender que, pela situação caótica em que se encontrava a cidade, pela presença de técnicos e seus discursos, pelas dificuldades financeiras que a enchente acarretou – além dos sentimentos de perda, dos abalos psicológicos e da imprecisão sobre o presente – a possibilidade de impugnação por parte de algum proprietário não tenha sido aventada e, muito menos, posta em ação. Além do que, os proprietários deveriam enviar seu descontentamento por correspondência para Brasília, saindo de uma cidade em que quase todos os serviços básicos, incluindo os correios, estavam suspensos e paralisados.

A importância de entender este processo, passados quase dez anos da enchente, vem da disseminação, pelo Iphan e pelo Condephaat, do discurso de que a população foi consultada. Esse discurso também aparece em outras falas institucionais e dos cidadãos, principalmente em relação à reconstrução das igrejas das Mercês e da Matriz, quando eles se sentiram recompensados em seus pedidos de que “tudo fosse feito igual ao que era antes”.

A ideia de tempo é a própria matéria que dá forma à arquitetura. É em relação à efemeridade e a precariedade da própria vida em seu caráter imanente que toda construção, e particularmente a arquitetura, se ergue como gesto que ambiciona ser uma forma de resistência, de transgressão. Como desejo e possibilidade de transcendência, de duração, de permanência (PEREIRA, 2017, p. 151).

Reverendo a participação da sociedade civil em geral, e de São Luiz do Paraitinga em particular, nos procedimentos de patrimonialização, Luiz Fernando de Almeida, declarou em entrevista

— Eu acho que tem uma enorme deficiência sob o ponto de vista dos órgãos de patrimônio em trabalhar com planejamento participativo. E trabalhar com decisões participativas em situações dessas. Eu acho que não houve nenhuma metodologia de

escutar a comunidade. Acho que tem uma deficiência aí, dentro dos procedimentos. Ainda que tivesse sob o ponto de vista pessoal, as pessoas estivessem abertas, escutando, conversando, sob o ponto de vista de método, não existe método.

Dos procedimentos adotados naquele momento, a Secretária de Planejamento de São Luiz do Paraitinga em 2010, Cristiane Bittencourt – que teve um papel crucial no pós-enchente e no processo de reconstrução – refletiu, em entrevista, sobre como a gestão pública poderia contribuir para ampliar o papel da sociedade luizense nas decisões mais importantes para a cidade, incluindo as titulações de Estância Turística e as patrimoniais

– Eu acho que a gestão tem que ter um caráter inclusivo e tem que ter um programa de inclusão. E ela tem que ter uma continuidade, tem que enxergar o problema como ele é. Não dá para tapar o sol com a peneira. Eu acho isso tudo muito superficial. Eu acho que virar instância turística foi superficial. Virar patrimônio histórico foi superficial. Você entendeu? Então o que que acontece? Para mim, para uma cidade ter, ser uma cidade tombada, turística, ela tem que ter estima. Ela não tem que ser: “Ah, eu tenho o título e estou aqui.” Então agora você se vira com o título. Isso é superficial.

Bittencourt acredita que essa superficialidade poderia ser superada por meio de investimentos em educação e nas pessoas, cujos potenciais, nos modelos de gestão praticados na cidade, não encontram canais para se expressar e que, por isso, acabam por não fazer parte dos projetos e das decisões. Segundo ela, “o decreto da preservação tem que ser construído com as pessoas, tem que ser dialogado”. Em 2010, Cristiane foi a promotora de audiências públicas, realizadas na avariada Praça Oswaldo Cruz

– Para mim era importante trazer na praça. Você leva na praça, eu acho que tinha mais de 200 pessoas em um dia de semana, na praça, para falar o que que tinha acontecido, uma mesa era como seria feito a reconstrução do patrimônio, e outra mesa o que tinha acontecido? Por que São Luiz teve enchente? Para sair daquela coisa... E como que as pessoas iam reconstruir essas casas. Vem tombamento de Iphan, norma de Condephaat, vem um monte de gente de fora falando, falando, falando. E daí? Como que essas pessoas vão entender o que está acontecendo? Até hoje eu falo disso.

Os depoimentos acima, bem como as perguntas sobre a valoração do patrimônio, encaminham para a questão do poder, ou seja, quem tem o poder de decisão e determinação sobre o processo de patrimonialização?

Instituições como os órgãos de preservação do patrimônio – Condephaat e Iphan nos casos paulista e brasileiro – são legitimados pelos seus pares, pelas estâncias governamentais, pela mídia e pela população para atuarem como legisladores, regulamentadores e fiscalizadores nas questões concernentes.

Parte da população luizense incorporou ao seu entendimento e transmite em seu discurso a sensação de ter sido ouvida e acatada em suas reivindicações feitas aos órgãos de preservação, e declara que os resultados foram frutos do consenso entre população e técnicos do patrimônio, como se verá mais adiante. Para atender seus desejos, os moradores mobilizaram, entre outros, seus imaginários, pois como entende Abilio Vergara Figueroa (2007, p. 110), “el imaginario es también un espacio de disputa, de poder”⁵⁰.

Deve-se sempre colocar em perspectiva que os estudos para o tombamento da cidade pelo Iphan já estavam praticamente concluídos quando houve a enchente. Para Danilo Pereira (2012, p. 87) isso significava que, como outros, “se desenhava novamente um tombamento autoritário de cima para baixo, no mesmo modelo ao efetuado pelo Condephaat em 1982”, mas, com o desastre e a perda de algumas edificações, “a sociedade cobra do Iphan um posicionamento oficial na recuperação desses bens”. Assim, o que se entendeu como a interferência da população nos rumos da reconstrução deu-se, exclusivamente, na escolha da imagem que os edifícios reconstruídos teriam quando finalizados, mas não houve participação popular nas questões mais fundamentais sobre a patrimonialização da cidade, nem o posterior entendimento, por parte dos moradores, do que de fato seria o tombamento e quais os seus efeitos.

Essa percepção da participação popular reverbera, por exemplo, na fala da ex-Superintendente do Iphan, Anna Beatriz Ayrosa Galvão

– Enfrentamento de catástrofe é único. É diferente. Você está perdendo uma série de bens tombados, no caso, de patrimônio arquitetônico, centros históricos. Não por desmazelo, mas por uma tragédia. Não por desleixo, mas por uma catástrofe. Então, isso muda completamente a relação que a gente tem que ter com o objeto a ser preservado. Essa foi a lição número 1 que eu tive lá em São Luiz. Engraçado, porque normalmente a gente fala: “Ah, falso histórico. Se caiu, a gente não vai

⁵⁰ “o imaginário é, também, um espaço de disputa, de poder”.

poder reconstruir igual. Para a gente representar, tem que ser autêntico, ser a marca do seu tempo.” Nesse caso, quem estava dando as diretrizes, mais do que os teóricos e técnicos da preservação do patrimônio, eram os moradores. Não dava para fazer separado deles [...] A questão simbólica que a cidade tem, que o patrimônio tem para a população, a busca da identidade, a urgência de você manter essa identidade, e outras questões derivadas dessa ideia são a guia. É a baliza para as nossas intervenções.

As atuações dos órgãos do patrimônio encontram justificativas na medida em que adotam como verdadeiros alguns pontos questionáveis. Como apresenta Jeudy (2005, p. 22) “a gestão contemporânea dos patrimônios só tem finalidade se estiver referida a uma vontade supostamente coletiva de reatualização permanente do passado”.

Em resposta à pergunta *Você acha que o patrimônio pode contribuir para o desenvolvimento da cidade e dos luizenses?*, foram 8 respostas negativas (5,10%) e 148 positivas (94,90%). Quando solicitados para explicar *porquê*, as respostas se concentraram em turismo, preservação da história, identidade, memórias e cultura.

- *Pois patrimônio histórico é a marca de São Luiz.*
- *Sim, pois o patrimônio que temos é um meio de lembrar do nosso passado, de nossos antepassados. E não podemos deixar nossa cultura morrer.*
- *Patrimônio implica em reconhecimento da identidade de um povo.*
- *O patrimônio preserva a identidade do luizense, suas raízes. Então é fundamental.*
- *Pois o patrimônio histórico é uma forma de nos conduzir ao passado, assim então vislumbrando como foi um dia nossa bela São Luiz, e como ela resiste ao presente!*
- *Sim, pois São Luiz do Paraitinga é uma cidade turística devido a preservação histórica dos prédios e costumes e para melhorar seu desenvolvimento é necessário cuidar dos patrimônios materiais e imateriais.*
- *Porque o patrimônio arquitetônico e cultural são “marcas” de São Luiz. É o que torna essa cidade um cenário e agrega seu povo.*
- *Importante para o povo conhecer seu passado e reconhecer nele sua identidade para preservar suas características no presente e construir o futuro.*
- *Uma comunidade é formada por valores culturais que se baseiam em objetos para firmar a identidade. A preservação é uma maneira de assegurar os lugares de memória para a manutenção da saúde, de maneira ampla, dos cidadãos luizenses.*

- Se a cidade for bem gerida e possibilitar aos munícipes o contato com seu patrimônio tanto material quanto imaterial, pode ser despertado o senso de pertencimento nos moradores, além de o turismo efetivamente se tornar uma fonte de renda aos locais.

A arquiteta Natalia Moradei analisa o desempenho dos órgãos de patrimônio em São Luiz do Paraitinga:

– Eles não chamam outras pessoas, técnicos, para participar da parte de inventário? Então, por que não chamam para a gestão? Ou para ações efetivas que promovam alguma coisa diretamente para comunidade? Eu só acho que teve [a interlocução com parte da população] porque aconteceu a enchente. Porque aquilo já estava pronto [o processo de tombamento] e as pessoas não iriam saber. Só que, a partir do momento que ainda não estava tombado, que o Iphan queria ajudar e, de fato, preservar o que tinha sobrado, eles precisaram chegar na cidade e falar com as pessoas. Mas acho que foi a enchente; se não fosse, seria mais uma coisa distante. Houve uma aproximação, um diálogo, mas não uma consulta. A gente só saberia a hora que fosse publicado [o tombamento].

Parte da população luizense, que por motivos diversos desconhece tanto a possibilidade de participar de audiências públicas quanto os trâmites governamentais a que a cidade é submetida, trava sua própria luta para ser incorporada a essa cidade patrimonializada, cujos efeitos das titulações não encontram reflexos em sua vida cotidiana, em seus problemas básicos de vida cidadina e em sua exclusão (real e simbólica) desse território tombado. Os trechos abaixo, de entrevistas com moradores, explicitam algumas dessas vivências, percepções e dificuldades.

- A cidade se recuperou bem rápido. Tem o lado bom, mas também tem o lado ruim, que teve muita gente que não foi aquilo que esperava. O Iphan fez muita coisa boa, mas também fez muita coisa ruim. Teve lugar que não foi restaurado como deveria ser. E teve lugar que eles impuseram que tinha de ser do jeito que eles queriam. Então assim, teve as contradições.

Adelaide de Araújo Leite

– *Minha casa, com a enchente, era uma simples parede que estufou com a água, eu fui descascar essa parede para poder colocar um cimento ali, eu fui barrado, porque disse que eu precisava de um projeto para poder mexer. Eu não estava construindo nada, eu só estava tirando o que estava caindo e consertando da mesma forma que estava. E recebi uma notificação que eu teria que fazer um projeto para arrumar uma parede da minha casa.*

Antônio Carlos Daniel Frade

– *Eu acho que os olhos se abriram mais para o cuidado dos casarões e talvez até para o valor de tudo isso que São Luiz tem, que é uma riqueza muito peculiar. A riqueza que tem São Luiz é muito valiosa, é peculiar no estado de São Paulo, acho que até mesmo no Brasil. E a partir de 2010 eu vejo uma revitalização. Por uma necessidade, pena que tenha sido dessa forma. Mas eu acho que se restaurou o patrimônio. E até mesmo para a cultura que, de repente, ganha mais força, no sentido de perpetuar para gerações e tudo mais. Porque é tudo muito ligado ali, o patrimônio está junto com a cultura. Não dá para desvincilhar uma coisa da outra.*

Juliana Queiros Silvestre

– *Ah, mas é tombado pelo Iphan. Sim, que bonito. É tombado, mas o que, na realidade, acrescenta? Eu, pessoalmente, acho que não acrescenta nada. E eu acredito que seja uma opinião unânime. Porque, ah, que legal, isso da praça. Mas o que eles fazem nisso daí? Eles dão algum suporte, eles dão alguma coisa? Não. Eles querem que isso seja para manter a cultura. Que legal. A nossa linha de pensamento, a nossa educação é voltada para isso. E aqui, eu tenho certeza que a gente se orgulha muito disso, porque quando você vai descobrindo suas raízes, acho que você se firma nisso. Porém, eu também acho que só o Iphan ter dado esse status de ter sido tombado e não dar nenhum suporte, eu fico me questionando assim, até o quê. Para mim, é um questionamento muito forte.*

Flávia Americano

– *Tombamento é de emprego... que nem no restaurante, a maioria vem trabalhar aqui, que nem eu no restaurante, a minha irmã na pousada, foi por causa disso, daí tem emprego para turma que tem lá.*

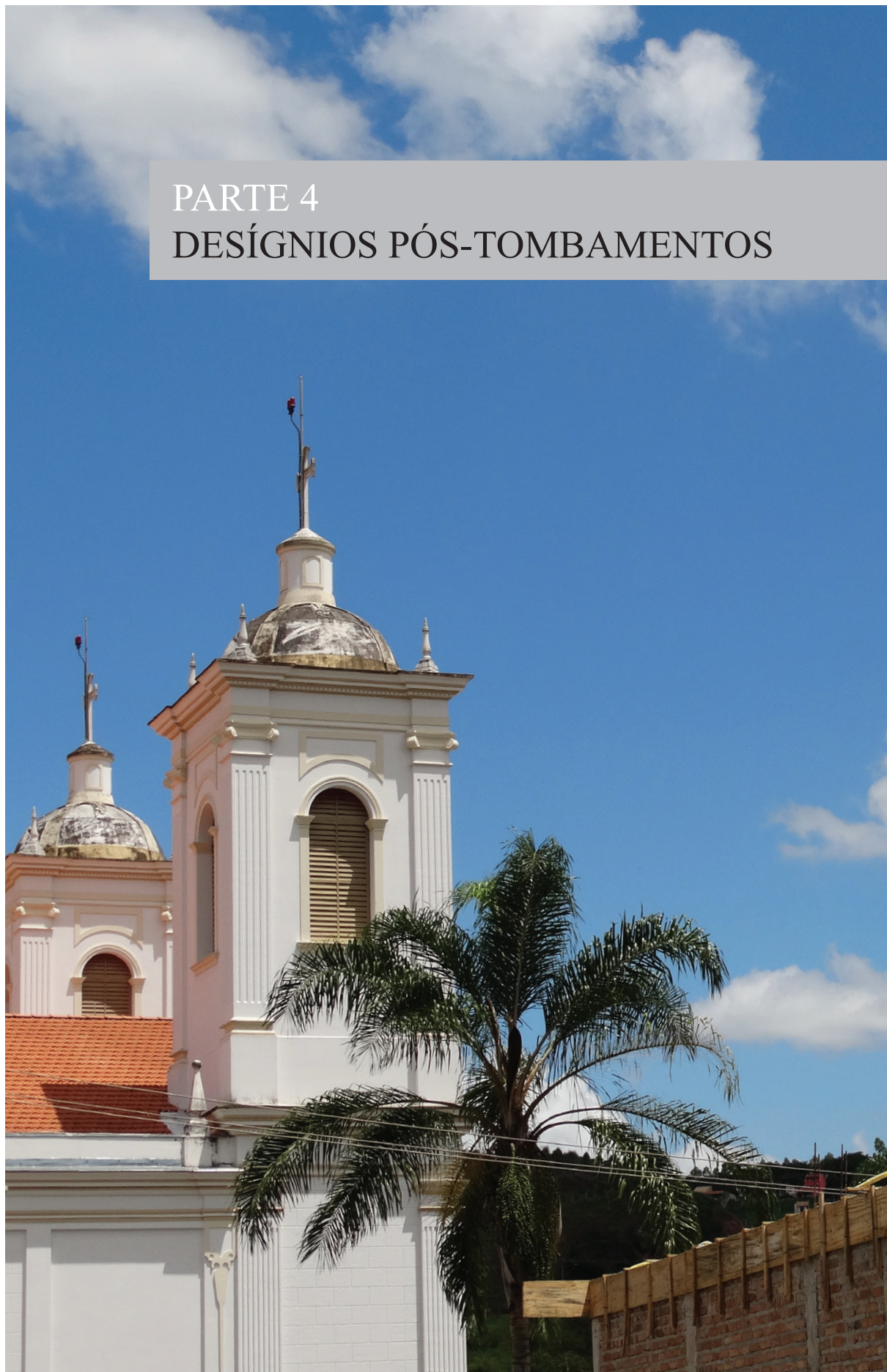
Renata Aparecida do Carmo

– Tombamento... Já ouvi falar. Pelo que uma mulher me falou, que não pode mexer, tem que deixar do jeito que o...O casarão: se a janela é daquele jeito, por causa do histórico, todo o histórico que teve, tem que deixar daquele jeito. É mais ou menos assim que eu entendo. Eu descobri porque eu estava atendendo uma moça que perguntou para mim se a cidade era tombada, assim que fala, certo? Daí eu perguntei para ela o que seria. Então acho que faz umas duas semanas que eu descobri...

Mayara Ângelo Moreira da Silva Santos

Pontos de vista complementares, e até mesmo opostos, entendem a patrimonialização e a reconstrução da cidade como consequência de um movimento interno dos luizenses. Sem dúvida, a ação da sociedade luizense foi fundamental para os rumos que a cidade tomou depois da enchente, mas ela não foi consensual nem homogênea.

PARTE 4
DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS



Capítulo 8

O pós-tombamento

As ações praticadas no âmbito do governo municipal de São Luiz do Paraitinga apresentam diferenças e concordâncias com as diretrizes encontradas nos processos de tombamento de seu patrimônio. Reflexões apontam para o reconhecimento da dificuldade de conciliação entre as competências estadual e federal na preservação do patrimônio cultural e a competência municipal de planejamento. De acordo com Rabello (2010, p. 42),

quando o órgão de proteção do patrimônio federal ou estadual tomba um sítio histórico em função do seu interesse cultural, este ato administrativo estará criando, diretamente, uma significativa área de articulação de interesses superpostos em relação aos Municípios. Em função deste ato de proteção, o Município terá que recepcionar, ou absorver, necessariamente, aquela imposição na sua atividade de gestão urbanística, mesmo que não a explicita, diretamente, no corpo de suas leis.

Na análise de como o governo municipal de São Luiz do Paraitinga trata questões como o planejamento nestes últimos anos, percebe-se a reiteração do tratamento desigual conferido às chamadas áreas históricas e aos outros espaços da cidade. Entende-se que o tombamento, como instrumento cuja principal finalidade é preservar o bem cultural, possui limitações quando se trata de apontar diretrizes para seu entorno. Esta condição levanta a discussão se ele é, de fato, instrumento eficaz para a preservação proposta em São Luiz do Paraitinga como Conjunto Histórico e Paisagístico, que, como qualquer cidade, apresenta, por princípio, uma paisagem dinâmica, a despeito de seu perímetro preservado.

Seguindo-se ao tombamento, outras práticas derivadas da enchente tiveram lugar em São Luiz do Paraitinga. Entre elas, a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC); a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga, que iniciou uma série de tombamentos municipais; a implantação da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba com sede na cidade.

Fazem parte desse conjunto de ações a reconstrução de imóveis públicos, dos quais destacam-se os procedimentos adotados para a Igreja Matriz e a Biblioteca; a reconstrução de imóveis particulares e a construção do Conjunto Habitacional Casinha Branca, para abrigar desalojados.

Analisada em perspectiva histórica, a dinâmica dos acontecimentos pós-enchente ajuda a compreender os desígnios da cidade tombada, e entender que decisões seriam de atribuição da gestão municipal para que fosse possível avançar em sintonia com as diretrizes de preservação.

8.1 O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)

Em 2000, o Departamento de Identificação e Documentação (DID) do Iphan promoveu o lançamento do *Manual de aplicação* do INRC, no qual veiculava a base conceitual da metodologia, seus procedimentos e algumas reflexões teóricas, sob coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes.

Em sua *Apresentação* (IPHAN, 2000, p. 7), lê-se que “há longo tempo são discutidos no Iphan a identificação de novos bens culturais, representativos dos diferentes grupos sociais, e a construção de instrumentos e métodos adequados à sua pesquisa e valorização”; o INRC seria, então, o instrumento capaz de “levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação”.

Vindo na esteira da Constituição de 1988, que adotou uma visão antropológica da cultura e que atribuiu aos sujeitos o poder de valorizar seus patrimônios, o INRC contribuiria para a identificação, documentação e preservação de bens culturais, fossem eles imateriais ou materiais, assim como a indicação dos bens para registro e/ou para tombamento – caso se julgasse pertinente a aplicação –, porém, sem ser uma resultante obrigatória o uso do instrumento.

Na explicação de Fonseca (2000, p. 14), no *Manual*, falar sobre referências culturais significa

dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos “fazer” e “saberes”, às crenças, hábitos, etc. Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica.

Para essa autora, a aplicação da metodologia do INRC aconteceria por meio do diálogo entre pesquisadores que, como agentes externos, ampliariam seu conhecimento sobre o patrimônio cultural, e a comunidade, para quem se abriria a “oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada” (IPHAN, 2000, p. 19).

Mais uma vez, o olhar exterior seria o elemento a possibilitar o reconhecimento do valor do patrimônio para aqueles que convivem com ele.

Logo após a enchente de 2010, o Iphan contratou equipe de especialistas para aplicar a metodologia do INRC em São Luiz do Paraitinga. Os trabalhos começaram em dezembro de 2010 e foram concluídos em junho de 2011.

A justificativa para sua realização, de acordo com documentos levantados por Maryclea Carmona Maués Neves (2019), está apresentada no *Projeto Básico*, integrante do processo Iphan nº 01506.002125/2010-26, assinado por Simone Toji, técnica responsável pela gestão do projeto:

São Luiz do Paraitinga abriga manifestações culturais de reconhecimento regional como as festas religiosas e as atividades ligadas à cultura popular, como por exemplo a Festa do Divino Espírito Santo e o Carnaval. Em torno da devoção religiosa e da cultura popular é construída uma vasta rede de sociabilidade e de criação de saberes e conhecimentos, como a organização de pastorinhas, moçambiques, congadas, fanfarras, cortejos, confecção de gigantes, a busca do saci etc. As inundações que atingiram São Luiz do Paraitinga trouxeram danos ao patrimônio cultural, tanto ao edificado, quanto às atividades ligadas à devoção religiosa e à cultura popular, além dos danos diretos à população no que se refere à sua vida cotidiana. A ação proposta pretende documentar a memória local e os processos da dinâmica cultural em andamento, diante da comoção coletiva em relação aos prejuízos trazidos pela enchente de janeiro de 2010, como forma de superação desse momento delicado da vida coletiva (IPHAN, 2010a apud NEVES, 2019, p. 12).

No *Relatório III* do INRC de São Luiz do Paraitinga entregue ao Iphan (2011, p. 1) a equipe informou que foram feitas adequações na aplicação da metodologia, que “tomou por base dois eixos teóricos para o desenvolvimento das análises, o da religiosidade popular e o da territorialidade. A partir deles constituíram-se hipóteses de trabalho a serem verificadas em campo”. As explicações prosseguem, especificando a escolha por esses dois eixos de interpretação:

a religiosidade popular, considerada em suas tensões com a religiosidade oficial, se expressa não apenas nas festas que tem como palco principal o Centro Histórico, especificamente a Igreja Matriz, mas também nos caminhos rurais, por meio de cruzeiros e oratórios, em outras igrejas situadas na sede e nas capelas rurais, onde se desenvolvem práticas de devoção aos santos padroeiros de cada bairro e àqueles cuja devoção se relaciona à proteção das atividades agrícolas e pecuárias. A abordagem a respeito da territorialidade, como processo social, franqueou o acesso ao reconhecimento de múltiplos territórios no interior do sítio, constituídos por dimensões espaciais e simbólicas (IPHAN, 2011, p. 2).

Com esta abordagem, o INRC percebeu que deveria pesquisar para além do Centro

Histórico, incluindo manifestações culturais que acontecem fora do perímetro de tombamento.

Porém, como detectado no *Relatório III*, existiu uma seleção preliminar, concebida por meio de levantamento de literatura disponível, que direcionou a visita a campo. Essa literatura elencou as referências culturais a serem pesquisadas, assim como selecionou a cadeia de informantes que seriam entrevistados; estes procedimentos, como fica explícito no texto, acabaram por condicionar parcialmente os resultados, devido a “certos interesses ou por certas visões do mundo social” (IPHAN, 2011, p. 4). No caso de São Luiz do Paraitinga, o levantamento inicial resultou no Quadro 9, onde se especificam os tipos de referências culturais que seriam posteriormente pesquisadas e os locais onde elas acontecem. Nesse momento, indicava-se que Catuçaba, Cachoeirinha, Centro Histórico, São Benedito, Santa Cruz do Rio Abaixo e São Sebastião seriam as localidades visitadas na etapa seguinte do *Inventário*.

Como reconhece Neves (2019, p. 14) “esses problemas atribuídos à metodologia contribuíram, sem dúvida, para que o importante bairro do Alto do Cruzeiro não fosse indicado, inicialmente, como localidade a ser visitada para a realização do INRC/SLP”. Seguindo a metodologia proposta, a equipe declarou que, “na medida do possível, essa tendência foi contra-arrestada durante a pesquisa de campo, na medida em que foram encontradas referências culturais específicas de cada local”.

Tipo	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana e rural	Total
Celebrações	9		3	12
Ofícios e Modos de fazer		4	2	6
Formas de expressão	6	3	1	10
Edificações	3			3
Lugares	3	2		5
Total	21	9	6	36

Quadro 9 – Levantamento preliminar de referências culturais, realizado entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011. Fonte: Elaborado pela autora, a partir do INRC São Luiz do Paraitinga, 2019.

Houve, no decorrer do projeto, uma redefinição das localidades, que passou a ser trabalhada pela escala dos distritos. Dessa forma, foram considerados como localidades o distrito sede (os bairros urbanos do Centro Histórico, do Alto do Cruzeiro e de São Benedito e os bairros rurais de Santa Cruz – que compreende Santa Cruz do Rio Abaixo e Bom Retiro –, Mato Dentro, Alvarengas e Perobas) e o distrito de Catuçaba (a Vila de São Pedro como

representativa de sua zona urbana e o bairro de Cachoeirinha como exemplo de sua zona rural).

A historiadora Marly Rodrigues, coordenadora geral do INRC de São Luiz do Paraitinga, analisou essa situação em sua entrevista. Para ela,

– Quando se trabalha, sinto falta dessa correlação. Porque se trabalha com cidade como se ela fosse uma unidade. A questão do território fica de fora. E a questão do território é fundamental, especialmente na construção da cultura. Porque a construção da cultura não tem limite geográfico; ela tem um limite de território. Nesse caso [de São Luiz do Paraitinga], o território não foi considerado.

Ao final, o *Relatório III* apresentou um total de 67 Referências Culturais de São Luiz do Paraitinga (Quadro 10), destacadas pela bibliografia pertinente, pela população local ou, ainda, revelados pela realização da pesquisa. Dessas, 26 referências estão relacionadas ao sítio (isto é, são válidas para ambos distritos), 33 para a localidade distrito sede e 8 para a localidade distrito de Catuçaba (IPHAN, 2011, p. 2). O texto não traz informações sobre a divisão das referências culturais por tipo.

Tipo	Sítio (ambos)	Distrito sede	Distrito de Catuçaba	Total
Celebrações				22
Ofícios e Modos de fazer				16
Formas de expressão				18
Edificações				7
Lugares				4
Total	26	33	8	36

Quadro 10 – Levantamento final das referências culturais, apresentado em maio de 2011.

Fonte: INRC São Luiz do Paraitinga, 2011.

Como parte do diagnóstico, o *Relatório II* apontou que

uma opinião comumente explicitada refere-se a uma avaliação negativa das ações da prefeitura no que se refere à Cultura. De fato, os entrevistados veem certa estreiteza nos investimentos públicos municipais nessa área, aplicados exclusivamente ao carnaval e às atividades musicais

(corporações, fanfarras, blocos e grupos). Indicaram a carência de apoio do poder público municipal a outras manifestações culturais, nomeadamente congadas, folias de reis e moçambiques (IPHAN, 2011, p. 8).

Este direcionamento de investimentos demonstra que a gestão municipal segue a linha do imaginário que tornou São Luiz do Paraitinga uma cidade vocacionada à música, com a predominante figura de Elpídio dos Santos, e ao carnaval, notadamente por suas marchinhas, situação amparada e reafirmada pela mídia. Também vai ao encontro de uma política que consagra os investimentos para manifestações culturais que possam ser atrativos turísticos e, ainda, em atividades que se realizam, especialmente, no Centro Histórico.

Sobre esse tema, Marly Rodrigues, opina que

– Em São Luiz do Paraitinga, a partir daí [a volta do Carnaval, em 1981], você começa a ter a separação cultural. Todas aquelas festas tradicionais, segundo relataram no trabalho [no INRC], tiveram momentos de muita resistência da igreja católica. Elas começaram a ter outro tipo de resistência, que era a resistência de um mercado cultural, de uma cultura de massa, de uma massificação da cultura. Nesse contexto, surge a separação. Aquilo que talvez fosse mais tradicional, mas não tão comercial, fica esquecido. E é motivo de muita queixa dos seus protagonistas. E aquilo que era comercial foi absorvido e carregado para o lucro. Tanto assim que eles fazem, o pessoal que eu entrevistei, em geral, faz uma diferença territorial muito marcada. Do aqui e lá. Sempre se colocando em uma situação de que estão desamparados. Tanto assim que a Festa de São Benedito estava acabando naquela ocasião. Espero que ela tenha sobrevivido.

O dirigente da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba, André Bazzanella, disse em entrevista que o INRC de São Luiz do Paraitinga deveria ser aprofundado, pois foi feito emergencialmente. Na sua opinião, ele deveria ser discutido novamente com a comunidade, para que fossem acrescentadas mais referências. Ele também sugere que sejam usadas iniciativas paralelas, não apenas aquelas realizadas pelo Iphan; por exemplo, incorporar inventários que tenham sido feitos por estudiosos da cultura luizense, de festas populares, das capelas do município, entre outros.

Bazzanella também acredita que é necessário *discutir certas verdades que são inquestionáveis*. Como exemplo, cita o carnaval, que é calcado na execução de marchinhas; de acordo com as pesquisas que ele vem realizando, São Luiz do Paraitinga era uma referência

para o samba de bumbo, o samba rural paulista e, hoje, não é mais, já que a marchinha ganhou hegemonia em cima de outros estilos musicais diversificados que a cidade apresentava. Ou, ainda, as narrativas sobre o jongo de São Luiz do Paraitinga, que apresenta diferenças em relação ao jongo de outras localidades. Para Bazzanella, é importante *trabalhar a não estandarização da manifestação e apresentá-la na sua variedade*.



Figura 35: Apresentação da Nova Congada do Alto do Cruzeiro na Festa do Divino Espírito Santo, Centro Histórico, São Luiz do Paraitinga.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Das recomendações que o *Relatório II* apresenta, destaca-se no Parecer relativo ao Tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga uma correspondência com os discursos do Iphan, quando se justifica o tombamento mesmo depois das avarias que o patrimônio sofreu. Este documento colocava ao Iphan a condição de ser parceiro não apenas na proteção ao

patrimônio, mas na vida integral de São Luiz do Paraitinga. Essa recomendação do INRC propõe

a possibilidade de o Iphan vir a ser uma das instituições-chave no processo de construção de uma política local para a promoção e a salvaguarda do patrimônio imaterial. O cabedal técnico da instituição nesse quesito pode vir a contribuir para uma requalificação da discussão do papel e do tratamento destinado às referências culturais locais, de modo a viabilizar a construção de iniciativas e ações que, embora orientadas pela ideia do desenvolvimento sócio-econômico – de resto, uma diretriz estratégica do tratamento à Cultura dada pelo próprio Ministério –, não percam de vista a especificidade dos *contextos de reprodução* dessas manifestações culturais, sem o qual sua inclusão na perspectiva da “turistificação” pode vir a vulgarizá-las, tornando-as artificiais (IPHAN, 2011, p. 8)

Natália Moradei participou com muita proximidade da realização do INRC. Como assessora de obras, ela acompanhou o processo. Ela entende que o trabalho de levantamento e diagnóstico das referências foi feito com muito cuidado e qualidade, mas que, por fatores diversos, não há continuidade das ações nem divulgação dos resultados, principalmente pela falta de uma gestão que acompanhasse e ampliasse os trabalhos. Em sua descrição

– As pessoas vieram super comprometidas em levantar, em buscar. Muita coisa tinha se perdido na própria enchente, documentos... Todo esse trabalho de levantar diagnóstico, a relação de todo esse processo, acontecia bem. Quando chega na hora que já está tudo lá, não tem o gestor. E o município tem dificuldade por ser pequeno, uma estrutura pequena, com pessoas que, às vezes, não têm as capacidades técnicas específicas como eles têm, de vários técnicos das diversas áreas que compõem as equipes [de levantamento do INRC]. Mas aí, na gestão, não tem. Então ficou o inventário lá, guardado, é riquíssimo, e eu pensava: “Nossa, preciso fazer alguma coisa com isso.” Mas, o quê? Eu só apagava incêndio, porque sem prazo para isso, você não consegue planejar, se programar. Aquele inventário maravilhoso, o dossiê de tombamento também com muita informação, com levantamento de cada casa, com as fichas. Mas não tem a gestão depois. Então é uma ruptura. Ter equipes tão bem formadas e trabalhadas para fazer acontecer o tombamento e, depois, não ter equipes tão boas para fazer gestão. Mas qual é a lógica do Iphan sobre isso? [...] E muita gente nem conhece. Uma menina que fez estágio comigo na prefeitura, que fazia relações públicas, na etapa do TCC dela, que era sobre São Luiz do Paraitinga, começou a falar da questão cultural e eu sugeri para ela dar

uma olhada no inventário, que ela nem sabia que existia. Mostrei para ela, ficou encantada e usou no trabalho, que chama Meu Orgulho Caipira. Naquele momento, pensei que o material é desconhecido para as pesquisas, não foi publicado, não ficou próximo da comunidade.

8.2 Os tombamentos municipais

Em uma sociedade predominantemente rural até por volta dos anos 1960, as experiências simbólicas, afetivas e orais dos mundos rurais brasileiros constituem uma parte vibrante e recôndita do mosaico da nossa identidade nacional. São memórias lúdicas, gustativas e comunitárias que repousam nas sensibilidades de grupos, classes e coletividades mais amplas e que compõem os fluxos de fantasias de milhões de brasileiros – nordestinos, caipiras paulistas, gaúchos, goianos, mineiros e pantaneiros, entre outros.

Elder Patrick, 2019.

Em 2011, foi criado o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga, órgão colegiado de assessoramento cultural do Município, responsável pela defesa do patrimônio material e imaterial. O Conselho, órgão autônomo, deliberativo e consultivo em questões referentes à preservação e tombamento de bens materiais e imateriais da cidade, atuou em legislações subsequentes relativas ao patrimônio luizense. Porém, essa atuação foi muito breve e, já há algum tempo, está inoperante.

Quase todos os tombamentos municipais foram realizados por meio de Leis Municipais, por iniciativa de vereadores ou da sociedade civil. A Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município autorizam um vereador a promover o tombamento. Na maioria dos casos, os tombamentos trataram da valorização de manifestações culturais que não fazem parte do circuito turístico da cidade. Para o patrimônio material, voltaram-se a bens que não estavam protegidos pelas legislações estadual e federal, mostrando um caráter mais local, atento às edificações localizadas fora dos perímetros de tombamentos já aplicados (Quadro 11).

ANO	PATRIMÔNIO	TITULAÇÃO
2002	Cavallhada do Distrito de São Pedro de Catuçaba	Cultural
2013	Canto do Brão	Imaterial
	Capela de São Vicente de Paulo (bairro Alvarengas)	Material Cultural
2014	Ribeirão do Chapéu	Histórico, Cultural e Ambiental
	Capela Nossa Senhora Aparecida do Alto Grande, festas e celebrações	Cultural, Material e Imaterial
	Saber fazer artesanal da farinha de mandioca do Bairro do Alvarenga	Cultural Imaterial
	Festa do Divino Espírito Santo	Imaterial, Histórico e Cultural
	Romaria de Cavaleiros que se destina ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida	Imaterial, Histórico e Cultural
	Carnaval de marchinhas	Imaterial, Histórico e Cultural
2015	Ribeirão do Turvo	Histórico, Cultural e Ambiental
	Comunidades caipiras, sertanejas dos bairros Puruba e Palmital na região da Serra do Mar	Cultural
	Extração de areia de modo artesanal (manual) no Rio Paraitinga no trecho em que corta o Município	Histórico e Cultural
	Rio Paraitinga no trecho em que corta o Município	Histórico, Cultural e Ambiental
	Capela da Água Santa de Nossa Senhora da Conceição, bairro do Ribeirão Claro	Cultural, Histórico e Arquitetônico
	Distrito de São Pedro de Catuçaba e bairros adjacentes que apresentam acervo histórico imaterial e cultural de interesse social	Histórico, Imaterial e Cultural
	Bloco Carnavalesco Pé na Cova	Imaterial
	Área arborizada situada no Bairro denominado por Verdeperto	Ambiental e Paisagístico
	Cachoeira do Fila, localizada no Bairro do Altinho	Turístico
2016	Festa do Tropeiro do Bairro São Sebastião	Cultural Imaterial
	Torneio Leiteiro	Histórico e Cultural Imaterial
	Capela de Nossa Senhora das Brotas, bairro das Perobas	Cultural, Histórico e Arquitetônico
	Capela de Nossa Senhora do Bom Parto, bairro da Cachoeira dos Pintos	Histórico, Social, Cultural e Religioso
	Capela de Nossa Senhora das Graças e o seu entorno situado no bairro do Sertãozinho	Histórico, Cultural e Religioso

Quadro 11 - Lista dos patrimônios municipais tombados, São Luiz do Paraitinga.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da legislação municipal, 2019.

O ex-vereador Marcelo Toledo é personagem central nos tombamentos municipais. Em sua entrevista, ele contou que foi o autor da proposição de muitos tombamentos, que tiveram como base sua *sensibilidade, conhecimento e contato com a zona rural do município*. Toledo também explicou sua atuação:

– Promovi o tombamento imaterial do Canto de Brão, realizado por trabalhadores rurais tradicionais, caipiras. O Brão se caracteriza por versos cheio de enigmas, cantados em dupla; o pesquisador Carlos Brandão registrou essa atividade lúdica/cultural em Catuçaba no inícios dos anos de 1980. Outro tombamento imaterial por mim promovido é o do “saber fazer farinha de mandioca”, utilizando técnicas rudimentares, uma tradição de mais de duzentos anos que ainda se faz presente no bairro do Alvarenga, passada de pai para filhos. Promovi também o tombamento de seis Capelas Católicas no município, na perspectiva material e imaterial; três delas foram contestadas no Tribunal de Justiça de São Paulo. A Prefeita [Ana Lúcia Bilard Sicherle], através de seu preposto, alegou inconstitucionalidade, mas o Tribunal de Justiça as manteve como constitucionais. O tombamento permitiu às comunidades a continuidade de suas festas e celebrações junto aos seus santos e santas de fé e devoção. Elaborei também outros projetos que se tornaram leis, a exemplo do tombamento das comunidades caipiras/sertanejas na Serra do Mar, como também tombei os ribeirões Chapéu e Turvo, como patrimônio histórico, cultural e ambiental.

Das atividades artísticas e culturais desenvolvidas para além do Centro Histórico, Toledo falou daquelas presentes no bairro do Alto do Cruzeiro

– Esse bairro também expressa cultura, danças, folias, histórias, artesanato, moda de viola, mas pouco valorizada. Tem gente boa lá, competente, com talento, um exemplo é o João e Geraldo Tartaruga, contadores de história e artesãos. Ambos mortos, mas em vida produziram muita cultura e hoje estão esquecidos. Eu cheguei a criar a Semana Contação de Histórias “Geraldo Tartaruga”, mas até o presente momento não houve interesse do setor de Cultura da Prefeitura Municipal.

Outra questão operada por Toledo é a batalha entre a monocultura do eucalipto no município e os patrimônios, além dos problemas na mudança nos modos de vida da população da zona rural por conta dessa plantação.

A mudança nas relações sociais ocorreu a partir dos anos 1970, com o início da monocultura do eucalipto e com o crescimento das indústrias no Vale do Paraíba, principalmente em cidades próximas como Taubaté e Caçapava, quando parte dos trabalhadores luizenses deixou o município para buscar trabalho nessas cidades. Entre eles, encontravam-se muitos mestres e outros participantes dos grupos de manifestações culturais como moçambique, congada, cavallhada e outras. Apesar de estarem presentes em festas e comemorações, as relações cotidianas com o espaço original foram rompidas e, em decorrência, quebrou-se o elo de sociabilidade e integração estabelecido em torno da realização dessas atividades e da identidade dos moradores (IPHAN, 2011). Essas novas configurações sociais, para Candido (1971), provocariam o colapso das formas e produções culturais como eram até então realizadas nessa cultura caipira.

Toledo (2012, p. 30) mostra as consequências da plantação de eucaliptos para os patrimônios luizenses:

a zona rural de Paraitinga contém uma profusão de referências de sinais sagrados e em diversos locais a presença de eucalipto detonou os registros de memória. Foram suprimidas diversas capelas, ermidas e santa cruzes. O número de santa cruzes destruídas pelas fazendas de eucalipto no município é praticamente incontável.

A compra de propriedades de grande extensão por parte das empresas também fizeram com que “muitas comunidades fossem impedidas de alcançar seus lugares de devoção, antigas capelas, o que resultou no abandono de importantes práticas culturais” (IPHAN, 2011, p. 11). Um dos exemplos é a Capela de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro do Pico Agudo, “legítimo espaço da devoção popular”, que foi extinto com a compra de grandes extensões de terra pela Cia. Suzano e cujo “caminho, por medida de segurança, foi fechado pela empresa e os devotos/ fiéis tiveram o acesso a esse bem simbólico impedido” (TOLEDO, 2012, p. 34).

Também o patrimônio natural do município está constantemente ameaçado pelo avanço das plantações de eucalipto, cujos efeitos poderiam ser percebidos no chamado ecoturismo, que tem como principais atrações o Núcleo Santa Virgínia – com suas 17 cachoeiras, corredeiras e trilhas e, especialmente, a prática do *rafting* – situado no Parque Estadual da Serra do Mar, esta tombada pelo Condephaat em 1986.

Em 1997, em seu primeiro mandato de vereador pelo PT, Marcelo Toledo, fazendo uso do tombamento do Centro Histórico de 1982, pelo Condephaat, conseguiu impedir a passagem de caminhões pesados pela rua do Carvalho.

– Deu certo e consegui proibir a circulação, na verdade extremamente danosa à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, principalmente dos veículos que operavam no transbordo de milhares de metros cúbicos de toras de eucalipto, em benefício da Empresa de Celulose Suzano.

Outra ação civil, em 2009, impediu o tráfego de caminhões transportadores de eucalipto pelo centro do distrito de Catuçaba, argumentando que “o trânsito intenso de caminhões pelo centro de Catuçaba, reduto de tradições culturais, traria danos materiais e transtornaria o modo de vida dos habitantes desse pacato vilarejo” (FARINACI, 2012, p. 33).

O patrimônio estabelecido na zona rural de São Luiz do Paraitinga apresenta pouca documentação sistematizada sobre as manifestações culturais e os lugares de prática; não foi considerado pelos órgãos de patrimônio, pois se realiza fora das poligonais de tombamento, ou das áreas de atratividade turística estabelecidas institucionalmente.

No texto final do INRC (IPHAN, 2011, p. 12) aplicado nessa cidade pedia-se que fosse considerada a importância do patrimônio “daquele que na área rural representa materialmente o processo de constituição do território do município, em especial as fazendas e bairros rurais, incluídos as capelas e outros lugares de referência para as práticas culturais”.

O Inventário também apresenta alguns resultados de sua aplicação, tais como “a escassez de apoios e fomentos públicos ou privados às manifestações culturais do município que não gravitam na órbita do turismo, especialmente na área rural”; e uma demanda reprimida “no que diz respeito à proteção e preservação daquelas que compõem o patrimônio material da área rural (capelas e fazendas)” (IPHAN, 2011, p. 22-23). Porém, o INRC não conseguiu ultrapassar a fase de diagnóstico desses problemas.

Os tombamentos municipais, por sua vez, foram tentativas de incluir e ampliar os patrimônios do município, revelando outras dimensões dos imaginários, das memórias e identidades luizenses.

8.3 As Casas do Patrimônio e a Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba

O Projeto Casas do Patrimônio “integra-se à construção de um marco institucional para o Iphan, resultado de debates institucionais realizados internamente a partir do ano de 2007”⁵¹. Em 2008, na Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, realizada na cidade goiana de Pirenópolis, consolidaram-se as diretrizes gerais do projeto. No ano seguinte, o 1º Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda, no Ceará, culminou com a formulação da Carta de Nova Olinda. Na Carta, apresenta-se como conceito de Casa do Patrimônio:

a casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 4).

Também pela Carta de Nova Olinda (2009), ficou entendido que a proposta das Casas do Patrimônio era, fundamentalmente, estabelecer “novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais”; “informar e dialogar sobre as atividades e rotinas administrativas da instituição”; “investir em ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados”; “promover o patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável”.

Sua função seria implementar e empreender ações educativas, a partir de diferentes perspectivas e abordagens sobre o patrimônio que poderiam, inclusive, ser confrontantes e complementares, por estarem associadas “a um patrimônio considerado nacional e um patrimônio caracterizado como simbólico e identitário; um patrimônio herdado e um patrimônio reivindicado; um patrimônio material e um patrimônio imaterial; um patrimônio ligado ao Estado e um patrimônio social, étnico ou comunitário”.

Segundo Fernanda Gabriela Biondo (2016), a Carta de Nova Olinda, no intuito de otimizar a atuação das Casas do Patrimônio, apresentou, entre suas estratégias, o estabelecimento de redes, de caráter interno, com a Formação da Rede das Casas do Patrimônio, que teria por objetivo integrar as Casas do Patrimônio do Iphan e diversos segmentos sociais, na esfera pública e privada, comprometidos com a proteção e difusão do patrimônio, em especial escolas

⁵¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso em set/2019.

e instituições de ensino, associações de moradores, coletivos não formalizados e grupos detentores de bens culturais protegidos.

Além dessa rede, o Iphan pretendia trabalhar com diversos atores e outras redes, tais como a Rede de Ações Educativas e as Redes do Patrimônio que, somadas a associações e organizações do campo do patrimônio integrariam o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (BIONDO, 2016).

O Regimento Interno do Iphan, aprovado pela Portaria nº 92 de 5 de julho de 2012⁵², é o único instrumento jurídico que estabelece os termos que definem a atuação do projeto, conforme Art. 100, item VII, Parágrafo único:

as Casas do Patrimônio constituem-se em ação institucional, pedagógica e de educação patrimonial, caracterizadas como espaços de interlocução, acesso à informação e gestão participativa da política de patrimônio, visando estabelecer novas formas de relacionamento do Iphan com a sociedade e com o poder público, conferindo transparência e ampliando os mecanismos de gestão da preservação do patrimônio cultural.

Trabalhando com uma noção ampliada de patrimônio, o projeto contava com a “construção coletiva de um novo protagonismo, entre instituições governamentais e não-governamentais”, que teria como prioridade a “formulação de diretrizes básicas de ações educativas” que, mediadas pelo Iphan junto à sociedade, resultariam “na construção de uma noção compartilhada de Patrimônio Cultural que facilite abordá-lo em sua diversidade”.

Para as Casas do Patrimônio, não há programas de atividades e de estrutura padronizados; estes são definidos em função das características do local e de seus equipamentos, da existência e capacitação dos profissionais, do nível de interação com o poder público e demais agentes sociais. De acordo com o Iphan, “a adequação da proposta às singularidades de cada cidade ou região é vital para o seu êxito. É importante centrar o foco em parcerias com grupos, organizações e projetos locais de ações educativas”⁵³.

⁵² Portaria disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_92_de_5_de_julho_de_2012_Regimento_Interno.pdf. Acesso em jun/2020.

⁵³ Eixo de Desenvolvimento Local Sustentável. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/859/>. Acesso em out/2019.

Casas do Patrimônio estabelecidas no país:

AL	• Maceió
	• Marechal Deodoro
	• Penedo
	• Piranhas
BA	• Salvador
CE	• Chapada do Araripe
GO	• Goiânia
	• Goiás
	• Pirenópolis
MG	• Ouro Preto
PA	• Belém
PE	• Olinda
	• Recife
PB	• João Pessoa
PI	• Serra da Capivara
RJ	• Região dos Lagos
SP	• Vale do Paraíba
	• Vale do Ribeira
SC	• Laguna
SE	• São Cristóvão

Quadro 12 – Lista das Casas do Patrimônio em território brasileiro.
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Iphan, 2019.

Em 10 de dezembro de 2010, o Parecer relativo ao tombamento de São Luiz do Paraitinga apresentava o tópico *A proteção do patrimônio e o futuro da cidade*, que aqui se transcreve:

de forma como proposto – e como, de fato, não poderia deixar de ser – o tombamento federal incidirá sobre a área vital da cidade, aquela que responde por todas as suas funções: a moradia, o comércio, os serviços, as instituições. O patrimônio cultural parece representar, no momento atual, uma escolha da cidade por uma determinada perspectiva de desenvolvimento, o que, entendo, passará a exigir do Iphan bem mais do que a já custosa proteção da imagem urbana e dos imóveis. No caso de São Luiz do Paraitinga, parece ainda mais evidente que o proteger o patrimônio implicará ser parceiro, dentre outros, da construção dessas alternativas de desenvolvimento, da formulação de instrumentos como o Plano diretor, do planejamento turístico, da preservação ambiental e dos destinos da área rural. Só assim fará sentido, só assim valerá a pena (IPHAN, 2010a, fl. 65).

Nesses 10 anos decorridos do tombamento emergencial, o Iphan teve participação

bastante ativa nos primeiros momentos; atualmente não há, efetivamente, uma participação como se desejava no Parecer. As relações dos moradores com o órgão são, principalmente, para solicitações de reformas, construções e outros quesitos dessa ordem, além de fiscalização.

Uma ação que poderia alavancar a parceria entre o Iphan e a cidade aconteceu em 2014, quando o Instituto elegeu São Luiz do Paraitinga para sediar a Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba. Alegou a escolha por essa cidade ser “um dos principais polos culturais da região, além de abrigar um dos maiores conjuntos urbanos tombados pelo órgão federal de preservação do patrimônio cultural no estado de São Paulo”⁵⁴.

Seguindo o modelo de efetivação do projeto, nos dias 15 e 16 de setembro daquele ano ocorreu a Oficina de Implementação, com o objetivo de promover a construção coletiva de diretrizes e o cronograma de trabalho para o seu primeiro ano de atuação. No primeiro dia, foram apresentadas as bases conceituais sobre Educação Patrimonial e do próprio projeto das Casas do Patrimônio, sob a condução da Coordenadora Nacional de Educação Patrimonial do Iphan, Sônia Florêncio. No segundo dia, houve a formação de um grupo de trabalho para a construção coletiva do projeto e do programa de ações⁵⁵.

Foram diversas as instituições participantes⁵⁶. De acordo com Maryclea Neves, técnica do Iphan que integrou a Oficina, não houve a assinatura formal do acordo de cooperação técnica, devido a dificuldades burocráticas tais como as dinâmicas de cada instituição, entendimentos jurídicos, ausência de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para algumas delas, além da falta de entendimento sobre a parte financeira, já que não há transferência de recursos para os participantes. Porém, isto não impediu que os trabalhos fossem iniciados.

No momento da instalação da Casa do Patrimônio, a situação política de São Luiz do Paraitinga era diferente da época da enchente e do início da reconstrução da cidade. Em 2014, o prefeito era Alex Euzébio Torres, do Partido da República (PR), e sua administração apresentava diferenças ideológicas e de conduta com as anteriores – o PSDB/PMDB esteve no poder pelos 12 anos anteriores. Foi uma administração conturbada, com cassação temporária do prefeito e

⁵⁴ Disponível em :<https://casadopatrimoniovp.wordpress.com/a-casa/>. Acesso em out/2019.

⁵⁵ Disponível em <https://patrimoniovaledoribeira.org/tag/casa-do-patrimonio-vale-do-paraiba/>. Acesso em out/2019.

⁵⁶ De São Luiz do Paraitinga: Assessoria Municipal de Educação, Departamento Municipal de Cultura, Departamento Municipal de Turismo, Câmara Municipal, Escola Estadual Monsenhor Ignácio Gióia, Conselho Municipal de Patrimônio, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Turismo, Associação Comercial e Industrial, Associação de Blocos de Carnaval, Associação para a Cultura, Cidadania e Meio Ambiente, Associação de Observadores do Saci, Ponto de Cultura Fazenda São Luiz, Pontão de Cultura, Ponto de Cultura Céu do Meu Sonho, CULTA – Ações Culturais, Paraitinga Turismo, Saoluzidoparaiting.info, Pousada Sertão das Cotias, Instituto Elpídio dos Santos; ainda Iphan, Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep/Usp), Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Universidade de Taubaté (Unitau), Conselho Municipal de Patrimônio de Taubaté e Diocese de Taubaté.

descontinuidade de projetos e programas.

Em 2017, o PSDB voltou à prefeitura, com a eleição, pela segunda vez, de Ana Lúcia Bilard Sicherle – prefeita que estava no cargo na ocasião da enchente.

A primeira sede da Casa do Patrimônio foi no Centro Turístico e Cultural Nelsinho Rodrigues, um casarão no Centro Histórico. Atualmente, ela ocupa uma sala na Casa Oswaldo Cruz. Conta com 2 funcionários: seu dirigente, André Bazzanella, e uma auxiliar administrativa. Bazzanella, que assumiu a Casa em 2015, falou, em entrevista, de suas impressões sobre a presença do Iphan no pós-enchente e as atitudes dos luizenses depois de passado algum tempo.

– A população, no início, quando se instalou a Casa do Patrimônio aqui em São Luiz do Paraitinga, houve uma reunião, e foram convidados vários parceiros da sociedade local. E a gente percebeu que, depois desse período, houve um afastamento das pessoas. As pessoas meio que superaram a questão da enchente, sabe? Então passou a ser mais a questão de recuperação das casas, mas essa atuação dos órgãos de patrimônio ficou bastante oculta. Desapareceu um pouco da memória das pessoas. O papel do Iphan meio que desaparece. É quase como se tivesse sido uma obrigação, mas não uma interação, uma participação [...] As pessoas lembram mais do erro do que do acerto. Hoje, a gente percebe um pouco a pergunta: o que o Iphan está fazendo aqui? Interferindo na vida da gente. Agora, quando tem um problema, até uma disputa local, recorre-se ao Iphan. É muito engraçado isso. Você fica como árbitro, mas não se meta na vida da gente.

Como determinação das Casas do Patrimônio, o Iphan explicita que elas fazem parte de uma proposta que pretende “promover ações de sensibilização, qualificação e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil. Para tanto, devem atuar de maneira articulada com outros setores governamentais, especialmente nas áreas de educação, cultura, cidades, justiça, turismo e meio ambiente”⁵⁷. Porém, de acordo com Bazzanella, em São Luiz do Paraitinga a Casa do Patrimônio *tem mais acompanhado os projetos de fiscalização. A gente não tem trabalhado diretamente com o patrimônio imaterial ou com educação. A gente faz algumas oficinas em escolas, esporadicamente. Mas acompanha mais o processo de fiscalização.*

Também não há, de acordo com as entrevistas realizadas, qualquer diálogo ou ação conjunta entre a Casa do Patrimônio e as Secretarias Municipais de São Luiz do Paraitinga

⁵⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/859/>. Acesso em out/2019.

(Educação, Cultura, Turismo, Planejamento etc.) no momento atual. Quando perguntada sobre esse assunto, a Secretária de Educação, Nilde Batista respondeu que a Casa do Patrimônio (a que ela se refere como escritório) e a Secretaria não tem nenhum relacionamento direto. O contato entre eles, professores e Iphan, acontece por intermédio de uma organização não-governamental local, a Akarui, que capacita os professores sobre o meio ambiente e tem participação do Iphan. Sobre uma eventual parceria, ela respondeu que

– Para ser bem sincera, eu não havia pensado nessa possibilidade dessa parceria. Porque eles têm um escritório, mas ficam muito ligados com a questão do patrimônio, com a questão arquitetônica. Não saem muito disso. Essa parte de história, de fazer essa mobilização, essa conscientização, eu não percebo muito. Hoje, eu não sei qual é o papel do escritório, aqui.

Pelo que se infere desta e de outras entrevistas, as escolas luizenses incorporam em seus currículos as questões culturais restritas às atividades como música, dança e as festas populares. Não há uma discussão que promova a relação da cidade e dos habitantes com os processos patrimoniais e com os tombamentos; as escolas não têm potência discursiva em relação a esses temas.

O historiador luizense João Rafael Coelho Cursino dos Santos, em entrevista, debateu a situação da presença dos órgãos de preservação na cidade

– Embora a cidade seja referência tanto para o Condephaat quanto para o Iphan, ainda não existe conexão com a comunidade. A comunidade não se sente muito parte desse processo. Isso eu acho que é um dos maiores desafios, se não for o maior que São Luiz do Paraitinga tem. [Como solução] a única forma é a educação, principalmente a partir dos mais jovens. É o diálogo. Acho também que as pessoas precisam ter um acesso mais rápido a esses órgãos. A gente tem a Casa do Patrimônio, que foi um grande avanço. Mas são dois servidores, no máximo, não tem estrutura, não tem equipe. E por mais que eles se esforcem, são pessoas legais, é muito difícil isso acontecer. A única forma de acontecer, para mim, é ter mesmo uma proximidade com a Secretaria da Educação Municipal, treinar professores, para isso ter força como uma rede.

A arquiteta Júlia Santos tem um ponto de vista parecido sobre o tema:

– Apesar de saber que é difícil, nem o Iphan nem o Condephaat conseguem manter um escritório, aqui, com técnicos. Mas eu acho que é isso que falta, essa presença física. Porque o André [Bazzanella] faz um papel muito legal aqui. Mas essas dúvidas técnicas do dia a dia, elas não são sanadas. É um processo tão burocrático para você saber se pode trocar, por exemplo, o reboco da sua fachada, que acaba aumentando os casos em que a pessoa faz de forma irregular. E como a gente não consegue ter uma fiscalização efetiva – eu digo isso porque eu estava na prefeitura e eu sei que isso acontece com os órgãos patrimoniais também – que fica aquela situação de: “Ah, mas meu vizinho fez. Por que eu não posso?” Quem vai pedir autorização acaba sentindo essa questão burocrática. E quem não pede, acaba conseguindo. Então a gente cria um clima de que é melhor fazer sem pedir. A única coisa que faria que não acontecesse dessa forma é, justamente, essa aproximação. É o estar ali, é o tentar resolver as coisas de uma forma mais rápida. Pouca gente sabe que existe essa Casa do Patrimônio aqui.

O Diretor de Cultura, Netto Campos, fez um depoimento na mesma direção

– O fato da Casa do Patrimônio estar em São Luiz do Paraitinga ajuda muito pouco, porque é difícil as pessoas enxergarem essa Casa do Patrimônio. Porque ela não é, necessariamente, um espaço físico. A gente cedeu um espaço para eles na Casa Oswaldo Cruz, para eles terem um escritório. Teoricamente, a Casa do Patrimônio é lá. Mas não tem um acervo, nada, sabe? Então fica meio difícil as pessoas enxergarem qual a importância dessa Casa do Patrimônio. Eu acho que o mais importante de tudo é o fato do Iphan estar aqui presente. Isso, eu acho que, de certa forma, colabora. É um aliado nesse trabalho de conscientização da conservação desse patrimônio.

Quanto aos moradores entrevistados, a grande maioria desconhece a existência da Casa do Patrimônio na cidade e não sabe qual seria sua finalidade. Em seus depoimentos, tratam o Iphan como um órgão de fiscalização, apenas. Esta impressão não fica muito distante daquilo que o próprio dirigente admitiu ser a maior tarefa da Casa do Patrimônio, atualmente, em São Luiz do Paraitinga. Como exemplo, Flávia Americano, relata que

– Eu conheço o André [Bazzanella], que é do Iphan. Acho ele uma pessoa maravilhosa, um profissional competentíssimo. Agora, o Iphan, como instituto, eu,

pessoalmente, não entendo no que ele atua, o que ele faz. Acredito que a fiscalização seja muito forte. Porém, essa fiscalização passa para a execução? Ai eu tenho minhas dúvidas. Eu não entendo se, realmente, essa presença, essa atuação, chega a ser significativa.

A Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba não tem como finalidade única trabalhar com o patrimônio de São Luiz do Paraitinga; ela atua nos 39 municípios que fazem parte do Vale do Paraíba paulista.

Em 2017, a Casa, junto a professores e pesquisadores da Universidade de Taubaté (Unitau), da Universidade do Vale do Paraíba (Univap) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), concebeu o projeto Observatório da Paisagem⁵⁸, que congrega uma rede de profissionais e pesquisadores que atuam em instituições, órgãos públicos, universidades, arquivos, museus, fundações culturais, com o objetivo principal de promover a reflexão ativa e propor políticas públicas para a preservação da memória e do patrimônio cultural da RMVPLN.

Desde sua criação, foram realizadas diversas atividades, entre as quais as Rodas de Conversa, eventos temáticos que chegaram à 10ª. edição em 2019 e que acontecem, a cada vez, em uma cidade do Vale, com temáticas sobre os patrimônios locais.

Apesar das parcerias institucionais e acadêmicas, a atuação da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba se mostra muito distante da vida dos luizenses. Se a finalidade da Casa é, exatamente, a educação para o patrimônio, ela está longe de efetivá-la, uma vez que não atua junto à comunidade de moradores, ou às escolas do município. O discurso fica, mais uma vez, voltado ao pensamento intelectual, sem uma aplicação real no cotidiano daqueles que moram no patrimônio.

⁵⁸ Disponível em: <https://observatoriodapaisagemvaledoparaiba.wordpress.com/>. Acesso em out/2019.

Capítulo 9

Contradições na reconstrução: a Igreja Matriz e a Biblioteca

Por definição e como qualquer organismo vivo, uma cidade não regride, ou seja, não se restaura. Podem-se restaurar os seus edifícios, a sua arquitetura, até (o que apenas em tese é possível) as características materiais do seu espaço público. Mesmo assim o seu espaço urbano nunca volta a ser como era antes, pois a vida urbana induz-lhe uma evolução incessante

Walter Rossa, 2015.

A primeira edificação pública reconstruída depois da enchente em São Luiz do Paraitinga foi a Capela das Mercês⁵⁹. Ela havia sido tombada em 1981 pelo Condephaat, por ser considerada o “último testemunho arquitetônico da primeira fase de instalação da vila no final do século XVIII”, como consta na publicação deste ato no Diário Oficial do Estado (SÃO PAULO, 1981).

Sendo uma das três igrejas católicas da cidade (as outras são a Igreja Matriz São Luís de Tolosa e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário) e a menor delas em tamanho, desde o início foi usada menos para ofícios religiosos do que para atividades e culturais. Adquiriu, então, um lugar na memória dos luizenses por seu uso popular. A Capela das Mercês foi palco de manifestações artísticas como apresentações de grupos locais de jongos e marujadas, grupos musicais e cantores, além de exibições de vídeos, entre outras atividades (ALLUCCI, 2013).

Reconstruída pelo Iphan e inaugurada em 25 de setembro de 2010, apenas nove meses do final da enchente, foi precursora da reprodução imagética que se perseguiu nas outras reconstruções.

As contradições sobre a reconstrução de edificações públicas em São Luiz do Paraitinga após a enchente têm dois expoentes: a Igreja Matriz de São Luís de Tolosa e a Biblioteca Municipal, antigo grupo escolar. Como explica Atique (2019, p. 18), “as edificações não são meramente suportes de atividades ou abrigos contra intempéries. São elementos simbólicos, capazes de servirem a materializações de discursos e de políticas; são estruturas discursivas”. Referências partilhadas por grande parte dos luizenses, justifica-se a escolha de ambas como exemplos emblemáticos de repercussão das intervenções nos patrimônios junto à população, que se rebate nas respostas das entrevistas. O sentido de abordar os dois casos não é o de abrir

⁵⁹ Para maior detalhamento sobre o processo de reconstrução desta capela, consultar ALLUCCI 2013, ALLUCCI 2016.

uma discussão sobre posturas ou técnicas de restauro, mas contextualizá-los em relação aos imaginários sobre os edifícios tombados, para além da visão técnica.

Suas reconstruções trouxeram à tona o embate; afinal, interesses diversos estavam em jogo na cidade pós-enchente. Governantes, moradores, imprensa, integrantes da igreja católica, todos tinham seus próprios olhares e objetivos para o acontecimento. Por configurar-se em um episódio incomum – o trato de perdas patrimoniais devido a desastres – havia um cenário de dúvidas quanto aos próximos passos, às possibilidades de recuperação, ao manejo de remanescentes, enfim, a uma enorme quantidade de problemas que exigiam soluções rápidas e, por vezes, improvisadas. Houve colaboração direta dos técnicos do Iphan de Goiás, que passaram por situação semelhante na virada do ano de 2001 para 2002, com a inundação da cidade de Goiás Velho, que havia recebido, em dezembro de 2001, o título de Patrimônio da Humanidade, conferido pela Unesco.

Os órgãos de preservação estadual e federal tiveram participações em diferentes momentos e funções na reconstrução. Iphan e Condephaat não trabalharam exatamente de forma colaborativa; foram muitas as discordâncias com relação a conceitos sobre técnicas reconstitutivas e à responsabilidade e execução de tarefas. Esta situação fica explícita nas entrevistas. Segundo Anna Beatriz Ayrosa Galvão,

– A relação Iphan/Condephaat passou, logicamente, por questões políticas, era um ano eleitoral. Acho que elas extrapolaram a questão técnica e, realmente, atrapalharam essa parceria. E aí, realmente, foram fortes as disputas para que não houvesse essa interlocução entre os dois. A gente tentou fazer isso ao máximo, pelo menos na esfera dos técnicos.

Também Natália Moradei declarou que

– Os dois órgãos, a gente percebia, não era muito falado, claro, mas havia uma guerrinha de forças. E além de tudo, era um ano eleitoral, 2010, foi um ano de eleição; o governo federal estava de um lado e o governo do estado de outro; tinha também, por trás, essa questão de política partidária. E foi interessante porque eu acho que, se não tivesse uma postura do município, teria virado uma coisa mais complexa mesmo. Todos eles já queriam liberar recursos, mas atropelando a situação.

A utilização política fica clara em dois momentos em que a imprensa captou os discursos

de José Serra, do PSDB; o primeiro, quando ele era governador do Estado de São Paulo e o segundo, quando candidato à presidência da República e, durante um debate, fez uso de sua atuação do governo estadual frente à enchente confrontando, implicitamente, as atuações do Condephaat e do Iphan.

Na matéria da Folha de S. Paulo de 7 de janeiro de 2010⁶⁰, o repórter acompanhou a visita do então governador que “criticou os órgãos de proteção do patrimônio e cobrou menos discussão e mais trabalho para reconstruir rapidamente o município”. Ainda na matéria, citam-se as palavras de Serra sobre a reconstrução da Igreja Matriz:

minha posição é que a igreja seja refeita inteiramente igual ao que era, reproduzindo [a original]. Porque ela ficou no chão e não tem muito patrimônio histórico para observar. Vai ter que ter um debate mais rápido, porque, se for ficar discutindo academicamente, vão se passar alguns anos e não vai acontecer nada.

No debate presidencial, em 30 de setembro de 2010⁶¹, Serra, ao ser questionado por Marina Silva (PV) sobre seus planos para emergências, declarou que

tive a experiência como governador de enfrentar essas situações. Quero dizer, inclusive, que no caso da cidade de São Luiz do Paraitinga, que foi inteiramente tomada pelas águas, nós já entregamos a reconstrução. De tudo que tinha de mais importante já foi entregue. Contrariamente do que se faz na esfera federal, em que as coisas vão se arrastando.

A partir da reconstrução, a cidade já estava tombada nos dois níveis, estadual e federal, e começava, com isso, a ter que se relacionar com os dois órgãos de preservação para dar continuidade aos procedimentos. Temas como técnicas construtivas, teorias de restauração, preservação, autenticidade, falso histórico, passaram a fazer parte do cotidiano luizense. Como afirma Dominique Poulot (apud CANDAU, 2012, p. 159), a história do patrimônio é a história da “construção do sentido de identidade” e, mais particularmente, aquela dos “imaginários de autenticidade” que inspiram as políticas patrimoniais.

Os resultados das reconstruções divergiram. Agiu a Discórdia, mãe da memória e do esquecimento.

⁶⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/foha/cotidiano/ult95u675929.shtml>. Acesso em out/2019.

⁶¹ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2010/10/vida-dos-moradores-de-sao-luiz-desmente-serra/>. Acesso em out/2019.

9.1 A Igreja Matriz

¿quién va a dudar de su autenticidad?

Antoni González

O resultado da reconstrução da Igreja Matriz de São Luís de Tolosa teve grande aceitação por parte dos moradores. Ela é percebida como a vitória da vontade da população sobre os destinos de seu patrimônio.

Refazendo o histórico da Matriz, encontra-se que o local do assentamento do edifício primitivo foi demarcado no período entre 1773 – data em que a povoação de São Luiz do Paraitinga recebeu o estatuto de vila – e 1880. A primeira Igreja Matriz foi construída com a face voltada para Oeste, para a quadra em que hoje está o largo Euclides Vaz de Campos; e a lateral esquerda para o logradouro denominado Praça da Vila, em um terreno inclinado que exigiu um árduo trabalho envolvendo a população para aplainá-lo (IPHAN, 2010a).

De acordo com Campos (2011), em 1825, foi feita uma solicitação ao governador da Província de São Paulo para a construção de uma nova igreja matriz para a cidade. O pedido foi aceito, desde que os moradores arcassem com a mão-de-obra da construção. Esta, iniciada em 1830, levou uma década para ser finalizada. A entrada da igreja passou a ser para a praça principal da cidade, em um giro de 90° da anterior, fazendo com que a edificação se tornasse o ponto de convergência visual da praça. Na versão de 1840, a igreja tinha somente uma torre, na qual instalou-se um relógio em 1875; a segunda torre foi construída em 1894. Sob o comando do padre Ignácio Gioia, a igreja passou por duas reformas: em 1925, quando o beiral foi substituído por platibandas e quando se retirou a divisão na nave da igreja, que servia para separar os membros da elite do restante das pessoas; e em 1945, quando os altares de madeira foram trocados por outros de mármore italiano, trazidos de Carrara, além de feita uma nova pintura interna da edificação. Mais tarde, em 1972, houve troca do forro e pintura de afrescos.

Ocupando lugar de destaque no território e na vida dos moradores, a Igreja Matriz é a grande referência simbólica – material e imaterial – de São Luiz do Paraitinga (Figura 36).



Figura 36: Igreja Matriz de São Luís de Tolosa, antes da enchente, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

No questionários sobre os imaginários urbanos, pediu-se aos respondentes para mencionar os *três lugares que representam São Luiz do Paraitinga*. A Igreja Matriz ficou em terceiro lugar, recebendo 63 respostas. Na pergunta seguinte, que pedia para se escolhesse o preferido entre os três citados, a Matriz ficou em segundo lugar, com 20 respostas.

Ao serem acionados para auxiliar na reconstrução da cidade, o Iphan e o Condephaat se depararam, entre tantos outros problemas, com o da perda de dois templos católicos: a Matriz e a Capela das Mercês. A população, mais do que qualquer outra providência, pedia que as igrejas fossem reconstruídas rapidamente e, ainda, tais como elas eram antes.

A Matriz, construída em taipa de pilão, ruiu completamente. O vídeo do momento da queda da última torre da Matriz foi uma das imagens mais divulgadas pelos meios televisivos e digitais sobre a enchente na cidade⁶².

Sua ausência física, o vazio que deixou na praça da cidade, o hábito de marcar o tempo pelo

⁶² Vídeos recuperados da época pode ser encontrados na plataforma Youtube, como, por exemplo, nos seguintes links: https://www.youtube.com/watch?v=YV_JmZHZfzI, <https://www.youtube.com/watch?v=kktakXWDRZA>, <https://www.youtube.com/watch?v=CfHvmkauFSk>, <https://www.youtube.com/watch?v=Q7h6vb5g6KQ>. Acesso em nov/2019.

relógio da torre e a falta do repicar do sino foram situações que denotaram a corpografia, ou seja, o registro da cidade no corpo de seus habitantes, conforme aponta Fabiana Dultra Britto (2010, p. 14),

as corpografias formulam-se como resultantes da experiência espaço-temporal que o corpo processa, relacionando-se com tudo o que faz parte do seu ambiente de existência: outros corpos, objetos, ideias, lugares, situações, enfim; e a cidade pode ser entendida como um conjunto de condições para essa dinâmica ocorrer.

Ou, ainda, como define Jacques (2008, p. 51), “a corpografia [...] parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o define, mesmo que involuntariamente”. A Igreja Matriz seria, portanto, o símbolo da religiosidade luizense, mas, também, o edifício que resistia na relação do morador com sua cidade, nas “memórias corporais resultantes da experiência do espaço” (JACQUES, 2008, p. 52).

A edificação, localizada no Centro Histórico, já fazia parte da área tombada pelo Condephaat em 1982. Assim, este órgão queria tomar para si a tarefa de sua reconstrução, o que também era requisitado pelo Iphan. Em negociação com o Secretário de Cultura da época, João Sayad, Anna Beatriz Ayroza Galvão combinou que o Iphan faria a limpeza dos escombros, entregaria o terreno limpo e todo o material selecionado e a cobertura metálica, para que o Condephaat pudesse iniciar a obra (Figura 37). Em sua entrevista, Luiz Fernando de Almeida, presidente do Iphan naquele momento, concordou que a opção por um trabalho arqueológico de resgate dos remanescentes da Matriz foi o que permitiu sua reconstrução nos moldes da solicitação popular. Essa limpeza, aliada a um minucioso levantamento anterior sobre a edificação realizado pela arquiteta Livia Vierno, realizado para a Diocese de Taubaté, possibilitou a recuperação dos altares, de imagens, do piso, entre outros elementos e tornou viável a opção pela reconstrução tal como ela foi realizada, buscando o máximo de semelhança com a edificação destruída.

Os dois órgãos de preservação trabalharam em conjunto para essa obra, com tarefas definidas, e ambos participando das maiores decisões. O Conselho de Patrimônio da cidade também esteve presente nas reuniões sobre a reconstrução, assim como a Diocese de Taubaté e parte da comunidade luizense. Esta participação da comunidade nas etapas de planejamento e implementação da reconstrução, de acordo com pesquisas realizadas, é vital para o sucesso do produto final (OLIVER-SMITH, 1994). Todos são unânimes em acreditar que a escuta da comunidade foi essencial para o processo e seu resultado, apesar da escolha técnica ter sido feita pelos órgãos de preservação.



Figura 37: Ruínas da Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Arquivo Fotográfico – Iphan/SP, 2010.

Em janeiro de 2010, o Iphan declarou que “o Ministério da Cultura havia liberado R\$10 milhões a serem aplicados pelo Iphan no município. Deste valor, R\$ 3 milhões já foram empenhados na limpeza, escoramento e salvamento do material que pode ser aproveitado para a reconstrução”⁶³ da Igreja Matriz.

A Mitra Diocesana de Taubaté – a quem a Igreja de São Luiz do Paraitinga está subordinada –, também apresentou uma versão do projeto de recuperação:

no início de 2012, um novo projeto arquitetônico apresentado pela Mitra Diocesana de Taubaté foi aprovado pelo IPHAN e pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Com isso, a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo firmou convênio com a Mitra Diocesana liberando a verba para início das obras [...] Aprovado com ressalvas, o projeto deveria considerar os remanescentes. Para projeto final de execução foi contratada pela Mitra de Taubaté a FormArte, empresa especializada em projetos culturais indicada pela Arquidiocese de São Paulo⁶⁴.

O Condephaat, por sua vez, foi o responsável pelas fiscalizações e licenciamentos. O Governo do Estado, em página de seu site oficial, publicou que

a obra foi realizada por meio de convênio entre a Secretaria da Cultura e a Mitra Diocesana de Taubaté, com investimento do Governo do Estado de

⁶³ <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2959>

⁶⁴ <http://diocesedetaubate.org.br/saoluisdetolosa/>

R\$ 17 milhões. O projeto de restauração foi aprovado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) e manteve todas as características originais da igreja⁶⁵.

Nesse embate, demarcaram-se questões importantes que entrelaçam religião e território, como aponta Zeny Rosendahl (2012, p. 22):

a religião pode ser examinada com relação à apropriação de determinados segmentos do espaço [...] e é nessa poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas, ampliando muitas vezes o controle sobre os territórios, que a religião se estrutura como instituição. Territorialidade, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar esse território.

A cidade de São Luiz do Paraitinga, tradicionalmente considerada católica, tem visto, como em inúmeras outras cidades, o crescimento da prática da religião evangélica entre seus moradores. Como sinais dessa expansão, a eleição, em 2013, do evangélico Alex Euzébio Torres para o cargo de prefeito; a cidade já está na nona edição do Encontro Gospel (2020), com grande afluência de turistas; já são em maior número os templos evangélicos que os católicos no Centro Histórico da cidade. Por isso, compreender os significados deste edifício torna-se ainda mais premente, pois suas representações espaciais e temporais vêm ganhando novas acepções e parte delas ainda está oculta na história contemporânea da cidade.

Durante os procedimentos de limpeza, a cargo do Iphan, foram colocados tapumes ao redor do espaço que a Matriz ocupava. Esses tapumes, além da sua função primitiva de resguardar o local e os remanescentes, tiveram função estética e apresentavam, lado a lado, os logotipos da empresa Biapó, responsável pela construção, do Iphan, além de desenhos e mensagens de estudantes da rede pública (Figura 38).

Os desenhos remetiam, em sua maioria, à própria Matriz; outros, traziam casarões afetados pela enchente, e até mesmo a pomba branca, símbolo da Festa do Divino; nas mensagens, versos de otimismo exaltando o luizense e reforçando o amor pela cidade, além de trechos de música de Elpídio dos Santos. Os tapumes formaram um conjunto que refletia o cotidiano da cidade naquele momento, realizado a partir das “imagens dos imaginários urbanos” que “são aquelas nas quais convivem os cidadãos em seu viver diário, produzidas sem nenhuma intenção de arte e que são vividas como seu próprio entorno” (SILVA, 2014a, p. 187).

⁶⁵ <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/igreja-matriz-de-sao-luiz-do-paraitinga-e-restaurada/>

A exposição dessas imagens fez parte de uma estratégia, com sua utilização atrelada aos valores que se queriam preservar, acionando, mais uma vez, memória e identidade, além de reforçar o papel do Iphan como órgão parceiro da reconstrução.



Figura 38: Tapumes ao redor da Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga, pintado pelos alunos de escolas municipais. Fonte: Fotos de Degiovani Lopes da Silva, acervo da pesquisa, 2011.

Para promover a ocupação volumétrica do espaço, antes do levantamento das edificações, o Iphan mandou construir coberturas metálicas, tanto para a Matriz (Figuras 39 e 40) quanto para a Capela das Mercês. Em correspondência que consta do processo junto ao Iphan, a construtora Biapó, encarregada da obra, esclarece que as coberturas têm como objetivo “proteger as ruínas das igrejas, devolver de imediato o volume que estas edificações ocupavam. Entregando, aos poucos, à população, a visão de conjunto do ambiente urbano, em especial a Praça Oswaldo Cruz, ponto de referência do centro de São Luiz do Paraitinga”. Em resposta, o Departamento de Planejamentos e de Obras da cidade concorda que a cobertura “proporcionará à população estado de otimismo no processo de recuperação dos patrimônios públicos” (IPHAN, 2010a).

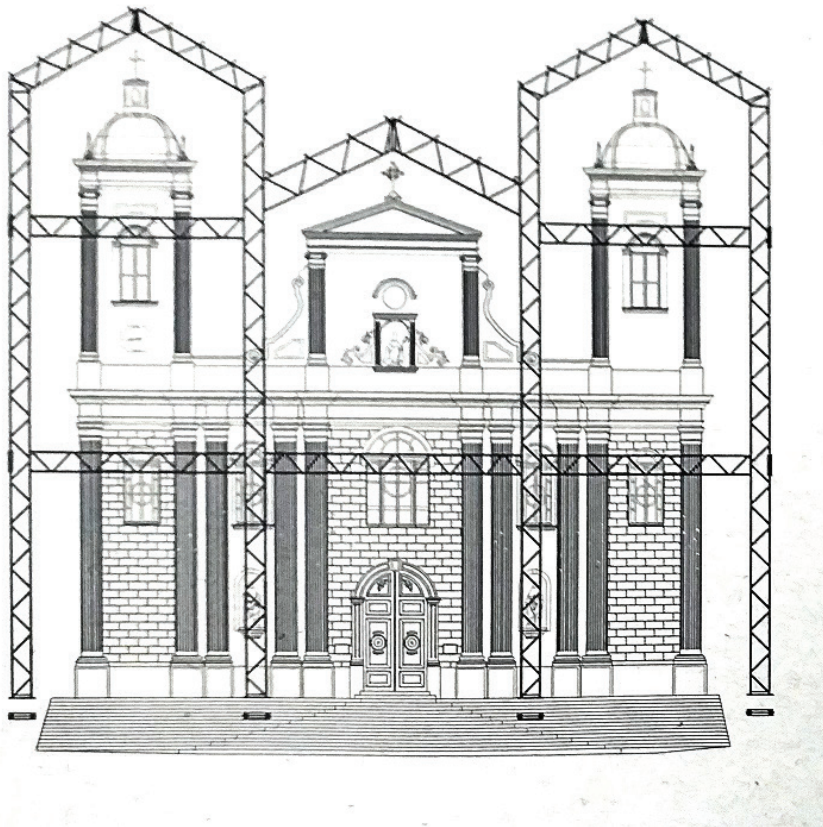


Figura 39: Desenho apresentado no anteprojeto para a instalação de cobertura metálica para a Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Iphan, 2010a.



Figura 40: Cobertura metálica marcando a volumetria da Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2012.

No discurso do Iphan sobre as escolhas técnicas utilizadas para a reconstrução, há sempre lugar para lembrar que as reivindicações dos moradores foram atendidas, no sentido de se reconstruírem os dois templos – Matriz e Mercês – à imagem e semelhança do que eram antes do desastre. Para Ascensión Hernández Martínez (2007, p. 14), este tipo de reprodução é, por vezes, necessária, porque “responden a situaciones de emergencia [...] donde la sociedad reclama la reconstrucción de los monumentos dañados o desaparecidos como um medio de restañar las heridas”⁶⁶. Em seu livro, esta autora, referindo-se à reconstrução do Campanário de Veneza, na Itália, diz que

la perfección de la reproducción da lugar a una falsificación material, aunque los argumentos presentados en su defensa aludían a la voluntad ciudadana [...] y a la necesidad funcional y simbólica [...] que exigía su reconstrucción como pieza clave en el urbanismo de la ciudad y elemento de refuerzo del sentimiento colectivo⁶⁷ (HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, 2007, p. 37).

⁶⁶ “respondem a situações de emergência [...] onde a sociedade exige a reconstrução dos monumentos danificados ou desaparecidos, como forma de curar as feridas”.

⁶⁷ “a perfeição da reprodução dá lugar a uma falsificação material, embora os argumentos apresentados em sua defesa aludissem à vontade cidadã [...] e à necessidade funcional e simbólica [...] que exigia sua reconstrução como peça fundamental no urbanismo da cidade e elemento de reforço do sentimento coletivo”

Nesse episódio, o bordão *com 'era dov'era*⁶⁸ foi constantemente acionado; ele pode ser comparado ao que se ouviu da população luizense, que queria seu patrimônio “igual ao que era antes”. Aliás, este mesmo exemplo emblemático, do Campanário, foi utilizado pelo Iphan em suas justificativas sobre o caso da Matriz de São Luiz do Paraitinga (IPHAN, 2010a, p. 2):

embora a Carta de Veneza (1964) recomende que as possibilidades das reconstruções devam ser excluídas *a priori*, ela também menciona que suas diretrizes devam ser aplicadas em cada país no contexto de sua própria cultura e de suas tradições. Devemos considerar no processo em questão:

1. com relação à reconstrução da edificação com a mesma feição anterior à enchente, vale mencionar exemplos semelhantes: o Campanário de São Marcos, em Veneza, um dos marcos da cidade, que colapsou em 1902 e foi reconstruída uma réplica, finalizada em 1912

Deve-se lembrar, entretanto, que a Matriz, na verdade, não foi reconstruída exatamente como era, pois foram utilizados materiais e técnicas modernos para assegurar a durabilidade da nova obra – já que ela se encontra em local de possíveis novas enchentes e suas paredes internas eram construídas com a técnica de taipa de pilão (Figura 41).



Figura 41: Igreja Matriz de São Luís de Tolosa, depois da enchente, São Luiz do Paraitinga.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014 .

⁶⁸ “como era, onde estava”.

O novo projeto respeitou o volume e as fachadas da igreja, como elas se encontravam até 2010⁶⁹. Foram criadas galerias laterais, utilizadas como espaços de memória, onde se apresenta um pouco da história do edifício e de seu processo de reconstrução, com remanescentes de taipa à vista dos visitantes. A Igreja ganhou acessibilidade universal com banheiros adaptados, elevador e rampas, além da instalação de sistema de segurança patrimonial, de combate a incêndios e pára-raios.⁷⁰

De acordo com entrevista realizada com Anna Beatriz Galvão, os critérios usados para definir como seria a intervenção de sua recuperação foram marcados, entre outros, por questões simbólicas, pelo significado do patrimônio para a população, pela urgência de se manter a identidade e por questões derivadas, consideradas demandas legítimas daquela coletividade. Ela reflete que

– A discussão, tanto no Condephaat, quanto no Iphan e nas universidades era: “Não podemos defender a construção de uma nova igreja seguindo a imagem do que já era, do que tinha antes, porque isso seria um falso histórico.” Essa é a visão mais correta dentro do discurso, dentro do pensamento teórico em questão. “Vamos fazer uma construção seguindo o mesmo volume, mas com materiais modernos, uma tecnologia contemporânea, para impedir que seja feito um falso histórico.” Essa era, sem dúvida, a postura mais recorrente que a gente encontrou ao longo do processo. Eu mesmo pensava assim. Mas, nesse convívio em São Luiz, eu costumo dizer que todas minhas verdades foram por água abaixo junto com o Rio Paraitinga. Eu tive que repensar outra vez.

Utilizando os mesmos preceitos para explicar a Matriz e sua reconstrução, a ex-Secretária de Planejamento e organizadora do Conselho de Patrimônio da cidade, Cristiane Bittencourt pensa que

– Se fosse levar por essa teoria do falso histórico, a Matriz não poderia ter sido reconstruída da mesma forma. E o que pesou na aprovação do projeto? Exatamente o relacionamento das pessoas da cidade com o patrimônio que tinha sido reconstruído. A pessoa precisava se relacionar de uma forma positiva com a reconstrução da

⁶⁹ De acordo com informações dos técnicos da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga e do Iphan, embora alguns remanescentes das paredes de taipa tenham permanecido internamente, a volumetria foi mantida.

⁷⁰ Informações obtidas no vídeo elaborado pela 3DM Maquetes Eletrônicas para as empresas Formarte e Concremat. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zjpcj7mm_KA. Acesso em fev/2020.

Matriz por uma questão social, econômica, de autoestima, de pertencimento. Isso era muito debatido na época. Pertencimento. O maior patrimônio que caiu, que gerou um impacto maior na vida das pessoas, foi a Matriz.

Os questionamentos sobre o porquê preservar um conjunto urbano tão danificado já haviam sido levantados no processo de tombamento da cidade que, para respondê-los, remetiam-se primeiramente ao conceito autenticidade, buscado no Documento de Nara sobre Autenticidade (1994) e na Carta de Brasília (1995), que trabalha este tema sob a perspectiva brasileira. Deste documento, destaca-se que:

o significado da palavra autenticidade está intimamente ligado à ideia de verdade: autêntico é o que é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas. Os edifícios e os lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em um patrimônio. Poderíamos dizer, com base neste princípio, que nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado.

Assim, o Iphan encontrava argumentos para defender a proteção federal, quando declara que “em que pesem danos irreversíveis a tantas edificações, permanece preservada a relação sítio natural/traçado urbanístico/conjunto arquitetônico, atributo que está no cerne da motivação para a proteção” (IPHAN, 2010a, fl 65).

Os mesmos fundamentos foram transferidos para o momento de reconstrução da Matriz, mas não para outras reconstruções, como se verá adiante. Hernández Martínez (2007, p. 57) considera que a sociedade atual permite a relativização de valores – incluindo o valor de autenticidade – fruto do “gran cambio en la mentalidad occidental se produjo al aceptar que el concepto de autenticidad podía tener diferentes sentidos [...] en función de la cultura que lo interpretase⁷¹”. A autora atribui parte dessa variabilidade às modificações de critérios dos organismos internacionais que tratam da questão patrimonial, e dos debates resultantes, onde se verifica que “la negación de los valores absolutos que se reclama en las últimas décadas, puesto que no hay historia sino interpretaciones de la historia, evidencia que tampoco puede existir una autenticidad absoluta, sino diferentes versiones de la misma⁷²” (HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, 2007, p. 58-59).

⁷¹ “uma grande mudança na mentalidade ocidental foi produzida ao aceitar-se que o conceito de autenticidade poderia ter significados diferentes, [...] dependendo da cultura que o interpretasse”.

⁷² “a negação dos valores absolutos que tem sido reivindicada nas últimas décadas, uma vez que não há história, mas interpretações da história, evidencia que também não pode haver autenticidade absoluta, mas versões diferentes dela”.

A própria Carta de Brasília, já citada, demonstra essa relativização quando diz que “o tema da autenticidade passa então pelo da identidade, que é mutável e dinâmica e que pode adaptar, valorizar, desvalorizar e revalorizar os aspectos formais e os conteúdos simbólicos de nossos patrimônios”.

Sobre o dilema do falso histórico, o arquiteto e especialista em restauração, Antoni González (1996, p. 22) opina que,

a mi juicio, si contemplamos el monumento no sólo como “obra de arte” (calificación aplicable, por otra parte, en un porcentaje pequeñísimo de elementos considerados hoy como patrimonio arquitectónico), sino en su triple e irrenunciable esencia documental, funcional y significativa, es precisamente la ausencia – no la recuperación – de los elementos definidores de la esencia del monumento la que constituye una verdadera falsedad. Un falso arquitectónico, más decisivo en la negación de la autenticidad del monumento que el falso histórico⁷³.



Figura 42: Procissão na Festa do Divino Espírito Santo de 210, São Luiz do Paraitinga. Em 2010, os moradores, além dos pedidos habituais de saúde, trabalho e fartura de alimentos, pediam para rever sua cidade reconstruída e, em especial, suas igrejas. Foto de Degiovani Lopes da Silva. Fonte: Acervo da pesquisa, 2010.

⁷³ “na minha opinião, se contemplarmos o monumento não apenas como uma ‘obra de arte’ (uma qualificação aplicável, por outro lado, a uma porcentagem muito pequena de elementos considerados hoje como patrimônio arquitetônico), mas em sua tripla e inalienável essência documental, funcional e significativa, é precisamente a ausência - e não a recuperação - dos elementos definidores da essência do monumento que constitui uma verdadeira falsidade. Um falso arquitetônico, mais decisivo na negação da autenticidade do monumento do que o falso histórico”.

A inauguração da Matriz ocorreu em 16 de maio de 2014, com a presença do então governador Geraldo Alckmin (PSDB), do prefeito à época Alex Torres (PR), do bispo Diocesano Dom Carmo João Rhoden, de José Serra, além de outros políticos locais. Em uma das placas comemorativas, lê-se que

“Com a reabertura da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa o Governo do Estado de São Paulo e a Diocese de Taubaté devolvem à magnífica cidade de São Luiz do Paraitinga seu principal espaço de celebração religiosa e social para que continue sendo um importante marco para a cultura paulista e para todos nós”.

Foram suprimidos nominalmente Condephaat e Iphan, citados em outra placa como “órgãos responsáveis”. Deles, diz-se que, junto aos moradores “reconstruíram a memória coletiva do espaço sagrado e afetivo”.

9.2 O antigo Grupo Escolar, atual Biblioteca Municipal

*O passado é mentira. Metade é feita de coisas não passadas.
A outra metade é feita de coisas que nunca mais passarão.
Mia Couto, Olhos nus: olhos*

No sentido oposto à nova edificação da Igreja Matriz, apresentam-se os resultados da reconstrução da edificação que, até a enchente, abrigou uma escola e que agora sedia a Biblioteca Municipal Nelson Ferreira Pinto. A história da edificação e sua importância para os luizenses fizeram com que sua reconstrução se caracterizasse como um estigma, motivo de diversas polêmicas e desagrado. Como lembra Santos (2015, p. 277), “o prédio da escola era um ícone que portava memórias. Em todo o processo da reconstrução, havia uma expectativa muito grande na reconstrução dessas memórias”.

Campos (2011) conta que São Luiz do Paraitinga se orgulha de ter tido o primeiro grupo escolar instalado no Estado de São Paulo. Até 1891, as escolas públicas funcionavam em classes isoladas; esta situação foi alterada por legislação em 1892, que agrupava as escolas em um único prédio. Em 1985, essa primeira escola, denominada Escola Cel. Domingues de Castro, ocupou um casarão da cidade até que, em 1902, mudou-se para um imóvel situado na Rua

Cônego Costa Bueno, esquina com a Rua Monsenhor Ignacio Gioia, ao lado da Igreja Matriz. Em mais um lance famoso, quem adaptou este outro edifício para funcionar como escola foi o engenheiro e escritor Euclides da Cunha. A Escola Coronel, como é conhecida, ficou nesse endereço até 1992. No edifício ainda funcionaram a Escola Normal Municipal João Ebram e, a partir de 2004, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Waldemar Rodrigues (Figura 43). Em 2010, com a enchente, o edifício ruiu e foi totalmente danificado.



Figura 43: Grupo Escolar, nas esquinas da Rua Cônego Costa Bueno (porta de acesso) com a Rua Monsenhor Ignacio Gioia. Fonte: Arquivo Fotográfico – Iphan/SP, s/d.

Muitos luizenses passaram por essas escolas, o que fez o edifício transformar-se em um lugar de memória, no sentido atribuído por Pierre Nora (1993, p. 21): “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”. Com a enchente e a destruição completa da edificação, os luizenses evidenciaram os significados da edificação. A reconstrução trouxe insatisfação com o resultado, fazendo com que muitos moradores se recusem a frequentar a biblioteca, apesar das qualidades das instalações.

A antiga biblioteca estava localizada na Praça Oswaldo Cruz. Com a enchente, perderam-se o imóvel e todo o acervo bibliográfico da cidade. O caso da construção da nova biblioteca

suscitou, de forma bastante clara, a ideia de patrimônio como pertencimento. Também é uma demonstração de como a memória é acionada e utilizada no jogo pelo patrimônio.

Os técnicos consultados em entrevistas apresentaram, como ponto comum, o entendimento da falta de conversa anterior com a população sobre o projeto arquitetônico como o maior problema. Apesar de ter passado pelas mãos de diversos agentes autorizados, os luizenses sentiram-se traídos ao ver que o edifício não era “exatamente igual” ao anterior.

A construção do novo prédio ficou a cargo do governo estadual, com projeto desenvolvido pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), unidade pertencente ao Condephaat. Foi autorizada, entre outros, pelo Iphan. A ex-superintendente do Iphan, Anna Beatriz Ayrosa Galvão, em entrevista, explicou que deu aval ao projeto depois de haver perguntado se ele tinha sido aprovado por outras instâncias, entre as quais o Conselho de Patrimônio da cidade. Quando ela questionou algumas mudanças arquitetônicas propostas para a nova construção, a alegação foi de que, naquela edificação, não se executaria um “falso histórico”.

Em julho de 2010, o Condephaat enviou ao Iphan a documentação com o projeto básico da biblioteca, para apreciação. De acordo com o documento,

a nova biblioteca será construída no vazio deixado pela destruição do edifício onde funcionava a EMEF Waldemar Rodrigues, localizado na esquina da Rua Cônego Costa Bueno e da Rua Monsenhor Gióia. A recomposição deste volume visa a reconfiguração da esquina, deixando a Igreja Matriz (a ser reconstruída nos moldes da original destruída) como protagonista novamente daquele espaço urbano. São Luiz do Paraitinga é também marcada pela ordem ritmada de suas elevações urbanas. Casas de porta e janela, sobrados coloniais, portas compridas. A escolha é pela continuidade, com quebras sutis e repentinas, uma pausa e uma nota mais baixa, marcando a intervenção. Trata-se, portanto, da recomposição em escala urbana, da leitura de elementos essenciais do edifício original em sua interface com a cidade. O edifício quase silenciosamente fala da sua novidade (CONDEPHAAT, 2010, fls. 05-06).

O que nunca houve, em relação a esse construção, foi o silêncio. Ela suscitou diversas manifestações por parte dos luizenses, com ampla cobertura da mídia local e, até o momento, é alvo de reclamações e insatisfação. Um dos pontos que trouxe mais desagrvos foi a mudança da entrada da edificação. A escola tinha sua porta principal na Rua Cônego Costa Bueno e na nova proposição a abertura passou para a Rua Monsenhor Ignacio Gioia. Para Anna Beatriz, esta opção foi o maior problema:

– *Eu aprovei [o projeto da biblioteca], mas muito em função das informações que vieram. Daí começa a obra, que é outra questão. A implantação foi errada. Diminuiu a calçada. Porque uma coisa é projeto, outra coisa é a execução da obra. Erraram. E foi aquela comoção. A lição número um: nem todo mundo sabe ler planta. Acho que viram um volume, viram as janelinhas, e não tinha detalhe. Lição número dois, agora, para a gente: a questão do acesso. O acesso ao grupo escolar era voltado para a lateral da igreja, teria que continuar voltado para a lateral da igreja. Teria que ter conversado mais com as pessoas, para saber o que significava aquele prédio, e não ser um projeto de gabinete. Então foi feito com a melhor das intenções, só que foi uma frustração generalizada depois [...] O pessoal fala assim: “Aquela janela não tem nada a ver.” Eu sou capaz de botar a mão no fogo, o problema não é a janela, se ela é moderna ou não. É a falta da porta de entrada, por onde ela era, como ela era. Pelo menos, que ela fosse grande, alta, aquela imponência com que o pessoal se identificava, retomasse ali. E não por aquela porta de garagem lá embaixo.*

A arquiteta Erika Hembik Borges Fioretti, arquiteta e diretora do Grupo de Conservação e Restauração de Bens Tombados do Condephaat, na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) informou que, entre as demandas urgentes que o Condephaat recebeu, assim que começou a atuar em São Luiz do Paraitinga, estava a escola. Segundo seu relato, o órgão foi informado de que, por decisão do governo estadual, ali não seria reconstruída a escola, mas, sim, uma biblioteca. Sobre o projeto arquitetônico, que ficou a cargo do Condephaat, Erika comentou que:

– *O projeto teve que sair a toque de caixa. Eu conheci as duas arquitetas autoras do projeto. O que foi passado para elas: precisa ter uma biblioteca. Eu não sei se por uma decisão de projeto autoral, não se quis considerar o que restou da antiga escola materialmente. Ou foi porque não houve tempo para considerar isso e fazer parte do projeto. Essa resposta eu não tenho. Tinha um grande remanescente de taipa de pilão? Tinha. De dois pavimentos de altura. Tinham remanescentes de esquadrias? Tinha. No projeto, isso foi contemplado? Não. Não sei se ele não foi por uma decisão de projeto, ou se foi por falta de tempo. Porém, em termos arquitetônicos e de restauro, dentro do conhecimento, da disciplina do restauro, eu entendo que aquilo que foi proposto como resultado, é um objeto interessante,*

porque ele se apropriou do repertório formal dessa antiga escola, ou seja, o desenho de cobertura, a implantação, o ritmo das aberturas de janelas. E foi feita uma proposta de uma nova edificação, propondo essa releitura para preencher essa lacuna urbana. Nesse aspecto, eu acho que é interessante, porque insere elementos contemporâneos, mostrando que é uma edificação contemporânea. E eu acho muito interessante enquanto arquitetura.

A solução arquitetônica foi, exatamente, o grande questionamento da população luizense, e não seu novo uso, passando de escola para biblioteca. A ex-Secretária de Planejamento, Cristiane Bittencourt, fala do edifício como “a caixinha, que é a biblioteca. Um lugar maravilhoso por dentro e que por fora não representa a cidade”. Segundo sua entrevista, o projeto para a reconstrução merecia ter sido mais debatido e não houve diálogo; o assunto foi muito conversado no Conselho de Patrimônio da cidade, mas, de fato, o projeto chegou pronto, elaborado pelo Condephaat, sob instruções do Governo do Estado (Figura 44).

Mesmo sendo a biblioteca um equipamento atualizado para a cidade, a forte rejeição dos luizenses pela aparência do edifício faz com que seja sub-utilizado e pouco frequentado. Natália Moradei, como arquiteta, entende que o projeto “traz muitas coisas positivas para cidade, como ter um espaço de auditório, ter espaço para computadores na parte superior, para público jovem, ter espaço para as crianças, coisas que antes não tinha”. Mas ela acredita que o problema da reconstrução foi “a ausência da participação da comunidade durante o processo de elaboração do projeto”. Esta percepção é reforçada na entrevista de Erika

– Era um edifício muito querido pela comunidade de São Luiz do Paraitinga. Pena que não houve espaço para conversa com a comunidade, tal como houve na Matriz. Aqui, a UPPH ficou imersa no projeto, elaborando com pressão de gabinete de governo, elaborando projeto. Não foi orientada da forma devida, porque eu acho que quando você faz um projeto de uma instituição, e uma substituição de instituição, de escola para biblioteca, entendendo como esses edifícios são icônicos na cidade para a população, e cabia, com certeza, uma discussão com a comunidade, uma apresentação prévia do projeto.

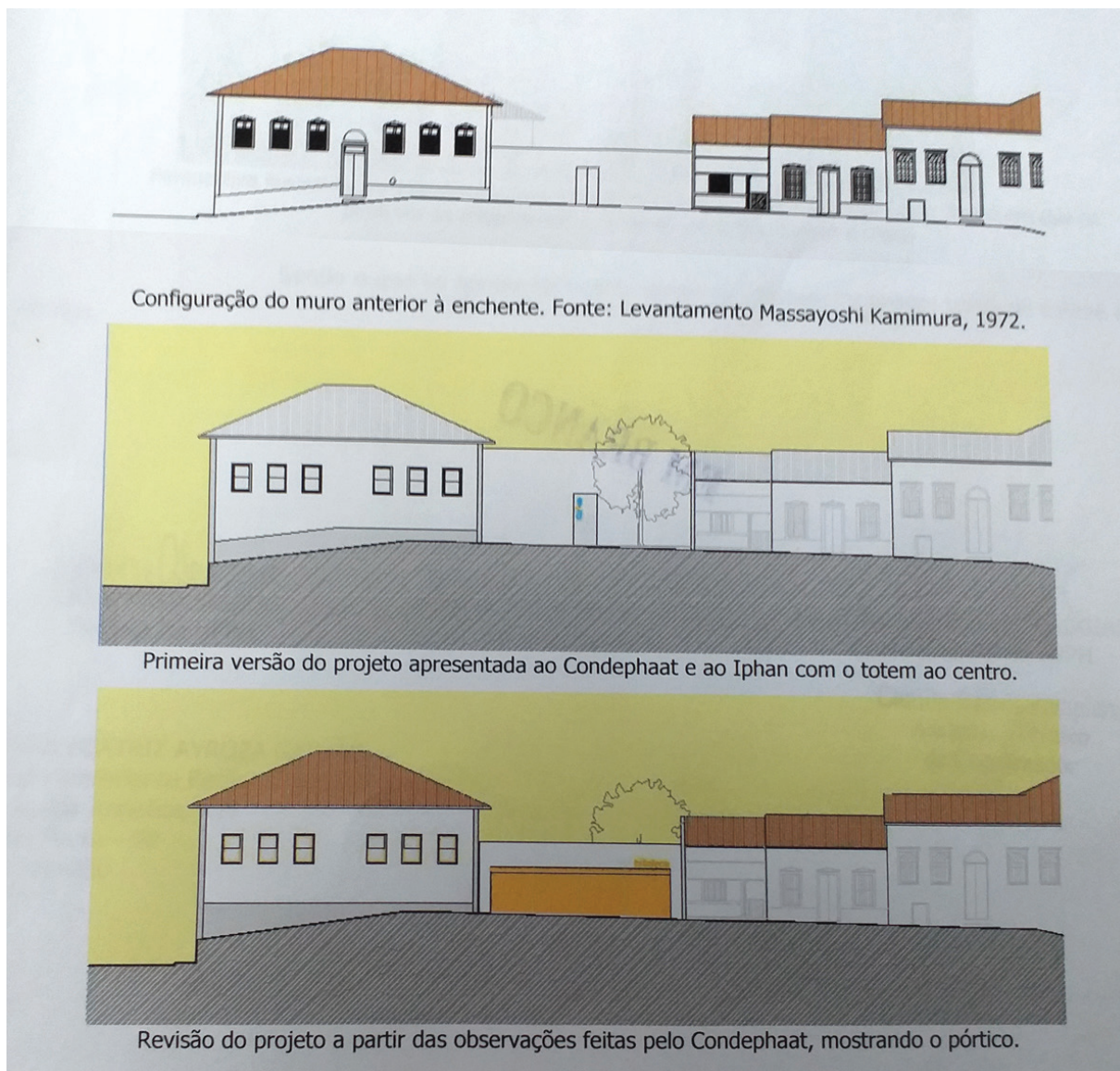


Figura 42: Reprodução do projeto para a nova Biblioteca Municipal Nelson Ferreira Pinto. 4Fonte: Condephaat, 2011.

Logo após o término da construção, um episódio fez a população aumentar sua rejeição. No projeto, previa-se que os requadros das janelas seriam de concreto aparente e serviriam, inclusive, de banco para os usuários da biblioteca. Porém, o concreto foi substituído por um elemento de Poliestireno Expandido (EPS), mais conhecido como isopor, que começou a se quebrar. O caso apareceu na mídia e provocou um descontentamento ainda maior.

Em dezembro de 2012, a Promotoria de Justiça de São Luiz do Paraitinga abriu um Inquérito Civil, dirigido à UPPH, no qual exigia “detalhamentos dos critérios técnicos [...] especialmente no que tange à utilização das janelas de ferro que não são usualmente adotadas nas aprovações de reformas no centro histórico e à utilização de isopor para a confecção dos batentes/parapeitos” (CONDEPHAAT, 2013, fl. 4).

A UPPH respondeu, em janeiro de 2013, que

é preciso deixar claro que não existe uma única linha de pensamento para as intervenções de restauro e que nenhuma é mais correta ou mais verdadeira que outra, sendo que sempre deve ser buscada a eleição da mais apropriada para cada caso. Neste caso particular, houve a intenção deliberada de não produzir uma cópia do antigo Grupo Escolar, levando em consideração o fato de o imóvel ter sido integralmente arruinado pelas águas e de se tratar de um prédio público com um novo programa funcional não se tratando mais de uma escola, mas de uma biblioteca (CONDEPHAAT, 2013, fl. 07).

Alegaram, também, que o projeto havia sido apresentado em mais de uma ocasião para a Prefeita de São Luiz do Paraitinga e alguns assessores, e também em uma oficina organizada pela Secretaria de Estado da Cultura, que teve como público “representantes de universidades, estudantes, profissionais da área, munícipes e membros da sociedade em geral, tendo sido igualmente muito bem recebido”.

Sobre a utilização de isopor, a UPPH alegou não ter responsabilidade sobre o ocorrido e a imputou à Assessoria de Obras da Secretaria, que estava à frente da execução da obra.

Em fevereiro de 2013, a Promotoria apresentou um abaixo assinado popular – com aproximadamente 250 assinaturas –, com a seguinte colocação:

os abaixo assinados por meio deste, solicitam das autoridades competentes, as devidas providências cabíveis com a máxima urgência, no sentido de que seja paralizado a reconstrução que estão sendo feitas no prédio do Grupo Escolar Cel. Domingues de Castro, por não apresentar o mesmo estilo do prédio construído no século passado, em 1898, tornando-se o patrimônio e orgulho de nossa cidade (sic) (CONDEPHAAT, 2013, fl. 09).

As arquitetas responsáveis pela obra, Lara Melo Souza e Luciana Yurie Sakayemura, responderam, por meio da UPPH, que “a proposta foi uma releitura do edifício original arruinado’ e que a nova escolha não tratava de “um projeto de reprodução do que havia antes da enchente”, mas da “recomposição de alguns atributos e valores do edifício prévio, permitindo a sua leitura urbana como objeto novo no tecido antigo”. Apegando-se à Carta de Veneza, no que ela trata para que “a restauração não falsifique o documento da arte e da história”, alegaram ainda que “trabalhou-se com a reintegração da imagem urbana”, no sentido de restabelecer a nova estrutura à lacuna deixada pela perda do edifício anterior, “utilizando instrumentos e linguagens contemporâneas” (CONDEPHAAT, 2013, fl. 11).

Para além dos aspectos materiais, as arquitetas declararam que

entendemos as memórias afetivas que a comunidade passa a estabelecer com determinados lugares ou espaços, o que certamente ocorre com a população de São Luiz do Paraitinga e o antigo edifício onde funcionava a escola. Em momento algum essa relação foi deixada de lado, ou mesmo desrespeitada. Ocorre que essas relações jamais poderão ser retomadas tendo em vista que o edifício não existe mais, mesmo com a construção de uma cópia. As relações agora precisam passar por um processo de ressignificação, de maneira que o novo edifício inserido na cidade reviva a ideia daquele antigo e ao mesmo tempo inicie um novo processo de apropriação (CONDEPHAAT, 2013, fl.11).

Este será um tema sempre controvertido, sempre exigido para aqueles que trabalham com o patrimônio cultural. De acordo com Pesavento (2007a, online), “história e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada”. Assim, continua a autora, “o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens”.

Como alternativa a esse descontentamento, moradores confeccionaram painéis dentro do saguão de entrada no novo prédio (Figura 45), que apresentam o prédio do antigo grupo escolar, desenhos de sua arquitetura e uma poesia de Aziz Ab’Saber reverenciando a cidade e a memória. Como entende Jacy Alves de Seixas (2004, p. 51-52), “a memória existe ‘fora de nós’ [...], inscrita nos objetos, nos espaços, nas paisagens, nos odores, nas imagens, nos monumentos, nos arquivos, nas comemorações, nos artefatos e nos *lugares* mais variados”.



Figura 45: Painéis localizados no saguão da entrada da Biblioteca Municipal Nelson Ferreira Pinto, 5mostrando o antigo prédio do Grupo Escolar que ruiu com a enchente.

Houve uma grande rejeição por parte dos luizenses à aparência da nova edificação, principalmente em relação à porta principal. Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

Citando Denise Jodelet (2002, p. 31) “a questão da memória se torna pertinente, uma vez que esta, unindo de forma dialética o passado, o presente e o futuro, pode servir para estabelecer formas de vida sem ruptura brutal, respeitando um presente que encontra sua fundamentação no passado”. A reconstrução dessa edificação, em especial, deixou entrever que a ruptura causada pela enchente se queria apagada, por meio da demonstração de recusa em frequentar o local, e pela não aceitação de sua aparência que não era “igual” àquela que foi destruída pelas águas. Esta situação é, para André Bazzanella, aquela que, de fato, revela aos olhos o que foi a enchente: “a biblioteca é a única coisa que permaneceu da enchente. Porque ali mostra que houve a enchente. O marco da enchente é a biblioteca. Não é casa caída”.

Em entrevista, Flávia Americano, que trabalha no prédio da nova biblioteca, contou suas impressões

– Sempre que as pessoas vêm, eu tenho o carinho de mostrar as fotos. Mostro como é que era. Porque eu acho que é importante a gente resgatar essa memória. Poderia ter sido feito diferente [a reconstrução]. Eu sempre brincava: nem que fosse para fazer cenográfico [...] Eu acho que esse prédio é tão central aqui, e é uma referência tão grande [...] Eu sou apaixonada pelo local. Mas quando eu olho para fora, foge muito da realidade que deveria ser. Isso é uma inconformidade minha [...] Mas eu gostaria que, pelo menos por fora, o prédio tivesse sido mantido. Eu acho que fugiu muito da história.

Em 2019, um grupo de luizenses, com o apoio do dirigente da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba, confeccionou um banner que reproduzia a antiga porta de entrada da escola e o fixou, temporariamente, na parede da nova biblioteca (Figura 46). Foi uma tentativa de materializar na cidade, novamente, um de seus imaginários urbanos; afinal, as escolhas de proteção, manutenção e/ou destruição dos patrimônios edificados devem levar em conta os patrimônios simbólicos.

Para Eduardo Lourenço (1999, p. 32), estudioso português da mitologia e do imaginário da saudade, “a memória [...] idealmente nos proporciona um passado (ou o passado) como tal, idêntico na sua manifestação, na sua relação com a consciência, ao presente suspenso, apesar do sentimento de irrealidade de que se acompanha. A memória oferece-nos assim o que passou como se existisse ainda”.



Figura 46: A nova Biblioteca Municipal Nelson Ferreira Pinto. Foi colocado um banner provisório reproduzindo a antiga porta principal do edifício, quando este era o Grupo Escolar. Detalhe do banner com desenho que retrata a edifício destruído e sua porta principal.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

Capítulo 10

A reconstrução de casas particulares e o Conjunto Habitacional Casinha Branca

A cidade é um acúmulo de vivências e de construções que se sobrepõem como camadas arqueológicas. Inexiste o núcleo histórico puro, e é certo que a cidade em que vivemos será o núcleo histórico do futuro. Se houver futuro – porque se a cidade que está sendo construída hoje tiver arquitetura e espaços públicos desprezíveis, a ponto de merecer ser demolida, as futuras gerações estarão desprovidas de memória e de identidade. Nessa condição, estarão, provavelmente, condenadas à barbárie.

Nabil Bonduki, 2010

Se algumas edificações públicas tiveram suas reconstruções executadas em um curto espaço de tempo, com verbas públicas, o mesmo não aconteceu com diversas casas particulares, mesmo situadas dentro da área de tombamento (Figura 47).

O patrimônio tombado muitas vezes exige, de seus proprietários, recursos que eles não têm e, ainda, são desconhecidas as responsabilidades que lhes cabem ou as que são imputadas aos poderes públicos. Como explica Rafael de Oliveira Alves (2010, p. 180),

a restauração da propriedade tombada exige desde intervenções diminutas até processos complexos, que envolvem, todos eles, suporte técnico mais complexo que a mera conservação, podendo as quantias para tanto ser demasiadamente elevadas para orçamento doméstico do proprietário. Aqui, mais uma vez, o binômio capacidade do proprietário e necessidade de conservação deve ser equacionado de modo proporcional.

Esta matéria ainda gera muitos desentendimentos, uma vez que as responsabilidades sobre restauração de imóveis tombados não são claramente conhecidas. No momento da enchente, em que havia necessidade de restauração e, muitas vezes, reconstrução, a situação ficou ainda mais ambígua.

A construção de um conjunto habitacional, seguindo o modelo da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), também demonstrou que, pela urgência da situação, as escolhas desconsideraram projetos e programas consolidados para reabilitação urbana, cujas experiências poderiam ter sido aproveitadas naquele momento, traduzidas e adaptadas para o contexto luizense.



Figura 47: Vazio deixado por casa que ruiu na enchente, na Praça Oswaldo Cruz, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

10.1 Casas particulares e os vazios na cidade

A cidade, a partir de 2010, passou a responder a dois órgãos de preservação. Toda e qualquer alteração nas edificações deve ter aprovação do Condephaat e do Iphan e eles, muitas vezes, dão respostas divergentes sobre as mudanças solicitadas. Os moradores também se queixam de que as regras da preservação não são claras e nem sempre conhecidas. Esta situação concorre para que os órgãos sejam vistos como aqueles que mantêm, apenas, a função de fiscalizadores; são entendidos também como um empecilho para reformas necessárias, ou mesmo para escolhas estéticas. Os proprietários e moradores sentem-se refém de decisões que, na maior parte das vezes, não compreendem, o que faz crescer a insatisfação de viver em um imóvel tombado. Desconhecem, também, as atribuições dos órgãos, seu funcionamento em uma cidade tombada, além de questões técnicas, legais e financeiras ligadas aos tombamentos.

Uma passagem narrada na entrevista de Anna Beatriz Galvão representa as ambiguidades na compreensão de competências . Segundo ela,

– Teve outro episódio do Condephaat, que passou um documento para os moradores, falando assim: “Vocês autorizam que nós façamos o projeto da casa de vocês? O projeto de restauração da casa? A gente vai fazer de graça.” Ai todo mundo

autorizou. Só que eles autorizaram achando que era obra. Mas projeto não é obra. Então eles fazem o projeto. E a obra? Quem vai fazer? Então foi uma saia-justa depois, quando eles descobriram que não era obra, só projeto. É complicado.

Sobre esse assunto, também foi ouvido Luiz Fernando de Almeida

– Eu acho que tem uma grande questão dentro da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, em centros históricos que é, de fato, criar condições de ação, em cima dos imóveis privados. Essa é uma deficiência da política, até no sentido de pouca definição e pouca explicitação da dimensão pública desses imóveis. Naquele momento, estava-se finalizando o programa Monumenta, que inovou, criando uma linha de financiamento para imóveis privados em determinados sítios históricos. O Iphan tentou elaborar uma continuidade do Monumenta que ficou conhecido como PAC Cidades Históricas, onde isto era um componente fundamental. Mas houve uma enorme dificuldade de viabilizar isso, dentro de uma lógica setorial de governo, que não entende isso como um problema do patrimônio. E o Iphan só conseguiu estabelecer, no PAC das Cidades Históricas, pequenas ações de financiamento de imóveis privados, em uma parceria com o Banco do Nordeste do Brasil. A continuidade desse programa, no meu ponto de vista, é essencial que se desenvolva. A gente não consegue elaborar. Houve um acordo entre Iphan e governo do estado, daquilo que cada um faria em São Luiz do Paraitinga. E dentro desse acordo, o governo do estado ficou de fazer o projeto, e ainda construir os imóveis privados. O Iphan fez Mercês, Rosário, a Casa de Oswaldo Cruz, as contenções emergenciais da Matriz, mas não ficou no campo dele, de divisão de responsabilidade naquele momento, a recuperação dos imóveis privados. E foi isso. Por um lado, você tem uma deficiência sob o ponto de vista de uma política de como enfrentar a questão da degradação, do arruinamento de imóveis privados, e nesse caso, pelo fator do acidente que aconteceu dentro dos centros históricos; por outro, houve um acordo de que isso não seria papel do Iphan naquele momento.

O Programa Monumenta, criado no final da década de 1990, e que funcionou até 2009, trouxe como fator diferencial, dentro de suas atividades, o financiamento para recuperação de imóveis privados em centros históricos, como parte da estratégia de desenvolvimento para as

áreas urbanas selecionadas, dotadas necessariamente de conjuntos de imóveis tombados em nível federal. Como instrumento, permitiria aos proprietários desses imóveis conservarem os edifícios que compunham o conjunto urbano protegido, consolidando a questão da moradia como estrutural para a recuperação dos centros históricos e valorizando a dimensão humana no uso cotidiano do patrimônio. A movimentação para recuperação desses imóveis trouxe a percepção de que seria necessária uma mudança da cultura de preservação do patrimônio histórico no Brasil, já que muitos dos proprietários queriam, mais do que reformas, poder demolir as edificações e dar aos locais novos usos. Além disso, a complexidade operacional do programa exigia ajustes para melhorar as condições dos financiamentos, que apresentavam muitas regras e pré-condições para sua própria operacionalidade. Também se questionou, mais uma vez, as fragilidades das estruturas locais de gestão do patrimônio e a falta de articulação entre os diversos agentes públicos, privados e a sociedade civil (IPHAN, 2009).

O programa estava vinculado a aportes financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, como analisou Schicchi (2012, p. 18) investia na recuperação urbana “com a perspectiva de obter o autofinanciamento do processo como produto, priorizando o financiamento de projetos que resultassem num rápido retorno do capital investido” e que, ainda, exigia contrapartida financeira dos municípios selecionados. Para essa autora, analisando os procedimentos, “fica evidente que todas as premissas do programa Monumenta, do governo federal, gerenciado pelo Iphan junto às municipalidades brasileiras foram, na verdade, condicionantes definidas *a priori* pelo BID” (SCHICCHI, 2012, p. 21).

O Monumenta foi sucedido pelo PAC Cidades Históricas, do qual São Luiz do Paraitinga participou. Na primeira fase deste novo programa, não couberam ações voltadas aos proprietários de imóveis particulares. Estabeleceu-se uma parceria entre o município e o Iphan para fazer levantamentos e apontar ações em benefício da cidade e do patrimônio; ações que não tinham como objetivo apenas a gestão do patrimônio protegido, mas visavam também a melhoria de infraestrutura das áreas envoltórias. Após a definição de prioridades para o uso dos recursos, quatro ações foram financiadas, agora na segunda fase do programa, o PAC 2: 1) infraestrutura para embutir fiação, cuja finalização das obras está à espera de que a prefeitura entregue o projeto; 2) o paisagismo da encosta do rio Paraitinga no trecho da Rua do Carvalho, cujo contrato com a empresa vencedora da licitação foi rescindido em 2016, por problemas de ordem técnica e cujo processo, reaberto em 2017, está na dependência da elaboração de projeto básico e outros elementos técnicos, alguns de responsabilidade do Iphan; 3) projeto Rua da Música, que está sendo executado; 4) a revitalização do bosque Casa Oswaldo Cruz, cujo convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF), feito com o Instituto Elpidio dos Santos

(IES), que não seguiu adiante por problemas de cronograma físico-financeiro; essa intervenção previa, entre outras ações, uma alternativa de ligação entre o Centro Histórico e o bairro do Alto do Cruzeiro (ALLUCCI, SCHICCHI, 2019).

Em contraposição aos entrevistados do Iphan, a entrevista de Erika Fioretti, do Condephaat, mostra que o órgão se sente confortável em relação aos esclarecimentos sobre os imóveis em São Luiz do Paraitinga, uma vez que as diretrizes do tombamento estadual estão disponíveis. Ela lembra, também, que o Condephaat estabeleceu graus de proteção aos imóveis do núcleo tombado, atrelado a um mapeamento, o que, na interpretação da arquiteta, facilitaria a leitura das possibilidades do que pode, ou não, ser executado nas casas. Continua, em sua entrevista, dizendo:

– O Iphan não faz a distinção dos imóveis no núcleo urbano. É uma coisa só. Eles têm diretrizes, mas que eu saiba ainda não foram publicadas no Diário Oficial da União, ou seja, não são válidas. Agora, a gente também se coloca no lugar do munícipe, de fato, é difícil atender a dois órgãos que tem tombamentos distintos. O do Condephaat de 1982, fez uma leitura do território, elegeu alguns edifícios mais importantes, outros não. E o Iphan não fez isso e tem uma área tombada maior, uma envoltória ainda que vai até os picos dos morros adjacentes. Ao meu ver, eu acho melhor ter essa discriminação de importância dentro de uma mancha urbana. Porque senão tudo é tratado muito igual. E as temporalidades são distintas. Você pega uma casa do século XIX, tem um sistema construtivo que é muito diferente de uma casa construída em 1970. Acho que cabe um olhar diferente, sim. Uma coisa que me preocupa é o falso histórico. Ou seja, intervenções que se utilizam de elementos do repertório colonial, e para quem é turista, para quem não entende: Ah, é uma casa antiga. Não, não é uma casa antiga. Você pode fazer reforma? Pode. Mas, dentro de alguns critérios. Para esses edifícios mais importantes, de forma geral, quanto melhor preservar é melhor para o patrimônio. Para a memória.

Percebe-se, pelas falas dos entrevistados, a defesa dos respectivos órgãos e pequenos apontamentos para algumas soluções; mas, de fato, não mostram nenhum caminho para facilitar a vida do morador de uma casa tombada, ou que esteja dentro de uma área tombada, mesmo em um momento atípico como se passou em São Luiz do Paraitinga.

Ainda em 2010, algumas instituições foram criadas na cidade, com finalidades diversas, mas todas voltadas aos problemas decorrentes da inundação. Uma delas foi a Associação dos Amigos para a Reconstrução e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do

Paraitinga (AMI São Luiz), entidade civil de caráter cultural e sem fins lucrativos e econômicos. Criada em janeiro daquele ano, sua diretoria foi composta por um grupo de aproximadamente 10 luizenses, entre professores, advogados, comerciantes, engenheiros e jornalistas. Por meio de arrecadações obtidas de empresas e pessoas físicas, a AMI doou projetos de execução de restauro e de reformas de várias casas destruídas e parte do material de construção, além do acompanhamento técnico das obras, para cerca de 15 imóveis. (ALLUCCI, 2015).



Figura 48: Casa particular não restaurada, localizada na esquina chamada Quatro Cantos, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

Mas foi a partir da entrega da reconstrução da Biblioteca Municipal que se abriram precedentes para reclamações e demandas dos moradores de casas particulares que se encontram na área tombada na cidade (Figura 48). Eles questionam, entre outras situações, porque os órgãos de preservação puderam reconstruir o prédio como quiseram, enquanto eles não podem fazer pequenas modificações em suas casas, mesmo apresentando os projetos exigidos.

– É um orgulho muito grande [viver em uma cidade que é patrimônio nacional]. Mas a cada dia que passa está ficando mais difícil. A minha casa não é muito antiga, mas é muito complicado, é muito burocrático. Hoje a gente vê vários casarões aí que estão se perdendo com o tempo porque não é possível restaurar, porque é muito

difícil. Iphan, Condephaat, é muito complicado, é muito burocrático para resolver essas questões. Tem imóveis, até hoje, que estão parados. Estão acabando com o tempo.

Antônio Carlos Daniel Frade

– Não sei se tem como o Iphan contribuir, de maneira direta, com recurso financeiro para a cidade. Porque muitas famílias têm casarões que não foram reconstruídos por falta de dinheiro. Os órgãos poderiam estar mais atentos e perceberem que as pessoas têm afeto pelos lugares, que precisam de uma melhoria, mas o processo para conseguir arrumar é demorado. E às vezes, quando sai o resultado, a pessoa já não tem o dinheiro. Muitas coisas acontecem nesse meio do caminho, dos trâmites legais que precisam ser feitos.

Amanda Cursino

– Em São Luiz, até os anos 1980, nunca teve nada. A cidade foi deixada e o patrimônio se autopreservou, na medida do possível. Quando chegou o Condephaat, que foi a primeira vinda de um órgão na cidade, o que acontecia? Você tinha um órgão que chega em uma cidade, mas que era extremamente ausente. Só vinha na cidade quando fosse para embargar alguma coisa. E eu falo isso porque a gente vê a limitação que esses órgãos têm de pessoal, de equipamento. Mas nunca foi feita uma conscientização. Quando a gente fala, em São Luiz, para a grande maioria das pessoas, o Condephaat – e até o Iphan –, ele é visto como se fosse aquele órgão que só vem para trazer aborrecimento. E ainda, um problema que é nacional, muitas coisas que foram realizadas em obras de prédios públicos, são negadas para particulares, e isso é um grande problema, inclusive para quem está no órgão. Coisas do tipo, fez uma pequena alteração em uma fachada que depois, no particular, não é permitida. Durante a reconstrução, quando o Iphan entrou para valer, e veio com o processo de tombamento por área, acho que houve um cuidado maior.

João Rafael Coelho Cursino dos Santos

– *Sem dúvida, os tombamentos, tanto o federal quanto o estadual, contribuíram para a preservação. Mas ainda existe uma distância muito grande entre os órgãos patrimoniais e os moradores. Ainda existe uma relação meio de espelho para índio, sabe? E isso, como técnica e como moradora, me incomoda muito. Porque eu sei qual é a importância do tombamento. Mas se você conversa com um morador; hoje, o tombamento é um ônus. Parece que só traz problema. E se for ver, na prática, realmente é difícil. Morar em um patrimônio tombado, tem mais problema do que vantagens. Na minha época de prefeitura, a gente lutou bastante para tentar aproximar os órgãos patrimoniais da população, no sentido de chamar os técnicos para fazerem plantões na cidade, para conversarem com a população. Porque a prefeitura acaba sendo testa de ferro, a que leva e traz informações para os órgãos patrimoniais. Isso acaba criando uma antipatia por quem está na prefeitura, e as pessoas, na verdade, nem sabem quem fiscaliza. E eles, ao mesmo tempo, também não sabem quem está solicitando. Acho que falta essa proximidade. O Iphan ainda está trabalhando as normativas, eles não têm os critérios, as diretrizes; não está regulamentado ainda. Eles tomam a decisão atrás de uma mesa. A questão do pertencimento ao patrimônio foi muito importante para essa questão do tombamento. A pessoa não sabe nem o que é tombamento, na verdade. Mas ela sabe que, de alguma forma, é importante.*

Júlia Pereira dos Santos

Passados 10 anos da enchente, e vários anos da reconstrução de imóveis públicos, algumas casas particulares continuam sem solução. A população continua, em sua maioria, sem entender os meandros dos tombamentos e, apesar da convivência diária com esses imóveis, não tem uma perspectiva de como são, ou serão, as consequências de ser morador de uma cidade designada Conjunto Histórico e Paisagístico.

10.2 Casinha Branca, um novo modo de vida

Um dos casos mais conflituosos, em São Luiz do Paraitinga, foi a construção de unidades habitacionais para tentar resolver, em um curto espaço de tempo, parte das necessidades de 151 famílias desabrigadas que perderam suas casas ou que se encontravam em zonas de risco e que seriam removidas para esse novo conjunto habitacional.

Segundo a entrevista de Cristiane Bittencourt, o Plano Diretor, aprovado em 15 de dezembro de 2009 e sancionado em janeiro de 2010, apresentava uma diretriz estabelecendo que qualquer construção ou empreendimento não poderia impactar no patrimônio histórico. Para a construção desse novo conjunto habitacional, a Prefeitura precisou achar uma área que atendesse ao Plano; foi escolhida uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), próxima ao centro histórico, no bairro São Benedito, de propriedade do sr. Nelson Ferreira Pinto Filho, que concordou prontamente em vender a área.

O projeto, capitaneado pela CDHU, teve início no final de março de 2010 e a entrega das unidades aconteceu em apenas 7 meses, em 24 de setembro do mesmo ano. A CDHU, responsável pelo gerenciamento e pelas contratações, teve como parceiros nessa obra a empresa Terracom, para realização da infraestrutura urbana, pavimentação, implantação urbana e as fundações das edificações; Royal do Brasil Technologies, responsável por construção das habitações a adequação e compatibilização dos projetos; e Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) e Braskem, realizando o acompanhamento técnico (ABPC, 2014).

Foram construídas 45 casas térreas, de 65,90 m² e 106 sobrados, de 54,36 m², além da infraestrutura – paisagismo, pavimentação, redes pública e condominiais de água, esgoto, drenagem, telefonia e elétrica – já que a implantação do conjunto deu em uma área anteriormente desocupada. De acordo com a ABCP (2014), o terreno destinado para as casas era um morro de relevo bastante acidentado, com trechos superiores a 30%, recortado em plataformas, o que dificultava receber o canteiro de obras, o que teria sido fundamental para a definição do sistema construtivo.

Na segunda quinzena de junho de 2010, um periódico local criado para divulgar notícias sobre a cidade pós-enchente, o *Jornal da Reconstrução*, informava que

numa reunião de futuros moradores do conjunto habitacional em fase de construção junto ao bairro de São Benedito, na última semana de maio, ficou decidido, por aclamação, o nome pelo qual o conjunto será conhecido: Residencial Casinha Branca. A denominação é uma homenagem à imortal canção *Casinha Branca (Você vai gostar)*, do compositor e maestro luizense Elpidio do Santos (1909-1970). É o reconhecimento popular para um artista da terra.

Com essa escolha, acionava-se, mais uma vez, o imaginário caipira para lidar com a situação. A referida música faz uma apologia à vida simples do caipira, que encontra a felicidade em sua habitação modesta representada pela casinha branca em meio à beleza da paisagem, sustentada pela festa e pela fé

<i>Fiz uma casinha branca</i>	<i>Quando for dia de festa</i>
<i>Lá no pé da serra</i>	<i>Você veste o seu vestido de algodão</i>
<i>Pra nós dois morar</i>	<i>Quebro meu chapéu na testa</i>
<i>Fica perto da barranca</i>	<i>Para arrematar as coisas do leilão\</i>
<i>Do Rio Paraná</i>	<i>Satisfeito eu vou levar</i>
<i>A paisagem é uma beleza</i>	<i>Você de braço dado</i>
<i>Eu tenho certeza</i>	<i>Atrás da procissão</i>
<i>Você vai gostar</i>	<i>Vou com meu terno riscado</i>
<i>Fiz uma capela</i>	<i>Uma flor do lado e meu chapéu na mão</i>
<i>Bem do lado da janela</i>	
<i>Pra nós dois rezar</i>	

O detalhe da escolha do nome do conjunto pode passar despercebido, ou ser apenas considerado, como diz o *Jornal*, uma homenagem a Elpídio e sua canção. Mas, em uma análise mais aguçada, pode-se perceber

el nuevo papel que toma la dimensión simbólica de la ciudad, o bien la producción y apropiación de los espacios públicos urbanos considerando la relevancia que adquieren los imaginarios y representaciones urbanas en las prácticas ciudadanas. Para ello, se parte del reconocimiento de que toda práctica desarrollada sobre el espacio es el resultado complejo y conflictivo de imágenes, imaginarios y representaciones sociales. Así, nos interesa mostrar las relaciones y diferencias que se establecen entre los imágenes e imaginarios en la construcción y transformación de los *sentidos de lugares*⁷⁴ y de las identidades asociadas a los mismos. Particularmente, se considera la revalorización contemporánea del patrimonio inmaterial⁷⁵ (LACARRIEU, 2007, p. 48, grifos no original).

Seria, então, a imaterialidade da música e do imaginário caipira que ela representa, se materializando no conjunto habitacional, para ultrapassar os problemas e dificuldades de um novo

⁷⁴ Lacarrieu coloca, em nota de rodapé, que utiliza “sentido de lugar” como proposto por Fuentes Gómez (2000, p. 7): “El sentido de lugar no está dado por el propio lugar sino, por las representaciones que le atribuyen los pobladores a los sitios, es decir, por las imágenes y los imaginarios que elaboran sobre lugares con atributos y significados particulares, que siempre son históricos y determinados por la cultura”. [trad] “O sentido de lugar não é dado pelo próprio lugar, mas pelas representações atribuídas pelos habitantes aos locais, ou seja, pelas imagens e pelos imaginários que elaboram sobre lugares com atributos e significados particulares, que são sempre históricos e determinados pela cultura”.

⁷⁵ “o novo papel que a dimensão simbólica da cidade assume, ou a produção e apropriação de espaços públicos urbanos, considerando a relevância que adquirem os imaginários e representações urbanas nas práticas cidadãs. Para isso, parte-se do reconhecimento de que toda prática desenvolvida sobre o espaço é o resultado complexo e conflitivo de imagens, imaginários e representações sociais. Assim, nos interessa mostrar as relações e diferenças estabelecidas entre imagens e imaginários na construção e transformação dos **sentidos de lugares** e das identidades associadas a eles. Em particular, considera-se a revalorização contemporânea do patrimônio imaterial”.

modo de vida, de novos hábitos, de uma vizinhança não escolhida. Embora os moradores do novo conjunto fossem, originalmente, em sua maioria, moradores da área urbana de São Luiz do Paraitinga, a reorganização espacial e a tipologia das moradias provocou uma transformação incômoda para uma população com traços identitários ainda marcados pela tradição rural (Figura 49).



Figura 49: Placa de entrada do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

Para concorrer ao financiamento para uma nova habitação, estabeleceram-se algumas regras, entre as quais a determinação de prioridade para as famílias que perderam seu imóvel de moradia, ou moradores das áreas de risco de reocupação inviável, com renda familiar entre 1 e 10 salários mínimos, que não tivessem outros imóveis nem financiamentos junto à CDHU, maiores de 18 anos, entre outras condições.

Na obra, optou-se por utilizar projetos padronizados da CDHU, com a reprodução de modelos já existentes e técnicas que lidassem com a urgência da situação, como forma de resposta do governo estadual à demanda que se apresentava (Figura 50). Porém, como ressaltava Leandro Roberto Neves (2013, p. 153), “na leitura sobre habitação popular [...] existem trabalhos que condenam essa prática, pois a política padronizada desconsidera os valores, a cultura e o

modo de vida dos mutuários”.



Figura 50: Implantação do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: ABPC, 2014.

O resultado trouxe diversas insatisfações e questionamentos. A uniformidade dos imóveis foi contrária à

tentativa de criar um conjunto que se harmonizasse com a arquitetura da cidade – premissa também estabelecida pelo Plano Diretor, elaborou-se uma tipologia especial que tirou partido do casario tombado – [...] a implantação urbanística do conjunto não respeitou as características originais do terreno, gerando grande impacto visual [...] O conjunto habitacional foi um dos maiores responsáveis pela mudança na paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga. Em nove meses, um novo bairro surgiu onde, antes, eram apenas morros recobertos, em sua maior parte, por pastagem (MORADEI, 2016, p. 146-147).

Além da mudança de percepção visual, diversos fatores proporcionaram um novo tipo de relação do morador do conjunto com a sua cidade (Figura 51). Houve uma grande modificação na vida desses luizenses, depois de transferidos do Centro Histórico; seu deslocamento para os afazeres diários também sofreu uma rotação, pela posição geográfica do conjunto habitacional; suas relações de vizinhança foram interrompidas, criando-se novas condições de sociabilidade, muitas vezes forçada; o rio passou a simbolizar a fronteira entre o velho, com seus simbolismos e cultura, e o novo, pela atualização das estruturas urbanas (NEVES, 2013).

Cristiane Bitencourt, em sua entrevista, defende a solução arquitetônica e construtiva, por entender que foi uma solução para um momento de crise, de urgência. Porém, sobre a adaptação dos moradores, ela reflete que

– Haveria necessidade de um projeto social acompanhando, para elas se sentirem acolhidas em um local novo, depois de terem passado por uma catástrofe. Todos estavam com memórias e traumas de perda de muitas coisas. Mas, acho que foi positivo, apesar de não ter sido perfeito.

Porém, Cristiane também percebe alguns problemas de ordem social, como os que ela relata:

– O que eu vejo ali no Casinha Branca é que 50 unidades eram para os desabrigados, vindos de áreas mais excludentes da cidade. As outras 100 casinhas foram para demanda de moradia social. Misturou muita gente vinda de muitos lugares diferentes em um lugar só. Existia um preconceito de quem estava vindo do Alto do Cruzeiro, então teve conflito social nesse sentido. E a falta de compreensão de que estavam

indo para um lugar regular, porque todos moravam em lugar irregular, que não era deles, não tinha propriedade, que tinha risco de morrer, do Alto do Cruzeiro havia risco de morrer. Era muito complexo, muita coisa para conversar.



Figura 51: Intervenção em mapa mostrando a área em que se localiza o Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do Google Maps, 2020.

Na entrevista, Natália Moradei fez uma longa reflexão sobre o que foi a construção desse conjunto habitacional.

– Eu acho que resolveu pela emergência de alguns problemas. Me preocupou já, na época, a implementação dele por conta dos cortes que foram feitos nos terrenos. Mas acho que a área das casas, em si, ficou bem resolvida; a área dos sobradinhos teve um impacto maior porque as pessoas não tinham essa experiência de viver em

condomínio. E na época, para a gente que trabalhava lá, a gente não imaginava como seria a vida dessas pessoas. As pessoas que viviam em uma área mais próxima do centro, em moradias menores e muito próximas umas das outras, conseguem se adaptar e viver melhor. Mas tiraram pessoas de várias áreas do município, áreas de risco. Essas pessoas têm mais dificuldade de viverem lá, porque moravam em sítios. Com relação às casas, eles estariam melhor no conjunto, pois moravam em casas sem condições adequadas de salubridade, iluminação, ventilação, por serem autoconstruções. No entanto, a questão com o entorno é difícil, porque eles tinham um entorno com a natureza, e ali tinham que dividir um espaço comum. Aquelas escadarias começaram alguns a dar problema, eles reclamam muito. Na verdade acho que a pressa, a emergência fez... Poderia ter-se pensado em um projeto mais adequado à realidade. Também acho um benefício eles terem entregue com infraestrutura, pavimentação, paisagismo, coisas que a gente não vê em outros conjuntos. Mas faltou ter maior sensibilidade, de identificação. E talvez todas deveriam ser casas, mesmo que menores. Teve uma priorização: família numerosa, deficiente físico e idoso, ficaram com as casinhas. E os blocos foram para os demais casos.

A Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Bauru, realizou, em 2011, um projeto de assistência técnica, como “uma das tentativas para gerar o pertencimento e apropriação dos espaços e atender a demanda das famílias” (MORADEI, 2016, p. 148). Promoveram-se reuniões para discutir projetos como as áreas públicas de lazer, cobertura das garagens, fechamento das casas térreas, cobertura da área de serviço, ampliação dos sobrados, entre outros tópicos. O contraste entre a imagem de apresentação das casas feitas pela própria CDHU ou pela ABCP (Figura 52) e as fotografias tiradas pelo grupo de estudantes da Unesp, são bastante demonstrativas das reais condições de moradia no conjunto habitacional (Figuras 53 e 54).



Figura 52: Imagem do folheto da ABPC apresentando as casas térreas do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga. Fonte: ABPC, 2010.



Figura 53: Vista dos fundos dos sobrados do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Unesp, 2011.



Figura 54: Escada de acesso aos sobrados do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga, onde fica visível a ausência de contenção do solo na implantação das casas. Fonte: Unesp, 2011.

Em 2010, o *Jornal da Reconstrução* apresentava o Conjunto Habitacional com atributos estruturais que prenunciavam sua contribuição para a prevenção de outros desastres, ao ressaltar que

as casas são montadas a partir de painéis de PVC, preenchidos com concreto. O PVC é um material altamente resistente a agentes externos, como a chuva, vento, alterações térmicas, erosão natural ou a ácidos e combustíveis, além da fácil manutenção. O telhado, de quatro águas, é de telhas de barro, o que propicia isolamento térmico e ventilação. As residências receberão esquadrias de qualidade para as janelas e portas. No chão, pisos de cerâmica integram o conjunto da obra (Cerqueira, 2010, p.1).

A matéria não previa, entretanto, que em poucos meses se vivenciasse uma realidade bastante diversa da anunciada: a estrutura não era tão resistente e os primeiros problemas foram detectados já em 2011.

Em ata da Audiência Pública realizada em 24 de março de 2011, foram levantados problemas gerais encontrados nas novas unidades do Conjunto Habitacional Casinha Branca como “trincas nos pisos da cozinha, quartos, paredes, goteiras nos quartos, vazamentos pelos fios elétricos, águas nas tomadas, caixas de contenção de gás ainda não construídas, defeitos e ausência de instrumentos de vazão e captação das águas superficiais que estariam gerando a

movimentação do solo”, ao que o engenheiro representante da CDHU “prometeu consertar tudo até fins de maio deste ano [2011]”.

Em maio de 2013, novas reclamações sobre infiltrações e rachaduras, além da solicitação de cobertura vegetal nos morros e taludes que cercam o conjunto habitacional, foram levadas em audiência, mas tanto CDHU quanto o prefeito Alex Torres não compareceram, inviabilizando o andamento do assunto⁷⁶.

Na mais recente questão enfrentada, em março de 2020, os moradores da Quadra G receberam notificação da Coordenadoria de Defesa Civil do Município de São Luiz do Paraitinga⁷⁷ sobre a interdição de seus imóveis “em função dos problemas constatados após vistoria realizada, os quais demonstram a existência do risco de escorregamento, comprometendo, portanto, a integridade física e a vida de seus ocupantes/moradores”.

A essa interdição, a advogada Gisele Cristiane Vieira, representando a Associação Terra Fértil, fez uma denúncia e pediu providências⁷⁸, pois os moradores, que são obrigados a deixarem suas casas, têm “condição econômica insuficiente para alugar uma casa no mercado imobiliário formal” e se encontram em “condição de vulnerabilidade social e econômica”. Como solução possível, e pela situação de risco, pede-se a resolução “não com o despejo sem nenhum tipo de amparo, mas que o órgão público possibilite remoção dessas famílias para outras habitações seguras, bem como com o pagamento do aluguel social”, ou, ainda, “os moradores reivindicam remoção para outros apartamentos ou casas da CDHU que se encontram vazios ou irregulares em São Luiz do Paraitinga”.

Em entrevista com 3 moradores do Casinha Branca, que pediram para não serem identificados, pode-se compreender como está, em síntese, a situação do conjunto residencial em 2020, dez anos depois de sua construção: as casas apresentam rachaduras e outros problemas estruturais; as ruas não têm iluminação noturna, obrigando os pedestres a usarem seus celulares para indicar o caminho; muitas casas são alugadas para eventos temporários, como o carnaval; algumas delas foram vendidas, com o repasse do financiamento de forma não legalizada; o problema da vizinhança não foi atenuado, já que a proximidade das casas faz com que o cotidiano dos moradores seja involuntariamente compartilhado; pelo afastamento das casas da via principal, não há fiscalização policial, o que permite que algumas atividades ilegais aconteçam nas ruas do conjunto; cada morador refez a fachada de sua casa de acordo com seu gosto e suas possibilidades, descaracterizando o conjunto; foi aberto um caminho para entrada

⁷⁶ *Casas construídas para vítimas de enchente apresentam problemas*. Jornal O Vale, 5 de maio de 2013.

⁷⁷ Conforme cópia de documento fornecida por Gisele Cristiane Vieira.

⁷⁸ Conforme cópia de documento fornecida por Gisele Cristiane Vieira.

e saída de pedestres que, embora mais difícil de ser atravessado, reduz a distância entre o conjunto e a rua principal (Figura 55).

Esta situação mostra, portanto, que a urgência na construção de novas casas para os desabrigados acabaram por torná-las problemas já no curto prazo. Resta saber que soluções serão encontradas para esses luizenses.



Figura 55: Casas térreas do Conjunto Habitacional Casinha Branca, São Luiz do Paraitinga, modificadas por seus moradores, com a construção de muros frontais e laterais, telhado para abrigo de carros, pinturas diferenciadas e revestimentos no piso. Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

Capítulo 11

Gestão de uma cidade tombada:

Centro Histórico e Morro do Cruzeiro – contrastes e aproximações

A lógica de ocupação de diversas cidades brasileiras apresenta um significativo número de exemplos de que a existência de leis e planejamento não bastam para garantir o crescimento ordenado e justo da cidade. Nesse sentido, Maricato (2000, p. 140, destaque no original) reafirma que, no Brasil,

boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano [...] Parte de nossas cidades podem ser classificadas como *não cidades*: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal, nem mesmo em meio urbano).

Entre essas “não cidades”, são muito discutidas as situações da urbanização dos morros, presentes em grande parte da geografia do país, incluindo áreas urbanas. Ao se referir à Região Metropolitana de Recife, Edinéia Alcântara (2007, s/n) entende que

a ocupação das áreas de morros vem desafiando a lógica estabelecida para a cidade formal, cujas normas e legislação pertinentes determinam que elas não deveriam ser ocupadas. A população que ocupa as áreas de morros encontrou nesses ambientes a forma de resolver seus problemas de moradia e construir as condições mínimas de sobrevivência, ao ser expulsa dos terrenos de maior valor monetário. O Estado, por sua vez, com suas leis concebidas para um mundo plano, “fecha os olhos” a essa realidade, onde grande contingente populacional vai consolidando-se, de forma marginal, em áreas de topografia acidentada.

Ao longo de sua análise, a autora vai demonstrar que a ocupação desses espaços pode ser configurada tanto como um problema quanto como uma solução para a moradia, como “resultado de uma problemática sociopolítica mais ampla” e “reflexo do modelo de construção da sociedade”, no qual a concentração da propriedade leva um “contingente populacional a ocupar os terrenos disponíveis e com pouco ou quase nenhum valor de troca no mercado habitacional” (ALCÂNTARA, 2007, s/n).

Esta reflexão poderia ser transplantada para outras regiões, tendo o Rio de Janeiro e suas favelas nos morros como um dos exemplos mais emblemáticos. Embora grande parte dos estudos trate desse fenômeno nas grandes cidades, ele também pode ser detectado em cidades médias e pequenas, guardadas as diferenças de escala de problemas.

Ao colocar essa questão para São Luiz do Paraitinga, acrescenta-se uma outra problemática, que é seu tombamento como *Conjunto Histórico e Paisagístico*. Apesar de ter-se estabelecido um conjunto a ser preservado, são flagrantes as diferenças concretas e simbólicas entre o Centro Histórico e outras áreas da cidade, das quais destaca-se o Morro do Cruzeiro, onde se localiza o bairro do Alto do Cruzeiro, contido no que se denominou “paisagístico” dentro do processo.

A situação do bairro do Alto do Cruzeiro, em relação ao Centro Histórico, com a diferença de recursos econômicos, sociais e culturais que cada um recebe, não é uma exceção dentro dos resultados da política de preservação no Brasil. Tomem-se como exemplos Ouro Preto e Diamantina, cidades representantes do imaginário urbano sobre o que é uma cidade histórica brasileira, entre tantos outros possíveis, para entender o contraste entre áreas urbanas e o Centro Histórico.

Sobre Diamantina – tombada como *Conjunto Arquitetônico e Urbanístico* pelo Iphan e declarada *Patrimônio Mundial* pela Unesco –, a análise das problemáticas socioespaciais de bairros periféricos demonstrou a valorização do centro em relação à precarização das periferias, o que suscita a “necessidade de pensar a preservação de patrimônio em um contexto que incorpore o território urbano enquanto totalidade e não fragmentado” (COSTA, SCARLATO, 2010, p. 265).

Sobre Ouro Preto – também tombada como *Conjunto Arquitetônico e Urbanístico* pelo Iphan e também declarada *Patrimônio Mundial* pela Unesco –, Patrícia Reis da Silva (2010) lembra que os morros da cidade não foram objetos de proposição das normas de ocupação do solo após a delimitação do tombamento pelo Iphan, nem por parte deste Instituto, nem do governo municipal e que a ocupação das encostas, cada vez mais adensadas, demonstravam a ausência de uma política urbana a respeito do crescimento desordenado e a consequente pressão sobre seu Centro Histórico.

Porém, não há como vincular os problemas do Alto do Cruzeiro apenas à falta de diretrizes, manutenção e fiscalização por parte dos órgãos de preservação; há que entendê-los em um contexto mais amplo, que permita refletir sobre sua formação e apontar ações que possam contribuir para sua inserção em condições de igualdade na dinâmica da cidade.

11.1 O Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga

O Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga concentra a dinâmica socioeconômica local, pois é nele que se localiza a maior parte do comércio, edifícios voltados a serviços institucionais, prédios que abrigam atividades públicas, como Prefeitura, agência de correio, escolas, bancos, além de restaurantes, pousadas, igrejas e parte de moradias. E é sobre esta paisagem urbana central que se estabelece uma outra, a da aglomeração turística.

Não obstante essa grande atividade, os tombamentos e a interferência de órgãos de preservação, principalmente no que diz respeito ao patrimônio edificado, trazem questões que tendem a afastar os moradores desse centro, pela dificuldade que encontram, cada vez mais, na manutenção de imóveis privados e na fruição e apropriação dos lugares públicos.

Isso pode torná-los, em um futuro próximo, em locais reservados aos turistas e aos poucos moradores com condições de bancarem o ônus da patrimonialização, agravando ainda mais a ocupação das áreas adjacentes, que correspondem justamente àquela geografia tão celebrada do “mar de morros”.

No episódio da enchente, o Centro Histórico foi prontamente atendido pelos órgãos de preservação estadual e federal. Tombado pelo Condephaat desde 1982, o processo de seu tombamento pelo Iphan estava em andamento desde 2006, respaldado pela documentação e pesquisas de Luís Saia e Jaelson Trindade. Quando alguns edifícios ficaram destruídos, total ou parcialmente, o Iphan procurou garantir a qualidade de intervenções técnicas necessárias para a recuperação dos imóveis, além de se ocupar da reconstrução dos imóveis públicos, com especial atenção dispensada às duas igrejas que ruíram, a Igreja Matriz e a Capela das Mercês, por meio de um tombamento provisório.

No *Parecer de Tombamento*, de 10 de dezembro de 2010, usaram-se alguns argumentos para comprovar que a proteção federal solicitada para o Centro era viável, mesmo tendo este ficado tão comprometido. Entre eles, argumentavam que

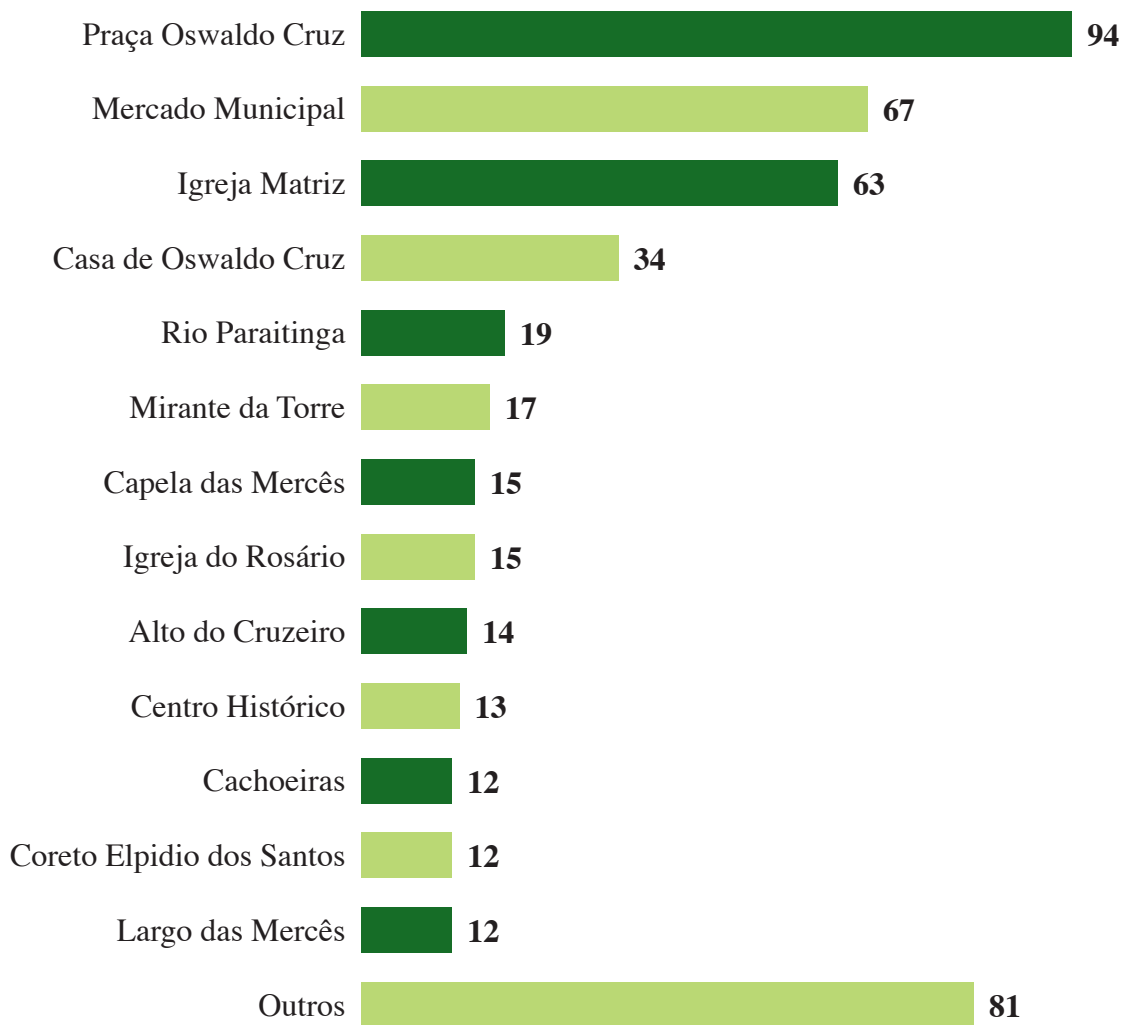
em que pesem danos irreversíveis a tantas edificações, permanece preservada a relação sítio natural/traçado urbanístico/conjunto arquitetônico, atributo que está no cerne da motivação para a proteção [...] Ou seja, *as vicissitudes não alteraram o seu caráter* e permanece, portanto, *correspondência entre objeto material e seu significado* (IPHAN, 2010a, p. 5, grifos no original).

Os valores atribuídos a essa relação, reiterados desde os primeiros tombamentos, voltavam a ser solicitados como prova da pertinência da continuidade do processo.

Isto demonstra que as características e qualificações conferidas ao Centro Histórico foram interiorizadas na história da cidade e seguiram até o presente, permitindo validar o processo de tombamento, como argumentou o próprio Iphan, indo ao encontro das discussões recentes em que, para além do valor material, o significado que os moradores atribuem às edificações e os vínculos perpetuados são o que, realmente, permitem a uma cidade denominar-se patrimônio.

No questionário sobre os imaginários urbanos, pediu-se aos respondentes para mencionar os *três lugares que representam São Luiz do Paraitinga* (Figura 56).

MENCIONE TRÊS LUGARES QUE PARA VOCÊ REPRESENTAM SÃO LUIZ DO PARAITINGA:



base 156, respostas múltiplas

Figura 56: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, sobre “3 lugares que representam a cidade”, 2019.

Dos 71 lugares citados, 32 deles encontram-se no Centro Histórico (45%). A Praça Oswaldo Cruz (Figura 57) ficou em primeiro lugar, com 94 respostas, seguida pelo Mercado Municipal (Figura 58), com 67 respostas e a Igreja Matriz em terceiro lugar, com 63 respostas.



Figura 57: Vista aérea da Praça Oswaldo Cruz, com a Igreja Matriz, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Foto de Filipe Magalhães, acervo da pesquisa, 2017.



Figura 58: Interior do Mercado Municipal, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2016.

Para Carrión (2013), todas as cidades são históricas e a totalidade da cidade é histórica; portanto, a escolha de uma centralidade também é histórica. Sua definição estaria na combinação de duas dimensões: o grau e o tipo das funções acumuladas e a intensidade dos tempos

concentrados, que dariam possibilidade a três tipos ideais de tipologias de centralidades: a centralidade tradicional, a centralidade funcional e a centralidade temática. Sob essa ótica, pode-se inferir que São Luiz do Paraitinga se definiria prioritariamente pela centralidade tradicional, assim definida:

es aquella que tiene una noción de antigüedad superlativa, medida por un proceso histórico de larga data que condensa mucho tiempo pasado en el presente. Es decir, es un espacio que tiene alta historicidad concentrada, que en muchos de los casos corresponde al momento fundacional de la ciudad y que con el paso del tiempo ha sido capaz de mantener ciertas funciones centrales. La existencia de la misma es el resultado de una rectoría público-espacial de la urbe y tiene como máxima expresión simbólica a la plaza, que es un espacio público abierto a partir del cual se estructura y organiza la totalidad de la ciudad⁷⁹ (CARRIÓN, 2013, p. 8).

No caso luizense, seu centro pode ser considerado, também, como uma centralidade funcional, pois concentra importantes funções públicas e privadas, incluindo as funções comerciais. Desta dupla condição

surge una riqueza superlativa que se expresa en un peso histórico-cultural acumulado a lo largo del tiempo que da lugar a un importante valor de imagen y de historia, susceptibles de construir imaginarios de identidad y de capitalización de las actividades vinculadas a los servicios, especulación inmobiliaria y turismo, entre otras. Así, la concentración patrimonial se convierte en un activo importante para actividades económicas y urbanas [...] Es decir, que la centralidad histórica genera una alta concentración de capital físico (inmobiliario y comercial), humano (demanda cautiva) y social (positivo y negativo) así como capital simbólico, propios del carácter que tiene la centralidad existente, lo cual le convierte en una zona económica muy rica y, además, muy atractiva para la inversión de capitales⁸⁰ (CARRIÓN, 2013, p. 10-11).

⁷⁹ é a que tem uma noção de antiguidade superlativa, medida por um processo histórico de longa data que condensa muito tempo passado no presente. Em outras palavras, é um espaço com uma alta historicidade concentrada, que em muitos casos corresponde ao momento fundacional da cidade e que, com o tempo, conseguiu manter certas funções centrais. Sua existência é resultado de uma administração público-espacial da cidade e sua expressão simbólica máxima é a praça, um espaço público aberto a partir do qual toda a cidade é estruturada e organizada.

⁸⁰ surge uma riqueza superlativa que se expressa em um peso histórico-cultural acumulado ao longo do tempo, que gera um importante valor de imagem e história, capazes de construir imaginários de identidade e capitalização das atividades relacionadas aos serviços, especulação imobiliária e turismo, entre outros. Assim, a concentração patrimonial torna-se um ativo importante para atividades econômicas e urbanas [...] Em outras palavras, a centralidade histórica gera uma alta concentração de capital físico (imobiliário e comercial), humano (demanda cautiva) e social (positivo e negativo), além de capital simbólico, próprios do caráter que tem a centralidade existente, o que a torna uma zona econômica muito rica e, além disso, muito atrativa para investimento de capitais.

Há que se ressaltar que o tombamento federal de São Luiz do Paraitinga tem uma particularidade; o processo estava finalizado e deveria ser enviado para deliberação e aprovação em janeiro de 2010. Ele havia sido pensado, como na maioria dos casos, levando em conta apenas os conhecimentos dos técnicos designados para sua elaboração. Não havia, até aquele momento, participação de outros interessados como, por exemplo, os próprios luizenses. Porém, a enchente de 2010 obrigou o Iphan a repensar o tombamento, que seria, a princípio, apenas do Centro Histórico.

A partir daí, foi constituído um tombamento emergencial e foram iniciadas algumas conversas com moradores, instituições e governo municipal. Dessas reuniões saíram decisões para a reconstrução específica de algumas edificações, mas isso não configurou, de fato, uma construção coletiva sobre como seria o tombamento. Entendida a situação da cidade, o Iphan percebeu que seria importante um tombamento mais amplo que não apenas de seu Centro Histórico, e elegeu sua inscrição como *Conjunto Histórico e Paisagístico*.

11.2 O mar de morros: o imaginário urbano construído por Aziz Ab’Saber

No tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga, em 1982, o Condephaat propunha, como uma das estratégias para a preservação da cidade, a

oportunidade de harmonizar as diretrizes aplicadas no Centro Histórico, de mais estrito rigor quanto à preservação, com diretrizes não tão específicas, aplicáveis às áreas do entorno daquele Centro, de forma a inseri-lo num marco ambiental e de paisagismo adequado à obtenção de uma plena eficácia de sua mensagem visual e referencial (CONDEPHAAT, 1982, fl.34).

O Conselho baseou-se, para tal, nas condições históricas e econômicas que, até aquele momento, não tinham criado demandas significativas de expansão do núcleo urbano, nem elevado os preços dos terrenos dessa área, considerada “zona envoltória de proteção ambiental”. Portanto, considerava necessária apenas uma “simples manutenção nas áreas do entorno” no quesito de gabaritos, “acrescida a umas poucas normas específicas” como suficientes para “criar um marco satisfatório à ambientação das duas áreas centrais objeto de preservação” (CONDEPHAAT, 1982, fl.34). Também consideraram que, para a delimitação dessa zona envoltória, as próprias “condições bastante limitadoras do sítio orientam uma identificação relativamente clara das áreas ainda não ocupadas que caberia fossem, assim, incorporadas à área envoltória” (CONDEPHAAT, 1982, fl.35).

Essa suposta facilidade em demarcar esses limites, assim como a aposta no não crescimento econômico – e, conseqüentemente, urbano – parece um procedimento padrão dos órgãos de preservação, e suas conseqüências podem ser verificadas, em São Luiz do Paraitinga, na urbanização sem planejamento de bairros como, por exemplo, o Alto do Cruzeiro.

Foi criada, nesse processo, uma “zona envoltória de proteção paisagística”. Foram fixados critérios para sua identificação, usados para determinar os limites de viabilidade da política de proteção dessa zona. Isso foi necessário

porque o significado paisagístico real, associado ao núcleo urbano de São Luiz do Paraitinga, dependendo das condições fisiográficas e da extensão dos compartimentos do sítio regional com o qual a Cidade se relaciona, se levado ao pé da letra, pode envolver delimitações tão amplas que tornem inviável qualquer política de proteção” (CONDEPHAAT, 1982, fl.36).

Desses critérios, destaca-se

abandonar o princípio da procura do sítio significativo em termos paisagísticos, em função do relacionamento funcional do núcleo urbano, em favor de um princípio mais formal, no qual a paisagem passa a ser entendida quase que à maneira de um cenário, para a formação de um “pano de fundo” que realce os referenciais das áreas urbanas, objeto de proteção mais rigorosa (CONDEPHAAT, 1982, fl.36).

Utilizou-se a concepção de paisagem como moldura, como bem acessório daquele que se quer valorizar, o arquitetônico. A ideia de um cenário pressupõe a paisagem como um limite visual, adequado ao limite imposto pelo perímetro que define o Centro Histórico. Para Meneses (2015, p. 41), “é talvez na concepção e aplicação das normas relativas à proteção do entorno de um bem tombado que mais se aguçam os conflitos entre preservação e ordenação urbana”.

Em entrevista, a arquiteta Erika Fioretti, falou sobre as envoltórias desse tombamento

– Pelo tombamento do núcleo urbano de São Luiz do Paraitinga ser de 1982, ele acaba tendo uma área envoltória de 300 metros de raio, a partir do limite desse perímetro tombado, que são os eixos de algumas ruas. Qual é o papel do Condephaat nessa área envoltória, tal como está hoje? Toda e qualquer intervenção nessa área envoltória de 300 metros precisa de aprovação do Condephaat. Mas qual seria a restrição para intervenções no local? Se a intervenção física não prejudicar o destaque e a visibilidade do núcleo urbano tombado, não tem nenhum problema de aprovar

essa intervenção. Nesse aspecto, o que seria ali, por exemplo, prejudicial para o núcleo urbano tombado? Se de repente houvesse um empreendimento numa massa construída muito destoante do que a gente vê no núcleo de São Luiz do Paraitinga e no próprio Alto do Cruzeiro, que chamasse muito a atenção como um ponto focal, ou em termos de altura, ou em termos de massa construída. Mas fora isso, se lá é permitido dois, ou até três pavimentos, não destoaria do centro urbano tombado [...] Um dia a gente vai precisar fazer isso [regulamentar as áreas envoltórias] em São Luiz do Paraitinga. E, acredito, a gente não vai chegar até os picos adjacentes do entorno. Não há essa necessidade, porque o ponto do observador é muito relativo. Então, muitas vezes, o ótimo é inimigo do bom. Por quê? Você quer ter um controle de uma área gigantesca, com uma necessidade de intervenção, de olhar, de jurisdição, você pergunta: Será que importa, mesmo, o tombamento de São Luiz do Paraitinga? E se um dia a cidade quiser se expandir? Quer dizer, eu acho isso que faz parte da dinâmica da própria ocupação humana do território.

Naquele momento, no decorrer do processo, a despeito de considerarem-se todos os elementos importantes que compunham o conjunto patrimonial, em todas as categorias e valores – arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, festas tradicionais, entre outros – os órgãos de preservação não tinham o alcance teórico, nem os instrumentos adequados para uma preservação de conjunto, efetivamente. E, hoje, apesar destes instrumentos já estarem disponíveis, novamente isto não acontece, por conta das transformações ocorridas sem nenhuma regulação, como decorrência da decisão de considerar o entorno apenas um “pano de fundo”.

Porém, o discurso do Condephaat, a considerar pela entrevista de Erika Fioretti, continua a apontar para a visibilidade como critério quando declara que *se a intervenção física não prejudicar o destaque e a visibilidade do núcleo urbano tombado, não tem nenhum problema de aprovar essa intervenção*. E, novamente, a importância dada ao núcleo faz com que a envoltória seja considerada, apenas, como elemento a destacar aquilo que, nesse raciocínio, merece ser protagonista.



Figura 59: Mapa de São Luiz do Paraitinga. Em vermelho, o perímetro de preservação visual; em amarelo, o perímetro de tombamento federal. Fonte: Iphan, 2010a.

A questão paisagística aparece no Parecer do tombamento do Iphan, de 2010, ao indicar, com destaque, uma área de preservação visual (Figura 59) que compreende “o ‘mar de morros’ que envolve São Luiz” (IPHAN, 2010a, fl.03); o que já encaminharia para o tombamento do conjunto, como se depreende pelo texto

destaco ainda sua relevância paisagística, pois trata-se de uma cidade de pequeno porte, que mantém uma ambiência urbana extremamente preservada, apesar das recentes perdas sofridas. Essa ambiência urbana se conjuga com o território sobre o qual está implantada, uma vez que se desenvolve de maneira harmônica com os elementos naturais ali presentes: o Rio Paraitinga, que a atravessa e se configura como um elemento urbano de destaque, e os morros que a circundam, ainda pouco ocupados e que fazem uma “moldura verde” que ressalta ainda mais a ambiência urbana da cidade (e por esse motivo merecem especial atenção de modo a evitar a ocupação desordenada). Por estes motivos, é este parecer favorável ao tombamento emergencial de São

Luiz do Paraitinga como “Conjunto Histórico e Paisagístico”, de forma a proteger esse acervo gravemente ameaçado (IPHAN, 2010a, fl.15).

A arquiteta que assina o documento, em nota de rodapé, esclarece que “o conceito de paisagem abrange os aspectos relacionados à forma de implantação da cidade no território e sua relação com esse, bem como suas características urbanas e os elementos arquitetônicos que a diferenciam e caracterizam” (IPHAN, 2010a, fl.15).



Figura 60: Vista geral de São Luiz do Paraitinga, a partir do Mirante da Torre, enfatizando o mar de morros.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Em São Luiz do Paraitinga, a valorização da paisagem sempre contou com um aliado de peso: o geógrafo Aziz Nacib Ab’Saber, nascido da cidade, sempre exaltou o “mar de morros” que a circunda (Figura 60). Essa expressão, criada no final da década de 1930 pelo geógrafo francês Pierre Deffontaines – fundador da cadeira de Geografia na USP, em 1935 – foi desenvolvida por Ab’Saber, que em 1966 publicou o estudo *O domínio dos “mares de morros”*. Desde então, é usada correntemente pelos luizenses e pelos que estudam a cidade. Foi adotada pelo Condephaat e pelo Iphan e evocada várias vezes nos documentos que embasaram os processos de tombamento da cidade. O traçado urbano “ilustrado” de Morgado de Mateus e o “mar de morros” de Ab’Saber são dois imaginários urbanos que sustentam os encaminhamentos dos tombamentos, tanto o estadual quanto o federal. Eles permanecem no imaginário de seus moradores e são contempladas dentro dos perímetros que os órgãos de preservação definem como merecedores de tutela; estão na origem da declaração de “estância turística” e renovam-se todos os anos, nas festas e celebrações da cidade (ALLUCCI, SCHICCHI, 2016).

Aziz Nacib Ab'Saber nasceu em 24 de outubro de 1924, em São Luiz do Paraitinga, filho de um libanês com uma luizense. Sua família viveu nesta cidade até 1930, quando mudou para Caçapava, também no Vale do Paraíba, porque seu pai quis morar perto do irmão e de alguns parentes e “em uma cidade que tivesse estrada de ferro” (AB'SABER, 2007, p. 29).

Em depoimento a Cynara Meneses, em 2007, Ab'Saber contou, de maneira muito particular, suas memórias profissionais, às quais mesclou de maneira poética sua infância em São Luiz do Paraitinga. Desde as primeiras páginas, ficam claros os efeitos produzidos em ambos, resultantes da relação entre a cidade e o geógrafo que mais tarde ele se tornaria. Como sintetiza Anne Cauquelin (2007, p. 116), “podemos também evocar nossa infância, o apego a certas paisagens, o rio, as colinas, as lembranças felizes-infelizes para explicar a nós mesmos nossos sentimentos”.

Em 1939, já morando em São Paulo, Aziz prestou exame para a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde fez aulas na Geografia, História, Antropologia – ele considera que esta última influenciou muito sua vida.

Nesse período, começou a fazer poesias sobre São Luiz do Paraitinga, entre elas “A ponte velha marcava o fim da minha cidade e o começo dos morros e das roças. Mas eu não sabia que do outro lado da ponte moravam os fantasmas. E eu também não sabia que aquela velha ponte separava dois mundos” (AB'SABER, 2007, p. 38).

Sobre a expressão “mar de morros”, esta foi e continua sendo usada para justificar os tombamentos e, em especial, para determinar a atuação em seu entorno, como se pode apreender neste trecho do Anexo da Proposta de Poligonal para Tombamento Provisório da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP

considerando a importância da paisagem natural que circunda a cidade de São Luiz do Paraitinga, a preservação visual da área urbana proposta para tombamento pelo IPHAN compreende o “mar de morros” que envolve São Luiz, formando assim uma moldura verde que valoriza o conjunto arquitetônico. O perímetro deste entorno foi estabelecido pelas cotas mais altas destas elevações (IPHAN, 2010a, fl. 03).

Aziz também foi conselheiro do Condephaat e seu presidente no período de entre novembro de 1982 e março de 1983.

Após a enchente de 2010, o professor escreveu textos a respeito da geomorfologia e das causas da enchente. Um deles foi escolhido para fazer parte da Cápsula do Tempo colocada durante a reconstrução da nova Igreja Matriz.

Ab'Saber faleceu em março de 2012. Se Aziz retornou até o fim da vida à sua cidade natal e

dela falou em seus estudos, São Luiz do Paraitinga retribuiu fazendo com que as palavras do professor sobrevivessem, marcadas em placas espalhadas pela cidade e nos processos de tombamento.

No questionário sobre os imaginários urbanos aplicada aos moradores de São Luiz do Paraitinga, Aziz Nacib Ab'Saber aparece em terceiro lugar (42 respostas), quando se pediu que o respondente *mencionasse três personalidades que, para ele, representam São Luiz do Paraitinga* (Gráfico 13, Anexo I).

Em um tributo a Ab'Saber, foi realizada uma pintura (Figura 61) realizada no muro que separa o Centro Histórico do Alto do Cruzeiro, o que permitiu a materialização de sua imagem na cidade. Para Ana Silva (2019, ebook)

los murales, como modo de apropiación y resignificación del espacio público urbano, abren una interesante vía de análisis de los imaginarios urbanos y cómo estos se plasman y recrean en intervenciones estéticas específicas, transformando paisajes cotidianos, en ocasiones desde los discursos hegemónicos y otras veces permitiendo la escenificación de otredades urbanas⁸¹.



Figura 61: Arte no muro que separa o Centro Histórico do bairro do Alto do Cruzeiro. Um dos painéis retrata Aziz Ab'Saber. Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

⁸¹ “os murais, como modo de apropriação e resignificação do espaço público urbano, abrem uma interessante via de análise dos imaginários urbanos e como eles se modelam e recriam em intervenções estéticas específicas, transformando paisagens cotidianas, às vezes a partir dos discursos hegemônicos e outras vezes permitindo a montagem da alteridade urbana”.

O mar de morros incorporou-se ao imaginário urbano dos luizenses e, junto com o rio Paraitinga, configurou-se em sua paisagem afetiva. Como define Simon Schama (1996, p. 70) “paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha”; e a anuência e o prestígio de Ab’Saber contribuíram para reforçar essa construção.

Outra materialização desse imaginário urbano encontra-se no Mirante da Torre, onde uma placa (Figura 62) apresenta os dizeres: “Planalto no Morro de São Sebastião, no Alto do Cruzeiro, local de vista privilegiada dos casarios do Centro Histórico e do seu entorno paisagístico. Conforme dizia o grande cientista luizense Aziz Nassib [sic] Ab’Saber: ‘Minha cidade é um mar de morros...’”.

Para Carrión, a localização da cidade – e seus atributos paisagísticos – é um dos elementos que participam da construção dos imaginários urbanos. Segundo este autor,

la ciudad no puede entenderse por fuera de las condiciones de su implantación geográfica; no solo porque históricamente las ciudades nacieron en los ríos, en el cruce de caminos o en lugares estratégicos (militares, productivos) donde podían aprovechar las cualidades de la naturaleza, sino porque el sitio marca el “espíritu de la ciudad”. En ese contexto nace el peso relativo de la fuerza natural sobre la artificial, permitiendo construir los imaginarios urbanos fundacionales vinculados con la geografía⁸² (CARRIÓN, 2010, p. 139).

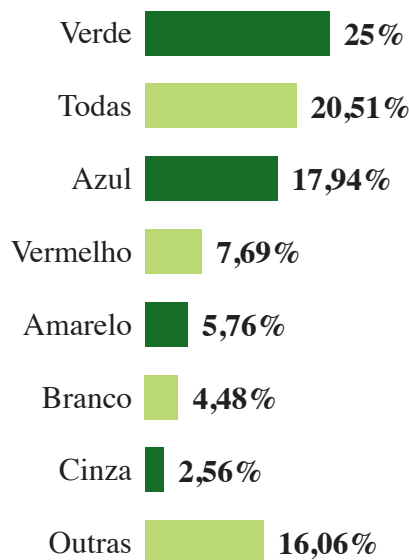


Figura 62: Placa localizada no Mirante da Torre, São Luiz do Paraitinga. Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

⁸² “A cidade não pode ser entendida fora das condições de sua implantação geográfica; não apenas porque historicamente as cidades nasceram nos rios, nas encruzilhadas ou em lugares estratégicos (militares, produtivos) onde poderiam tirar proveito das qualidades da natureza, mas porque o local marca o “espírito da cidade”. Nesse contexto, nasce o peso relativo da força natural sobre a artificial, permitindo construir os imaginários urbanos fundacionais vinculados à geografia”.

No questionário sobre os imaginários urbanos, quando se perguntou com que cor você identifica a cidade, 25% dos respondentes escolheram o verde, e justificaram dizendo que a cor remetia às montanhas, aos morros, à paisagem e à natureza que circundam a cidade.

COM QUE COR VOCÊ IDENTIFICA A CIDADE?



base 156

Figura 63: Gráfico resultante do questionário aplicado em São Luiz do Paraitinga, “com que cor você identifica a cidade?”, 2019.

O uso dos termos “moldura verde” e “ambiência”, em um tombamento dos anos de 2010, traz algumas interrogações, uma vez que já naquele momento se apresentavam “muitas transformações do patrimônio cultural como campo disciplinar postas desde a Constituição de 1988” (NASCIMENTO, SCIFONI, 2015, p. 26).

O termo “moldura verde”, remete a concepções de tombamentos ainda do final dos anos 1950, quando, nos processos “a paisagem é tomada como uma moldura do bem mais importante, o arquitetônico” (RIBEIRO, 2007, p. 88). Nos anos 1960, “aos antigos valores histórico e artístico agregou-se o valor paisagístico [...] A hegemonia do valor paisagístico era também, naturalmente, reflexo do discurso da contextualização do objeto patrimonial no seu entorno” (SANT’ANNA, 2015, p. 239-240). Ao que parece, essa foi a intenção no tombamento em São Luiz do Paraitinga: ser o entorno, ou a ambiência, o elemento cuja função é de realçar, preservar e manter a escala urbana.

Sobre a “ambiência”, destaca-se, no Parecer, a definição da Recomendação de Nairóbi, de 1976: “entende-se por ‘ambiência’ dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”.

Fazendo parte dessa moldura verde e da ambiência a que os documentos se referiam, o Morro do Cruzeiro, que faz parte da área do entorno do perímetro determinado pelo tombamento do Condephaat de 1982, estava, a partir de 2010, oficialmente incluído no tombamento de São Luiz do Paraitinga como *Conjunto Histórico e Paisagístico*.

Porém, no pós-enchente de São Luiz do Paraitinga, a chancela da Paisagem Cultural já havia sido regulamentada, mesmo que ainda sem utilização efetiva; mas, o processo em São Luiz do Paraitinga, iniciado pelo Iphan e amparado pela situação emergencial em que a cidade se encontrava, tomou rumos mais conservadores e optou, desde o primeiro momento, pelo tombamento. Com isso, sua declaração como *Conjunto Histórico e Paisagístico*, mais uma vez, privilegiou a área correspondente à fundação da cidade e, conseqüentemente, reforçou o imaginário urbano fundacional.

Em entrevista, Luiz Fernando de Almeida, à época Presidente do Iphan, falou sobre as escolhas feitas no processo de tombamento da cidade de São Luiz do Paraitinga

- Acho que é o vício dos tombamentos, sob o ponto de vista exclusivamente histórico, sem incorporar outras dimensões dentro do processo. Um centro histórico tombado, como São Luiz do Paraitinga, não incorporar, dentro desse tombamento, uma leitura de paisagem é, de fato, um enorme problema. Mas por outro lado, a gente tem que entender também a dificuldade de construção desses projetos de tombamento como políticas unilaterais. Porque para incorporar diversas dimensões, para além da dimensão histórica, dimensão paisagística, dimensão territorial, a gente deveria trabalhar dentro da elaboração desses dossiês com uma espécie de pactuação sobre o território com todos os agentes que agem sobre o território. Isso mostra os limites da política de patrimônio, para tratar de cidade com todas as suas complexidades. A chancela [da Paisagem Cultural] é o único instrumento que eu conheço que trabalha nesse sentido [de olhar a paisagem e o território]. A chancela é um pouco mais inteligente, no sentido de que ela reduz a ideia do instrumento ao instrumento; ela enfrenta o problema central, que é o a política de patrimônio; enfrenta a necessidade de pensar o território como um todo, e sob o ponto de vista interdisciplinar. E sob o ponto de vista também da necessidade de pactuação. A paisagem cultural é o grande instrumento que a gente deve investir, não no sentido de pensá-la mais uma vez como um instrumento, mas no sentido de pensá-la como uma política.

[Sobre a gestão pactuada exigida pela paisagem cultural] *Acho que o maior problema é o nosso excesso de tradição autoritária e ausência de uma tradição democrática,*

ausência de processos de construção, de investimento em processos. E muito investimento na ideia do resultado. E o resultado, às vezes, não enfrenta os problemas do território. Isso não significa uma desqualificação do tombamento. Significa, na minha leitura, uma confusão entre a ideia de tombamento como instrumento, e a ideia de tombamento como política. Hoje, a maior parte das pessoas pensa no tombamento como política e não como um instrumento de uma política. No meu ponto de vista, essa é a questão essencial.

Em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura. Sua tradução mais completa foi registrada na história pela elaboração do conceito de paisagem, que, longe de ser apenas um modelo abstrato de compreensão do meio, é também a materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios. Ao ser objeto dessa lógica estruturante da sociedade, a paisagem é portadora de sentido (LUCHIARI, 2001, p. 11).

11.3 O imaginário urbano sobre bairros

Em um processo, pois, não meramente lexical e à medida que se dissolvia uma ordem urbana privatista e fechada, de base patrimonial, escravocrata e eclesiástica, a palavra bairro parecia ceder ante as nomenclaturas abstratas de urbanistas e administradores públicos, vulgarizando-se tão somente nas referências vernaculares ou cotidianas ao local de residência, por mais imprecisas que fossem suas fronteiras. Talvez venha dessa oscilante experiência da palavra, a sensação de que no imaginário popular a distinção imediata do bairro em que se mora ou do qual cada um se percebe como parte inseparável, não é acompanhada de uma noção exata de seus limites ou de sua história
José Lira, 2014.

A poligonal de tombamento do Iphan, ou a zona envoltória do tombamento do Condephaat, não conseguiram incluir, na prática, o Morro do Cruzeiro e o bairro do Alto Do Cruzeiro. As determinações expressas nos documentos não passam de formalidades, conhecidas apenas por alguns poucos interessados, estando muito distantes das realidades cotidianas de seus moradores.

Como o próprio *Dossiê São Luiz do Paraitinga* atesta, a ocupação periférica e difusa no Morro do Cruzeiro acontece desde que se tem notícia de moradias nele instaladas: “a ocupação das cotas mais altas do Morro do Cruzeiro se deu a partir da década de 1880, quando a Câmara dá permissão para que ‘a pobreza’ ali se instale” (IPHAN, 2010b, p. 75).

Este seria o início de uma urbanização discriminatória, não apenas no campo do território, mas também no campo simbólico. Morar no Alto do Cruzeiro tem significados específicos, tanto para seus moradores quanto para os luizenses de outros bairros, em especial os do Centro Histórico.

De acuerdo con Gravano (2005), la identidad barrial es el producto ideológico de una atribución recurrente entre actores sociales cuyo referente es el barrio. Aun en la más elemental y aparentemente desinteresada descripción del barrio, los actores introducen valores con los cuales muestran que este no es meramente el espacio donde se reside. El eje axiológico de la identidad barrial se compone del conjunto estructurado de valores presentes en la ideología sobre el barrio⁸³ (SILVA, 2019, ebook).

Porém, deve-se admitir que as percepções sobre esse bairro e o Centro Histórico também são independentes da questão patrimonial – até porque esta, para a grande maioria da população luizense, e não apenas do Alto do Cruzeiro, é desconhecida.

Nas entrevistas com moradores do Alto do Cruzeiro, três deles lideranças comunitárias, esse desconhecimento fica visível. Quando se colocou na pauta da conversa a inclusão do Morro do Cruzeiro como área envoltória e entorno paisagístico, demonstraram não saber quase nada sobre o tema. Sobre tombamento em geral, as noções são desconstruídas, já que não houve, até o momento, uma explicação direta para essa comunidade, ou informações mais exatas. Eles desconhecem, também, a existência da Casa do Patrimônio na cidade.

– No caso do tombamento, a maioria das pessoas aqui não sabe disso.

Márcia Aparecida Santos Moraes

– Não sabe [sobre o tombamento]. E dá para duvidar, vira piada. “Você sabia que o Alto do Cruzeiro está tombado?” “Tombou? Mas a minha casa está em pé ainda!” – Nem sabe o que é isso [...] Tombamento é um negócio complicado, principalmente do Alto do Cruzeiro. O que eu penso a respeito disso? Seja quem for, eu estou falando de uma maneira geral, não importa quem está lá dentro [na administração municipal], quando você for fazer um tombamento, não é só colocar no papel. Tombou. E aí? Como ficamos? O que você fez de planejamento para a cidade? Como nós vamos crescer? Onde eu vou colocar o pessoal?

Tarcísio Alves dos Santos

⁸³ “Segundo Gravano (2005), a identidade do bairro é o produto ideológico de uma atribuição recorrente entre atores sociais cujo referente é o bairro. Mesmo na descrição mais elementar e aparentemente desinteressada do bairro, os atores introduzem valores com os quais mostram que este não é apenas o espaço em que se vive. O eixo axiológico da identidade do bairro é constituído pelo conjunto estruturado de valores presentes na ideologia sobre o bairro”.

– *Como foi tombado, vem alguma verba para o bairro?*

José Dorival Alves

– *Eu sabia, porque eu tive que fazer a planta. Porque a minha casa é recente, cinco anos, foi depois da enchente. Eu tive que fazer a planta, paguei mil reais na planta, teve que ir para São Paulo, para lá eles autorizarem sobre esse tombamento. Eu tenho a planta lá em casa. Depois, veio de lá para a prefeitura assinar, para voltar para mim e continuar a minha casa. Com essa planta, eu consegui a escritura da minha casa.*

Antonio Roberto da Silva

[sobre as ações da Casa do Patrimônio]

– *Ter conhecimento? Para que o Alto do Cruzeiro quer saber disso? Não tem nada o que saber, se ficar lá quietinho é bom para eles e melhor para nós. Eles falam: vamos na Unitaú, vamos em São Paulo, um encontro com mesa farta, vamos falar com gente do meu nível. Acha que vão falar com o Alto do Cruzeiro?*

Tarcísio Alves dos Santos

É visível a falta de diálogo entre os luizenses de toda a cidade – e os moradores do Alto do Cruzeiro em particular – com a Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba. Essa situação é corrente em cidades análogas, como demonstra Simone Fernandes (2019, p. 103) sobre Ouro Preto e sua Casa do Patrimônio: “o escritório técnico, no seu primeiro momento, não teve o diálogo como tônica das ações implementadas”. Constatada a situação, uma tentativa de mudança foi o projeto *Eu Também sou Patrimônio*, iniciado em 2010, cuja primeira ação foi desenvolvida em uma escola municipal situada no Bairro Morro Santana com professores e alguns alunos. Chamada *Sou do Morro, eu Também sou Patrimônio*, essa ação foi motivada

pela percepção da existência de um *apartheid* cultural ou patrimonial que trouxe como consequência a baixa autoestima dos moradores dos morros que, por vergonha de morarem em áreas e casas às quais não são atribuídas a beleza e antiguidade das casas da cidade do centro histórico, da cidade colonial, não se sentiam como parte da cidade — sentimento de exclusão produzido também pelo “abandono” do poder público em relação a estas áreas (FERNANDES, 2019, p. 104).

As atividades foram desenvolvidas a partir das informações trazidas pelos participantes para, de acordo com o relato de Fernandes (2019, p. 104), estimular “um olhar diferenciado,

um jeito de se ‘reconhecerem’ no bairro, utilizando as referências culturais do próprio lugar, por eles identificadas”, seguindo a linha de pensamento que entende que “as partes integram o todo, mas não perdem suas características individuais. O Morro Santana integra Ouro Preto, sem perder suas características individuais”. O programa foi interrompido em 2012.

Do mesmo modo que se identificou em Ouro Preto a questão da diferenciação simbólica e efetiva entre morro e Centro Histórico, nas entrevistas com moradores do Alto do Cruzeiro também a geografia é citada como parâmetro dessa discriminação, apesar de acreditarem que houve melhoras no bairro.

Curiosamente, o mesmo “mar de morros” que é exaltado por luizenses e pelos órgãos do patrimônio é, também, motivo do preconceito pelos mesmos luizenses e descuidado pelos que trabalham pela sua suposta preservação.

– Minha mãe já falava – eu moro aqui há 49 anos, desde 1970 – o Alto do Cruzeiro, por ser, teoricamente, um bairro... tem sempre, eu não diria um preconceito, mas é um morro. E um morro é um morro. Você falou em morro, é morro. Todo mundo já entendeu o que eu quis dizer [...] Mas eu diria que as coisas até melhoraram. O pessoal de Lagoinha [cidade vizinha, que já foi distrito de São Luiz do Paraitinga] recebe mais bem a gente do que a gente de São Luiz. “A gente” que eu falo é justamente o pessoal da elite, o administrativo. Você não tem o apoio da prefeitura aqui, de uma maneira geral. É o tipo da mentalidade que a gente precisa mudar. Mas hoje o bairro está sendo mais respeitado do que antes.

Tarcísio Alves dos Santos

– Por ser morro, ainda tem esse preconceito. Não só aqui. Mas, em vista do que era, melhorou muito, melhorou bastante.

Márcia Aparecida Santos Moraes

– Vou falar do preconceito com o Alto do Cruzeiro. Eu vendo salgado e quando me chamam e eu digo que moro no Alto do Cruzeiro, a pessoa fala: “Ah, então eu vou ver primeiro, depois eu compro.” Ainda tem isso. Hoje, existe o preconceito ainda. Eu tenho uma casa também lá no Largo do Rosário. Me perguntam: “Nossa, mas você tem casa lá no Largo do Rosário, por que você mora no Alto do Cruzeiro?” Porque eu gostei daqui, ué. Gostei daqui, as pessoas todas calmas, tudo sossegado, tudo tranquilo. Eu gosto do Alto do Cruzeiro.

Antonio Roberto da Silva

Não há, no Alto do Cruzeiro, aparelhos culturais, nem escola. Seus moradores precisam, para a grande maioria de seus afazeres, descer para a “cidade”, ou seja, para o Centro Histórico. Cristiane Bittencourt colocou essa questão em sua entrevista, mas sem deixar de demonstrar uma visão de outros aspectos do bairro.

– Acho que tudo teria que acontecer no Alto do Cruzeiro. Eles descem para ir na escola, para tudo eles têm que descer. Precisa ser feito um trabalho lá, para ficar tão importante quanto embaixo. E ter essa conversa: por que só acontece obra na praça, obra no mercado? Estão sempre valorizando o mesmo. Acho que existe uma necessidade de infraestrutura no lugar, para as pessoas se sentirem mais bonitas, pintar a casa, fazer os pergolados, fazer locais de leitura, trilhas, mas que faça com que as pessoas subam. E lá tem a torre, que é o melhor ponto de vista da cidade. As pessoas têm medo de subir no Alto do Cruzeiro. Tem que ter mais segurança, sim, porque lá também é onde acontecem algumas coisas, onde moram os traficantes da cidade.

A fala de Cristiane traz um dos pontos mais comentados nas entrevistas que é o imaginário urbano sobre o medo, configurado nesse bairro sob a forma de ser ponto de tráfico e uso de drogas. Para Silva (2014b, p. 200), “talvez o medo seja o sentimento de maior consistência no urbanismo cultural contemporâneo”, servindo como causa e consequência das diferenças de tratamento nos bairros por parte dos poderes públicos e dos próprios habitantes; o medo é, assim, utilizado para fixar linhas de separação, demarcações naturais ou construídas que acabam por fragmentar territórios.

As entrevistas destas moradoras são exemplares sobre essas questões:

– Eu gosto muito [de morar no Alto do Cruzeiro] mas, não é bem visto pelas pessoas da cidade, que acham que a marginalidade está toda lá. Então as pessoas, ainda, são malvistas lá. Mas eu, que moro lá, acho um sossego, eu adoro. Tem os problemas de ser morro, mas a gente acostuma e tira de letra. Eu gosto muito. A rua que eu moro tem muita criança, ainda soltam pipa, brincam na rua, jogam bola, jogam taco, tem tudo isso. Eu já ouvi comentários, de falarem: “Ah, mas só tem nôia, lá em cima só tem drogado.” Mas daí eu falei: “Tem porque sai daqui debaixo para usar lá em cima.” Como todo lugar, tem. Eu acho que, por terem essa visão de marginalizar lá em cima, há, sim, uma exclusão. Qualquer festa que faça lá em

cima não tem força. Eu acho que existe, sim, essa exclusão por ser considerado um bairro marginalizado.

Maria Tereza dos Santos

– A gente sabe que ainda existe o preconceito, existem algumas coisas que eles falam ainda. Quando tem problema de pessoal ir preso com droga, tudo é Alto do Cruzeiro. E eles nem imaginam o quanto a cidade também participa do processo. Sinto muito, mas é verdade, vamos falar aqui. Todo mundo sabe disso e esse problema está em todo lugar.

Márcia Aparecida Santos Moraes

Alfredo Santillán (2019, ebook) concluiu, a partir dos estudos de Armando Silva, que o medo é, na América Latina, o principal imaginário urbano reconhecido por todos, noção que tem sido utilizada “para abordar los temas de segregación y estigmas territoriales a partir de identificar los discursos estereotipados sobre barrios asociados con la delincuencia, el tráfico de drogas y la inseguridad”⁸⁴.

A entrevista de Natália Moradei corrobora a existência desse discurso, pelo qual o bairro é associado à existência de certos problemas.

– As pessoas do Alto do Cruzeiro se sentem muito à margem da sociedade, não só do centro, mas do restante da cidade. Já não estou na Prefeitura há alguns anos, mas, até quando eu estava, era a área urbana com os maiores problemas sociais, drogas, renda muito baixa, meninas grávidas, baixa escolaridade. Mas é uma população bastante complexa. Então, eles precisariam se sentir reconhecidos.

Atribui-se o perigo, e seu conseqüente medo, ao outro, ao que é diferente de mim; isso faz aparecer o estigma, como uma marca ou uma etiqueta que caracteriza o outro. Esta também é uma das motivações para que se construa uma divisão no espaço físico e, em geral, a distribuição espacial urbana relaciona os moradores de áreas que apresentam infraestruturas precárias aos pobres e delinquentes (SOLSONA CISTERNAS, 2019).

Como resultado, há uma desvalorização do sujeito pelo seu local de residência, como se todos os moradores de um bairro, no caso o do Alto do Cruzeiro, fizessem parte de um

⁸⁴ “para abordar os temas de segregação e estigmas territoriais a partir da identificação de discursos estereotipados sobre o bairro, associados com a delinquência, o tráfico de drogas e a insegurança”.

grupo homogêneo. Como define Solsona Cisternas (2019, ebook), “el problema es que los individuos estigmatizados no son juzgados ni analizados de forma personalizada, sino que la gente tiende a establecer juicios de valor generales, se les cuele en un grupo y termina enviándolos al anonimato⁸⁵”.

E, além da topologia como fato diferenciador, existe também uma caracterização imaginária do modo de vida, comportamento, fala e vestimenta desse outro. No Alto do Cruzeiro, as condições das ruas de barro faziam com os moradores fossem reconhecidos por seus sapatos, ou, como contou Tarcísio Alves dos Santos, *a gente descia, quando ia à missa, a gente ia com outro tipo de sapato, se trocava lá embaixo*.

O conceito de estigmatização territorial, proposto inicialmente por Wacquant (2007), mostra, como aponta Santillán (2019, ebook) que “el desprestigio acentuado de ciertos barrios se traslada a los residentes, de tal manera que se convierte en un verdadero estigma en tanto marca de desprestigio que deteriora la identidad⁸⁶”.

Com isso, parte da história do Alto do Cruzeiro é apagada dos registros mais divulgados, como o se o bairro não participasse da vida cotidiana da cidade. Um desses apagamentos foi a importância do Alto do Cruzeiro durante os tempos da enchente, como lembrado por Cristiane Bittencourt e por Natália Moradei

– Durante a enchente, eu vi mais uma vez o papel do Alto do Cruzeiro, porque ele acolheu muita gente, foi lá que muitas pessoas ficaram. Se existe segregação social em São Luiz do Paraitinga, as pessoas com mais poder aquisitivo moram no centro ou em outras localidades, e as menos favorecidas, com as rendas mais baixas, moram no Alto do Cruzeiro, e foram justamente essas pessoas que puderam receber todo mundo.

Um papel relevante, que não deveria passar despercebido, mas que não é lembrado na história da enchente, não é reconhecido pelos luizenses. Um lugar valorizado como moldura, mas desconsiderado como parte da teia social e patrimonial que envolve a cidade, principalmente se esta quiser ser pensada como um conjunto.

⁸⁵ “o problema é que os indivíduos estigmatizados não são julgados ou analisados de maneira personalizada, mas que as pessoas tendem a estabelecer juízos gerais de valor, os coloca em um grupo e terminar por enviá-los ao anonimato”

⁸⁶ “o acentuado desprestígio de certos bairros é transferido para os moradores, de forma que se torna um verdadeiro estigma como uma marca desprestígio que deteriora a identidade”

11.4 Bairro do Alto do Cruzeiro: formação, Plano Diretor Participativo e tombamento

*No alto do morro, o cruzeiro iluminado que meu pai,
poeta introvertido, mandou iluminar
Primeiras elétricas luzes, que antecediam
o pontilhado imenso que marcava as luzes do universo.
Ecos do Sino Grande, Aziz Nacib Ab'Saber*

O bairro Alto do Cruzeiro localiza-se no Morro do Cruzeiro, cuja existência é conhecida desde que o povoado foi elevado à condição de Vila, em 1773. Chamado de Morro da Cidade, depois Monte Ararat e finalmente, Morro do Cruzeiro, “era rumo da estrada entre São Luiz do Paraitinga e Ubatuba. Sua ocupação começa num primeiro patamar, início da dita estrada, acessado por uma ladeira junto à Capela das Mercês” (IPHAN, 2010b, p. 74).

Em 1884, houve um estudo para o planejamento do Alto do Cruzeiro, como mostra um mapa desse ano (Figura 64), encontrado nos arquivos da Prefeitura por Natália Moradei (2005, p. 35-36). Segundo esta autora, não se conhecem as causas da não implantação. É desse período, entre as décadas de 1850 e 1890, o adensamento de São Luiz do Paraitinga; nessa etapa, foram realizadas a maioria das obras no núcleo fundacional da cidade, como calçadas, guias, sarjetas e pavimentação de ruas, com pedras; e obras de contenção e drenagens, obras de alargamento do rio; iluminação e abastecimento de água. Em 1872, a cidade tinha 355 casas e 1.156 moradores (IPHAN, 2010a).

Sua urbanização desordenada se contrapõe, exatamente, aos trunfos utilizados para o tombamento de São Luiz do Paraitinga, que são o caráter ordenado, a malha ortogonal, o alinhamento, o arruamento, ou seja, os argumentos para a criação de seu imaginário fundacional e as projeções deste na patrimonialização e na valorização da cidade.

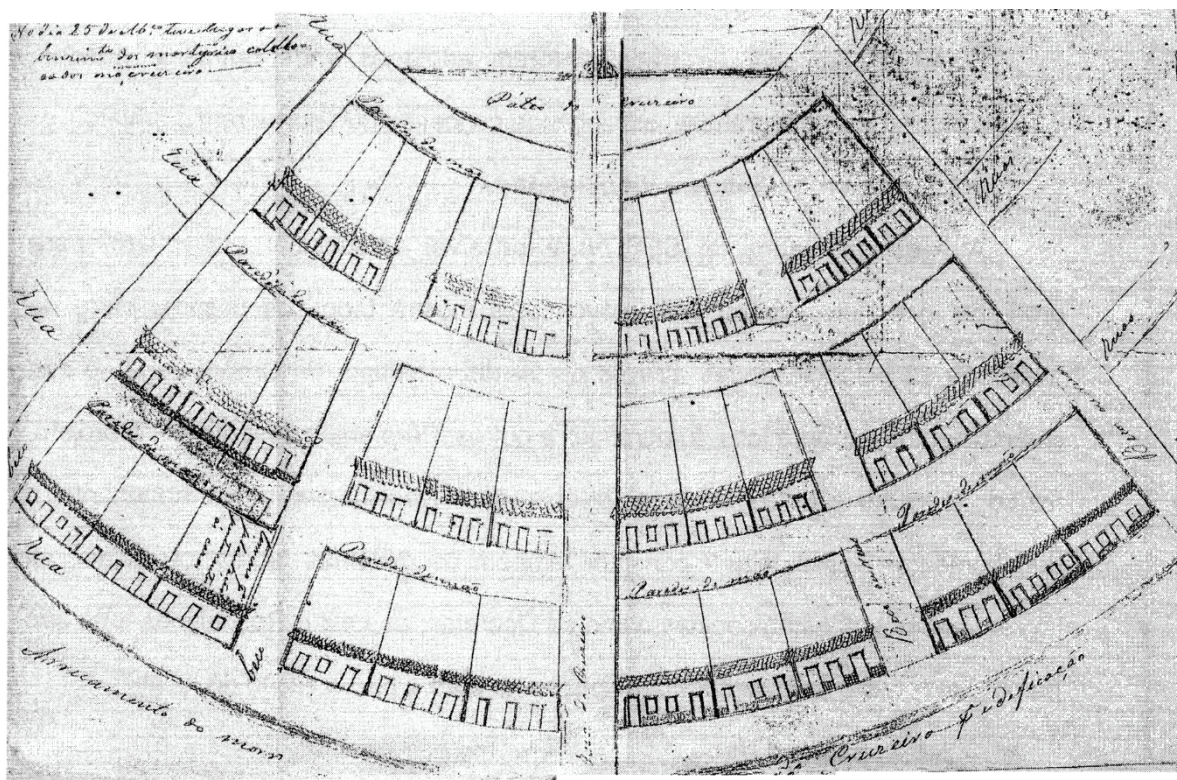


Figura 64: Estudo do planejamento do bairro do Alto do Cruzeiro, 1884. Ao centro do mapa, a Rua do Cruzeiro, que liga o Centro Histórico ao Cruzeiro, localizado no Pátio do Cruzeiro (atual Praça Benedito Godoy). Documento encontrado nos arquivos da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga. Fonte: Moradei, 2005.

O Morro do Cruzeiro faz parte da área envoltória determinada no tombamento de 1982, pelo Condephaat, e que ainda não foi regularizada (Figuras 65 e 66).

No *Parecer Técnico* realizado pelo Iphan, que culminou no tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico, o morro está contido na Poligonal de Entorno, em seu perímetro de preservação visual, que “considera a bacia visual da cidade, incluindo os morros que a circundam, e indica como limites as cumeadas dos morros, protegendo toda a área de influência paisagística” (IPHAN, 2010a, p. 8). No mesmo documento, o Iphan destaca a ambiência urbana conjugada com seu território, a harmonia de seu desenvolvimento com os elementos naturais, entre os quais o Rio Paraitinga, e destaca os morros “ainda pouco ocupados e que fazem uma ‘moldura verde’ que ressalta ainda mais a ambiência urbana da cidade (e por esse motivo merecem especial atenção de modo a evitar a ocupação desordenada)” (IPHAN, 2010a, p. 10).



Figura 65: Vista da cidade de São Luiz do Paraitinga. Fonte: IBGE, c. 1955.



Figura 66: Vista aérea da cidade de São Luiz do Paraitinga, com destaque para o bairro do Alto do Cruzeiro.
Fonte: Foto de Filipe Magalhães, acervo da pesquisa, 2017.

Historicamente, o Alto do Cruzeiro foi se configurando parcialmente por meio de habitações ilegais e irregulares. O aumento mais perceptível do bairro se deu a partir dos anos 1970, quando pequenos produtores luizenses, em especial da pecuária leiteira, não conseguindo acompanhar as mudanças tecnológicas e tendo perdido compradores regulares, tiveram que migrar de seus bairros rurais de origem. Aos poucos, foram se apropriando de terrenos no Alto do Cruzeiro, cuja

proximidade com a infraestrutura da cidade, com hospital, assistência social, escolas, tornou-se um facilitador para sua escolha como novo local de moradia (TOMAZIN, 2011).

Toledo (2012, p. 10) reforça essa situação quando relata que o bairro do Alto do Cruzeiro

abrigou boa parte da população que migrou da zona rural para a cidade. Ex-lavradores e trabalhadores em fazendas de produção de leite, que foram expulsos com o advento da monocultura do eucalipto. Ali encontramos muitas famílias vivendo em espaços reduzidos, apertados, sendo que suas casas foram construídas em terrenos perigosos, sujeitos a desmoronamentos, e o material das construções é geralmente precário e de baixa resistência.

Em sua entrevista, Natália Moradei contou que, em seu Trabalho Final de Graduação (TFG) do bacharelado em arquitetura, em 2005, escolheu como tema uma proposta de intervenção para o bairro, *pois o Alto o Cruzeiro já me chamava atenção justamente porque ele não tinha planejamento, e me incomodava observar que toda atenção da cidade sempre era voltada para área histórica. Então, eu escolhi desenvolver o projeto para o Alto do Cruzeiro e questionar essa relação entre o Alto do Cruzeiro e a cidade.*

Em seu TFG, recomendava intervenções no bairro, a partir de uma proposta de reurbanização e chamava a atenção para dois fatores:

40% da população urbana reside nesse bairro⁸⁷ e representa a parte mais carente da sociedade urbana luizense e [...] os investimentos do poder público são geralmente destinados a outros bairros que trazem benefícios econômicos ao município, como os novos loteamentos e o centro histórico, enquanto o bairro Alto do Cruzeiro recebe apenas solução de problemas imediatos, mas que não resolve a causa dos mesmos (MORADEI, 2005, p. 13).

Em 1999, foi criada a Associação de Moradores e Amigos do Alto do Cruzeiro (Amabac), na tentativa de melhorar as condições de vida no bairro, principalmente em relação ao lazer. A Amabac tem sede própria, conseguida com a compra comunitária de um terreno e da construção da casa por mutirão. Possuem computadores, usados em horários específicos por crianças e por adultos; oferecem espaço para reza de terço, para atendimentos, como medir pressão e diabetes, aulas de capoeira, além de promover festas, das quais a principal é a de Santa Cruz.

Por ocasião das audiências públicas realizadas em 2006, para a elaboração do Plano

⁸⁷ Dados recentes sobre o número de moradores do bairro ainda não haviam sido contabilizados em sua totalidade; assim, o número mais próximo encontrado foi de 1.108 moradores (fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, relativo à 2020), contra os 1.992 moradores a que Natália Moradei (2005) se refere em seu TFG.

Diretor da cidade, encontrava-se, em documento disponibilizado no site⁸⁸ da Prefeitura, uma síntese da avaliação e das reivindicações dos moradores do bairro do Alto do Cruzeiro. Entre as medidas consideradas prioritárias estavam: a necessidade de regularização dos imóveis e fiscalização, pois mesmo havendo controle e informação cadastrais, existem muitas ocupações irregulares e habitações ilegais; o acesso aos veículos policiais (falta de patrulhamento) e ambulâncias (devido ao fechamento da Rua do Cruzeiro); a falta de espaços públicos de lazer para as crianças e jovens; a melhoria da rede de esgoto e saneamento básico; a criação de oficinas profissionalizantes para as mulheres, com cursos de artesanato, culinária etc.; a criação de mais um campo de futebol, de uma área com quadra poliesportiva e de um coreto na Praça do Cruzeiro; a criação de um Parque Ecológico e Florestal e de um mirante como possíveis atrações turísticas no bairro; projeto e urbanização da Praça do Cruzeiro para uso de lazer, banheiros públicos e lixeiras com coleta seletiva; a revisão de ruas sem saída, sem calçadas ou com calçadas estreitas e mal acabadas; a remoção gradativa dos moradores das áreas de risco.

De acordo com esse levantamento, conclui-se que as necessidades dos moradores iam desde as estruturais até aquelas que pretendem qualificar o bairro, realçando suas potencialidades culturais, turísticas e patrimoniais.

A Lei Complementar n. 1327, publicada em 7 de janeiro de 2010, dispôs sobre o Plano Diretor Participativo, nos quais encontram-se alguns temas voltados direta ou indiretamente ao bairro do Alto do Cruzeiro, dos quais destacam-se:

SEÇÃO XV- Do planejamento

Art. 56. São ações da política municipal de planejamento:

X - construir banheiro público na Praça do Cruzeiro;

XLVI - propor, junto à concessionária de serviços públicos, o redimensionamento da rede de distribuição, armazenamento e fornecimento de água para atender a demanda atual incluindo picos de consumo;

XLVII - exigir da Sabesp, concessionária de serviços públicos, a inclusão no seu planejamento de diretrizes para expansão contida na lei de expansão urbana, visando atender toda zona urbana;

XLVIII - expansão da rede coletora de esgotos para atender todo perímetro de São Luís do Paraitinga e de Catuçaba;

XLIX - promover o tratamento de esgoto em todos os perímetros urbanos: da cidade e da Vila de Catuçaba;

LIV - urbanizar o Bairro do Alto do Cruzeiro;

LV - construir escadas no Bairro do Alto do Cruzeiro e Benfica;

LVII - construir muros de arrimo no Bairro do Alto do Cruzeiro (PREFEITURA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010, p. 51).

⁸⁸ Disponível em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/arquivo_1_14052019180338.pdf. Acesso em fev/2020.

Além disso, o bairro faz parte das Zonas de Projetos Especiais, voltado para o desenvolvimento turístico e paisagístico do município, conforme definição e estabelecimento de suas funções:

CAPÍTULO II - Da ordenação e ocupação do solo

SEÇÃO II

Da classificação

SUB-SEÇÃO I

Do macro-zoneamento

Art. 68. As Zonas de Projetos Especiais correspondem aos espaços físicos definidos no Plano Diretor Participativo para a implantação de projetos urbanos especiais, voltados para lazer, esporte, turismo, cultura, exposições, eventos, meio ambiente, pontes, passarelas, marinas, projeto de urbanização de vias com caráter turístico e paisagístico, estacionamentos, infra-estrutura, projetos urbanos de articulação das Zonas de Incentivo a Recuperação e Preservação Ambiental (Z.I.R.P.A's) e outros (PREFEITURA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010, p. 56).

SUB-SEÇÃO VII

Das Zonas de Projetos Especiais (Z.P.E.)

Art. 122. As Zonas de Projetos de Especiais da área Urbana de São Luís do Paraitinga cumprirão as seguintes funções sociais principais, além de outras a serem definidas pelo COMUPLAN, a saber:

I - Z.P.E. 01 – urbanização e paisagismo da via pública do Alto do Cruzeiro possibilitando o seu uso para fins do desenvolvimento turístico, geração de renda e empregos e conexão com o Mirante e possível teleférico do Morro da Cueca;

II - Z.P.E. 02 – mirante, estação para teleférico e usos comerciais para turismo e desenvolvimento ambiental do Morro da Cueca;

III - Z.P.E. 03 – equipamentos públicos para lazer, esporte, cultura e outros, com escadaria e caminhos de acesso por pedestres e ciclistas, buscando atender as demandas levantadas nas leituras comunitárias para os bairros do Alto do Cruzeiro e Benfica [...]. (PREFEITURA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010, p. 79).

Desde 2019, está havendo uma revisão do Plano Diretor. Mas, pode-se afirmar que, para o bairro do Alto do Cruzeiro, passados 10 anos, a maioria das ações planejadas não foi executada.

As dificuldades do bairro, além das geográficas, são consequências das políticas públicas de muitos anos, que não apresentaram soluções para problemas crescentes.

Na enchente de 2010, o Jornal da Reconstrução número 6 (2010, p. 1) apresentava em destaque a matéria *Morro do Cruzeiro e os riscos anunciados*, analisando que

das áreas afetadas pela chuva no município, a do Morro do Cruzeiro, no centro urbano, foi uma das que mais sofreram danos. Devido a uma movimentação de terra, diversas casas [...] foram seriamente avariadas ou destruídas. As famílias que ali moravam foram retiradas pela Defesa Civil e alojadas em abrigos e casas alugadas com o dinheiro do auxílio moradia, oferecido pelo governo estadual, ou em casas de amigos e parentes. Mas os problemas havidos no Morro do Cruzeiro não são considerados uma decorrência exclusiva das chuvas do início do ano. São também consequência da ausência de um planejamento correto durante o processo de ocupação que vem sendo feito na área desde meados do século passado.

Em 2017, o defensor público de Taubaté, Wagner Giron de la Torre, apresentou relato sobre a atuação da Defesa Pública no caso da enchente de São Luiz do Paraitinga, no qual trabalhou junto à população afetada. Como parte de seu diagnóstico, ele acusa que São Luiz do Paraitinga, como a maioria dos municípios brasileiros, não apresenta projetos habitacionais voltados à população de baixa renda; afirma que, ao contrário dos discursos oficiais, a população pobre dessa cidade, exemplificada pelos moradores dos bairros como Alto do Cruzeiro, entre outros, não foram residir nessas áreas localizadas nos cumes de morros ou à beira de rios por “excentricidade ou desfrute de sensações voluptuosas”, mas por não encontrarem alternativas de habitação ou, ainda, porque “o próprio Município em conjunção de esforços com o Estado projetou aí, nessas áreas, o acervo de moradias para as camadas pobres, sempre próximo dos perigos, sempre fronteiro aos riscos das enchentes” (TORRE, 2017, p. 30).

São recorrentes as análises que demonstram as diferenças de tratamento entre o Centro Histórico e outros bairros da cidade, sendo o contraste com o bairro do Alto do Cruzeiro o mais flagrante. Por isso, sua inserção na área tombada acarreta reflexões sobre, por exemplo, a definição de conjunto, como em Meneses (2015, p. 44):

conjunto deveria ser entendido como uma reunião de partes que formam um todo complexo, ou ainda, no sentido matemático de coleção de seres. Não se trata de uma somatória de elementos, mas do resultado de elementos organizados: é preciso que haja relação entre as partes assinaladas para que se possa falar em conjunto.

Há, de fato, uma mobilidade real e simbólica entre o bairro Alto do Cruzeiro e o Centro Histórico, o que justificaria o tombamento do conjunto, mesmo frente aos contrastes aqui apresentados. Porém, a efetividade e a forma com que está sendo gerido são questionáveis. Se já havia dificuldade para o governo municipal em lidar com as questões do bairro, a elas acrescenta-se uma nova demanda, uma vez que não é dado ao Iphan o papel de órgão ordenador ou regulador

do planejamento e desenvolvimento urbanos. Este papel cabe ao município, como fica claro na Constituição de 1988, em seu Art. 30, nos incisos VIII e IX. Compete aos Municípios:

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Assim, é o município de São Luiz do Paraitinga que deve desenvolver ações para preservar o Morro do Cruzeiro e, especialmente, para evitar sua ocupação desordenada, ainda que sob a legislação e a fiscalização federais. Sobre este aspecto, destaca-se novamente a análise de Meneses (2015, p. 40-41), que afirma que

as contradições e as fronteiras tênues entre preservação e, por exemplo, o zoneamento, deixam claro um descompasso essencial: a problemática do patrimônio ambiental urbano – por natureza, urbanística – nunca poderia ser resolvida a contento por uma legislação de patrimônio cultural autônoma e independente de uma legislação de uso e ocupação do solo. Enquanto se espera realizar-se a utopia de uma legislação e práticas unificadas, os respectivos instrumentos, sistemáticas e instâncias hoje disponíveis, é óbvio, teriam que ter uma atuação diferenciada, mas tão solidária quanto possível.

Como assinala Arantes (2015, p. 57), “o modo de gestão do patrimônio é o que torna ou não viável habitar os sítios urbanos preservados e ao mesmo tempo preservá-los segundo os critérios técnicos estabelecidos, não a circunstância dele ter sido declarado patrimônio”. Se essa segregação não é desejada, são necessárias estratégias que permitam a valorização e a aplicação das políticas públicas em toda a cidade.

Neste ponto, Leonardo Castriota (2009, p. 90) aponta alguns procedimentos para intervenção sobre o patrimônio ambiental urbano, dos quais destaca-se

adotar um procedimento unitário, visando à melhoria do meio ambiente urbano como um todo, não tratando desigualmente as chamadas áreas históricas e os outros espaços que compõem a cidade. Assim, é importante pensar conjuntamente, e a partir dos mesmos critérios de qualidade, os espaços moldados pela história, a serem protegidos, e os espaços novos ou os espaços recuperáveis, a serem ainda estruturados. Em ambos os casos, devem-se considerar sempre a infra-estrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a paisagem natural.

A ordenação desse patrimônio, em sua totalidade, pressupõe a articulação entre os grupos sociais, o governo municipal, o Condephaat e o Iphan, para que o tombamento ultrapasse a mera formalidade e se constitua, com efeito, em um instrumento de gestão do interesse público.

Porém, as diferentes entrevistas realizadas demonstram que ainda há uma grande distância entre os processos institucionais e a aplicação prática das ações. André Bazzanella, da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba, declarou em entrevista

– O Morro do Cruzeiro é uma área que, na verdade, é quase invisível. Quando você fala de Paraitinga, do conjunto histórico, ele não aparece em nada. É como se fosse uma área não histórica. E ele recebe uma série de populações rurais e uma série de pessoas de fora, tem toda uma dinâmica. Inclusive é repositório de várias manifestações que estão desaparecendo do centro histórico, de congada, de Divino, de festas de santos, que aconteciam lá em cima, e algumas estão desaparecendo. Por falta de visibilidade.

É clara a demonstração da inoperância do Iphan no Morro e, conseqüentemente, no bairro do Alto do Cruzeiro. Por sua vez, ela foi justificada por Anna Beatriz Ayrosa Galvão

– O núcleo central da cidade foi tombado por questões históricas e arquitetônicas muito precisas, muito excepcionais. É um tombamento urbano e paisagístico daquele núcleo original, por tudo que ele significa no tempo. A questão da preservação é uma questão muito mais ampla do que o tombamento. O Morro do Cruzeiro está dentro do perímetro de entorno. Ele deveria ser trabalhado junto com o poder municipal, da perspectiva urbanística, de planejamento urbano, de projeto urbano, incluindo o físico e o humano também. O Morro do Cruzeiro é uma área dentro da área tombada, teria que ser tratado como tal. Mas aí mostra o quanto o nosso braço é curto. A gente teria que estar trabalhando mais assiduamente, junto com a prefeitura. Quando entra na esfera do urbanismo, da questão urbana, de Plano Diretor, só o laudo de preservação não tem capacidade para controlar. Tem que, obrigatoriamente, ser feita a parceria. E para ser parceria, tem que ter a vontade de todos os lados. O Cruzeiro deveria receber, realmente, uma atenção especial. Acho que é uma falta de experiência do arquiteto de patrimônio trabalhar na escala urbana, trabalhar com a cidade. Arquiteto aprende a lidar com o lote, com a construção isolada, com o monumento. Trabalhar na escala urbana, a mancha

tombada, é um desafio. Imagina trabalhar o entorno, a periferia. Esse é um campo que está precisando avançar mais. E, enfim, estabelecer uma parceria.



Figura 67: Bordado realizado pela moradora Ana Paula Salgado, dentro do projeto *Retrato bordado da cultura de São Luiz do Paraitinga*, em 2018. De acordo com a descrição da bordadeira, o trabalho representa o Alto do Cruzeiro, “bairro de pessoas bastante carentes”. Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.



Figura 68: Rua do Cruzeiro, que liga o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga ao bairro do Alto do Cruzeiro. Abaixo, o muro que separa os bairros. Acima, ao fundo, o Cruzeiro, localizado na Praça Benedito Godoy. Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

Sobre a infraestrutura do bairro, houve divergência entre as entrevistas e os dados oficiais. De acordo com documento fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, o bairro está com todos os serviços de água e esgoto funcionando na totalidade das casas, como se vê na tabela a seguir

TIPO DE IMÓVEL	
Domicílio	465
OBS.: + 45 Domicílios não presentes no sistema	
CONDIÇÕES DE MORADIA	
Situação de moradia / Posse da terra	
Próprio	376
Alugado	81
Cedido	8
Localização	
Urbana	465
Rural	0
Disponibilidade de energia elétrica	
Sim	465
Não	0
Abastecimento de água	
Rede encanada até o domicílio	465
Água para consumo no domicílio	
Filtrada	326
Fervida	1
Clorada	72
Sem tratamento	66
Forma de escoamento de banheiro ou sanitário	
Rede coletora de esgoto ou pluvial	459
Fossa Séptica	6
Destino do lixo	
Coletado	465
Tipo de domicílio	
Casa	463
Cômodo	2
Tipo de acesso ao domicílio	
Pavimento	465
Material predominante (paredes externas)	
Alvenaria com revestimento	453
Alvenaria sem revestimento	12

Quadro 13 – Tabela realizada pela autora com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de São Luiz do Paraitinga, referentes a março de 2020.

Por outro lado, nas entrevistas apareceram falas divergentes entre si e entre os dados oficiais e o que esses moradores conhecem do bairro.

– O problema lá é assim, eu não sei se é por falta de informação. Mas é um terreno que vão construindo, construindo, construindo. Às vezes, você chega em um portão, você entra, são várias casas até embaixo e, por isso, tem problema sério com rede de esgoto. Onde eles mesmos construíram, não sai na rede, então acabam soltando no pasto, a céu aberto.

Maria Tereza dos Santos

– Eu não sei a parte que vai para o Mirante. Eu não sei como está a situação lá, porque até a associação [Abamac] já fez um trabalho sobre isso, de esgoto que corria a céu aberto. Agora, de verdade, eu não sei como está o processo.

Márcia Aparecida Santos Moraes

– Ao subir para o Mirante, as casas ficam abaixo do nível da rua, ou seja, a rede de esgotos não vai subir, não é bomba. Não tem bomba. Então, a turma fazia fossa e acabava indo para um terreno que é da prefeitura. Quando a associação estava na ativa, ela fez o projeto; e a associação tem muita força. [Figura 69]

Tarcísio Alves dos Santos

– Pensam que o Alto do Cruzeiro tem esgoto a céu aberto! Imagina....

Antonio Roberto



Figura 69:
Casas abaixo do nível da rua, localizadas na subida para o mirante da torre (Rua Dr. Luiz de Aguiar), bairro do Alto do Cruzeiro, São Luiz do Paraitinga.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

Para Ana Lúcia Bilard Sicherle, Prefeita de São Luiz do Paraitinga na época da enchente (2009-2012) e reeleita (2017-2020), o Alto do Cruzeiro não cresceu depois da inundação. Segundo sua entrevista,

– O bairro teve algumas casas aumentadas, lotes maiores; a casinha era menor, a pessoa conseguiu aumentar, mas com a aprovação do Condephaat e do Iphan [...] A gente quer fazer um projeto para a torre, que é um lugar que dá para ser explorado culturalmente e para o turismo também. Agora, as vielas são pequenas. Já começou daquele jeito. Hoje têm regularização do Itesp [Fundação de Instituto e Terras, do governo estadual] do Alto do Cruzeiro, e a gente fica mais preocupado com as chuvas. Mas eu achei que melhorou bastante, já foi bem pior. [Para construir] tem que pedir mais para o Iphan do que para o Condephaat, dependendo da área. A gente sempre está falando, antes de comprar o terreno, procure a sua regularização, venha ver. Eles já são mais cientes. Vê que um teve que pagar uma multa, e as multas dos tombamentos não são baratas.

Os problemas apontados para o bairro do Alto do Cruzeiro demandam ações para beneficiar e melhorar o cotidiano de seus moradores, e não apenas para fazer dele a moldura desejada para o Centro Histórico. As questões do patrimônio edificado são importantes, mas existem necessidades anteriores, questões de infraestrutura e de regularização da propriedade.

Uma política integrada para o desenvolvimento de atividades culturais beneficiaria este e outros bairros, que foram gradualmente perdendo espaço para o Centro Histórico. Nele se realizam as manifestações consideradas hegemônicas, que acabam por promover o apagamento de outras expressões culturais também legítimas, que seriam promotoras de inclusão social e reconhecimento identitário.

CONCLUSÕES

Os planos do Iphan para a cidade de São Luiz do Paraitinga já estavam traçados quando aconteceu a enchente dos primeiros dias de janeiro de 2010. A intenção era tombar seu Centro Histórico, resultado de estudos sobre a cidade acumulados durante vários anos, compilados no *Dossiê São Luiz do Paraitinga*. Seu conteúdo, desenvolvido com a finalidade de legitimar a proposta de preservação, trazia os argumentos elaborados por Luis Saia e Jaelson Bitran Trindade – em especial deste historiador – e cuja interpretação levava ao entendimento da singularidade desta cidade, sendo esta, portanto, a principal justificativa para seu valor como patrimônio.

Este valor está apoiado na fundação e urbanização da cidade, ambas vinculadas às ordenanças do Morgado de Mateus. Porém, em uma análise mais atenta é possível compreendê-lo como um imaginário fundacional construído e reiterado ao longo do tempo. Quando se admite o imaginário fundacional construído como principal atributo de valor da cidade, a pretensão não é tirar ou questionar o valor patrimonial de São Luiz do Paraitinga. Mas, pelos argumentos defendidos ao longo da tese, percebe-se que essa construção, mesmo que realizada sobre fontes e autores consagrados, é uma interpretação, entre tantas possíveis, sobre a cidade.

Não se contesta a presença de um traçado regular no Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga. Porém, mais do que a implantação de um projeto proposto pelo Morgado de Mateus, a historiografia mostra que ele foi se consolidando ao longo do tempo, obedecendo a preceitos de regularidade, mas já distante da política pombalina. O modo como a urbanização dessa cidade é apresentada nos estudos, em especial no *Dossiê*, sugere “a existência de fases estanques e bem definidas para o ato de planejar e, em seguida, executar o que fora previsto antes”, o que seria, apenas, “uma visão redutora das dinâmicas envolvidas na construção de cidades” (DERNTL, 2013, p. 25).

E, ainda, a apresentação de São Luiz do Paraitinga como uma cidade iluminista é, notadamente, a articulação de argumentos em favor de uma imaginada excepcionalidade, já que ela teria sido, antes de tudo, uma vila inserida na política territorial iluminista, como tantas outras no Brasil.

Definidas as alegações, partiu-se para seu tombamento. Outros tombamentos de cidades brasileiras apresentam, cada qual à sua maneira, argumentos para valorizar aquilo que se pretende preservar e isso mostra como os processos são, antes de tudo, o resultado do trabalho de técnicos que, em última instância, estão encarregados de conceber e executar uma linguagem formal, apenas aparentemente neutra e sem conteúdo ideológico (PRATS, 2005).

Porém, as mudanças provocadas pela situação em que a cidade se encontrava quando as águas baixaram, o forte apelo midiático que a imagem de destruição provocou em todo o país, a conjuntura política de um ano eleitoral e a atuação de parte da sociedade civil luizense fizeram com que houvesse uma ampliação do objeto de proteção, agora seu *conjunto urbano*, ressaltados os aspectos *históricos e paisagísticos*.

Apesar da ampliação, o conceito de conjunto continuou a ser usado sem levar em consideração o território, que não está contido na definição do perímetro de preservação, mas abrange a complexidade de outros componentes, nos quais está presente, também, a subjetividade de seus moradores. A presença, nos documentos, de conceitos sobre o entorno, moldura verde, ambiência urbana, preservação visual, fazem compreender que eles são usados, na prática, apenas para elevar e valorizar o conjunto arquitetônico e seu aproveitamento turístico.

Mesmo havendo a reiteração, no discurso dos técnicos do patrimônio, de que houve uma intensa participação da sociedade luizense na tomada de decisões, fica evidente que esta sociedade está restrita a alguns participantes, em geral àqueles que tem acesso às esferas deliberativas sobre esta e sobre outras questões da municipalidade. As entrevistas apresentadas mostram a distância de conhecimento sobre as questões patrimoniais e os luizenses, especialmente os que residem fora do Centro Histórico, mesmo para os que vivem em casas que fazem parte do entorno tombado. Para estes, o tombamento é algo apenas esboçado, do qual não conhecem regras, direitos ou deveres e que é compreendido, na maior parte do tempo, como obstáculo para sua livre escolha sobre como manejar obras, reformas, pinturas.

Nesse cenário, e passados alguns anos da efetivação do tombamento, entendeu-se que havia uma possibilidade de compreender todos esses fatos de forma inter-relacionada a partir dos imaginários urbanos. Buscar a leitura da cidade por meio de seus moradores mostrou-se essencial para ampliar o que documentos e discursos institucionais apresentam, validados, inclusive, por parte da sociedade civil. Ao analisar a multiplicidade de imaginários urbanos de São Luiz do Paraitinga, foi possível avaliar sua inserção nos sistemas sociais, suas condições de produção e reprodução, porque o imaginário é, também, campo de disputa política e de poder, onde se cruzam os interesses dos diferentes grupos sociais.

As ações pós-tombamento indicam o grau de ineficácia do mesmo, ou, precisamente, como elas se diluem no meio do caminho, pela má gerência ou descontinuidade de gestão.

A presença de uma Casa do Patrimônio, por exemplo, se revelou insuficiente enquanto função de educar para o patrimônio, ou seja, sair das funções de fiscalização para ampliar o conhecimento dos cidadãos em relação ao seu próprio patrimônio. A aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais também se mostrou muito aquém dos objetivos iniciais, ao

ser desconhecido como instrumento e não ter seu resultado como potencial base para novas políticas de preservação.

E, ainda, na articulação com a gestão do patrimônio em nível municipal, revela-se o descompasso, uma vez que dificuldades financeiras impedem, muitas vezes, a concretização de ações, sobretudo em cidades pequenas como São Luiz do Paraitinga. E aqui encontra-se o paradoxo, pois é justamente desse patrimônio, material e imaterial, que a cidade depende para ser economicamente sustentável, já que depositou no turismo as expectativas de desenvolvimento.

Toda esta complexidade evidencia como o patrimônio está inserido em relações de poder, em diferentes escalas: entre bairros, aqui exemplificados pelas diferenças de tratamento entre o Centro Histórico e o bairro do Alto do Cruzeiro; entre cidades, quando se criam elementos de distinção para a obtenção de títulos; e entre países, com a categoria Patrimônio da Humanidade instituída pela Unesco. Diante deste quadro, os discursos técnicos externalizam e dão suporte à concorrência da valorização patrimonial, ancorada no conhecimento autorizado dos agentes do patrimônio.

Adrian Gorelik (2004) sustenta que os imaginários urbanos não estão a salvo de contradições e disputas, em especial, quando apropriados pela esfera técnica; portanto, apesar de oferecerem valiosas contribuições sobre o conhecimento das sociedades, transformaram-se em ferramentas de poder político, do marketing e da tecnocracia.

Se os imaginários urbanos podem contribuir com os poderes estabelecidos, também podem, por outro lado, contribuir para o poder dos cidadãos, ao revelar novos sentidos sobre a cidade, diferentes do senso comum fartamente divulgado ou apenas do juízo técnico, os quais, muitas vezes, não representam o que o conjunto de moradores vivenciam em seus cotidianos.

Essa abordagem, junto a outros estudos, poderia contribuir para a identificação e valorização dos objetos, lugares e práticas sociais, em especial, voltadas à preservação de conjuntos, agregando a participação da população interessada. O que se questiona, a partir disso, vai além da utilização do discurso construído sobre o imaginário fundacional. É o privilégio, concreto e simbólico, que o perímetro de preservação, ou seja, o Centro Histórico com seus tombamentos estadual e federal, continua recebendo, em ações e investimentos públicos, em detrimento de outras áreas do município, como a do bairro do Alto do Cruzeiro, como a dos novos empreendimentos habitacionais construídos, ou como a área rural.

O Morro do Cruzeiro – e o bairro que ali se constitui – foi, desde o início de sua formação, apontado como lugar de moradia dos pobres, estigma que se ampliou para local de ações ilegais. Ignorado na reconstrução pós-enchente e nas propostas de intervenções posteriores, muitas apontadas no próprio Plano Diretor, desvalorizado como patrimônio mesmo pertencendo ao

entorno tombado nas esferas estadual e federal, permanece à espera de receber os benefícios e investimentos hoje concentrados no perímetro tombado.

Defende-se, portanto, com esta abordagem, a possibilidade de outra forma de compreender e atuar sobre a preservação de conjuntos urbanos que, ao considerá-los no âmbito das políticas urbanas territoriais, possa se avançar, de fato, na incorporação de valores atribuídos ao patrimônio pela sociedade - para quem eles têm significados identitários e de memórias - nas políticas de preservação.

Se existem motivos para São Luiz do Paraitinga ser reconhecida como um patrimônio de valor nacional e como um Conjunto Histórico e Paisagístico – como esta tese acredita que existam – eles devem ser buscados na relação entre os diversos grupos sociais que formam a sociedade luizense, de maneira a transparecer suas expectativas, a permitir a participação igualitária na fruição de seus benefícios materiais e simbólicos e a utilização por essa sociedade nos seus desígnios de reconhecimento como uma cidade que é, de fato, um bem cultural, pensada, narrada e imaginada pelos seus habitantes.

REFERÊNCIAS

Documentários

Memória luizense: a passagem do tempo em São Luiz do Paraitinga. Direção de Paulo Albano. Realização AMI São Luiz e Quatro Quatro Zero Produções, 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VxkKBZugevQ>. Acesso em set/2019.

Jornais e blogs

ABPC. *Reconstrução de moradias com concreto PVC*. São Luiz do Paraitinga. <https://abcp.org.br/download/reconstrucao-de-moradias-com-concreto-pvc-sao-luiz-do-paraitinga-sp/>.

PAGAN, Rogério. Para morador, enchente foi um “castigo de Deus”. *Folha de S. Paulo*. 07/01/2010. Cotidiano. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701201017.htm>. Acesso em set/2019.

CERQUEIRA, Luiz Egypto de. As novas casas populares. *Jornal da Reconstrução*. Ano I, n.2, 2ª. quinzena de março de 2010. Disponível em http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/02/jr_n2.pdf. Acesso em set/2019.

Dissertações e teses

ALLUCCI, Renata R. *Apontamentos sobre memória e patrimônio a partir da reconstrução da Capela das Mercês em São Luiz do Paraitinga*. Curso de Pós-Graduação, Especialização no MBA Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.

ALLUCCI, Renata Rendelucci. *Carnaval de São Luiz do Paraitinga: conflito entre isolamento e abertura da cidade*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BIONDO, Fernanda Gabriela. *Desafios da educação no campo do patrimônio cultural: Casas do Patrimônio e redes de ações educativas*. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

CABRALES MUÑOZ, Norka. *El anillo como espacio articulador entre el centro histórico y la ciudad de Santiago de Cuba*. Tesis. Doutorado em Ciências Técnicas. Universidad de Oriente. Facultad de Construcciones / Facultad de Arquitectura. Santiago de Cuba, 2010.

CRISPIM, Felipe Bueno. *Entre a geografia e o patrimônio: estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989)*. Dissertação (Mestrado em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2014.

- FARINACI, Juliana Sampaio. *As novas matas do estado de São Paulo: um estudo multiescalar sob a perspectiva da teoria da transição florestal*. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- FERREIRA, Camila Corsi. *Interloquções entre a prática de restauração de Luís Saia e as teorias de restauro – São Paulo, 1937-1975*. Tese (Doutorado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2015.
- FREITAS JR., Gerson. *O eucalipto no Vale do Paraíba: aspectos geográficos e históricos*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. *A urbanização do Ceará setecentista: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: UFBA, 2007.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Os Sentidos da Preservação: História da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.
- MONTEIRO, Allan. *Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- MORADEI, Natália dos Santos. *Reurbanização em São Luiz do Paraitinga: proposta de intervenção para o bairro Alto do Cruzeiro*. TFG. Departamento de Arquitetura, Universidade de Taubaté, 2005.
- MORADEI, Natália dos Santos. *A grande enchente – 2010*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- MOURA, Fernanda Vierno de. *São Luiz do Paraitinga: preservação do Centro Histórico e intervenção na Praça Dr. Oswaldo Cruz*. Faculdade de Arquitetura / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Mestrado Profissional em conservação e restauração de monumentos e núcleos históricos (MP-CECRE). Salvador: UFBA, 2011.
- MOSANER, Fábio Ferreira Lins. *O desenho como método de estudo: Antônio Luiz Dias de Andrade e a arquitetura do Vale do Paraíba*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.
- NEVES, Leandro Roberto. *Além da superfície: a produção das trincheiras espaciais simbólicas*. Doutorado (Tese). Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- NEVES, Maryclea Carmona Maués. *O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC no Município de São Luiz do Paraitinga e o Morro do Cruzeiro*. Práticas Supervisionadas. Mestrado Profissional do Iphan, 2019.
- PEREIRA, Danilo Celso. *O patrimônio ambiental urbano de São Luiz do Paraitinga e as políticas públicas de preservação*. Trabalho de Graduação Individual (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- RIBEIRO, Cláudio Rezende. *Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial*. Tese (Doutorado) –

- UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.
- ROLIM, Mariana de Souza. *Luís Saia e a idéia de patrimônio: 1932-1975*. São Paulo: Mackenzie/FAU, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2006.
- SANTOS, Carlos Murilo Prado. *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- SANTOS, João Rafael Coelho Cursino dos. *A Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga: o desafio da cultura popular na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- SANTOS, João Rafael Coelho Cursino dos. *A cultura como protagonista do processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- TOLEDO, Marcelo Henrique Santos. *Espaços individuais e coletivos de sacralidade nos meios populares*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- TOMAZIN, Mariana. *O umbigo foi plantado dentro de casa: história e memória do Alto do Cruzeiro*. TCC Turismo da Universidade Estadual Paulista/Unesp. Rosana/SP, 2011.
- VIEIRA, Edson Trajano. *Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História Econômica. São Paulo, 2009.

Textos institucionais

- BRASIL. *Constituição Federal*, 1937.
- BRASIL. *Constituição Federal*, 1988.
- BRASIL. *Decreto 3.551*, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, 2000.
- CARTA DE NOVA OLINDA. 2009. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Nova%20Olinda.pdf>.
- CARTAS PATRIMONIAIS. Disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>
- CONDEPHAAT. *Processo de Tombamento 14149*. Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga. 1969.
- CONDEPHAAT. *Processo de Tombamento 00364*. Casa de Oswaldo Cruz. 1973.
- CONDEPHAAT. *Processo de Tombamento 21603*. Tombamento de imóvel sito à Praça Oswaldo Cruz. 1981.

- CONDEPHAAT. *Processo de Tombamento 22066*. Estudo de preservação e tombamento do Núcleo Histórico de São Luiz do Paraitinga. 1982.
- CONDEPHAAT. *Processo 62212*. 2010.
- CONDEPHAAT. *Memorial Descritivo*. Sessão Ordinária 1634ª. 04/07/2011.
- CONDEPHAAT. *Processo n. 67972*. 2013.
- DEPAM/IPHAN. *Paisagem Cultural*. Brasília, 2009.
- IPHAN. *Processo de Tombamento n. 0345-T-12*. IPHAN, 1942.
- IPHAN. *Processo de Tombamento n. 452-T*, 1952.
- IPHAN. *Processo de Tombamento n. 0891-T-73*. IPHAN, 1973.
- IPHAN. *Processo de Tombamento n. 0969-T-78*. IPHAN, 1998.
- IPHAN. *Manual de aplicação*. Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília, 2000.
- IPHAN. *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.
- IPHAN. *Processo de Tombamento 1584 T-09*. Centro Histórico de Iguape. 2009.
- IPHAN. *Processo de Tombamento n. 1590-T-10*. São Paulo: IPHAN, 2010a.
- IPHAN. *Dossiê São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: IPHAN, 2010b.
- IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais de São Luiz do Paraitinga*, 2011.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 1.166, de 9 de janeiro de 2012. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>
- PREFEITURA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *Lei Complementar n. 1327*, dispõe sobre o Plano Diretor Participativo. 7 de janeiro de 2010.
- SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *Dossiê*. Candidatura para Estância Turística do Estado de São Paulo, 2001.
- SÃO PAULO. *Decreto n. 11.022*. Regulamenta a Lei n. 1.457, 1977.
- SÃO PAULO. *Plano Regional do Macro-Eixo Paulista*. Secretaria de Economia e Planejamento, 1978.
- SÃO PAULO. Resolução 37, de 28.9.1981. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. Seção 1, p. 19, 31 de setembro de 1981.

Artigos

- AGUDO TORRICO, Juan. El tiempo de las identidades híbridas. *PH Cuadernos*. Temporalidades contemporáneas: incluido el pasado en el presente. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Sevilla: Consejería de Cultura, 2012.
- ALCÂNTARA, Edinéa. Ocupação de morros: um problema ou uma solução? *Anais*. XII

- Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém/PA, 21 a 25 de maio de 2007.
- ALLUCCI, Renata R. A reconstrução da Capela das Mercês em São Luiz do Paraitinga. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade*, 6(2), p. 25-46, 2016. <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i2.8642615>.
- ALLUCCI, Renata R., SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. Conjunto histórico e paisagístico de São Luiz do Paraitinga (SP) e seus desígnios pós-tombamento. *Anais*. 4º. Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em <http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/74.pdf>. Acesso em: jun/2019.
- ALLUCCI, Renata R., SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. São Luiz do Paraitinga: o imaginário fundacional e suas projeções. *Anais do Museu Paulista*. Nova Série, vol. 27, p. 1-34 e.15, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672019v27e15>.
- ANAZ, Sílvio et. al. Noções do Imaginário: Perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. *Revista Nexi* n.3, 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/nexi/article/view/16760/15660>. Acesso em fev/2020.
- ATIQUÊ, Fernando. Investindo em uma relação: o patrimônio cultural e a economia. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação* n.5, p. 225-231, set. 2017.
- BIASE, Alessia de. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 173-188, dezembro de 2001.
- BIASE, Alessia de. Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea: de uma antropologia do espaço à uma antropologia da transformação da cidade. *Redobra* 10_23, p. 190-206, UFBA, 2012.
- BOMFIM, Alexandre. Assessoria técnica e imaginários espaciais de grupos sócio-espaciais. *V!RUS*, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acesso em out/2019.
- BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco de, FERES JÚNIOR, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez. 2009.
- CARRIÓN, Fernando. Dime quién financia el centro histórico y te diré qué centro histórico es. *Revista digital del Programa en Gestión de la Ciudad*, n. 16, p. 1-26, out. 2013.
- CASTRO, Daniel Stella. A cultura do eucalipto no Estado de São Paulo considerando os conceitos de paisagem, formação econômico social e sistemas agrários: um caminho para a gestão ambiental. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 5, p. 252-272, set.-dez. 2019.
- CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.24. n.1. p. 15-57. jan.- abr. 2016.
- DERNTL, Maria Fernanda. Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos

- na capitania de São Paulo, 1765-1775. *Anais do Museu Paulista*. v. 20, n. 1, p. 109-131, jan.-jun. 2012.
- FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Reflexões para ações educativas em conjuntos urbanos tombados: Ouro Preto. *Rev. CPC*, São Paulo, n.27 especial, p.90-110, jan./jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp90-110>.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos planejados do século XVIII. *Rua*. Salvador, n.1, p. 89-114, 1988.
- FLÔRES, Ralf José Castanheira. Três olhares, uma cidade: em busca de um passado nacional. *Atas*. I Encontro de História da Arte – O estado da questão. IFCH UNICAMP, Campinas, 2004. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2004/FLORES,%20Ralf%20Jose%20Castanheira%20-%20IEHA.pdf>. Acesso em set. 2019.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. *Revista do Patrimônio* n. 35 , p. 157-169, 2017.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Diálogo con Alicia Lindón. ¿Qué son los imaginarios y cómo actúan en la ciudad? *Revista eure* (Vol. XXXIII, Nº 99), pp. 89-99. Santiago de Chile, agosto de 2007.
- GOMES, Cilene, RESCHILIAN, Paulo Romano, UEHARA, Agnes Yuri. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e litoral norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 10(1), p. 154-171. jan/abr 2018.
- GONÇALVES, Adelino. Vila Real de Santo António: planeamento de pormenor e salvaguarda em desenvolvimento. *Monumentos*, n. 30, p. 40-53, dezembro de 2009.
- GONZÁLEZ, Antoni. Falso histórico o falso arquitectónico, cuestión de identidad. *Loggia, Arquitectura & Restauración*, n. 1, p. 16-23, 1996. Disponível em <https://polipapers.upv.es/index.php/loggia/article/view/5480/5471>. Acesso em mar/2020.
- HIERNAUX, Daniel. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. *Revista eure* (Vol. XXXIII, Nº 99), pp. 17-30. Santiago de Chile, agosto de 2007.
- IPHAN. Mesa-Redonda. Tombamento. *Revista do Patrimônio* n. 22 , p. 69-79, 1987.
- JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC* - n. 5, (abr./jun. 2008), p. 47-57, 2008.
- LACARRIEU, Mónica. La “insoportable levedad” de lo urbano. *Revista eure* (Vol. XXXIII, Nº 99), pp. 47-64. Santiago de Chile, agosto de 2007.
- LINDÓN, Alicia. Los imaginarios urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas espaciales. *Revista eure* (Vol. XXXIII, Nº 99), pp. 31-46. Santiago de Chile, agosto de 2007.
- MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 9-28, janeiro-abril, 2016.
- MAYUMI, Lia. Luís Saia, um pioneiro na restauração de casas bandeiristas. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* [online]. n. 18-19, p. 95-122. IAU/USP, 2014.

- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. — Brasília, DF: Iphan, 2012.
- MENEZES, Maria Lucia Pires. A cidade e o rio, o rio e a cidade. Espaços para o público. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (35). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24535.htm>. Acesso em set. 2019.
- MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio* n. 22 , p. 44-47, 1987.
- MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: exercício de memória. *Estudos Avançados* 17 (48), p. 241-263, 2003.
- MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio* n. 22 , p. 108-122, 1987.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. A arquitetura moderna e o Condephaat no desafio das práticas seletivas. *Rev. CPC*, v.13, n.26 especial, p. 116-140, out./dez. 2018.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. *Rev. CPC*, São Paulo, n. 10, p.29-48, maio/out 2010.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*. Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38 jan/mar 2015.
- NEVES, Deborah Regina Leal, ZAGATO, José Antonio Chinelato. Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas. *Rev. CPC*, v.13, n.26 especial, p. 162–190, 2019.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- OLIVER-SMITH, Anthony. Reconstrucción después del desastre: una visión general de secuelas y problemas. In: LAVELL, Allan (org.). *Al Norte del Rio Grande*. Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1994.
- PATRICK, Elder. Aos leitores. *Revista Observatório*, ed. 25, 2019.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo* [online], 2007a. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.3212>.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, no. 53, p. 11-23, junho de 2007b.
- PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, p. 3-100, jul./set. 1959.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio* n. 35 , p. 12-31, 2017.

- PITTA, Danielle Pierin Rocha. Sociologia do imaginário. *Revista Ciência & Trópico*, v.1, n.3, p. 65-72, 1975.
- PRATS, Llourenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*. n. 21, p. 17-35, 2005.
- REGIANI, Luana Espig, FRAJNDLICH, Rafael Urano. Origens do percurso moderno em Diamantina: Kubitschek, Costa - e Niemeyer. *Anais*. 12º Seminário Docomomo Brasil. Arquitetura e urbanismo do movimento moderno: patrimônio cultural brasileiro: difusão, preservação e sociedade. Uberlândia, 2017. Disponível em https://docs.wixstatic.com/ugd/c5f73c_f895631361ac45619d3bbdd9df175bd1.pdf. Acesso em out./2019.
- RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência*, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.
- RICCI, Fábio. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Vol. 1 n. 1. p. 21-34, jul/dez 2006. Disponível em <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo02.pdf>. Acesso em nov/2019.
- ROSSA, Walter. Cidades da Razão: Vila Real de Santo António e arredores. *Monumentos*, n. 30, p. 16-31, dezembro de 2009.
- SAIA, Luís. Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga. *VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH*. 1973. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUH, 1974.
- SARAVIA, Enrique. Uma cultura para um mundo urbanizado. *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC* - n. 5, (abr./jun. 2008), p. 68-75, 2008.
- SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. O Programa Monumenta e o modelo de centro histórico das cidades brasileiras. *PARC | Pesquisa em Arquitetura e Construção*, vol.3, N.81, p. 16-34, 2012.
- SENA, Eduardo Augusto. Um turbilhão sublime: Mário de Andrade e o Departamento de Cultura de São Paulo. *Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência*. 2019. Disponível em: https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100127/C%C3%A1tedraOS_Eduardo_Sena_Mario_de_Andrade_final.pdf. Acesso em: out/2019.
- SERRA, Olympio. O Paço ou o povo: uma visão possível do cinquentenário. *Revista do Patrimônio* n. 22 , p. 42-43, 1987.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Breve contribuição a um debate sobre a construção do patrimônio imaterial paulista, 2010-2014 *Rev. CPC*, v.13, n.26 especial, p.141–161, out./dez. 2018.
- SOTO SUÁREZ, Milene, MUÑOZ CASTILLO, Maria Teresa. La conservación del patrimonio urbano, reflexiones sobre su valoración y gestión en el ámbito cubano. *Oculum Ensaio* 14(2). Revista do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Dossiê Patrimônio Cultural Ibero-Americano, p.183-202. Campinas, Maio-Agosto 2017.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social* n. 13, p. 151-171. Campinas, 2007.
- TORRÃO FILHO, Amilcar. O “milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-

- 1775). *Estudos IberoAmericanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 145-165, junho 2005.
- TORRE, Wagner Giron de la. Atuação da Defensoria Pública em situação de desastres climáticos: o caso de São Luiz do Paraitinga-SP. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, n.5, p. 21-38, set 2017.
- VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde coletiva*. vol. 19, n. 9, setembro de 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>
- VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. *Rev. CPC*, São Paulo, n.13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012.
- VERDE, Pedro Frazatto, SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. São Luiz do Paraitinga: da reconstrução pós-enchente às políticas de prevenção e conservação urbana. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* [online], v. 13, n.1, 2013. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/Verde.2013.1/4468>. Acesso em setembro/2019.
- VERGARA FIGUEROA, Abilio. Imaginario, simbolismo e ideología. *Dialogía*, 2, pp. 109-146, 2007.
- WISNIK, Guilherme. Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lúcio Costa e Mário de Andrade. *Novos Estudos*. Cebrap, n. 79, p. 169-193 novembro, 2007.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Visitando a trajetória ou (re)produzindo o passado do Condephaat. *Rev. CPC*, v.13, n.26 especial, p. 45-62, 2019.

Referências bibliográficas

- AB'SABER, Aziz Nacib. *O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber / em depoimento a Cynara Menezes*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALVES, Rafael de Oliveira. Obrigação de realizar obras de conservação patrimonial de acordo com a Art. 19 do Decreto-Lei n. 25/1937. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- ARANTES, Antonio Augusto. Prefácio. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, Condephaat, Editora Brasiliense, 1984.
- ARANTES, Antonio Augusto. O patrimônio cultural e seus usos na cidade contemporânea. In: IPHAN. *Patrimônio: atualizando o debate*. 2ª edição ampliada. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2015.
- ARAUJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. 2ª. ed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1998.
- ATIQUÉ, Fernando. *Arquitetura evanescente: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019.

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BOMENY, Helena. *Um poeta na política: Mário de Andrade, paixão e compromisso*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.
- BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.
- BOUISSET, Christine, DEGRÉMONT, Isabelle. Posfácio. Memória do patrimônio ou patrimônio “lembrete”? In: TARDY, Cécile (dir.) ; DODEBEI, Vera (dir.). *Memória e novos patrimônios*. Nova edição [online]. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <[http:// books.openedition.org/oepe/417](http://books.openedition.org/oepe/417)>. Acesso em set. 2019.
- BRITTO, Fabiana Dultra. Co-implicações entre corpo e cidade: da sala de aula à plataforma de ações. In: JACQUES, Paola Berenstein, BRITTO, Fabiana Dultra (orgs.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. 8ª. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, Judas Tadeu de. *A Imperial São Luiz do Paraitinga: história, educação e cultura*. 2ª ed. Taubaté: UNITAU, 2011.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1971.
- CARRIÓN, Fernando. Cultura urbana, ¿ un asunto de imaginarios? In: *Quito en la obra de... Quitología y arte urbano*. Quito: FONSA: Casa de la Cultura Ecuatoriana, p. 125-146, 2010.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 4ª. edição revista e aumentada. Brasília: Melhoramentos, 1979.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. 1ª. reimpr. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, p. 177, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de*

- preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. 2ª. ed. revista e ampliada. São Paulo: Iluminuras, 2012.
- COUTO, Mia. Olhos nus: olhos. BRESSANE, Ronaldo. *Essa história está diferente: dez contos para canções de Chico Buarque*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CORREIA, José Eduardo Capa Horta. *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.
- COSTA, Everaldo Batista da, SCARLATO, Francisco Capuano. *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial*. São Paulo: Humanistas, Fapesp, 2010.
- COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, Edições Sesc SP, 2009.
- COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. Brasília e São Paulo: Unb e Empresa das artes, 1995.
- DELSON, Roberta Max. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Editora Alvia-Ciord, 1979.
- DERNTL, Maria Fernanda. *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*. São Paulo: Alameda, 2013.
- DIAS, Pedro. *História da arte luso-brasileira: urbanização e fortificação*. Coimbra: Almedina, 2004.
- DÍAZ ARENAS, Pedro Felipe, MONTOYA MEJÍA, Carolina. El imaginario como referente ciudadano. In: HERRERA ROBLES, Luis Alfonso, FIGUEROA NERI, Wendy Pamela (orgs.). *La Ciudad Posible: Cambios y Transformaciones en el Siglo XXI*. Instituto Municipal de Investigación y Planeación de Ciudad Juárez, 2018.
- DURAND, Gilbert. *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Trad. Helder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ENRÍQUEZ ACOSTA, Jesús Ángel. Imaginarios sociales del turismo en dos ciudades del noroeste de México: Puerto Peñasco y Playas de Rosarito. In: MÉNDEZ SÁINZ, Eloy e VELÁZQUEZ GARCÍA, Mario Alberto (coord). *Turismo e imaginario*. México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey Campus Sonora Norte, 2013.
- FELIÚ, Virtudes. *Fiestas populares tradicionales de Cuba*. Quito, Ecuador: IADAP, 2003.
- FENTRESS, James, WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa pombalina e o Iluminismo*. 3ª. ed. Lisboa: Bertrand, 1987.
- FRÚGOLI JR., Heitor. Nexos simbólicos entre capital e interior paulista: reinterpretaciones recientes da cultura caipira. In: SETUBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. (2007 [1997]). *Imaginarios urbanos*. Buenos Aires: Eudeba.

- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento. In: *A cultura pela cidade*. Teixeira Coelho (org.). São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2008.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Trad. Maurício Santana Dias. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. Trad. Maria Paulo Gurgel Ribeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. *1922: A semana que não terminou*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GORELIK, Adrián. *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Editorial Siglo Veintiuno, 2004.
- HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión. *La clonación arquitectónica*. Madrid: Ediciones Siruela, 2012.
- HIERNAUX, Daniel. Turismo e imaginários. In: Hiernaux, Daniel, CORDERO, Allen, MONTIJN, Luisa VanDuynen. *Imaginarios sociales y turismo sostenible*. Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), 2002.
- IPANEMA, Rogéria Moreira de. Cidades Imperiais: Os Processos das Mercês de São Luís do Paraitinga e Bananal. In: FERNANDES, Neusa; COELHO, Olinto Gomes P. (Orgs.). *História e Geografia do Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, CREA-RJ, Prefeitura de Vassouras, 2013.
- JACQUES, Paola Berenstein. Prefácio. In: JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JACKS, Nilda (org.). *Porto Alegre imaginada*. Porto Alegre: Observatório Gráfico, 2012.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JODELET, Denise. A cidade e a memória. In: DEL RIO, Vicente, DUARTE, Cristiane Rose, RHEINGANTZ, Paulo Afonso. *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ, 2002.
- JORDÃO, Gisele, ALLUCCI, Renata R. *Panorama Setorial da Cultura Brasileira 2011/2012*. São Paulo: Allucci & Associados, 2012.
- LEAL, Claudia Fejerabend Baeta (org. e texto). *As Missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Trad. Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.
- LEAL, Claudia Baeta. Turismo e patrimônio cultural. In: LEAL, Claudia Baeta, TEIXEIRA, Luciano dos Santos, CHUVA, Márcia. *Patrimônio Cultural*. v. 2. Rio de Janeiro: Cecierj, 2014.
- LEITE, Julieta. O espaço da arquitetura. In: LEITÃO, Lúcia, LEITE, Julieta. *Discutindo o imaginário: olhares multidisciplinares*. Recife: Editora UFPE, 2015.
- LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Viagem pela carne*. São Paulo: Edusp, 2005.
- LEMOS, Carlos et al. *Patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: IPHAN, 2008.

- LINDÓN, Alicia, HIERNAUX, Daniel, AGUILAR, Miguel Ángel. De la espacialidad, el lugar y los imaginarios urbanos: a modo de introducción. In LINDÓN, Alicia, HIERNAUX, Daniel, AGUILAR, Miguel Ángel (coords.). *Lugares e imaginarios en la metrópolis*. México: Anthropos Editorial, UAM – Iztapalapa, 2006.
- LIRA, José Tavares Correia de. Bairro. In: TOPALOV, Christian et al. (orgs.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Trad. Alicia Novick. São Paulo: Romano Guerra, 2014.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- LUCHIARI, Maria Tereza Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- MAFFESOLI, Michel. *Transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MARCHEZINI, Victor. *Processos de recuperação em desastres: discursos e prática*. São Carlos: RiMa Editora, 2014.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora de lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.
- MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias da preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- MARINS, Paulo César Garcez. A avenida Paulista da belle époque: elites em disputa. In: GORELIK, Adrián, PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Cidades sul-americanas como arenas culturais*. Trad. Francisco José M. Couto. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MÉNDEZ SÁINZ, Eloy e VELÁZQUEZ GARCÍA, Mario Alberto. Introdução general. In: MÉNDEZ SÁINZ, Eloy e VELÁZQUEZ GARCÍA, Mario Alberto (coord). *Turismo e imaginario*. México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey Campus Sonora Norte, 2013.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de (org.). *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural - áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: IPHAN. *Patrimônio: atualizando o debate*. 2ª edição ampliada. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2015.
- MULLER, Nice Lecocq. *O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba – Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.
- ORTIZ, Fernando. *El huracán: su mitología y sus símbolos*. 2ª. ed. México: Fondo de Cultura Económica, [1947] 2005.

- PEREIRA, Margareth da Silva. Gestos urbanos: pensar o tempo. In: BRITTO, Fabiana Dultra, JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). *Corpocidade: gestos urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.
- PORTUONDO, Olga. *¡Misericordia! Terremotos y otras calamidades en la mentalidad del santiaguero*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2014.
- PORTUONDO, Olga. Santiago en la intimidad del santiaguero. In: VERGÉS MARTÍNEZ, Orlando. *Expresiones de la cultura popular y las tradiciones santiagueras*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2015.
- RABELLO, Sonia. Tombamento e legislação urbanística: competência e gestão. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1ª. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil – 1500 – 1720*. São Paulo: Edusp, 1968.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Memórias, 2000. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2947150/mod_resource/content/1/Imagens_do_passado%20marly%20rodrigues.pdf. Acesso em nov/2017.
- ROSENDAHL, Zeny. *Primeira a obrigação, depois a devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2012.
- ROSSA, Walter. *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.
- ROSSA, Walter. *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre patrimônio urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. 2. reimpr da 3.ed. de 1995. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- SAIA, Luís, TRINDADE, Jaelson Bitran. *São Luís do Paraitinga*. Publicação no. 2. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, 1977.
- SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2015.
- SANTILLÁN, Alfredo. Imaginar fronteras, reconstruir desigualdades: reflexiones a propósito de Quito. In: VERA, Paula, GRAVANO, Ariel, ALIAGA, Felipe (editores académicos). *Ciudades (in)descifrables: imaginarios y representaciones sociales de lo urbano*. [ebook]. Bogotá: Universidade de Santo Tomás, 2019.

- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. Trad. Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. 2ª reimpr. da 1ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SILVA, Ana. Imaginarios urbano-barriales de una ciudad media. el barrio de la estación ferroviaria de Tandil, Provincia de Buenos Aires. In: VERA, Paula, GRAVANO, Ariel, ALIAGA, Felipe (editores académicos). *Ciudades (in)descifrables: imaginarios y representaciones sociales de lo urbano*. [ebook]. Bogotá: Universidade de Santo Tomás, 2019.
- SILVA, Armando. *Imaginários urbanos: hacia la construcción de un urbanismo ciudadano. Metodología*. Colombia: CAB y Universidad Nacional, 2004.
- SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- SILVA, Armando. *Atmosferas urbanas: grafite, arte pública, nichos estéticos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014a.
- SILVA, Armando. *Imaginários, estranhamentos urbanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014b.
- SILVA, Patrícia Reis da. Os significados do tombamento de Ouro Preto e seu papel como elo entre a política de preservação e a gestão urbana. In: FERNANDES, Edésio, ALFONSIN, Bethânia (orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- SOLSONA CISTERNAS, Diego. La construcción imaginario-social del miedo en tiempos de catástrofe socia. In: VERA, Paula, GRAVANO, Ariel, ALIAGA, Felipe (editores académicos). *Ciudades (in)descifrables: imaginarios y representaciones sociales de lo urbano*. [ebook]. Bogotá: Universidade de Santo Tomás, 2019.
- TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.
- TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- TELLES, Augusto C. da Silva. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
- TIRAPELI, Percival. *Arquitetura e urbanismo no Vale do Paraíba: do colonial ao eclético*. São Paulo: Editora Unesp / Edições Sesc São Paulo, 2014.
- TOLEDO, Marcelo Henrique Santos. *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: estudo de caso de São Luís do Paraitinga-SP*. Cadernos IHU ideias, ano 10, nº 167, 2012.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.
- VALENCIO, Norma. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, Norma et al

(orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VÁSQUEZ RODRÍGUEZ, Gerardo. Lo imaginario y lo perceptivo como proximidades para la formación de una identidad. In: NARVÁEZ TIJERINA, Adolfo Benito, VÁSQUEZ RODRÍGUEZ, Gerardo, FITCH OSUNA, Jesús Manuel (coord.). *Lo imaginario. seis aproximaciones*. México: Universidad Autónoma de Nuevo León, Université Lille 3, Tilde Editores, 2015.

VELÁZQUEZ GARCÍA, Mario Alberto. Turismo y los símbolos de la identidad mexicana. In: MÉNDEZ SÁINZ, Eloy e VELÁZQUEZ GARCÍA, Mario Alberto (coord). *Turismo e imaginario*. México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey Campus Sonora Norte, 2013.

VERA, Paula. Imaginarios urbanos: dimensiones, puentes y deslizamientos en sus estudios. In: VERA, Paula, GRAVANO, Ariel, ALIAGA, Felipe (editores académicos). *Ciudades (in)descifrables: imaginarios y representaciones sociales de lo urbano*. [ebook]. Bogotá: Universidade de Santo Tomás, 2019.

WACQUANT, Loïc. *Los condenados de la ciudad, Gueto, periferias y Estado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANEXO I

Questionário São Luiz do Paraitinga

Questionário aplicado a 156 moradores da cidade de São Luiz do Paraitinga, em dezembro de 2018. O questionário foi disponibilizado em plataforma de Formulários Google e seu preenchimento realizado por via direta ou indireta, no caso do respondente não ter acesso a essa plataforma. Os respondentes indicavam seus dados sociodemográficos e respondiam a 18 perguntas, das quais 6 apresentavam alternativas para escolha e 12 eram de livre resposta.

O questionário foi reduzido e adaptado do questionário construído pelo pesquisador e professor colombiano Armando Silva. Sobre sua metodologia, Silva (2004, p. 3) esclarece que

el objetivo final se dirige a captar esa ciudad subjetiva que llevan en sus mentes y en sus modos de vida los ciudadanos, tratando de comprender y evidenciar memorias colectivas sobre temas urbanos tales como acontecimientos locales, personajes y mitos, escalas de olores y colores que identifican y segmentan sus ciudades, fabulaciones (historias, leyendas, rumores) que las narran, en fin, construcciones imaginarias que de cada ciudad hacen las distintas creaciones de ficción en los tan variados géneros de las narraciones urbanas¹.

O questionário apresenta o seguinte esquema:

1. Dados sociodemográficos do respondente: *idade, gênero, nível de escolaridade*
2. Local de nascimento: *nasceu em SLP / se não, onde nasceu / há quantos anos vive em SLP*
3. Local de moradia: *bairro da cidade em que mora*
4. Perguntas sobre a cidade de São Luiz do Paraitinga:
 - a. Qualidades urbanas: refere-se aos signos sensíveis que, de acordo com os moradores/cidadãos, representam a cidade, a delineiam, fazem sua imagem: *Mencione três lugares que para você representam São Luiz do Paraitinga / Com três palavras, complete: São Luiz do Paraitinga é uma cidade.../ Qual foi o acontecimento histórico mais importante da cidade / Mencione três personalidades que, de acordo com seu critério, representam São Luiz do Paraitinga*

¹ “o objetivo final é captar essa cidade subjetiva que os cidadãos carregam em suas mentes e modos de vida, tentando entender e demonstrar memórias coletivas sobre temas urbanos, como eventos locais, personagens e mitos, escalas de cheiros e cores que identificam e segmentam suas cidades, fabulações (histórias, lendas, rumores) que as narram, em suma, construções imaginárias que de cada cidade fazem as diferentes criações de ficção nos variados gêneros de narrativas urbanas.

- b. Qualificações urbanas: como os moradores/cidadãos qualificam a cidade, como objetivam sua percepção e que formas permanecem como vestígios vernaculares da cidade: *Você tem orgulho da cidade de São Luiz do Paraitinga e por quê / O que você acha do cheiro da cidade / Com que cor você identifica a cidade e por quê*
- c. Cenários urbanos: lugares onde os moradores/cidadãos atuam, se representam, seus espaços de representação: *Qual lugar de São Luiz do Paraitinga é seu preferido.*
5. Perguntas sobre o patrimônio de São Luiz do Paraitinga: *Quais dos elementos abaixo são patrimônio tombado pelo Iphan em São Luiz do Paraitinga? Centro Histórico; Carnaval; Igreja Matriz; Morro do Cruzeiro; Festa do Divino; Conjunto Histórico e Paisagístico; Casa de Oswaldo Cruz / Você conhece algum patrimônio que não foi mencionado nessa lista? / Qual / Você acha que o patrimônio pode contribuir para o desenvolvimento da cidade e dos luizenses? / Por quê*

Gráfico 1

IDADE

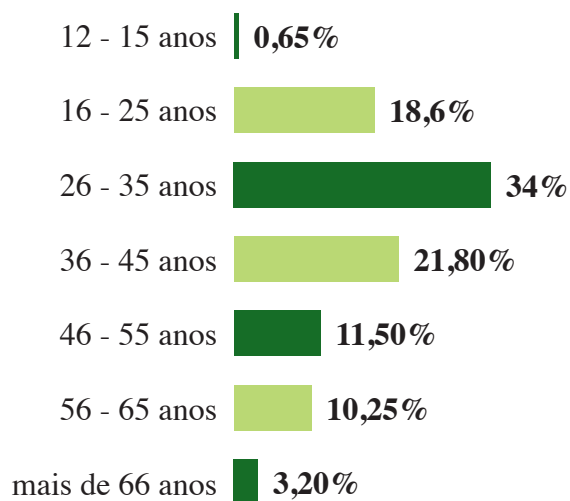
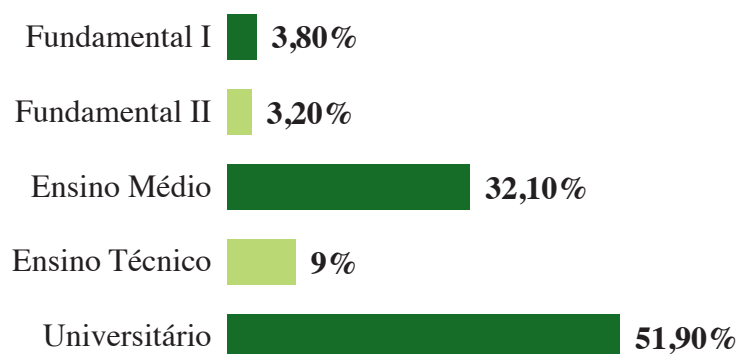


Gráfico 2**GÊNERO**

base 156

Gráfico 3**NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

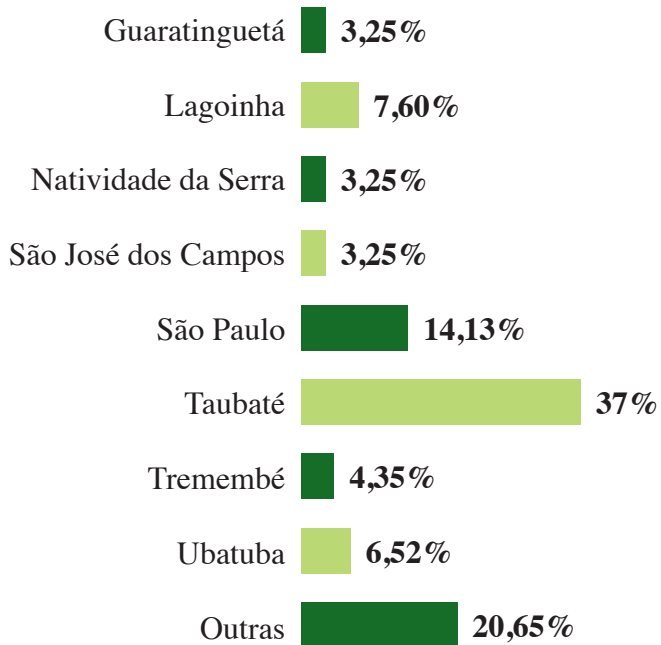
base 156

Gráfico 4**VOCÊ NASCEU NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA?**

base 156

Gráfico 5

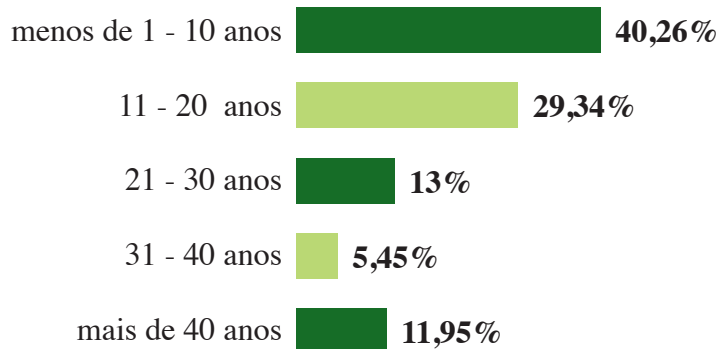
NO CASO DE TER SELECIONADO NÃO, RESPONDA:
EM QUE CIDADE VOCÊ NASCEU?



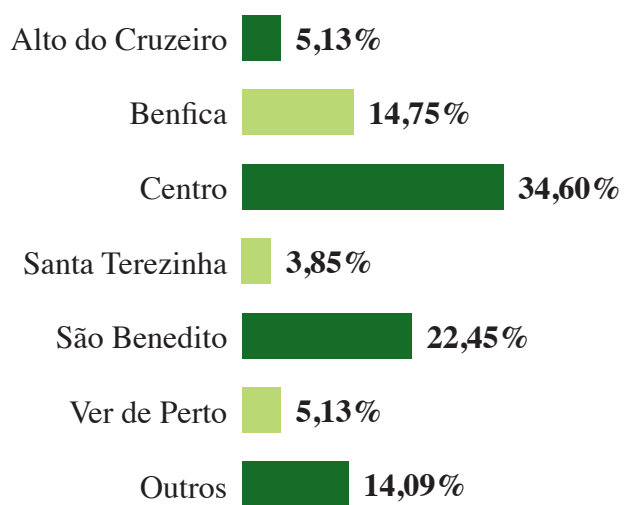
base 92

Gráfico 6

HÁ QUANTOS ANOS VIVE EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA?



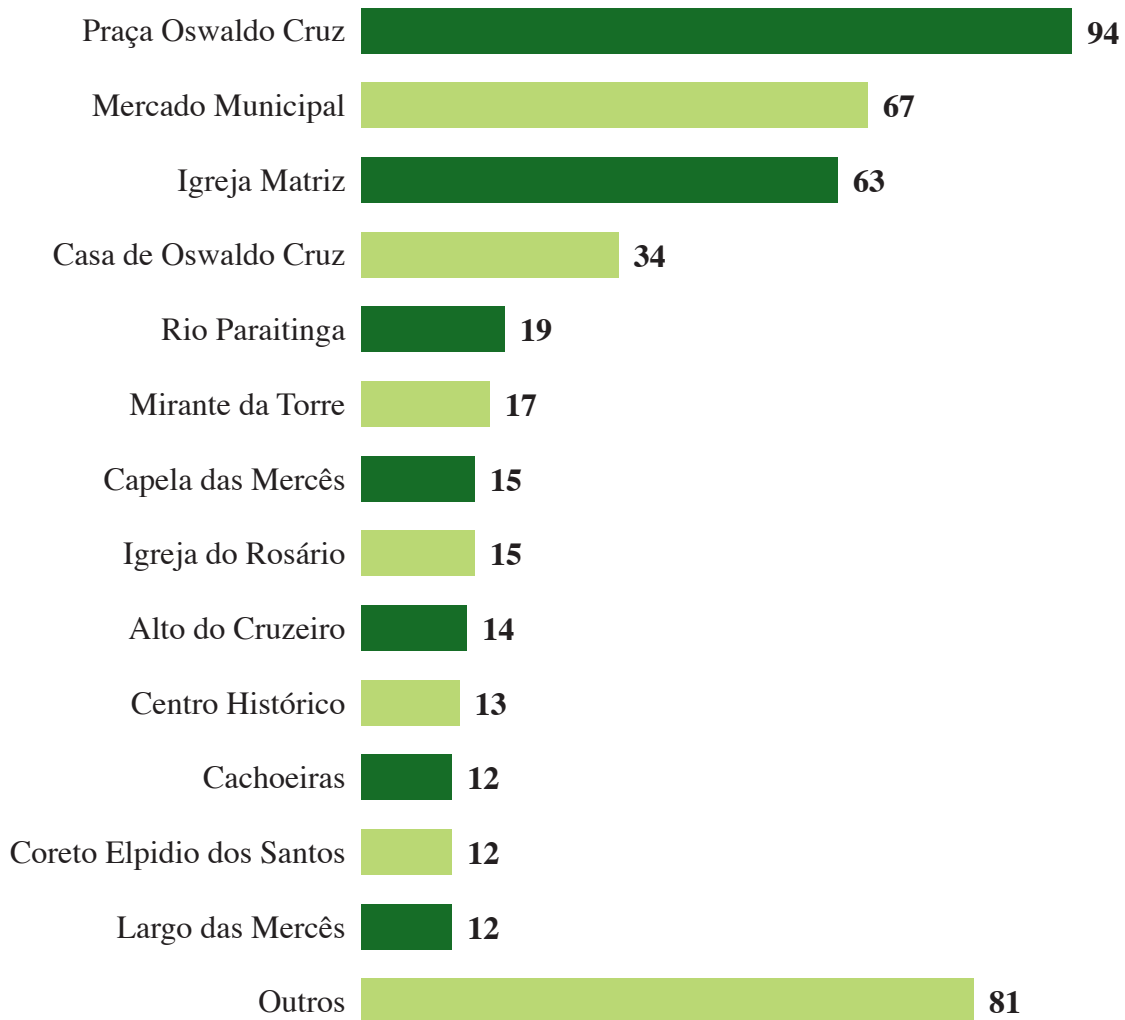
base 92

Gráfico 7**EM QUE BAIRRO DA CIDADE VOCÊ MORA?**

base 156

Gráfico 8

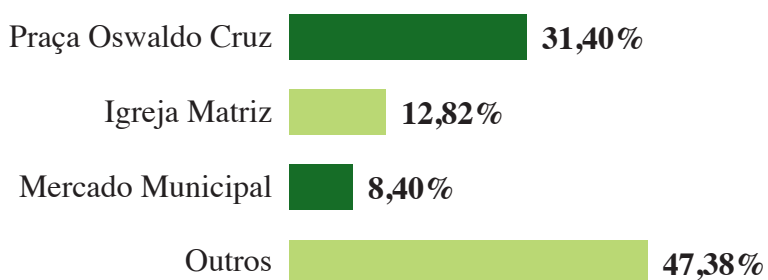
MENCIONE TRÊS LUGARES QUE PARA VOCÊ
REPRESENTAM SÃO LUIZ DO PARAITINGA:



base 156, respostas múltiplas

Gráfico 9

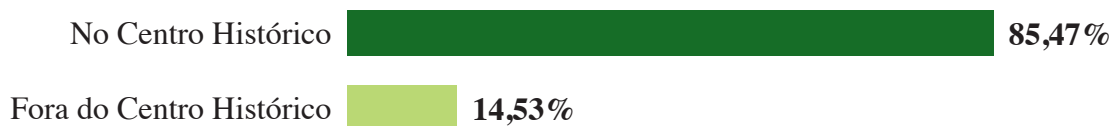
QUAL DELES É SEU PREFERIDO?



base 156

Gráfico 10

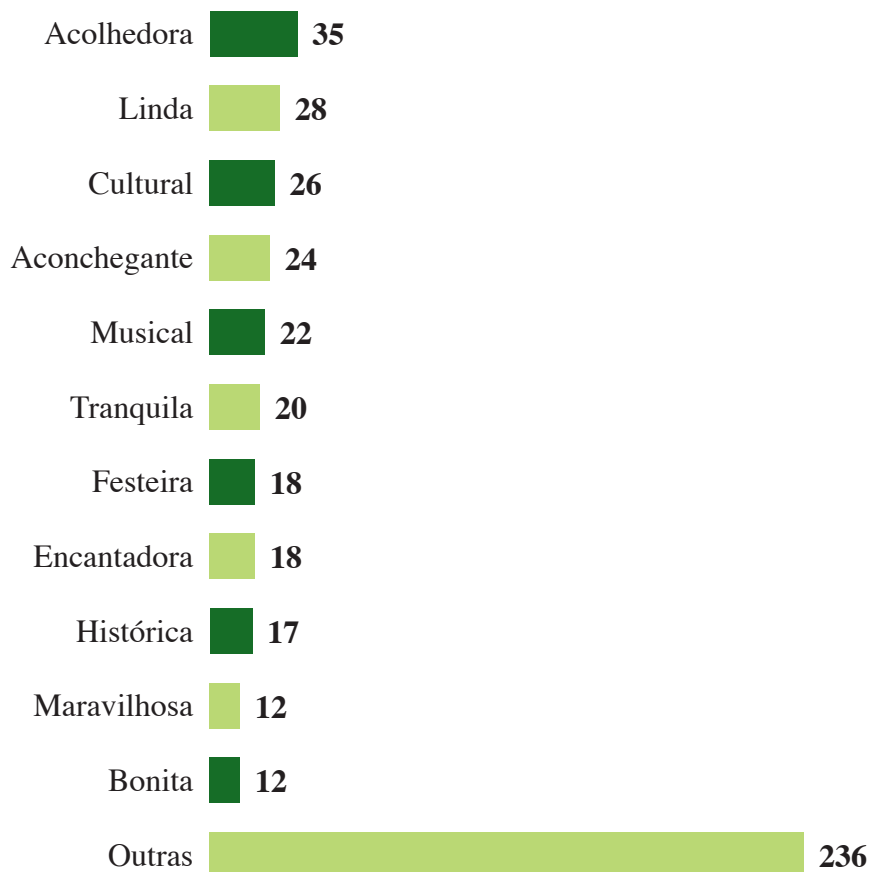
Dos lugares mencionados, conforme Gráfico 8, 85,47% deles se localizam no Centro Histórico da cidade, corroborando com as diferenças concretas e simbólicas entre esta área e as outras regiões da cidade.



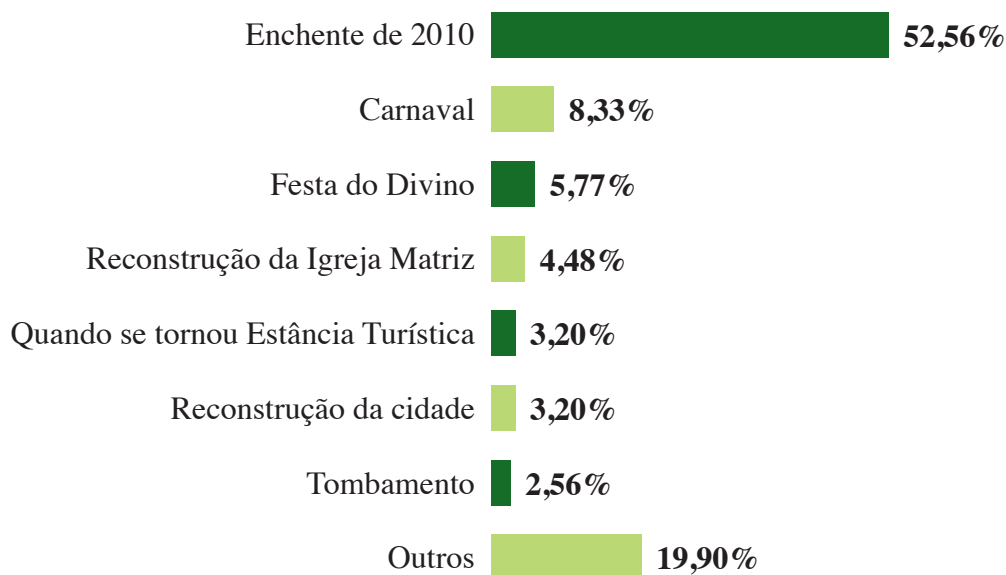
base 156, respostas múltiplas

Gráfico 11

COM TRÊS PALAVRAS, COMPLETE:
“SÃO LUIZ DO PARAITINGA É UMA CIDADE



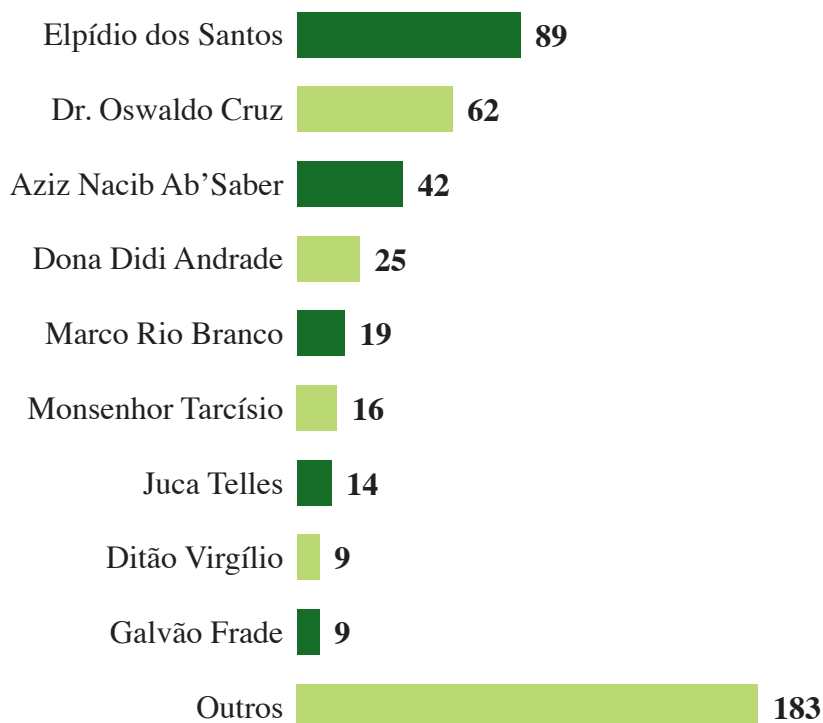
base 156, respostas múltiplas

Gráfico 12**QUAL FOI O ACONTECIMENTO HISTÓRICO
MAIS IMPORTANTE DA CIDADE?**

base 156

Gráfico 13

MENCIONE TRÊS PERSONALIDADES QUE, DE ACORDO COM SEU CRITÉRIO, REPRESENTAM SÃO LUIZ DO PARAITINGA:



base 156, respostas múltiplas

Didi Andrade - Benedicta Antunes de Andrade nasceu em 16 de março de 1929. Considerada uma das principais personagens da vida cultural da cidade. Compositora dos hinos da cidade e do padroeiro São Luiz de Tolosa. Mantenedora, por décadas, de tradições locais como a dança de fitas e as pastorinhas. Principal responsável pelos enfeites do Império das Festas do Divino e dos andores das demais procissões. Primeira mulher eleita vereadora na cidade. Em 2019, seus 90 anos foram comemorados com vários eventos.

Marco Antonio Rio Branco - Músico, escritor e professor de artes, é considerado um dos ícones da cultura letrada da cidade. Nascido em 1952, sempre viveu em uma casa às margens do rio Paraitinga. Possui ligação muito forte com os membros da cultura popular local. Trabalhou no cartório de notas da cidade, na prefeitura municipal e como secretário da escola estadual Monsenhor Ignácio Gióia. Lançou três livros de poesias e contos sobre a cidade.

Galvão Frade - Benedito Galvão Frade Júnior nasceu em 07 de abril de 1959. É umas principais referências culturais da cidade. Um dos fundadores do Grupo Paranga. Exerceu o cargo de diretor de cultura municipal de 2001 a 2008. É o principal compositor de marchinhas carnavalescas da atualidade e um dos idealizadores do carnaval luizense.

Ditão Virgílio - Benedito dos Santos, contador de histórias, declamador, ator e escritor de músicas, poemas e de literatura de cordel caipira. Divulga a mitologia brasileira em parceria com escolas do município e da região do Vale do Paraíba. Participa como palhaço nas Folias de Reis. Fundador dos Blocos Carnavalescos do Caetê e Quaresmeira. Membro fundador da SOSACI (Sociedade dos Observadores de Saci). Recebeu o prêmio “Mestre da Cultura Popular” do Ministério da Cultura.

Monsenhor Tarcísio- Tarcísio de Castro Moura nasceu em 7 de fevereiro de 1916. Com dois anos ficou órfão de pai. Tinha dois irmãos. Foi para o Seminário Diocesano de Taubaté com 14 anos e ordenado-se em 1941. Trabalhou em diversas paróquias da diocese e também em Maringá-PR e São Paulo (capital). Pároco de São Luiz do Paraitinga de 1965 a 1991. Continuou morando na terra natal. Morreu no dia 9 de julho de 2010. Era fluente em Francês e Latim e compreendia bem o Hebraico e o Grego. Uma curiosidade: quando seminarista em férias jogava bilhar com o pai do Prof. Aziz na cidade.

Juca Teles - Juca Teles do Sertão das Cotias ou Benedito de Souza Pinto (1888-1962). Oficial de justiça, hoje entendido como um artista, em sua época foi considerado louco e anarquista. Festeiro, promovia a malhação do Judas, confeccionando o boneco e colocando dentro dele balas e doces para as crianças; poeta, declamava seus versos pela cidade usando uma cartola; confeccionava os bonecos da Festa do Divino. Um de seus feitos mais lembrados foi quando ele e várias crianças, todos vestindo trajes sumários, fizeram em público uma imitação da dança indígena dos Caiapós. No carnaval, é vivido pelo artista Benito Campos, que comanda um bloco com seu nome.

Gráfico 14

QUAIS DOS ELEMENTOS ABAIXO SÃO PATRIMÔNIO TOMBADO PELO IPHAN EM SÃO LUIZ DO PARAITINGA?

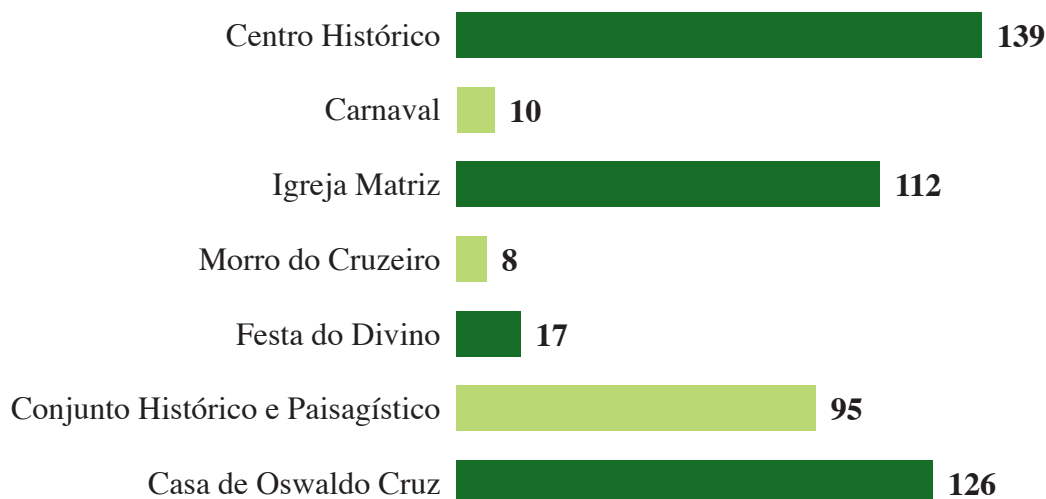
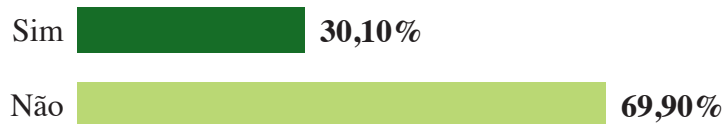


Gráfico 15

VOCÊ CONHECE ALGUM PATRIMÔNIO QUE
NÃO FOI MENCIONADO NESSA LISTA?



base 156

CAPELA DAS
MERCÊS

MERCADO
MUNICIPAL

IGREJA DO
ROSÁRIO

FAZENDAS
HISTÓRICAS

CAPELAS
DA ZONA RURAL

Gráfico 16

VOCÊ ACHA QUE O PATRIMÔNIO PODE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E DOS LUIZENSES?



base 156

TURISMO

MEMÓRIA

PRESERVAÇÃO
DA HISTÓRIA

IDENTIDADE

“ “ O luizense é extremamente ligado à sua cidade e suas tradições, bandas marciais, seu passado, procissão, religiosidade. Ele é meio desconfiado quando o assunto é modernidade; o passado e as tradições é o que satisfaz seu povo. Sendo assim, manter esse patrimônio histórico e artístico é fundamental no imaginário do luizense. ” ”

Gráfico 17

VOCÊ TEM ORGULHO DA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA?

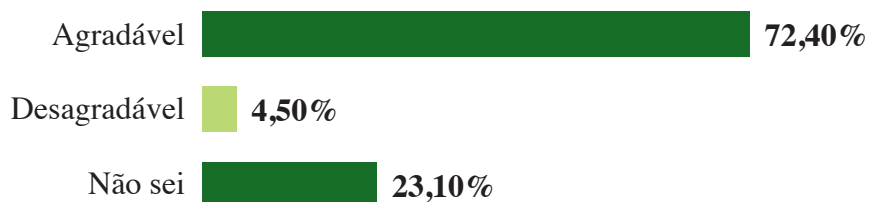


base 156

CULTURA
FESTAS
PRESERVAÇÃO
DA CULTURA
TRADICIONAL
COSTUMES CAIPIRAS
MÚSICA

Gráfico 18

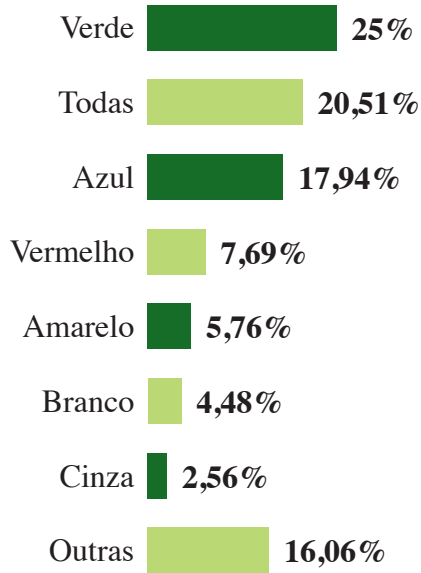
O QUE VOCÊ ACHA DO CHEIRO DA CIDADE?



base 156

Gráfico 19

PARA TERMINAR, COM QUE COR VOCÊ IDENTIFICA A CIDADE E POR QUÊ.



base 156

MAR DE MORROS

CÉU
 RETALHOS
 CHITA
 NATUREZA
 FESTA DO DIVINO
 COLORIDO DOS CASARÕES

ANEXO II

Questionário Santiago de Cuba

Com o intuito de conferir objetividade à questão proposta, este estudo utilizou, também, a pesquisa quantitativa, favorecendo a abordagem de método de triangulação.

O universo da pesquisa considerou os 742.007 habitantes da área urbana de Santiago de Cuba.

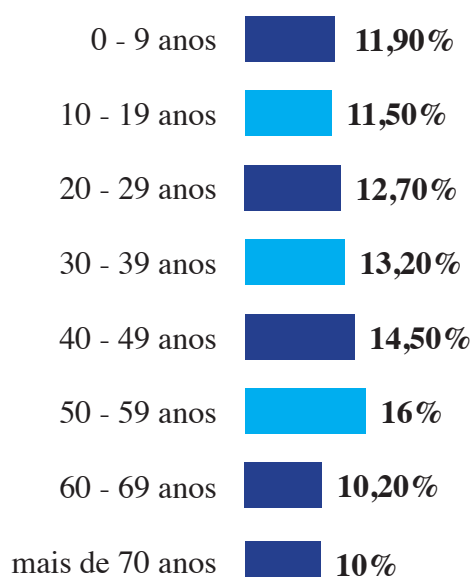
Dadas as dificuldades de coleta, já explicitadas na página 72, a amostra foi não-probabilística, com amostragem por julgamento.

Neste tipo de amostra, a escolha dos respondentes é feita a partir do julgamento do pesquisador em sua busca por indivíduos que possuam características definidas previamente.

As características utilizadas por esta autora, consideraram o recorte etário da população urbana de Santiago de Cuba (vide tabela 1) e diferentes locais de aplicação em sítios ou edifícios patrimoniais, como o Balcão de Velázquez, a sede da Maqueta de la Ciudad, Parque Céspedes; e Universidad de Oriente, nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo e de Ciências Sociais.

Tabela 1

IDADE

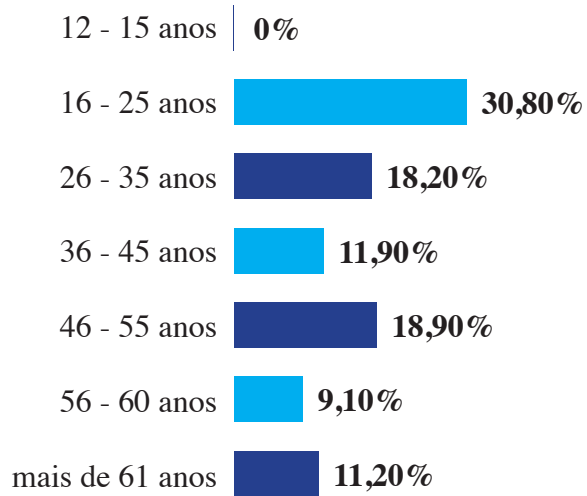


base 742.007

Tabela 1: População urbana de Santiago de Cuba. Estudios y datos de la población cubana – Cuba y sus territorios, 2019. Fonte: ONEI. Disponível em <http://www.onei.gob.cu/node/14843>. Acesso em jun/2020.

Gráfico 1

IDADE



base 143

Gráfico 2

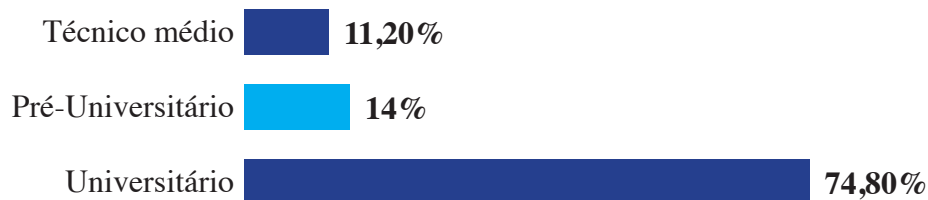
GÊNERO



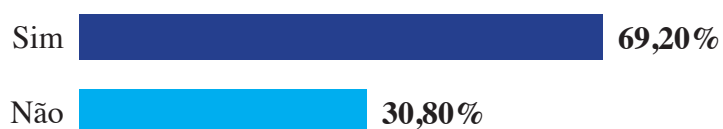
base 143

Gráfico 3

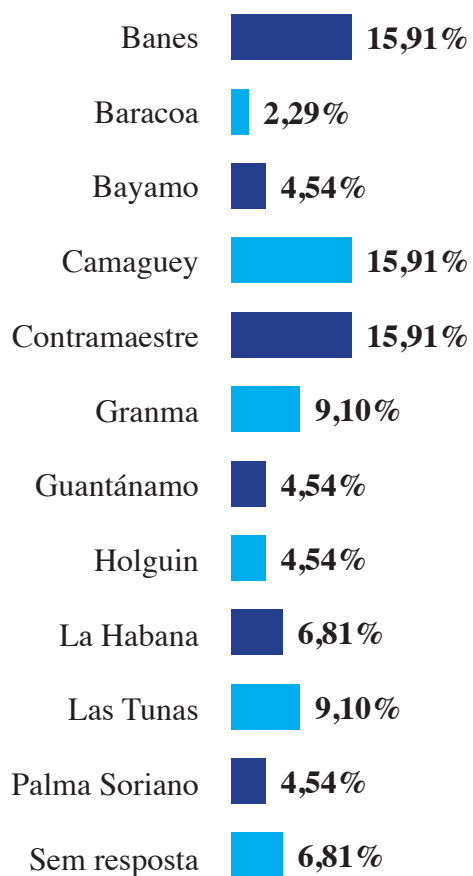
NÍVEL DE ESCOLARIDADE



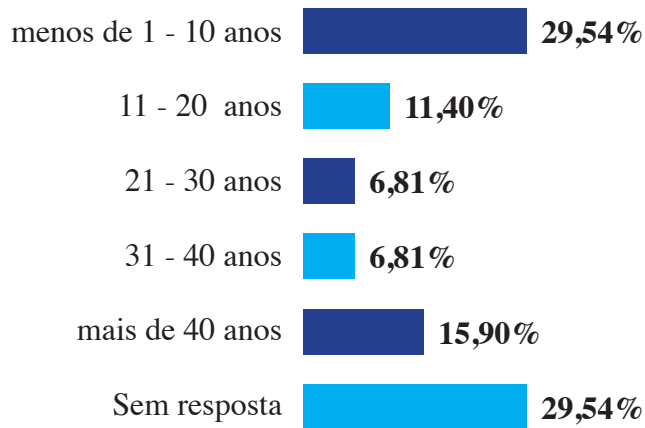
base 143

Gráfico 4**VOCÊ NASCEU EM SANTIAGO DE CUBA?**

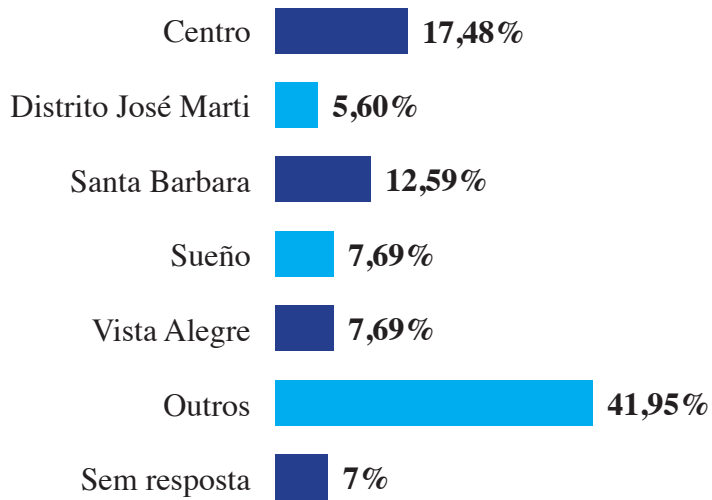
base 143

Gráfico 5**NO CASO DE TER SELECIONADO NÃO, RESPONDA:
EM QUE CIDADE VOCÊ NASCEU?**

base 44

Gráfico 6**HÁ QUANTOS ANOS VIVE EM SANTIAGO DE CUBA?**

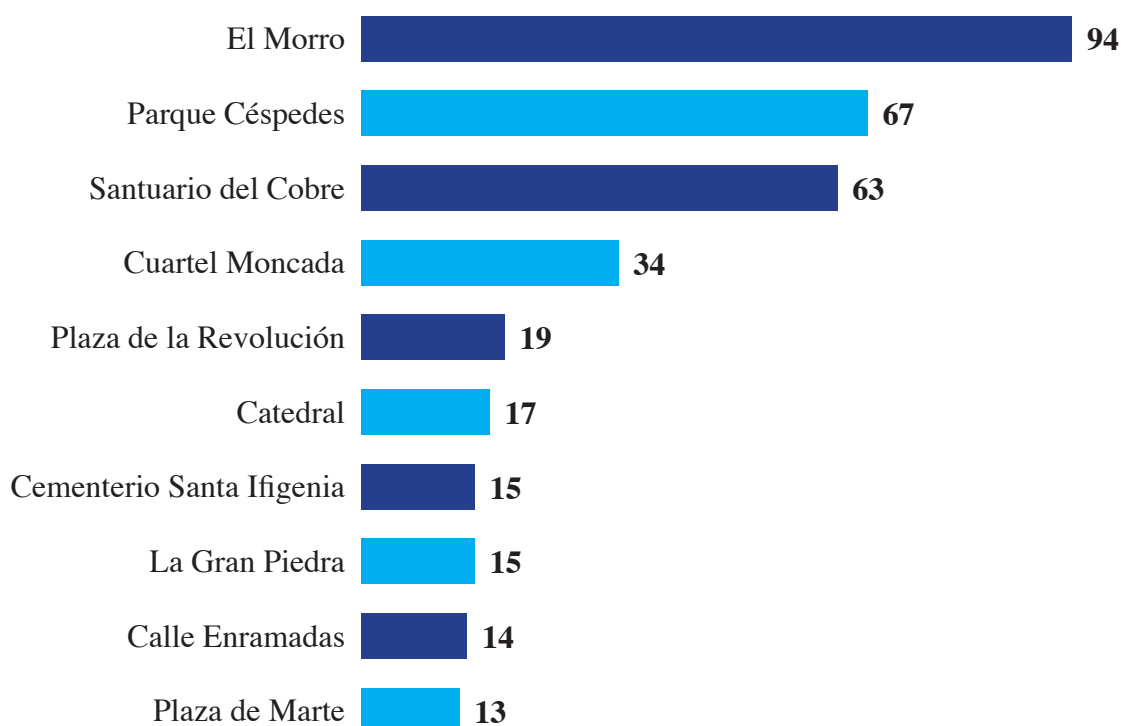
base 44

Gráfico 7**EM QUE BAIRRO DA CIDADE VOCÊ MORA?**

base 143

Gráfico 8

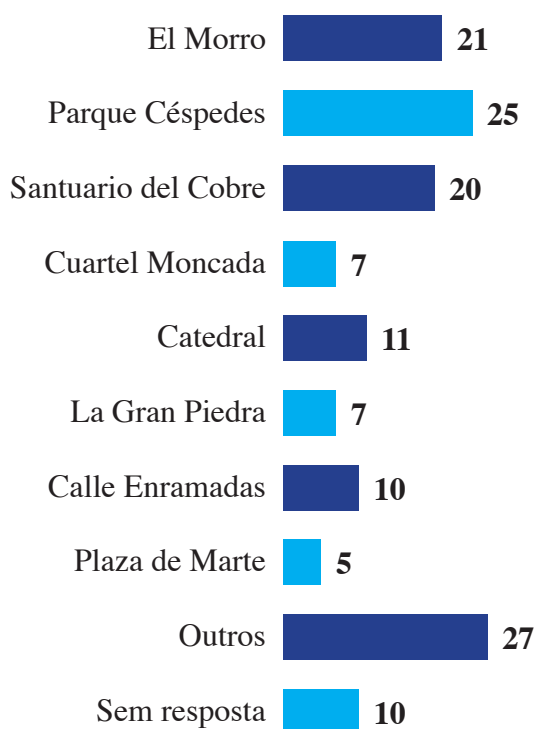
MENCIONE TRÊS LUGARES QUE PARA VOCÊ
REPRESENTAM SANTIAGO DE CUBA:



base 143, respostas múltiplas

Gráfico 9

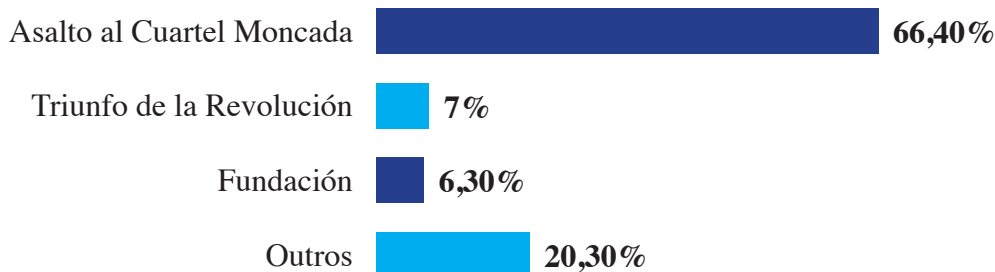
QUAL DELES É SEU PREFERIDO?



base 143

Gráfico 10

QUAL FOI O ACONTECIMENTO HISTÓRICO MAIS IMPORTANTE DA CIDADE?



base 143

Assalto ao Quartel Moncada

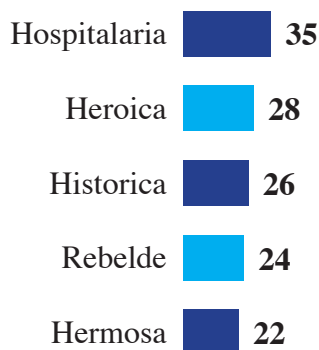
Ação realizada por um grupo de jovens cubanos, do Partido Ortodoxo, liderados por Fidel Castro, em 26 de julho de 1953, data escolhida por ser um domingo de carnaval. O objetivo era desencadear a luta armada contra a ditadura de Fulgencio Batista (1952-1958), a partir da tomada deste quartel, localizado em Santiago de Cuba. A ação não teve sucesso e a maioria dos revolucionários foi assassinada. Os sobreviventes foram presos. Após o Triunfo da Revolução, em 1959, o quartel foi convertido na Cidade Escolar 26 de Julho, abrigando estudantes e um espaço dedicado a um museu sobre os feitos do assalto.

Triunfo da Revolução

O processo revolucionário começa a ser gestado no final do século XIX, com a malograda tentativa de independência de Cuba frente ao regime espanhol. Na metade do século XX, guiados por Fidel Castro e sob o comando do Exército Rebelde, uma nova estratégia de luta armada conduz ao triunfo revolucionário. Em 1º de janeiro de 1959, após a renúncia e fuga de Batista, Fidel faz seu primeiro discurso no balcão do edifício da Prefeitura de Santiago de Cuba, no Parque Céspedes, localizado no Centro Histórico santiaguense.

Gráfico 11

COM TRÊS PALAVRAS, COMPLETE: “SANTIAGO DE CUBA É UMA CIDADE



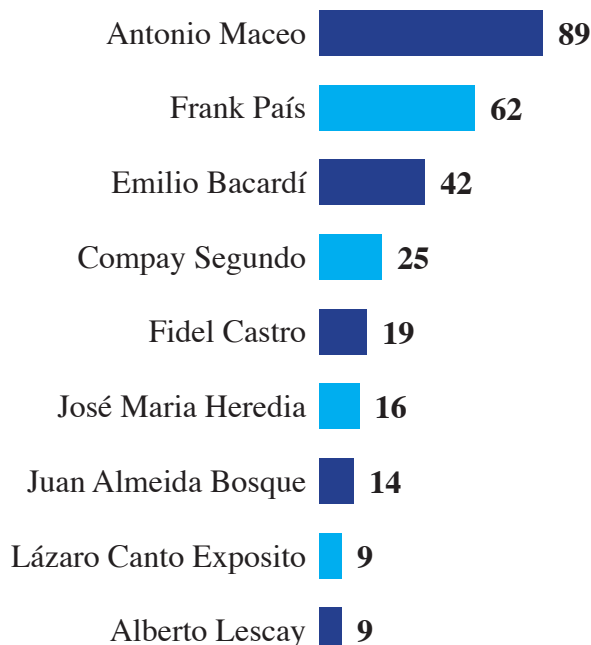
15%

Responderam juntas
estas 3 palavras:
Rebelde / Hospitalaria /
Heroica

base 143, respostas múltiplas

Gráfico 12

MENCIONE TRÊS PERSONALIDADES QUE, DE ACORDO COM SEU CRITÉRIO, REPRESENTAM SANTIAGO DE CUBA:



base 143, respostas múltiplas

Antonio Maceo - Militar do do Exército Libertador de Cuba durante a Guerra da Independência, começou sua carreira como soldado na Guerra dos Dez Anos (1868-1878). Foi promovido a comandante e a tenente-coronel. Além de seus papéis como soldado e estadista no movimento cubano pela independência, Maceo foi um influente estrategista político e planejador militar. Nasceu em 1845 e foi morto pelos espanhóis em 1896.

Frank País - Um dos principais dirigentes do movimento clandestino 26 de Julho, Frank País foi assassinado, aos 23 anos, pelos órgãos de repressão da ditadura de Fulgencio Batista, em Santiago de Cuba em 30 de julho de 1957, dia que se tornou o Dia dos Mártires da Revolução.

Emilio Bacardí - Nascido em 1844, em Santiago de Cuba, foi o primeiro prefeito republicano da cidade, eleito em 1901 com 61% dos votos. Pelos serviços prestados à sua cidade natal, tais como expansão da rede elétrica e pavimentação do perímetro urbano, foi reconhecido como “Filho predileto de Santiago de Cuba”. Também foi escritor e industrial, fundador da empresa de rum que leva seu nome e que espalhou a fama desta bebida cubana em todo o mundo. Faleceu em 1922.

Compay Segundo - Cantor, violonista, clarinetista e compositor santiagueiro. Considerado um artista único, representante de uma produção de som que remete à cubania. Um dos integrantes do Buena Vista Social Club, pelo que ficou conhecido. Faleceu em 2003, aos 95 anos.

Fidel Castro - Político e revolucionário cubano, foi o comandante do Exército Rebelde e liderou a Revolução, cujo reconhecimento de vitória se deu em 1º de janeiro de 1959. Foi primeiro-ministro de Cuba de 1959 a 1976, e como Presidente de 1976 a 2008. Foi primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba de 1961 a 2011. Sob sua administração, Cuba tornou-se um Estado socialista unipartidário. Faleceu em 2016, aos 90 anos.

José Maria Heredia - Nascido em Santiago de Cuba em 1803, foi poeta, jornalista, dramaturgo e advogado. Condenado à morte pelo governo espanhol, viaja clandestinamente para os Estados Unidos. Foi condenado ao desterro, o que proibia sua volta à Cuba. Em 1836, escreve uma carta se retratando por suas ideias revolucionárias e recebe permissão para voltar. Porém, por essa atitude, é abandonado pelos amigos e volta ao México, onde morre em 1839.

Juan Almeida Bosque - Considerado como a terceira figura mais relevante do poder cubano depois dos irmãos Castro. Integrante da luta contra a ditadura de Batista, participou do Assalto ao Quartel Moncada. Depois do triunfo da Revolução, fez parte do Birô Político do Comitê Central do Partido, foi eleito deputado para a Assembleia Nacional e Vice-presidente do Conselho de Estado. Foi presidente da Associação de Combatentes da Revolução Cubana, além de compositor e escritor. Faleceu em 2009, aos 82 anos.

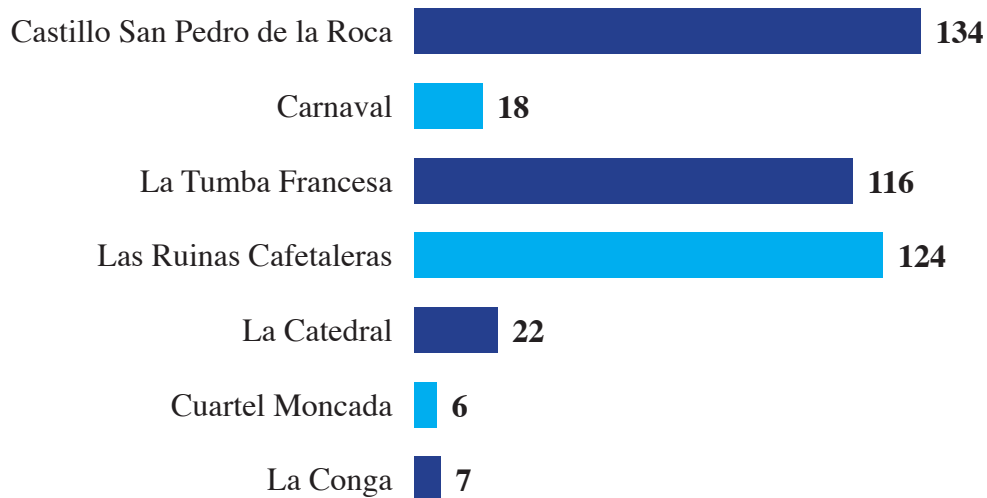
Lázaro Canto Exposito - Nascido em 1955, membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e Primeiro Secretário do Comitê Provincial em Santiago de Cuba. Em sua apresentação, aparece

como um político preocupado com transformações para o bem-estar dos santiagueiros, caracterizando-se por colocar em prática métodos não convencionais para detectar erros e dificuldades que paralisam o desenvolvimento da província, além de ter o carinho e respeito dos mais humildes.

Alberto Lescay - Nascido em Santiago de Cuba em 1950, é escultor, pintor, gravador, ceramista e desenhista. Presidente da Fundación Caguayo para las Artes Monumentales y Aplicadas, membro da Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba (UNEAC) e membro da Asociación Internacional de Artistas Plásticos (AIAP). É autor do monumento em homenagem a Antonio Maceo, na Plaza de la Revolución, em Santiago de Cuba.

Gráfico 13

QUAIS DOS ELEMENTOS ABAIXO SÃO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE?



base 143, respostas múltiplas

Gráfico 14

VOCÊ CONHECE ALGUM PATRIMÔNIO QUE NÃO FOI MENCIONADO NESSA LISTA?



base 143

MUSEO
BACARDÍ

SANTUARIO
DEL COBRE

CASA LA GRAN PIEDRA
VELÁZQUEZ

Gráfico 15

VOCÊ ACHA QUE O PATRIMÔNIO PODE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DACIDADE?



base 143

TURISMO

HISTÓRIA

DESENVOLVIMENTO
DOS SANTIAGUEIROS

CULTURA

IDENTIDADE

Gráfico 16

VOCÊ TEM ORGULHO DA CIDADE DE SANTIAGO DE CUBA?

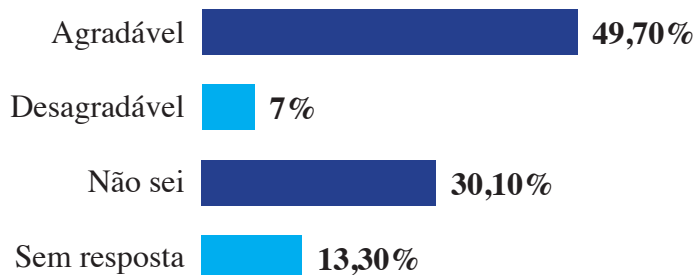


base 143

CULTURA
VALOR
HISTÓRICO
HOSPITALIDADE
TRADIÇÕES
PATRIOTISMO

Gráfico 17

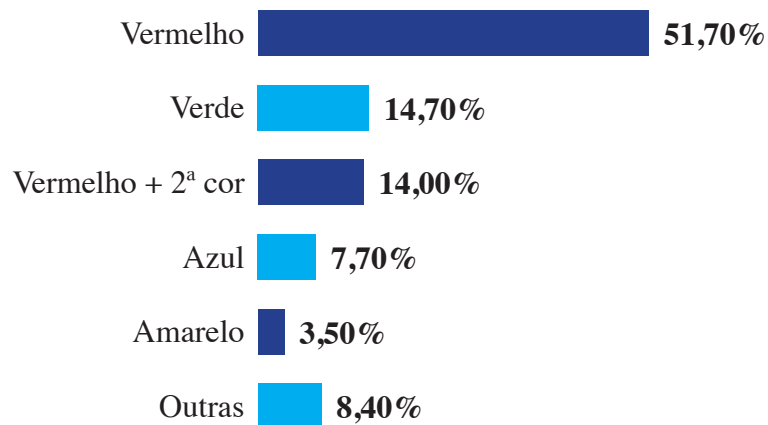
O QUE VOCÊ ACHA DO CHEIRO DA CIDADE?



base 143

Gráfico 18

PARA TERMINAR, COM QUE COR VOCÊ IDENTIFICA A CIDADE E POR QUÊ.



base 143

CALOR

MONTANHAS

LUTAS

CALOR HUMANO

SANGUE

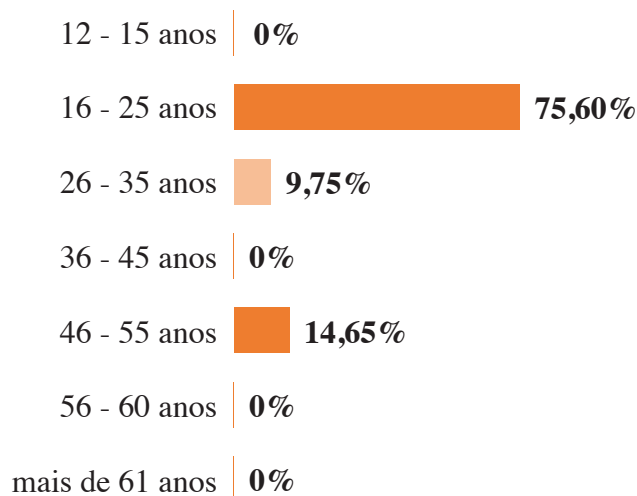
ANEXO III

Questionário Turistas

Um outro questionário, voltado a turistas, foi aplicado a um grupo 50 pessoas (com 41 respondentes), estudantes universitários e professores da graduação em Cinema e Audiovisual da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em São Paulo que viajaram a São Luiz do Paraitinga para participar de festas na cidade e usá-las como material de experimentação do fazer das disciplinas. Pela situação de uma visita de dois dias na cidade, o questionário foi reduzido e direcionado a dois aspectos: 3 lugares/pessoas/fatos que marcaram a visita e 3 palavras que completassem “São Luiz do Paraitinga é uma cidade....”.

Gráfico 1

IDADE



base 41

Gráfico 2

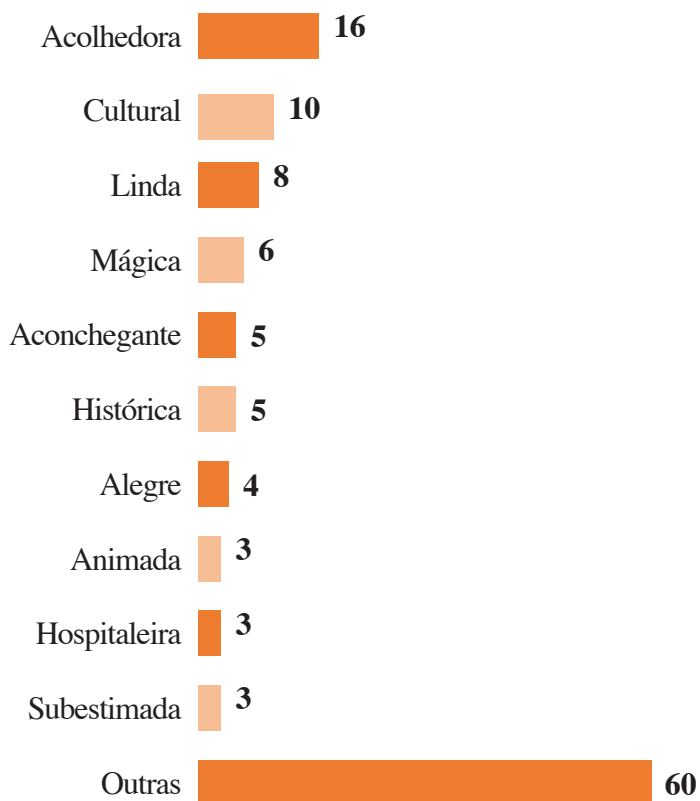
GÊNERO



base 41

Gráfico 3

COM TRÊS PALAVRAS, COMPLETE:
 “SÃO LUIZ DO PARAITINGA É UMA CIDADE



base 41, respostas múltiplas

Gráfico 4

TRÊS LUGARES/PESSOAS/FATOS QUE MARCARAM A VISITA

PRAÇA
 OSWALDO
 CRUZ

FESTAS

CIDADE IGREJAS

DITÃO VIRGÍLIO

ANEXO IV

Estrutura das Entrevistas

Pesquisa qualitativa

Foram realizadas 27 entrevistas com moradores de São Luiz do Paraitinga, com funcionários públicos da administração local, com moradores atuantes em instituições da sociedade civil e com técnicos ou ex-técnicos do Condephaat e do Iphan.

A escolha dos entrevistados foi baseada em:

- tempo de moradia na cidade: moradores que estão na cidade há, pelo menos, 10 anos, período anterior à enchente de 2010 e, preferencialmente, que morem em bairros diversos, além do Centro Histórico.
- ocupação em cargo público na Prefeitura do Município.
- moradores que pertençam a grupos organizados da sociedade civil: Associação de Moradores e Amigos do Bairro Alto do Cruzeiro; AMI São Luiz (Associação dos Amigos para a Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga) e Instituto Elpídio dos Santos.
- técnicos ou ex-técnicos do Condephaat e do Iphan que tenham participado dos processos de tombamento entre 2010 e 2012.
- faixas etárias e gêneros diversos: foram entrevistados maiores de 18 (dezoito) anos.

Roteiros das entrevistas

Não foram feitas perguntas fechadas. A pesquisadora conduziu a entrevista com a finalidade de abordar temas que permitiram a compreensão do entrevistado sobre o episódio da enchente e suas consequências, entender sua compreensão sobre o tombamento da cidade, sua percepção sobre as ações dos órgãos de patrimônio e da Prefeitura no Centro Histórico e em outros bairros; como define a atuação do Condephaat e do Iphan em São Luiz do Paraitinga na época da enchente e atualmente.